

•MARIA MERCEDES•LOPES•DE SOUSA

RUI BARBOSA E JOSÉ MARCELINO

CASA DE RUI BARBOSA

1950



TOMBO 007127



308
B238
5719

CATALOGO 007116

A PROPÓSITO DE POLÍTICOS E POLÍTICA

Durante o período de esplendor das duas grandes escolas de Direito do Brasil, desdobradas, como Oxford, na Inglaterra e como, até certo ponto Columbia — a Columbia de Dunning, de John Basset Moore, de Giddings, de Shovel e de Hayes — nos Estados Unidos, em centros de formação senão científica, quase-científica, de políticos, de administradores e de diplomatas, teve o Brasil outros centros regionais e como que patriarcais de formação de homens de Estado, como, na Bahia, a “escola de Cotegeipe”, e, em Pernambuco, a de Camaragibe, aquêle mais criador de águias, êste mais criador — segundo a malfeia da época — de perus, embora dos perus de Camaragibe não exagerasse quem dissesse que eram às vêzes magníficos perus gigantes.

Já na República, outras *escolas* floresceram no Brasil, dentro das quais formaram-se ou desenvolveram-se para a política, e para a administração, homens de alto valor: a *escola* de Júlio de Castilhos e depois a do Sr. Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul; a de José Marcelino e a de Rui Barbosa, na Bahia; a de Rosa e Silva — continuada por Estácio Coimbra — em Pernambuco. E não nos esqueçamos da *escola* de formação de diplomatas ou peritos em política internacional, que se tornou nos primeiros anos dêste século o Itamarati, sob a direção do segundo Rio Branco.

GILBERTO FREYRE.

(Do *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1946).



Retrato do Conselheiro Rui Barbosa, reprodu-
zido de uma fotografia pertencente à Casa de Rui
Barbosa, no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO I

RUI BARBOSA, PLENIPOTENCIÁRIO DA BAHIA JUNTO AO GOVERNO FEDERAL

Em 1904, governava o Brasil o Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, com o seguinte Ministério: *Fazenda*, Leopoldo de Bulhões; *Marinha*, Almirante Júlio César de Noronha; *Guerra*, Marechal Argolo; *Indústria, Viação e Obras Públicas*, Lauro Severiano Müller; *Interior*, J. J. Seabra; *Exterior*, Barão do Rio-Branco.

Era governador da Bahia o bacharel Severino dos Santos Vieira, ex-Ministro da Viação do governo Campos Sales, e presidia a Comissão Executiva do Partido Republicano desde a Convenção de 1901, o Bacharel José Marcelino de Sousa, cujo nome fôra sufragado com 78.459 votos, em 28 de janeiro, para governador do Estado no período de 28 de maio de 1904 até 28 de maio de 1908. ⁽¹⁾

O Conselheiro Rui Barbosa, representante da Bahia no Senado Federal, dirige-lhe, em fevereiro, o seguinte telegrama:

"Petrópolis — Dr. José Marcelino — Bahia — Felicitações sinceras sua eleição. Bahia não podia fazer mais acertada escolha. Deus o inspire para o bem de nossa terra. — *Rui Barbosa*".

(1) Candidato sem competidor, seu nome "teve o efeito prodigioso de serenar a agitação que a propósito dessa eleição se vinha fazendo, desordenada e tumultuária, originada de incidentes provocados por intervenção indebita do Governo Federal, em detrimento das boas relações do mesmo Estado com a União".

Em 9, José Marcelino agradece-lhe: "Senador Rui Barbosa — Petrópolis — Agradecido generosas felicitações glorioso baiano espero seu eficaz apoio desempenho pesado encargo que dever cívico não permite recusar. Deus ouça sua súplica. — JOSÉ MARCELINO".

José Marcelino de Sousa foi candidato sem competidor e era membro da Comissão Executiva do Partido Republicano desde a sua primeira organização, após a Assembléia Constituinte baiana.

O Marechal Paula Argolo e o Dr. J. J. Seabra, respectivamente, Ministros da Guerra e da Justiça, pareciam discordar da orientação política do Governador Severino Vieira, a cuja agremiação partidária pertenciam. Alguns membros da bancada baiana no Congresso Federal, amigos daqueles e também descontentes, hostilizam a candidatura do Dr. José Marcelino, que fôra levantada pelo deputado federal Leovigildo Filgueiras, em discurso pronunciado na Bahia, numa manifestação ao Governador Severino Vieira. Os dissidentes lembram, sucessivamente, os nomes de Paula Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, Domingos Guimarães, deputado federal e o do Marechal Paula Argolo. Na Bahia, um estudante, em manifestação ao Deputado Félix Gaspar, lança a candidatura do Dr. J. J. Seabra. Finalmente, a 20 de julho de 1903, o *Diário de Notícias*, na Bahia, publica ardoroso "Manifesto aos baianos", indicando o nome de Rui Barbosa como candidato de paz à sucessão governamental. A 21, os deputados federais Marcolino Moura, Castro Rebêlo e Eugênio Tourinho, dirigem-se ao eminente senador baiano, que lhes responde nestes termos, conforme transcreve a imprensa baiana:

"Apresso-me em responder ao pedido que me deixaram em sua visita de ontem, empenhando-se, por uma grande parte da representação baiana, a que eu subscreva

minha candidatura ao governo da Bahia, espontaneamente levantada, com tamanha honra para meu nome, pelo *Diário de Notícias* daquele Estado. Aceitar o governo da Bahia hoje seria o maior dos sacrifícios de toda a minha carreira política, porque, aos 53 anos de uma existência cheia de encargos e de lutas, me viria deslocar da minha profissão, dos meus trabalhos, dos meus hábitos estudiosos, das minhas afeições mais íntimas, para me aventurar a contratempos e a responsabilidade, cuja perspectiva me assusta.

“A tão grande sacrifício, pois, eu só me submeteria caso ela se me impusesse, como dever de obediência filial, por uma afirmação geral da vontade da Bahia, a cujos interesses me caberia, então, o consôlo de servir como instrumento de paz.

“No meu telegrama ao *Diário de Notícias*, a cujas ardentes simpatias me desvanço de dever a iniciativa dêste movimento, já era transparente esta minha maneira de sentir, conforme o meu programa de obedecer ao mandato da Bahia, mas nunca o disputar”.

Vem à baila a questão da inelegibilidade, por não ser o candidato residente no Estado *por dez anos*, conforme dispõe o art. 47 da Constituição baiana.

A 28 de julho, em *A Tribuna* do Rio de Janeiro, Rui Barbosa escreve:

“Na minha carta de 21, dirigida à comissão de deputados baianos, disse, positivamente, que não aceitaria a honra do governo do Estado, senão no caso dêsse sacrifício ser impôsto por afirmação geral da vontade da Bahia.

“Estas palavras, meditadas e sinceras, traduzem minha deliberação assente definitivamente, formalmente enunciadas sob a minha assinatura, deviam e devem ter-se como

subsistentes enquanto não forem desditas com a mesma solenidade sob meu nome.

Assim, é de todo inexata a comunicação recebida e publicada por esse ilustre órgão. Esta explicação que, aliás, me parecia escusada, me dispensará de retificação e desmentidos ulteriores nesses assuntos a que absolutamente não tornarei mais”.

Nesse mesmo dia 28, não obstante a recusa formal de Rui Barbosa, *O País*, no Rio de Janeiro, o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias*, na Bahia, publicam um manifesto em prol da candidatura de Rui Barbosa, dirigido *Aos nossos concidadãos do Estado da Bahia* e redigido pelo senador federal Virgílio Damásio, seu primeiro signatário, seguindo-se as assinaturas do Senador Artur Rios e Deputados Marcolino Moura, Castro Rebêlo, Eugênio Tourinho e, por delegação, Félix Gaspar e Alves Barbosa.

O *Diário da Bahia* e o *Jornal de Notícias* também publicaram, a 28 de julho, um documento em que “os membros do conselho geral, da comissão executiva e da delegação do Partido Republicano da Bahia à convenção federal, considerando de urgente necessidade orientar os seus correligionários em meio às agitações que ora se produzem em torno da escolha de candidato à sucessão do atual governador e usando dos poderes que ao conselho geral conferem as bases orgânicas do Partido Republicano, declaram aos seus correligionários que indicam e recomendam ao sufrágio popular o nome de José Marcelino de Sousa”.

Simpáticos a esta candidatura, no Rio de Janeiro, mostram-se a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã*. Este brilhante órgão da imprensa carioca, respondendo ao artigo intitulado — *O Caso da Bahia* — publicado em *O País* de 25 de julho, diz, na sua edição de 26, que Rui Barbosa não se presta à especulação que vai em torno do seu nome

e pergunta: “Porque não lembrou o nome do eminente Rui Barbosa para sucessor de Floriano, na presidência da República? Porque não o lembrou para sucessor de Prudente de Moraes, para sucessor de Campos Sales? Pois bem, se *O País* não compreende o esquecimento do nome de Rui Barbosa, lance desde já, com alguma franqueza mais, a sua candidatura a sucessor do Dr. Rodrigues Alves”.

Na sua edição de 6 de agosto, o *Diário de Notícias da Bahia*, publica uma “Alta Reportagem do Rio”, assinada por Proteu da Silva, informando que o Barão do Rio-Branco, num almôço em companhia de seus secretários e do Dr. Assis Brasil, no Hotel Globo, assim se expressara:

“Acho muito interessante que um país que tem um Rui, ainda encontre dificuldade em escolher um presidente da República!”

No dia da posse do novo governador, a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro refere-se a sua personalidade nos seguintes termos:

“Dr. José Marcelino — O ilustre cidadão a quem os seus patrícios confiaram o govêrno da Bahia não encontra, ao iniciar a sua tarefa, uma situação desanuviada.

“A crise financeira, que há muito se desenhava sob aspecto pouco lisongeiro, em vez de atenuar-se carregou a sua feição sombria.

“O motivo mais grave dessa desfortuna foi a baixa de preço dos artigos da lavoura do Estado, proporcional à valorização do meio circulante, produzindo necessariamente a diminuição da renda de exportação..

“A perda de parte tão considerável da receita do Estado não só tolheu a iniciativa de reformas urgentes, mas até obrigou a severas economias, prejudiciais talvez a serviços já organizados.

“A policia, por exemplo, ficou reduzida ao número de praças estritamente indispensáveis à manutenção da ordem, e pode-se afirmar que a angústia do momento impôs cortes excessivos.

“A instrução pública também sentiu o efeito desorganizador dessa penúria.

“Foi impossível dar a êsse importantíssimo ramo da administração o desenvolvimento que todos consideram indispensável e foi necessário até mutilar o que a solicitude dos poderes fundara com grandes esperanças de êxito, como, por exemplo, escolas normais no interior do Estado.

“A economia, mesmo destruidora, era aconselhada, até imposta como medida de salvação; mas a fatalidade não permitiu que se realizasse em todo o rigor essa parte do programa que se traçava o Sr. Dr. Severino Vieira.

“A inclemência da natureza contribuiu para tornar mais tristes as condições do Estado, obrigando-o a acudir com a penúria dos seus cofres à penúria de populações que não possuíam elementos para resistir à calamidade.

“Êstes ligeiros traços relativos à situação econômica da Bahia bastam para mostrar que dificuldades aguardam o governo que hoje começa do Sr. Dr. José Marcelino.

“Apesar disso, é com as mais justas esperanças que o povo baiano recebe o seu novo governador e essas esperanças são justificadas porque, felizmente, não faltam a S. Ex.^a as qualidades precisas para modificar, melhorando, o presente de sua terra natal.

“E’ a primeira vez que S. Ex.^a, na sua existência consagrada desde a mocidade ao serviço do país, assume a responsabilidade do governo.

“Mas, do maquinismo administrativo conhece S. Ex.^a as particularidades e o funcionamento, pela experiência de

sua carreira política, boa parte da qual dedicou à atividade da vida parlamentar, estudando com talento e assiduidade os negócios públicos.

“Além da cultura geral, que lhe permite resolver com acêrto as mais delicadas questões administrativas, tem S. Ex.^a, como agricultor dos mais esclarecidos e de espírito eminentemente público, a competência espiritual para satisfazer a maior aspiração do Estado, neste momento, que é a reorganização da sua lavoura, fonte principal das suas rendas e elemento mais seguro de sua prosperidade financeira.

“Mas não serão somente êsses os interêsses que merecerão os cuidados patrióticos do eminente baiano. S. Ex.^a será, no seu govêrno, se, como cremos, o passado garante o futuro, a firmeza ao serviço da justiça, da lei e da liberdade.

“No governador reviverá o antigo magistrado, cujas sentenças afirmavam, aliada à sua alta cultura jurídica, uma inteireza que nunca foi suspeitada.

“A essa austeridade sabe S. Ex.^a associar o dom de vencer pela persuasão, de ganhar os espíritos pela brandura.

“Abolicionista, num distrito que tinha grandes interêsses ligados à instituição servil, pôde, sem causar descontentamentos, exercer uma influência eficaz a favor da causa bendita, para cuja vitória contribuiu, como deputado, com o seu apôio ao Ministério João Alfredo.

“Arredado voluntariamente alguns anos da atividade militante da política e escolhido governador em uma eleição que não teve feição estritamente partidária, S. Ex.^a não sobe ao govêrno dominado por paixões e interêsses que tantas vêzes anulam preciosas aptidões administrativas.

“Chefe político de prestígio, pode-se dizer que S. Ex.^a alia à experiência de um não curto passado a liberdade de

ação e a ausência de compromissos de um homem novo em política.

“São êstes os motivos que nos fazem augurar bem do governo do Sr. Dr. José Marcelino que, não é possível esconder, vai encontrar uma situação difícil, porém, não inacessível à influência benfazeja do seu saber, da sua prudência, da sua honestidade e da sua retidão superior”.

A 7 de julho, data em que foi notificado na Bahia o primeiro caso de peste bubônica ⁽²⁾ o *Diário da Bahia*, órgão oficial do Partido Republicano, e, portanto, do governo estadual, responde a um artigo assinado DISRAELI, no *Jornal de Notícias* de 6:

“Seja dito, de passagem, que o honrado Dr. José Marcelino de Sousa não deve nenhuma gratidão ao Exmo. Dr. Severino Vieira, que, por sua vez, se colaborou de qualquer forma para o êxito da eleição do seu sucessor, não foi senão sob a preocupação de servir ao futuro da Bahia.

“Sabem todos, nesta terra, que o eminente cidadão Dr. José Marcelino foi escolhido pela quase unanimidade dos seus pares, no Conselho Executivo e no Conselho Geral do Partido Republicano, para essa nobilíssima missão de primeiro magistrado da sua terra e da qual vai se desempenhando como era de esperar da sua grande experiência e bom senso.

“Só alguém que não conhece de perto o venerando baiano, que nos dirige, é que pode supô-lo capaz de passivar-se, reduzindo-se a um autômato, ao invés de um homem de vontade firme e de ação.

“Em verdade nem só S. Ex.^a não tem gastas as suas energias morais, como, e é preciso dizê-lo bem alto, o emi-

(2) Ver *Um estadista quase desconhecido*, monografia do mesmo autor, premiada em concurso pelo Estado da Bahia em 1945, publicada em 1948.

nente Sr. Dr. Severino Vieira sabe respeitar-se o bastante e ao seu notável amigo, para pretender guiá-lo na posição que ocupa”.

A carreira política de José Marcelino vinha da monarquia, sob a égide do Partido Conservador, chefiado por Cotegipe, que, na sua fina ironia, o qualificou de *Rei sem coroa*.

Deputado Geral na legislatura de 1886 a 1889, sugeriu da tribuna da Câmara em 5 de agosto de 1887 o estreitamento de nossas relações comerciais com os Estados Unidos, nestes termos:

“Os países com quem mantemos as relações comerciais mais estreitas e prejudiciais são justamente aqueles com os quais negociamos, para onde mandamos os produtos da nossa lavoura: entretanto, podemos estreitar relações comerciais com outros países, celebrando tratados de proteção recíproca.

“Farei referência ao Estados Unidos e algumas ponderações a respeito das nossas relações com aquela grande República.

“Eu sempre entendi que a nossa política devia ter por ponto de apoio o estreitamento das nossas relações comerciais com os Estados Unidos.

“E’ uma idéia que sempre me preocupou e que me pareceu que ia ser realizada em certa época, mas os fatos estão demonstrando que, ao passo que os Estados Unidos nos procuram, nós deles fugimos, infelizmente.

“Os Estados Unidos, segundo estatísticas que consultei e constantes da memória a que já me referi, *importam* produtos do Brasil no valor de 90.000:000\$000; o Brasil importa dos Estados Unidos apenas 15.000:000\$000.

“Nós dizemos: os Estados Unidos são um consumidor. A produção do Brasil, ainda que seja aumentada no triplo

ou no quádruplo, não bastará para o consumo dos Estados Unidos. Acredito, porque a população ali aumenta de dia a dia.

“Pois bem: os Estados Unidos produzem tudo aquilo de que nós podemos precisar e, no entanto, vamos buscar a outros países”.

O orador continua expondo, conforme frisa, suas idéias pessoais, relativamente à lavoura, ao ensino e ao crédito agrícolas, à imigração e colonização, à constituição e subdivisão da propriedade territorial, à preparação sistematizada de técnicos da agricultura, à mecanização do trabalho e à organização urgente do trabalho livre, aproveitando-se os escravos libertos, os selvagens e os desocupados ou entregues ao vício, como medida de profilaxia moral; focalizou o problema de transportes, a necessidade da política protecionista, bem assim a do pan-americanismo, como já vimos.

A esse mesmo projeto de Orçamento do Ministério da Agricultura para 1888, apresenta a seguinte emenda, na sessão de 12 de agosto de 1887:

“E’ autorizado o Govêrno a conceder a quantia de %, por 20 anos, à Companhia *Tram-Road Nazaré*, para o prolongamento da respectiva ferrovia, de Santo Antônio de Jesus à vila da Amargosa, na provincia da Bahia, até o capital máximo de 1.000:000\$000. S. R. Sala das Sessões, 11 de agosto de 1887. — José Marcelino — Barão de Geremoabo — Lucena — Pedro Muniz — Guai — Freire de Carvalho — Araújo Pinho — Araújo Góis — Américo de Sousa — Acioli Franco”.

Aos projetos de Orçamento da Despesa Geral e da Receita Geral do Império para 1888, apresenta estas duas emendas, respectivamente em 26 e 29 de agosto de 1887:

“Fica o Govêrno autorizado a aplicar as quotas de $\frac{2}{3}$ do imposto adicional, arrecadado e a arrecadar, criado e

destinado pela lei de 28 de setembro de 1885, art. 2.º § 3.º, 1.ª e 2.ª partes a manumissões dos escravos de maior idade, e à organização do trabalho livre por meio da libertação dos escravos, cujos senhores quiserem substituir o trabalho servil do seguinte modo:

“1.º — 2/6 em dotações de 20%, sôbre o capital realizado aos bancos de crédito real e agrícola, que se fundarem ou já estiverem fundados, de conformidade com as Leis n.º 1.237, de 24 de setembro de 1964 e n.º 3.272, de 5 de outubro de 1875, estabelecendo a circunscrição territorial de cada um, o máximo dos juros e da percentagem das amortizações, assim como da comissão, adotando as disposições do decreto de 26 de dezembro de 1873 e outras providências, cujas vantagens e experiência houver demonstrado, no acôrdo ou contrato que com êsses bancos celebrar, e podendo empregar o fundo de emancipação nas letras hipotecárias por êles emitidas, bem como permitir que sejam as mesmas recebidas como fiança ou caução nas repartições públicas, tudo em ordem a favorecer a indústria agrícola e a facilitar a substituição do trabalho servil. Fica entendido que não poderá gozar dêstes favores mais de um banco, em cada circunscrição territorial.

“2.º — 2/6 em dotações às colônias agrícolas orfanológicas, existentes ou que se fundarem, sendo uma em cada província, que sejam ao mesmo tempo escolas teóricas e práticas de agricultura, e tomarem por modelo a *Isabel* em Pernambuco, cessando desde já as subvenções aos Institutos agrícolas. A dotação a cada colônia fica ao arbítrio do Govêrno, que a designará segundo fôr mais conveniente. Nestas colônias serão admitidos de preferência os ingênuos, de cujos serviços houverem os senhores das respectivas mães desistido.

“3.º — 2/6 em manumissão de escravos que quiserem e se obrigarem, por um têrmo, a construir núcleos coloniais,

nas fazendas agrícolas, ou nos terrenos devolutos, que para este fim forem-lhes concedidos, estabelecendo o Governo o respectivo regulamento. — S. R. — *José Marcelino*".

"Fica suprimido o imposto de transmissão das propriedades agrícolas. — S. R. — *José Marcelino*".

Em 9 de maio de 1888 entra em segunda discussão o Projeto n.º 1-1888, declarando extinta a escravidão no Brasil, o qual é aprovado mediante votação nominal, requerida pelo Deputado César Zama, nos seguintes termos, como se lê à página 59, do Volume I, dos Anais de 1888:

"O SR. CÉSAR ZAMA (*pela ordem*) — Quando uma câmara deliberativa como esta, acudindo ao apêlo de uma nação inteira, vai votar uma medida, como a proposta do governo, é preciso que nos *Anais* fiquem gravados os nomes dos votantes (*apoiados*), por isso requeiro que V. Ex.^a consulte a casa se consente em que seja nominal a votação.

"E' aprovado o requerimento.

"Procede-se à votação e respondem *sim* os Srs. Passos Miranda, Clarindo Chaves, Mac-Dowell, João Henrique, Dias Carneiro, Coelho Rodrigues, Jaime Rosa, Tôrres Portugal, Alencar Araripe, Barão de Canindé, Rodrigues Júnior, José Pompeu, Ratisbona, Jaguaribe Filho, Álvaro Caminha, Tarquinio de Sousa, João Manuel, Carneiro da Cunha, Soriano de Sousa, Elias de Albuquerque, Joaquim Nabuco, Teodoro da Silva, Filipe de Figueiroa, Juvêncio de Aguiar, Pedro Beltrão, Henrique Marques, Alcoforado Filho, Rosa e Silva, Bento Ramos, Gonçalves Ferreira, Alfredo Correia, B. dos Santos, Mariano da Silva, Lourenço de Albuquerque, Luís Freire, Olímpio Campos, Coelho e Campos, Barão de Guai, Freire de Carvalho, José Marcelino, Américo de Sousa, Araújo Góis, Barão de Geremoabo, Junqueira Aires, Fernandes da Cunha Filho, Zama, Matoso Câmara, Ferreira Viana, Fernandes de Oliveira, Rodrigues

Peixoto, Lemos, Custódio Marins, Afonso Pena, Pacífico Mascarenhas, Cesário Alvim, Mourão, Henrique Sales, Mátá Machado, João Penido, Barros Cobra, Olímpio Valadão, Carlos Peixoto, Afonso Celso Júnior, Almeida Nogueira, Rodrigues Alves, Duarte de Azevedo, Cochrane, Geraldo de Resende, Xavier da Silva, Marcondes Figueira, Esperidião Marques, Pinto Lima, Paulino Chaves, Maciel, Seve Navarro, Silva Tavares, Miranda Ribeiro e Rodrigo Silva. Total — 83.

“Respondem *não* os Srs. Barão de Aracagi, Bulhões de Carvalho, Castrioto, Pedro Lulo, Bezamat, Alfredo Chaves, Lacerda Werneck, Andrade Figueira e Cunha Ieitão. — Total — 9.

“Sr. Presidente declara aprovado o art. 1.º do projeto”, bem assim a emenda Araújo Góis — “desde a data desta lei” — e o art. 2.º, ficando vitoriosa a seguinte redação:

“Art. 1.º — E’ declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

“Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário”.

Durante a discussão do projeto de orçamento do Ministério da Agricultura para 1889, na sessão de 3 de setembro de 1888, José Marcelino assim aprecia os efeitos da lei de 13 de maio:

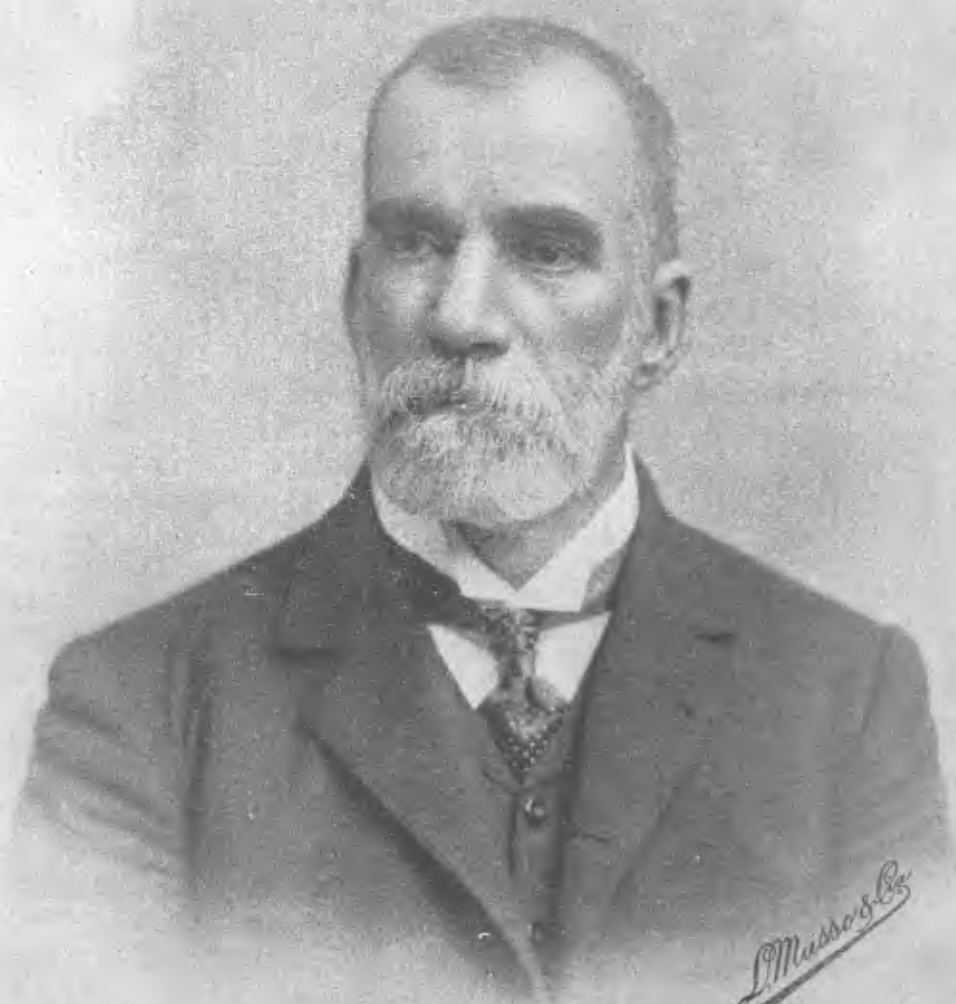
“A lei de 13 de maio colocou-nos, como já disse, em uma situação clara e veio resolver uma questão que agitava o espírito público, com grandes vantagens para toda a sociedade. Estes resultados são benéficos, porque não só criaram-nos uma situação definitiva, embora aflitiva, como também fizeram cessar as causas que traziam o espírito público agitado e inquieto.

“Pelo lado econômico, os efeitos que dela decorrem, ou devem decorrer, necessariamente, se me afiguram assustadores.

“A única lei que regulava o nosso trabalho (e quando falo em trabalho no orçamento da Agricultura, refiro-me ao trabalho rural) era a lei da escravidão. O único agente constante, permanente e estável, do trabalho era o escravo. Ora, compreende-se que, extinta a lei da escravidão, e consequentemente desaparecendo o instrumento que por ela era mantido, operou-se em a nossa sociedade uma profunda revolução. Não nos iludamos, nós membros do Parlamento; não se iluda o Governo, não se iluda a imprensa, principalmente a desta Côrte, que encara a nossa sociedade sob as melhores condições.

“Nesta Câmara há muitos agricultores; quase todos têm percorrido as suas províncias depois da lei de 13 de maio, e haverá um só que possa afirmar que, não digo em uma província inteira, mas em uma certa zona agrícola o trabalho para garantir as safras está se fazendo com regularidade e que possa dar a certeza de que os lavradores estão satisfeitos? E’ a grande questão. (*Apoiados*). A questão mais importante é justamente esta. A colheita pode ser feita com interrupções; mas o preparo para as safras vindouras, o desbravamento da terra, o seu arroteamento, e, enfim, tôdas as operações da lavoura, demandam muita estabilidade e assiduidade no trabalho, e é justamente o que nos falta, e com o que não podemos contar. (*Apoiados*). Afigura-se-me que as safras vindouras hão de apresentar um grande decréscimo, e creio não ser exagerado, afirmando que êsse decréscimo será na razão de um têrço aproximadamente.

“A nossa principal preocupação, o rigoroso dever do parlamento que votou a lei de 13 de maio, que revolucionou, que alterou profundamente o trabalho agrícola, é votar imediatamente uma lei que venha substituir a da escravidão com relação ao trabalho.



No card coll: e am. ? e m. ?
Bury Barbra
J. C. Marshall & Son
Per. d 190

Retrato do Governador José Marcelino de Sousa
tirado no Rio de Janeiro, por L. Musso & Cia., em
janeiro de 1907 e oferecido ao Conselheiro Rui Bar-
bosa em fevereiro do mesmo ano, da Bahia, onde
aportou o governador, de regresso de sua viagem
ao sul, em 26 de janeiro de 1907.

“Dantes, tínhamos a autoridade do senhor sôbre o escravo, era a sujeição que determinava ao trabalho; mas hoje, qual a lei que obriga os libertos e os proletários ao trabalho?

“Eu não quero, e seria uma loucura pretender meios diretos, meios iguais aos da escravidão, mas quero que se regularize o trabalho.

“Eu e todos os deputados que votamos a favor da lei 13 de maio temos a nossa parte de responsabilidade. (*Apartes*).

“Mas, se eu era adepto da emancipação, e o era efetivamente, como todos os brasileiros, queria, como declarei aqui e disse desta tribuna ⁽¹⁾ que nos preparássimos e que chegássemos à abolição, não por meios bruscos, rápidos e instantâneos, mas por meio da persuasão, mostrando as vantagens do trabalho livre sôbre o trabalho escravo, fazendo os estabelecimentos agrícolas serem servidos mais pela inteligência do que pelas fôrças físicas, pelas fôrças materiais, por operários inteligentes e instruídos, por aparelhos modernos e adiantados; eu queria que se provocasse a abolição, que os senhores fizessem contratos com os seus escravos; e assim chegaríamos aos resultados que visávamos. Mas, enfim, a abolição se fêz em nosso país de um modo que escapava às mais exageradas ambições do abolicionismo.

“Pelo que conheço, pelo que tenho lido e observado, no pouco tempo que sou aqui deputado, sou o primeiro a confessar e proclamar que a iniciativa do deputado não vale de coisa alguma, mas às vêzes desperta o Govêrno, em suma, é como se começa a propaganda. Eu serei um obscuro propagandista dos melhoramentos que julgo indispensáveis para o nosso rico país prosperar.

(1) Discurso proferido na sessão de 5 de agosto de 1887.

“Entretanto, o Governo não se descuidava completamente de tudo; no orçamento da Agricultura, conforme eu já indiquei, há autorização para certos empreendimentos de grande vantagem. A imigração, por exemplo, que considero uma das medidas salvadoras para o nosso país; porém, os efeitos da imigração não se farão sentir já. Mesmo quando êsses efeitos se tenham de fazer sentir já, quando sejam palpáveis os resultados da imigração, é necessário que em nosso país esteja regularizado o trabalho agrícola.

“Senhores, se nós não tivéssemos a experiência que já vamos tendo com a cessação da escravidão quanto ao serviço das plantações, do desbravamento dos terrenos, dos trabalhos preparatórios para a lavoura, nós teríamos as lições dos países inteiramente idênticos ao nosso com relação ao clima, aos costumes e à produção agrícola, e onde existiu a instituição servil. Nestes países deram-se as mesmas apreensões que se deram entre nós, houve os mesmos arrebatamentos, os mesmos entusiasmos que notamos em muitos dos nossos homens públicos, aliás, inteligências esclarecidas, e inspirados dos melhores sentimentos. Para robustecer a minha opinião, servir-me-ei dos exemplos que se deram nas possessões inglesas, francesas, espanholas e, por último, nas holandesas, onde só em época muito remota houve a escravidão; mas onde ainda hoje eu creio poder afirmar que ela existe, não como resultado de comércio tórpe do tráfico, mas como uma instituição indígena.

“A providente, a sábia Inglaterra, que fez quando tratou da abolição? Em primeiro lugar, a abolição não foi decretada por um golpe, como entre nós; estabeleceu-se um estágio, um prazo para a aprendizagem do trabalho livre sobre a pessoa do escravo, mas concedeu-se ao proprietário o direito sobre seus serviços. A pessoa do escravo ficou a salvo de tôdas as violências, criaram-se tribunais para garantir o seu direito. O Governo procurou facilitar

por todos os meios os melhoramentos da lavoura, forneceu capitais, facilitou a imigração, e pela instrução, quer civil, quer religiosa, procurou convencer a todos os habitantes das possessões das vantagens que deveriam tirar da cessação do trabalho escravo e da introdução do trabalho livre e inteligente. Além disso, o Govêrno deu uma forte indenização aos proprietários. Ora, aparelhadas as possessões inglêsas, com todos êstes meios, com todos êstes recursos para resistirem ao grande choque, ao grande abalo que necessariamente havia de provir, como proveio, da abolição, estas possessões tiveram de sofrer uma grande calamidade: a produção do açúcar, do café, do fumo tiveram um declínio de 40%. Durante o estágio, durante o prazo para a aprendizagem, que não se esgotou, houve uma pequena diminuição; mas logo que se decretou a abolição, essas possessões tiveram de sofrer uma crise medonha, a produção decresceu sensivelmente. Mas, deu-se um fato, não singular, porque eu já o observo no nosso país: os libertos não se entregaram completamente à vadiagem; êles entregaram-se ao trabalho; mas, a que espécie de trabalho? À cultura dos cereais e outros gêneros de primeira necessidade, cuja produção até então não era cultivada, por não dar resultados, e que eram importados. Mas, a grande produção que fazia a riqueza das possessões inglêsas, essa diminuiu consideravelmente. E' exatamente o que vai acontecendo entre nós, e mesmo o que aconteceu já de longa data. Todos os escravos que se libertavam, em vez de continuarem na lavoura do café ou da cana, procuravam as povoações, estabeleciam-se nas imediações e iam cultivar cereais, víveres, etc. Mas o grande Govêrno inglêz procurou por todos os meios obstar a êste inconveniente; e então veja a Câmara e veja o Govêrno que proteções extraordinárias, que favores excepcionais dispensou às suas colônias. A Inglaterra, que se tinha colocado à frente da abolição do tráfico de escravos na África, diri-

giu logo a sua atenção para a África e, então, todos os negros que tinham sido aprisionados pelos seus cruzeiros, foram postos à disposição dos lavradores de suas colônias; e destarte conseguiu que dentro de quatro ou cinco anos a produção de suas possessões voltasse ao que era, ou excedesse até”.

E o orador cita a opinião de Lorde Grey, em 1853: “A abolição votada em 1833 foi muito desgraçadamente defeituosa, porque não continha prescrição alguma suficiente para obrigar os negros ao trabalho, no momento em que os meios de constrangimento diretos, a que estavam submetidos como escravos, faltavam aos seus antigos senhores”.

E prossegue, estudando os acontecimentos nas possessões francesas e espanholas.

“Com relação a Pôrto Rico, o negócio mudou de figura. Além de ser uma ilha menor, tinha uma população condensada, a negra menor do que a branca, e esta cultivava com muito êxito e assiduidade o café, a cana e outros produtos, e, além disso, tomaram medidas preventivas contra os abusos por parte dos libertos; de maneira que Pôrto Rico é um atestado eloqüente de que não só a raça branca é apta para êsse gênero de cultura, mas, ainda, que sem o negro a cana e outros produtos podem ser perfeitamente cultivados, nos países quentes.

“Êste fato deve servir de lição para o nosso país, fazendo desaparecer o preconceito de que não é possível a lavoura de cana, sem o escravo e que é impossível a introdução e permanência de imigrantes no norte do Império.

“Passo agora a examinar os resultados da abolição nas possessões holandesas, onde houve escravos, creio que em 1700, resultado do tráfico na Costa da África. Aí existe, ainda hoje, a escravidão indígena, mas, além disso, o Governo procurou estabelecer dois sistemas de trabalho: um livre e outro forçado, por meio de contratos, que são rigo-

rosamente observados. A lei, que em Java, regula o trabalho agrícola, estabeleceu aquêles dois sistemas, foi tão providente que consagrou que, ao passo que o trabalho livre fôsse prosperando, houvesse uma diminuição proporcional no trabalho obrigatório. Estabelecendo êste sistema duplo do trabalho, naquela vasta e rica apossessão holandesa, que é um dos países onde mais prospera a cultura dos produtos que o nosso dá, porque as condições climáticas são idênticas, tiveram ocasião os seus habitantes de comparar os dois sistemas de trabalho, e é certo que o trabalho livre deu sempre mais resultado do que o trabalho obrigatório; mas, ainda assim, o govêrno holandês é tão prudente que não aboliu de todo o trabalho obrigatório, o qual se vai extinguindo pouco a pouco, de maneira que, quando de todo desapareça, esteja preparado para substituí-lo o trabalho livre.

“Diante dêstes exemplos, que têm inteira aplicação ao nosso país, o que devemos esperar, se medidas prontas, se providências enérgicas, providentes e sãbiamente ditadas pelo Parlamento, não forem tomadas pelo Govêrno? Eu não pretendo e creio até que seria ineficaz, uma providência que unicamente obrigasse diretamente os libertos ao trabalho. Isto os afugentaria, e de homens aproveitáveis e trabalhadores, os transformaria em salteadores e criminosos foragidos, vivendo em quilombo, como os antigos escravos. O que o país inteiro reclama, o que os agricultores, as vítimas mais próximas desta desordem e perturbação do trabalho exigem, é que se lhes garanta, mediante retribuição, o trabalho; que a lei, a justiça, os poderes públicos venham em seu auxílio. Para êste fim, o único fim é organizarmos uma legislação apropriada, um código agrícola ou rural. Isto não é novidade: têm seus códigos rurais as repúblicas do Prata, a do Haiti e creio que o Canadá.

“Ora, em um país essencialmente agrícola como é o nosso, onde há legislação para tudo, onde há código de comércio, onde se procura reorganizar um código militar, onde se trata de legislar sobre pesca, sobre caça, sobre conservação de matas, como é que havemos de descurar do que há de mais importante, do que mais de perto diz com toda a nossa vida econômica, isto é, o trabalho agrícola? Porque não havemos de incutir no espírito dos nossos compatriotas a idéia de que eles, por si mesmos, mediante certas vantagens aos que trabalharem e certas penas aos que não trabalharem, devem dar emprêgo útil às suas forças ativas?

“Estabeleçamos uma lei do trabalho livre, uma lei que o organize, que o eleve, que torne um dever do brasileiro o trabalho.

“Na fala do trono, quando se prometeu a abolição instantânea e incondicional, e, depois, em discursos, falou-se nas medidas complementares da lei de 13 de maio. Ora, não vejo medida que mais completa possa o Governo tomar senão procurar regularizar o trabalho livre entre nós, senão dar que fazer aos nossos libertos, de modo a não soffrermos as conseqüências assustadoras que se me afiguram e sinceramente deploro”.

Mais adiante, o orador alude à Sociedade de Imigração ⁽¹⁾ existente no Estado da Bahia, há cerca de dois

(1) A Sociedade de Imigração foi fundada cerca de dois anos antes, na Bahia, por iniciativa do deputado geral José Marcelino de Sousa, que a ela se refere no seu discurso de 7 de junho de 1888, publicado a página 76 do Volume II dos Anais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Deputados, assim como no seu “Manifesto Político”, candidatando-se à reeleição, publicado na *Gazeta da Bahia* de 25 de julho de 1889. Em 1887 e 1888 era um de seus diretores, conforme consta da representação dirigida em julho de 1887 ao Governo Imperial e do officio do Gabinete do Presidente da Província da Bahia, datado de 9 de fevereiro de 1888, assinado por J. C. Bandeira de Melo e dirigido a José Marcelino de Sousa, em cujo arquivo se encontra.

anos, mas que ainda não funciona regularmente, louva o zêlo e a inteligência do Dr. Filgueiras e declara:

“Com relação à imigração, noto que o nobre Ministro da Agricultura, apesar de reconhecer e mostrar que os núcleos na província de São Paulo não tinham dado bom resultado, S. Ex^a. ainda continua a alentar esperanças na fundação de colônias.

“Na minha província, a tentativa dos núcleos coloniais é tristíssima e desanimadora. Eu quero colonos, mas não colônias; principalmente quando é preciso fundá-las no meio de matas virgens, sendo preciso estradas de ferro, casas, capelães, médicos, etc., ao passo que as fazendas cultivadas oferecem tôda a facilidade para nelas se formarem núcleos coloniais. Nas matas virgens é muito difícil o europeu aclimar-se e a impaludação os dizima. O trabalho, aí, é rude demais e pouco lucrativo.

“A idéia fixa do imigrante, pode-se dizer que é a de ser proprietário, mas o seu interêsse imediato é empregar-se como assalariado, confiando no resultado do seu trabalho, para depois de formar pecúlio, estabelecer-se definitivamente, como pequeno proprietário em terras de fácil cultura. Por ora, entendo que a imigração deve vir para ser distribuída pelas fazendas e, quando superabundar, quando as terras já cultivadas não oferecerem vantagem, então ela se encaminhará para terras mais remotas.

“Em matéria de imigração, mereceu-me ainda reparo a circular de 23 de dezembro de 1886, expedida pelo atual Ministro da Agricultura, prometendo vantagens aos lavradores, que requeressem a introdução de famílias de imigrantes. Mas, quais são essas vantagens? Consistem, unicamente, no pagamento integral das passagens, depois que os fazendeiros provarem com atestados que os imigrantes estão localizados em suas propriedades, para o que deve-

rão previamente requerer autorização ao Governo. O Governo nenhuma intervenção oferece aos lavradores, quer no atinente à aquisição de imigrantes, quer nos contratos que houver de fazer com os agentes de imigração”.

José Marcelino de Sousa continua fazendo considerações em torno dos problemas da imigração e da viação férrea.

Finalmente, em 4 de setembro daquele mesmo ano de 1888, apresenta o seguinte aditivo ao projeto de orçamento do Ministério da Agricultura para 1889: “Fica o Governo autorizado a formular um *código rural*, tomando por base a efetividade do trabalho nos estabelecimentos agrícolas por meio de contratos; repressão da vagabundagem por parte dos proletários; punição dos pequenos atentados contra a lavoura e criação de um corpo de polícia rural.

“O Ministério da Agricultura fará executar logo a primeira e a segunda partes do código, submetendo-o, depois, à aprovação do Corpo Legislativo.

“Paço da Câmara dos Deputados, em 4 de setembro de 1888. — *José Marcelino*”.

Em 11 de junho de 1889, nega confiança ao programa do novo Gabinete, investido em 7, votando nominalmente a favor da moção do Deputado Gomes de Castro.

Depois de dissolvida a Câmara em 17 de junho de 1889 e convocada outra para 20 de novembro, candidatou-se à reeleição, com o seguinte manifesto de 14 de julho, publicado na *Gazeta da Bahia* de 25:

“O que caracteriza o presente, no tocante às nossas relações políticas, é a mais pronunciada desconfiança, da parte de muitos e um indiferentismo bastante expressivo da parte de maior número, quanto à atual forma de governo; é a necessidade, que sentem e manifestam as Pro-

víncias por sua autonomia, no govêrno e direção de seus negócios e interesses, que, com a centralização política e administrativa, não são curados com o zêlo e atenção, a que elas têm incontestável direito.

“Nas relações econômicas nota-se grande abatimento nas forças produtoras, fraqueza de iniciativa na exploração de nossas riquezas, devidos um e outra à falta de crédito, de agentes de trabalho e de educação técnica aplicada às diversas indústrias, a que se presta o nosso vasto e fértil solo.

“Desta situação nasceu a crise política e econômica, que agita tôda a sociedade brasileira, que todos sentem e que preocupa o espírito público.

“Diante dos acontecimentos que, com vertiginosa precipitação, vão se desdobrando, não pode o Partido Conservador ficar imóvel. Por minha parte, como sectário dêste partido, entendo que devo acompanhar de perto os sucessos políticos e neste pensamento estou em atividade e não me deixo ficar na imobilidade.

“E’ convicção minha que não é da essência do Partido Conservador fazer questão a todo transe de forma de govêrno. Conservar a integridade desta grande nação e as instituições que concorrem para o seu engrandecimento, e concorrer para reformar as que lhe entorpecem o progresso, eis a missão do Partido Conservador. Conservar, para poder caminhar com segurança, eis a sua divisa. Apoiar-se nas classes laboriosas, garantir-lhes o direito de propriedade e de liberdade, favorecer os seus empreendimentos, abrir-lhes as portas a todos os meios de desenvolvimento, manter a paz e a ordem públicas, eis o seu programa de govêrno.

“Se, como estou convencido, são êstes seus intuitos; se erros acumulados geraram a desconfiança e o indife-

rentismo com relação à atual forma de governo, não vejo que seja incompatível com o Partido Conservador, que lhe seja vedado aceitar a reforma que pareça impor-lhe a vontade nacional.

“Da energia e da boa educação política dos brasileiros é que depende a felicidade nacional, e não de uma forma de governo determinada.

“Quanto ao governo autonômico das Províncias, estou com os mais adiantados, pouco se me dando que com a federação não se possa conciliar a instituição monárquica, mero acidente da nossa vida política, uma vez que se mantenha a integridade da pátria.

“Se não houvesse tantas razões para justificar esta grandiosa aspiração nacional, bastaria para cada vez firmar mais a minha convicção, o fato — que com grande constrangimento observamos em tôdas as mudanças de situação políticas, e que agora mais do que nunca com selvajaria e desumanidade revoltantes estamos presenciando, — de abalar-se e comover-se todo o país com uma derrubada e remonta gerais do funcionalismo público, com grave ofensa de interesses de ordem mais elevada.

“Com a federação, estas mutações políticas não levarão a perturbação a todos os extremos do País, e, pelo contrário, terão limites e corretivos.

“Para debelar a crise econômica, agravada pelos efeitos da lei, que aboliu a escravidão, e pela irregularidade das estações, penso que deve-se dar tôda a expansão às instituições de crédito, favorecendo a fundação dos bancos agrícolas; regularizar o trabalho, aumentando os seus agentes e estabelecendo a sua atividade por meio de um código rural, constituir sobre bases seguras a propriedade territorial, facilitando sua aquisição, transferência e subdivisão, e abolindo a comunhão, e, finalmente, tornar uma

realidade de modo proveitoso a instrução industrial, principalmente a agrícola.

“Não só como reconhecimento de um direito, garantido pelas nossas leis, mas também para não firmar-se o perigoso precedente de que por motivos de ordem moral e social pode o Estado prescrever certa e determinada propriedade, sem a respectiva indenização, e até como medida de boa política, entendo que, seguindo o exemplo das nações que tiveram a instituição servil, devemos indenizar os ex-senhores dos escravos, emancipados pela lei de 13 de maio. E’ uma medida justa e equitativa, e em favor da qual já me pronunciei e continuarei a esforçar-me.

“Se estas idéias merecerem a aprovação da maioria do independente e ilustrado eleitorado dêste distrito, reeleito deputado, discuti-las-ei para vê-las realizadas.

“A política, que tenho seguido, e o meu procedimento, dentro e fora do Parlamento, são penhores da sinceridade com que falo.

“Desde que ascendeu até que desceu do poder o Partido Conservador, adotei a política larga da tolerância e do respeito aos direitos dos adversários, da expansão do crédito comercial e agrícola, do desenvolvimento da viação férrea, do melhoramento e aperfeiçoamento do trabalho agrícola, dos auxílios à lavoura, da instrução agrícola e da imigração e colonização, finalmente, a grande política dos melhoramentos morais e materiais.

“Em testemunho desta política, aí estão os discursos ⁽¹⁾ que pronunciei sobre a crise do açúcar, sobre a instrução agrícola, sobre os efeitos da lei de 13 de maio, sobre a imigração e colonização, sobre os bancos de emissão de cré-

(1) V. Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 5 de agosto de 1887; 7 e 8 de junho; 3 e 27 de setembro e 8 de outubro de 1888 e Apêndice do Volume VII, págs. 168 a 177 de 1888.

dito agrícola, sobre uma constituição aperfeiçoada e segura da propriedade territorial.

“Como documento desta mesma política: aí estão a Sociedade de Imigração, fundada por iniciativa minha ⁽¹⁾, o prolongamento da *Tram Road Nazaré* que vai servir às regiões mais ricas e importantes dêste distrito, por mim promovido e com muito esforço alcançado. O contrato, que ultimamente celebrei de seis mil contos, para empréstimos à lavoura, mediante juro barato e prazos largos, e que melhores vantagens ofereceria, se fôsem aceitas pelo Govêrno tôdas as minhas propostas, e os trabalhos do Congresso Agrícola, nos quais tomei parte muito ativa, desvanecendo-me de ver aceitas e adotadas por êle tôdas as medidas por mim propostas, uma das quais já está realizada e é objeto do aludido contrato, e outra, a da fundação de bancos da lavoura ⁽²⁾, está em via de realização.

“Parece-me que quem tem em seu favor testemunhos e documentos desta ordem deve ser crido.

“Quanto à tolerância e respeito que, religiosamente, observei para com os meus adversários, não preciso de outro testemunho senão do próprio Partido adverso e do da paz e da ordem que reinaram em todo êste distrito durante a situação conservadora.

“Bem sei que a estreita política do favoritismo tem certos atractivos para alguns, mas preferi a que segui, embora criando para mim dificuldades, porque é aquela estéril e nociva à sociedade, além de incompatível com meus sentimentos. Não abandonei, porém, os meus amigos, e a consciência me diz que lhes fui leal, advoguei seus legítimos direitos e favoreci, na medida de minhas forças, suas justas pretensões.

(1) e (2) Discurso, sessão de 7 de junho de 1888 e projeto n.º 25-1888, sessão de 8 de junho de 1888.

“O Governo, no propósito firme de abafar e embarçar a legítima expressão da vontade nacional, e no seu decidido empenho de obstar as grandes reformas políticas, que agitam o País e são por todos os seus órgãos reclamadas, está montando com um furor desabrido a máquina eleitoral, que faz tremer pela paz e ordem públicas. E’ tão grave, porém, o momento, que a salvação dos mais importantes interesses nacionais exige de todos os brasileiros o sacrifício de não abandonar o seu pôsto político, diante das ameaças e das perseguições do poder. Estou, pois, no meu pôsto e não o abandonarei.

“Não me arreceio da derrota, nem faço cabedal de ser reeleito, só pelo fato de ser deputado. Nestas condições, se desejo e aspiro à honra de continuar a representar êste distrito, para prosseguir na faina, que me impus, não quero nem exijo sacrifícios individuais, e daqui declaro franca e positivamente a todos os meus amigos, ratificando e generalizando o que a alguns disse, que se para escaparem a perseguições dos agentes do poder, ou para não perderem o pão, que tiram de funções públicas, os poucos que porventura escaparam da *razzia* oficial, fôr preciso jurarem na fé do Governo, podem fazê-lo sem constrangimento, do que êsse procedimento possa afetar-me.

“Aos meus leais e dedicados correligionários de Amargosa, intimados ao êxodo e ameaçados de massacre pelos beleguins policiais da atual situação, aconselho prudência e energia na defesa de seus direitos e ofereço o auxílio, que puder prestar-lhes; e para com os correligionários das outras localidades dêste distrito, onde sejam iguais as circunstâncias, guardarei o mesmo procedimento. — Nazaré, 14 de julho de 1889. — *José Marcelino de Sousa*”.

Na República, foi senador à Assembléia Constituinte Estadual, reunida em 4 de abril de 1891, fazendo parte da

Comissão de Constituição denominada "Comissão dos Onze". (3)

Em 1895, foi reeleito, simultaneamente, pelas duas facções do Partido Republicano Federalista, que se havia cindido em 1893, quando divergiram os próceres políticos Dr. José Gonçalves, primeiro Governador Constitucional da Bahia, resignatário em 22 de novembro de 1891, e o Senador Luís Viana, ex-Presidente da Assembléia Constituinte da Bahia.

Em 1897, discordando da orientação política do Governo Luís Viana, iniciado em 1896, renunciou o mandato de Senador, que só expiraria em 1901 e que vinha exercendo ininterruptamente desde 1891, sendo ainda membro das Comissões de Constituição e de Finanças. O Presidente do Senado Estadual dirige-lhe, então a seguinte carta:

"Assembléia Geral do Estado da Bahia.

Brasil — (Armas)

"Gabinete do Presidente do Senado do Estado da Bahia,
26 de abril de 1897.

"Meu Caro Amigo Dr. José Marcelino. (4)

"Por acúmulo de trabalhos desde que aqui cheguei não pude ainda escrever-lhe, cujo dever cumpro hoje.

"Não posso deixar de enviar-lhe um voto de profundíssimo pesar por ver o Senado privado de suas luzes, e os amigos de um verdadeiro homem de bem, trabalhador e

(3) Os Onze eram: Emídio dos Santos, Eduardo Ramos, Manuel Vitorino Pereira, Landolfo Medrado, Vergne de Abreu, Luís Antônio Barbosa de Almeida, José Marcelino de Sousa, Aristides Galvão, Cosme Moreira, Salvador Pires, Antônio Bahia. Uma sub-comissão, incumbida de elaborar novo projeto de Constituição, compôs-se de: Manuel Vitorino Pereira, Pedro Vergne de Abreu e Eduardo Ramos. A 2 de maio é votado em plenário o primeiro capítulo desse projeto, que é, finalmente, aprovado a 1 de julho, sendo promulgada a Constituição baiana a 2 e separando-se Câmara e Senado a 3 de julho de 1891. (V. *Diário Oficial do E. da Bahia*, 2-7-1823: "Reminiscências da Assembléia Constituinte").

(4) José Marcelino de Sousa foi membro, sucessivamente, das Comissões de Constituição, de Finanças, de Obras Públicas, de Agricultura e de Estatística, do Senado estadual.

dotado de sentimentos, — hoje pouco vulgares. O Senado Baiano cumpriu o seu religioso dever fazendo inserir na ata um voto de louvor e agradecimento pelos serviços prestados com tanta dedicação, lealdade e inteligência pelo saudoso Colega que sempre honrou a sua cadeira, cujo vazio será difícil preencher-se. — Receba estas expressões, que nascidas do coração são verdadeiras — como saudosíssimo abraço que de longe envio ao bom e distinto amigo que sempre honrou-me com a sua amizade, a qual hei de sempre conservar como um talismã sagrado enquanto Deus conservar-me aceso o facho sagrado da vida.

Disponha dos inúteis préstimos do

Amigo mto. afto. e obgdo. — TANAJURA”.

Recentemente eleito Diretor da *Tram Road de Nazaré*, dedicou-se exclusivamente a essa ferrovia e à sua propriedade agrícola, Usina Nossa Senhora da Conceição, no município de S. Filipe, onde nascera a 15 de outubro de 1848, sendo seus pais o Coronel Joaquim Anselmo de Sousa (5) e D. Delfina Rosa de Sousa, casando-se em 1880, com D. Amélia Lopes de Sousa, filha de um dos três fundadores da *Tram Road de Nazaré*, o Major Manuel Firmino Lopes, irmão do Engenheiro João Luís Pires Lopes, também fundador da referida empresa. Dêsse consórcio teve nove filhos: Julieta, Honorina, José Marcelino, Maria Amélia, Almira, Joaquim Anselmo, Judite e duas Maria Mercedes, recebendo a segunda destas o apelido familiar de Marieta e, até mesmo, Marietinha. Em tenra idade faleceram os dois meninos e a primeira Maria Mercedes, vindo a falecer em 18 de dezembro de 1917 a primogênita, Julieta, casada com seu primo Augusto Francisco de Lacerda e depois de ter dado 11 descendentes.

(5) Membro da família do Major-Tenente Alexandre José de Sousa Bittencourt, que foi o primeiro, dessa estirpe, a instalar-se no Recôncavo baiano, no século XVIII. (V. “O Solar dos Bittencourt, trabalho de Vital Bittencourt”).

“Atuar sôbre as energias econômicas do Estado, desenvolvê-las, ativá-las” foi a preocupação de José Marcelino, no Govêrno da Bahia.

Contemporâneo de Rui Barbosa, no Ginásio Baiano, dirigido por Abílio César Borges, depois Barão de Macaúbas, era José Marcelino seu amigo pessoal e grande admirador; por isso, confia-lhe, de imediato, os assuntos mais urgentes, pendentes de decisão do Govêrno Federal.

Eis sua primeira carta àquele Senador Federal:

“Bahia, 27 de junho de 1904.

“Caro colega e amigo Rui Barbosa.

“Se não fôssem os múltiplos afazeres, que têm absorvido minha atenção, desde que assumi o govêrno de nossa Bahia, já teria lhe escrito, pedindo o seu valioso concurso para a realização dos melhoramentos de que tanto precisamos, e para o reconhecimento de nosso direito sôbre as areias monasíticas da nossa costa, dependendo do Congresso e do Govêrno Federal.

“Da verba destinada no orçamento para o prolongamento e ramais das estradas de ferro da União, ainda não foi aplicada quantia alguma às duas, situadas neste Estado.

“Conhece V. a rica e vasta região dos Lençóis e os interesses de ordem pública, a que a administração tem de atender, ali, onde são freqüentes as perturbações. Pois bem: já está estudado de longa data um ramal de Machado Portela, ponto terminal da estrada Central, àquela região diamantina, o qual é o de mais urgente necessidade a construir-se.

“O melhoramento do nosso pôrto, que tanto tem de vasto, quanto de atrasado, no serviço de carga e de descarga, está a reclamar êsse importante benefício.

“Conhece V. melhor do que eu a questão da propriedade dos terrenos de marinha e das minas, assim como a nossa grande riqueza em arcias monásticas, das quais quer apoderar-se a União; mas para que fique bem a par do pé em que se acha o nosso litígio, passo a suas mãos os documentos inclusos.

“A defesa do nosso direito, perante a justiça, foi pelo meu digno antecessor confiada ao Dr. Inglês de Sousa, advogado na mesma questão, do Espírito Santo, e perante o Congresso e o Governo Federal a Bahia entrega-a a V. e a todos os seus representantes, dos quais deve V. ser o centro de ação por todos os títulos.

“Vou terminar esta já longa carta, fazendo os mais sinceros votos pela sua preciosa saúde e de sua exma. família, a quem saúdo muito afetuosamente, e pedindo que dê suas ordens ao

“Colega e am.^o at.^o e obr.^o JOSÉ MARCELINO”.

Parece que a maneira pela qual o governador distinguuiu o grande Senador causou algum desgosto e eis que o *Diário da Bahia* de 13 de julho assim relata:

“NEGÓCIOS DA BAHIA

“A *Tribuna*, de hoje, a propósito da local de A *Notícia*, dizendo constar-lhe que o Dr. José Marcelino escreveu uma carta ao Conselheiro Rui Barbosa pedindo-lhe que dirija e oriente, com seus conselhos, as bancadas baianas no Congresso, publica a seguinte retificação:

“Em carta ao Conselheiro Rui Barbosa, o Sr. Dr. José Marcelino, tratando de importantes direitos da Bahia, pendentes do Governo da União ou dos Tribunais, solicitou a cooperação de seus serviços. — Absolutamente não convidou S. Ex.^a a assumir o encargo de dirigir e orientar com seus conselhos as bancadas baianas na Câmara e no Se-

nado. — Esta é a verdade, por cujo restabelecimento se empenha o Sr. Senador Rui Barbosa que, conquanto grato aos conceitos lisonjeiros d'A *Notícia*, não se presume com forças para ser conselheiro da representação da Bahia e nem S. Ex.^a poderia ter tal situação senão por escolha dos seus colegas, os quais nunca o honraram com tal distinção”.

A 20 de agosto de 1904, o governador da Bahia dirige um apêlo aos representantes desse Estado no Congresso Federal, no sentido de se empenharem, junto ao Governo da União, em prol de melhoramentos reclamados pelo Estado e reputados urgentes.

Eis a *Carta-circular*: (6)

“Exmo. amigo e senhor. — Convindo o esforço comum e combinado da representação deste Estado em prol dos melhoramentos que o seu progresso e engrandecimento estão a reclamar dos poderes federais, rogo-vos que concorrais para reunir-se a mesma representação e assentar no modo de promover a efetiva realização das seguintes obras e providências, de caráter mais urgente e inadiável.

“Melhoramento do pôrto, há muito reclamado, e para o qual desde o govêrno provisório organizou-se uma emprêsa, que, longe de promover a realização, está servindo de pretexto para embaraçá-la. Apesar de sua posição geográfica, vastidão, segurança e capacidade, a nossa Bahia oferece grandes embaraços e dificuldades aos serviços de embarque e desembarque e de carga e descarga, como não deve escapar a vossa apreciação e experiência própria: embaraços e dificuldades que desaparecerão, tornando-se o nosso pôrto o melhor, talvez, de todo o Brasil, com os melhoramentos que se fazem precisos.

(6) A *Bahia*, 9-9-1904, *Diário da Bahia*, 10-9-1904 e 12-11-1906 e Arquivo de Correspondência da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro

“Prolongamento de Machado Portela aos Lençóis cujo custo máximo até Andaraí pode atingir a 3.500 contos.

“Sabeis perfeitamente que a vasta zona das Lavras Diamantinas, além das suas importantes e variadas riquezas, minerais, dentre as quais sobressai o carbonato, que se não encontra em nenhuma outra parte, presta-se vantajosamente à cultura agrícola e à indústria pastoril.

“Sabeis também quão difíceis são para ali a comunicação e o transporte e bem assim que o governo do Estado luta com sérios embaraços para manter a ordem pública, freqüentemente perturbada naquela zona, para onde convergem malfetores de diversas procedências, de par com os trabalhadores que vão empregar sua atividade na mineração.

“Reparos da doca do Arsenal de Marinha, cujo estado de ruína é tal que, se não fôr consertada já, ficará inteiramente inutilizada, desaparecendo, assim, o único ponto de embarque e desembarque seguro e menos incômodo, além de imprescindível para os serviços do Arsenal, Saúde e Polícia do Pôrto, do que tudo podeis dar testemunho.

“A Câmara votou em 3 anos sucessivamente 70 mil, e 75 mil contos de réis para consertos da referida doca, sem que, entretanto, nenhum destes créditos houvesse sido aplicado a tal fim. No ano passado o Ministério da Marinha mandou o engenheiro Capitão-Tenente San Juan proceder à organização do orçamento dos trabalhos a realizar; mas, organizado este, foi a obra posta em concorrência, que afinal foi anulada por motivos até hoje não conhecidos.

“Além disto, acresce haver o Ministério da Marinha somente pôsto em concorrência a parte da doca atinente ao extinto Arsenal de Marinha; deixando de lado a parte

pertencente à Alfândega, dependente do Ministério da Fazenda e que não menos carece de sérios reparos, pois se acha por completo esboroadada.

“Tornar-se definitiva, nos termos do parágrafo único do art. 64 da Constituição, a cessão provisória, feita ao Estado, do antigo quartel situado à Água de Meninos, do qual a União não teve, até o presente, necessidade para o seu serviço.

“Policia do Pôrto — Como sabeis, a Policia do Pôrto está em estreitas relações com a Capitania e Capatazia, fazendo-se logo o seu serviço pelo Arsenal de Marinha. Ressente-se, porém, o Estado da falta de um edifício apropriado a êsse serviço, vindo-se obrigado a alugar, para êsse fim, uma casa fora do Arsenal, ao passo que a União tem diversos prédios desocupados, prestando-se perfeitamente à instalação dêsse serviço o conhecido pelo nome de “casa de ordem”, que foi cedido ao Ministério da Fazenda para dependências da Alfândega, e do qual esta não se utiliza.

“E’, pois, de tôda a conveniência para o Estado solicitar do governo federal a cessão do domínio útil do referido prédio ou de parte dêle, para a instalação da Policia do Pôrto.

“Permuta do edifício da Delegacia Fiscal — Contíguo ao Palácio do Governo acha-se o edificio da Delegacia Fiscal, espaçoso demais para os serviços dêsse departamento de administração federal e da Caixa Econômica, que funciona no pavimento térreo. Ao Estado muito convém a aquisição dêsse edificio, não só pela razão da contigüidade, como por oferecer cômodos espaçosos para a instalação de tôdas as dependências de suas secretarias, concentrando-se, assim, em um só prédio, com grandes vantagens, tôdo o serviço da administração estadual.

“O Estado, em troca, oferece o edifício em que funciona atualmente o Tesouro Estadual, no valor de trinta contos de réis, um vasto quartel fronteiro ao Quartel General, de valor nunca inferior a 50 contos, e a Fazenda Ponta da Areia, adaptável quer ao serviço sanitário de isolamento, quer ao futuro Arsenal de Marinha. Essa fazenda custou ao Estado 30 contos de réis.

“Transferência de todo o serviço sanitário do pôrto ao Governo Federal, de conformidade com o art. 1.º, § 7.º da Lei n.º 1.151 de 1904, cedendo o Estado à União o importante desinfectório montado em Mont-Serrat, mediante o preço que fôr estipulado, ou em troca do edifício da Delegacia, em substituição de um ou alguns dos próprios estaduais acima referidos.

“Isenção do imposto de importação, no orçamento, para o material importado pelos Estados para ser utilizado no serviço público, de conformidade com o art. 10 da Constituição: isenção que o govêrno tem a título de favor, concedido para cada caso especial e em consequência de pedidos reiterados.

“Reconhecimento ao direito dos Estados, em face do art. 64 da Constituição Federal, sôbre as minas e, portanto, sôbre as areias monásticas, mesmo no caso de estarem as respectivas minas situadas em terrenos de marinha e serem êstes do domínio exclusivo da União, o que, aliás, lhe é contestado com bons fundamentos.

“Não pode servir de motivo para recusa das obras e providências, que a Bahia reclama, a falta de recursos da União; porque o Govêrno Federal está realizando por conta própria, ou subvencionando, muitos serviços em diversos outros Estados, dentre os quais convém notar os seguintes, sendo de salientar o alargamento da bitola da Central, no trecho de Taubaté a São Paulo, trabalho perfeitamente adiável quando estradas de ferro e outros meios

de transporte são em outras zonas geralmente reclamados para o progresso e engrandecimento do país.

“Eis a relação, a que me refiro, das obras que o Governo Federal subvenciona ou realiza por conta própria.

“Unificação de rêde férrea de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte (contrato da Great Western).

“Prolongamento das linhas da Great Western.

“Estrada de Ferro de Vitória a Diamantina.

“Prolongamento da Leopoldina em Minas e no Espírito Santo.

“Prolongamento da Central (em Minas).

“Alargamento da bitola da Central de São Paulo a Taubaté.

“Estrada de Ferro de São Paulo ao Rio Grande.

“Prolongamento da Sorocabana a Mogiana.

“Estrada de Ferro de São Francisco a Iguaçu.

“Prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná a Teresá Cristina.

“Trabalhos contra a sêca no Rio Grande do Norte e Ceará (Estradas de Ferro).

“Tarifas — As tarifas das Estradas de Ferro neste Estado são elevadissimas, especialmente nas Estradas do São Francisco, Prolongamento e Central da Bahia.

“Enquanto as Estradas de Ferro do sul do país, como a Leopoldina, Central, Paulista, Mogiana, Sapucaí, etc., têm feito, graças geralmente à intervenção do governo federal, reduções de 20 e 30% nas tarifas, mormente de cereais, as nossas estradas conservam tarifas exageradas na base 10 d., quando a taxa cambial se conserva há mais de dois anos, a 12 d.

“Na última sêca o Ministro da Indústria reduziu a 30% as tarifas dos gêneros de primeira necessidade; mas, antes mesmo de terminados tôdos os efeitos calamitosos da crise climática, mandava pôr em vigor as anteriores, fazendo assim cessar o abatimento concedido.

“Convém, pois, promoverdes perante o govêrno o abai-xamento das tarifas das estradas de ferro dêste Estado, de conformidade com o que já conseguiram os Estados do Rio, São Paulo, Minas, Pernambuco e outros.

“Apelando para o vosso patriotismo, para o vosso esforço conjunto em prol do engrandecimento de nosso Estado, nutro a mais viva convicção de que não recusareis os serviços que acabo de solicitar-vos e que serão êles coroados do melhor êxito.

“Com particular estima e a mais distinta consideração, aguardo as vossas ordens”.

A bancada baiana reúne-se, pela primeira vez, em casa de Rui Barbosa, que é eleito Presidente da Comissão incumbida de se entender com o Presidente Rodrigues Alves, e da qual também faziam parte os Deputados Augusto de Freitas, *leader* e Joaquim Inácio Tosta.

Os jornais censuraram os têrmos incisivos da carta-circular e urdiram intrigas em tôrno da escolha da mencionada comissão, o que leva Rui Barbosa a explicar-se:

“PELA BAHIA (?)

“Desfigurada em seu caráter e circunstâncias pelas versões que aí correm, a conferência da representação baiana, que se celebrou no dia 5 em minha casa, sinto-me obrigado a precisar a verdade nalguns pontos, que mais diretamente me tocam.

(7) Ver A Tribuna, Rio, 7 de setembro de 1904; A Notícia, Rio 8 de setembro de 1904; Diário da Bahia, 15 de setembro de 1904.

“Sendo a primeira vez que me cabia participar numa assembléia daquelas, eu não me arrogaria o arbítrio de intervir na escolha da comissão, que houvesse de a representar. Sugerindo o nome o Dr. Augusto de Freitas, supunha eu servir a uma combinação, que tinha motivos para cuidar assentada.

“Dias antes me dera a honra de sua visita o digno presidente da Câmara, acompanhado pelo Dr. Tosta e por aquêlê outro ilustre deputado. Nessa ocasião, órgão de seus companheiros, depois de me anunciar o favor, que me faziam, de eleger a minha casa para lugar de suas deliberações, concluiu, dizendo já se achar ali mesmo naturalmente constituída a comissão futura pelos representantes da Bahia então presentes, menos S. Ex.^a a quem o tolhiam os seus encargos na presidência da Câmara e a necessidade que tinha de se ausentar para uma estação de águas (7-a). Daí resultou que, vendo omitido o Dr. Augusto de Freitas na proposta do Dr. Garcia Pires, o atribui a mera inadvertência do proponente, e, em consequência, acudi, reparando a lacuna, persuadido, pelo caso anterior, de que restabelecia a combinação aceita.

“Certo é que o Dr. Freitas então recusou, não havendo recusado anteriormente. Mas não que alegasse incompatibilidades ou dificuldades para com o govêrno. Bem pelo contrário, fê-lo, protestando que junto ao govêrno continuaria a se empenhar, no assunto de que se tratava, com o mesmo interêsse e assiduidade, com que, há muito, nessa matéria se esforçava pelo bom êxito das reclamações baianas.

“Tão pouco é exato que eu opusesse embaraços ao alvitre de as apresentar ao govêrno sob a forma de *ultimatum*. Bom ouvido tenho, escutei com a maior atenção quanto se dizia, e a ninguém ouvi ali semelhante idéia,

(7-a) O Presidente da Câmara Federal era o Deputado Francisco de Paula Guimarães.

ou coisa que, ainda remotamente, se aproximasse dessa figura. Nas minhas últimas palavras aos meus colegas, acentuando que a nossa missão consistiria apenas em nos entendermos com o governo, e lhes comunicar depois o resultado, quis simplesmente definir os modestos termos da incumbência, que nos era confiada, e fixar assim os estreitos limites da nossa responsabilidade.

“Faço ao Sr. Presidente da República a justiça de entender que ninguém acreditou menos do que êle no tom de guerra emprestado malignamente à reunião baiana. Bem sabe S. Ex.^a que para veículo de intimações desta natureza nunca poderia servir quem sempre teve o costume de liquidar publicamente, na tribuna, ou na imprensa, as suas relações de oposição ou adesão aos governos do país. Nem mesmo sorrindo, pois, e menos “no seu tom peculiar de ironia dissimulada”, que eu não conheço, seria delicado que nos perguntasse pelo *ultimatum*. Quem abriu a prática, aludindo às notícias incorretas de nossa reunião, fui eu. E tive a satisfação de ver que S. Ex.^a se apressava em reforçar o nosso desmentido, rememorando-nos casos análogos, de sua experiência pessoal, quanto a indiscrições de reportagem mal informada.

“Agora, já que, por derradeiro, até o orçamento vem à baila, entre bisbilhotice e remoques mal adoçados, em ar de lição admoestatória à Bahia, direi, antes de fazer ponto, que o lembrete nos calha tão mal, quanto a insinuação de haver entre nós quem divida o país entre baianos e brasileiros. Pelo que toca a esta não me deterei em lhe rebater a malícia; porque não merece. No que respeita ao orçamento, basta-me dizer porque não lhe acarretam o menor ônus os melhoramentos, para os quais solicitamos a decisão do governo.

“Este, pelos estudos feitos, sabe que a taxa legalmente decretada cobrirá, com excesso, as despesas corresponden-

tes às obras do pôrto da Bahia. Não é, portanto, favor o que ela pede, nem há já motivos, que abonem a demora na satisfação do seu direito. Isso tanto mais quanto, há cêrca de dois meses, estando aqui o representante da Associação Comercial na Bahia, lhe declarou o Dr. Lauro Müller que “o govêrno deseja ligar o seu nome a essas obras de tanta utilidade”, que “dentro em uma semana teria findo o seu estudo a respeito”, e que “em breve se poderia dar comêço a êste empreendimento”.

“Estas palavras de S. Ex.^a, comunicadas por aquêlê representante da praça da Bahia ao *Jornal de Notícias*, foram dali transcritas pelo *País*, onde S. Ex.^a as leu, e confirmou ao Sr. Deputado João Neiva, que lhe apresentara essa fôlha, consultando-o sôbre a sua exatidão. Não deve ser, portanto, a Bahia incômoda ao govêrno, indo ao encontro dos seus desejos, interpretados tão peremptôriamente pelo Sr. Ministro da Viação, em cuja sinceridade cremos. E menos será pesada ao orçamento nacional, promovendo a execução de um serviço, cujas despesas vão ser custeadas exclusivamente pelo próprio comércio baiano.

“O outro ponto a cujo respeito falamos ao Presidente da República, está, para com o orçamento, em condições da mesma inocuidade. Trata-se de uma dificuldade pendente entre duas emprêsas ferroviárias, que está nas mãos do govêrno resolver, ou decidindo entre os dois pretendentes, ou submetendo o caso a concorrência pública. Para a opção entre as duas soluções possui a administração, há muito, elementos de sobra. E, se algum prejuízo resulta aos interêsses do Tesouro, é do atraso na determinação final.

“Erros, ou culpas, terá, se quizerem, a Bahia; não, porém, de haver suscitado tropeços ao govêrno republicano. Desde o Marechal Floriano Peixoto até o Dr. Rodrigues Alves todos os presidentes contaram sempre com o franco

apôio da representação baiana. Só uma exceção tem havido: a de um díscolo conhecido e reincidente, que a Bahia, não condescendeu em decapitar, quando lho impuseram. Mas êste mesmo ainda não embarçou os movimentos à situação atual.

7 de setembro — RUI BARBOSA”.

O *Diário da Bahia* de 27 de setembro do mesmo ano publica a seguinte Moção, aprovada pelo Conselho Municipal de Salvador, em 26:

“O Conselho Municipal da cidade do Salvador, como órgão mais direto dos interesses do povo dêste Município, aplaude o pedido feito pelo Dr. Governador do Estado, por intermédio dos nossos representantes na Câmara Federal, ao Govêrno da União, a fim dêste pôr em prática os melhoramentos materiais necessários a êste Estado, principalmente as obras do pôrto.

“O Conselho afirma a S. Ex.^a inteira solidariedade. — Em Câmara, 26 de setembro de 1904. — (Ass.) Prediliano Pita, Leopoldino Tantu, Pedro Rodrigues dos Santos, Aurélio Viana, Manuel José de Novais, Alfredo Barros, Clião Arouca, Sérgio Cunha Machado, Bento Berilo, Manuel Jerônimo, João Fernandes, Ismael Ribeiro”.

“Em seguida, foi aprovado o requerimento do Sr. Novais, pedindo que se nomeasse uma comissão que, perante o Presidente da República, insistia pela realização dos melhoramentos pedidos na carta-circular, principalmente os das obras do pôrto desta capital.

“Aprovado o requerimento, foram nomeados os Exmos. Srs. Senador Rui Barbosa e Deputados Dr. Augusto de Freitas e Dr. Joaquim Inácio Tosta”.

A 7 de junho do ano de 1905, êste Conselho e a Câmara Estadual felicitam o governador da Bahia *pela assinatura, em 6, do Decreto Federal n.º 5.550, inovando o*

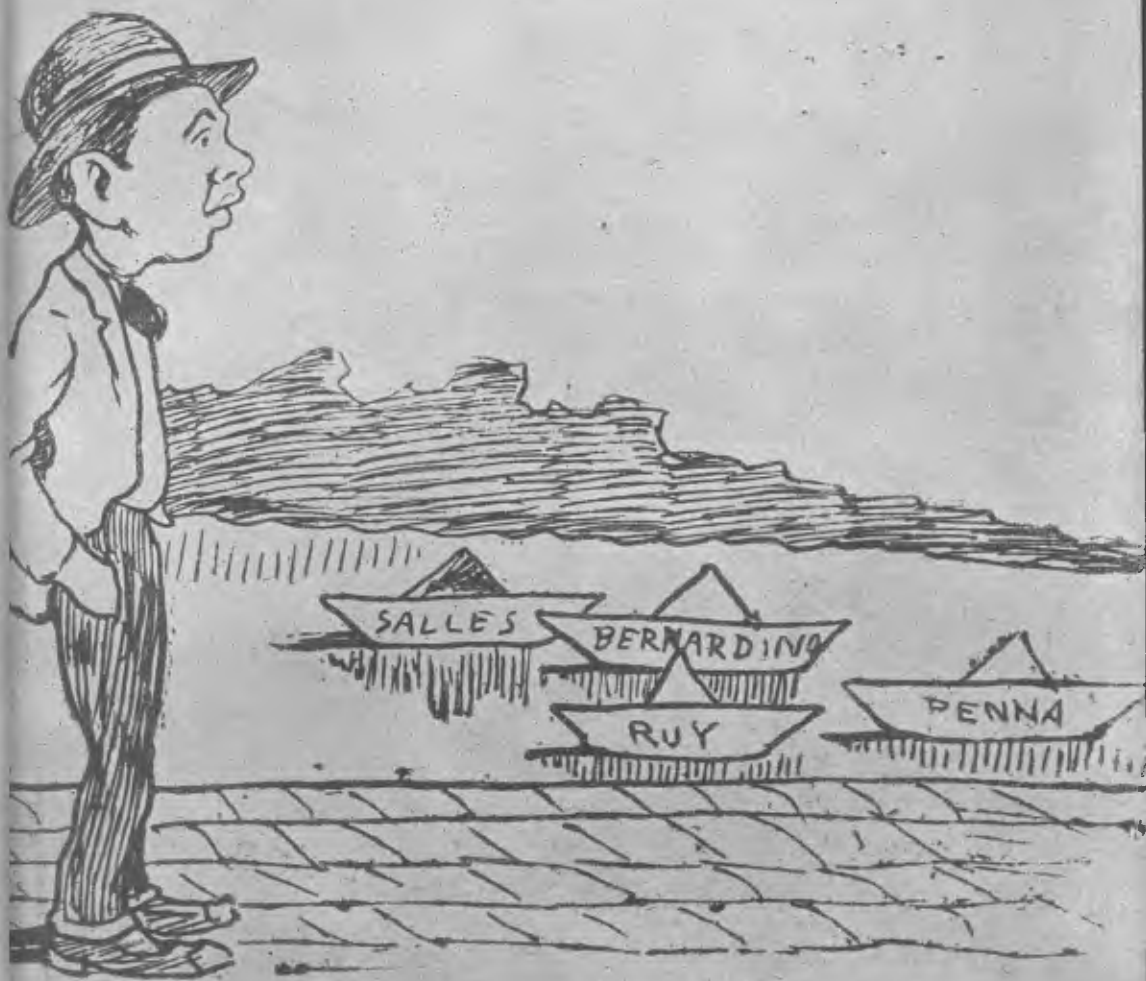
contrato da Companhia Internacional de Docas e Melhoramentos do Brasil (Ex-Emprêsa Docas e Melhoramentos da Bahia).

Em 9 de novembro de 1906 assinava-se, no Ministério da Viação, o termo de acôrdo reconhecendo a "Companhia Internacional de Docas e Melhoramentos do Brasil" sob a nova denominação de — "Companhia Cessionária das Docas do Pôrto da Bahia" e, a 12, inauguravam-se, com grande solenidade, os trabalhos de construção das Docas do Pôrto da Bahia (8).

No Rio de Janeiro, a 8 do mesmo mês e ano, foi inaugurado longo trecho de cais construído.

(8) V. "Um Estadista quase Desconhecido", da mesma autora, premiada pelo Estado da Bahia em 1945, edição 1948; também "José Marcelino de Sousa e sua obra administrativa no São Francisco", da mesma autora, edição 1946, Rio de Janeiro.

REGATA PRESIDENCIAL



· Zé Povo : — Vença quem vencer, a minha posição é ficar sempre a ver navios!...

REGATA PRESIDENCIAL

Caricatura de "O Malho", n.º 132. Rio de Janeiro,
25 de março de 1905

Refere-se aos quatro candidatos presidenciais: Afonso Pena e Campos Sales, indicados em 1904; Bernardino de Campos, em fevereiro e Rui Barbosa em março de 1905; êste porém, teve a adesão imediata de tôda a imprensa baiana e de todos os órgãos deliberativos da opinião pública: foi candidato único, no Estado da Bahia.

CAPÍTULO II

A COLIGAÇÃO REPUBLICANA DE 1905

Desde o segundo semestre de 1904, os jornais brasileiros agitam a questão da sucessão presidencial, fazendo constar que o Presidente Rodrigues Alves manifesta sua preferência pelo Conselheiro Afonso Pena, então exercendo o mandato de Vice-Presidente da República.

Os amigos do General Pinheiro Machado, Chefe do Partido Republicano do Rio Grande do Sul e Vice-Presidente do Senado Federal, levantam seu nome, que o general-senador recusa, em favor de seu preferido — o Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, antecessor de Rodrigues Alves, lançando, assim, um candidato livre, isto é, fora do processo convencional, forma simulada, até então adotada, para indicar o escolhido do Catete.

Nos primeiros dias de novembro de 1904, descobre-se uma conspiração tramada contra o Dr. Rodrigues Alves, com ramificações em São Paulo e nos outros Estados, fato que leva o Dr. Godói, Chefe de Polícia de São Paulo, até o Rio de Janeiro, bem assim um senador paulista, que foi, apressadamente, avisar o Presidente da República. Segue-se, a 14, a Revolta na Escola Militar, com suas consequências. Nessas contingências, o Estado de São Paulo, presidido pelo Dr. Jorge Tibiriçá, auxilia o Governo Federal com forças, para a defesa da ordem pública.

Em 14 de fevereiro de 1905, regressa da Europa o Dr. Bernardino de Campos, chefe republicano, duas vêzes Presidente de São Paulo (mineiro de nascimento, radicado em São Paulo). Desembarca no Rio de Janeiro e visita o Presidente Rodrigues Alves em Petrópolis e, a 8, é festivamente recebido em São Paulo, onde distribuem, por toda a cidade, impressos indicando o seu nome à futura Presidência da República. Nos primeiros dias de março, o Ministro da Viação, Dr. Lauro Müller, sob o pretexto de realizar a encampação da Sorocabana, vai a São Paulo assentar definitivamente com o Presidente Tibiriçá a candidatura do Dr. Bernardino de Campos.

Em Minas há, também, um movimento crescente em favor de Afonso Pena (sôbre o qual o Govêrno Federal não mais se pronunciou, desde a reação de Pinheiro Machado em favor de Campos Sales).

Em 10 de fevereiro, de Paris, Severino Vieira, chefe do Partido Republicano da Bahia, assim escrevera ao Governador José Marcelino:

“Como vamos de política federal? Pela publicação de um tal Plutarco, nos *a pedidos do Jornal do Comércio*, onde se preconizam diversos nomes, para se condimentar com abundante adjetivação o do Seabra, vejo que no Ministério do meu amigo R. A. brotam os candidatos como cogumelos em montureira. Veio em primeiro lugar o Rio Branco. Depois, o Müller andou a insinuar-se como o *enfant gâté* do Catete. Agora até o Seabra já está no caso! Santo breve da Marca! Já há muito nome no tapete e parece-me que é tempo de a gente ir manifestando suas simpatias para impedir que a escolha seja feita pelo *sonolento do Catete*, que, certamente, não tem o direito de fazê-lo, ou pela criança, o que seria maior calamidade.

“Não creio que o homem tenha preferências pelo Müller, e se a tivesse, era o caso de dar-lhe combate a peito descoberto.

“O nosso Rui, se tivesse elementos, devia ser sustentado por nós, embora a minha convicção de que êle não seria a mais acertada escolha. Rui se impõe à admiração de todos pelo seu talento e erudição; porém, não é, nunca foi, e não poderá mais ser um estadista.

“Ficam o Pena, o Bernardino que é enfeitado por um grupo dos adversários do Campos Sales para inutilizarem a êste; ultimamente vem surgindo o Prado, talvez, com o mesmo fim, conhecidas as intenções, a modéstia e desinteresse do Bernardino.

“Receio muito que, por uma conspiração de família, o homem do Catete se incline pelo Pena. A sua escolha será uma calamidade”. “Acresce que o Pena já está de aliança feita com o Rosa.

“Os outros são de São Paulo e eu estou de acôrdo consigo que “basta de São Paulo!” Sim, com exceção, apenas, do Campos Sales que, sendo paulista de origem, não é candidato de São Paulo. E’ um candidato nacional. E’ um homem que já prestou serviços reais e palpáveis ao seu país, e que ainda está em condições de prestá-los, talvez, com mais facilidade e maior proveito.

“Apreciemo-lo sob o ponto de vista primordial pelo qual deve ser encarada a eleição presidencial: o dos mais elevados interesses nacionais: Não há entre os nomes falados nenhum que se lhe possa aproximar; nenhum que tenha no espólio do seu passado penhores do mesmo valor com que possa assegurar e garantir um govêrno inútil (*sic*) e proveitoso à comunhão brasileira. E há de se afastar um homem nas condições dêste, somente por ser paulista? Eu não quero que a origem paulista seja um título que ha-

bilite a galgar a primeira magistratura da Nação; mas seria ainda mais odioso converter êsse incidente do nascimento em ferrete de incapacidade.

“Compare o Campos Sales com os outros que andam aí sendo apontados e diga-me, se há algum que lhe seja apenas igual, quanto mais superior? Eu apelei para a sua consciência de justiça e para o seu patriotismo acendrado de brasileiro.

“A demora de uma manifestação de preferência pode prejudicar a causa nacional e o futuro do país.

“Eu sei que o Campos Sales tem inimigos; mas qual o homem de valor que os não tem?

“V. falou-me aí, uma ocasião, incidentemente em uma entente com o Rosa. Os meus protestos e afirmações têm sido sempre o de facilitar o desempenho da sua espinhossíssima e pesada missão. Não posso, pois, criar-lhe embaraços de qualquer ordem que sejam; mas qualquer entente com o Rosa que não seja no sentido de apoiar êle francamente a candidatura do Rui, ou a sua para a presidência da República, importará a minha aposentação política.

“Isso é uma concessão que devo, que não posso deixar de fazer por considerações muito especiais; porque, do contrário, eu aceitaria o fato do acôrdo ou entente em qualquer terreno como o deferimento do pedido de aposentadoria que por seu intermédio faço aos meus amigos.

“Nós precisamos da organização de partidos fortes, com elementos de vida para o govêrno, ou na opposição; e não podemos tê-los enquanto obedecermos a essa disposição do extramalharmos da órbita de ação que nos havíamos traçado, por interêsses passageiros de ocasião.

“Eu sou um planetóide, um tanto rebelde que não pode obedecer às leis de gravitação e movimento na constelação onde impera o Rosa como astro-rei.

“A minha declaração não é, bem vê, uma ameaça; mas sim, uma confissão. Faça o que achar melhor; mas eu é que não posso mudar de caminho; entretanto evitarei embaraços e contrariedade aos meus amigos, encostando o meu bordão de peregrino e recolhendo-me às tendas da reserva.

“No dia treze tenciono partir daqui em excursão pelo Sul da França e pela Itália. Nesta viagem pretendo demorar-me um mês ou pouco mais.

“Dê suas notícias e mande suas ordens ao que se preza de ser com a mais perfeita estima e elevado aprêço — colega amigo af.^o e obgm.^o — *Severino Vieira*”. (*)

As manobras paulistas, os movimentos de Minas e a atitude do Pinheiro Machado forçaram a Bahia a levantar, mais cedo do que esperava, a candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República.

O jornal vespertino *A Bahia*, órgão do Conselho Municipal de Salvador, publica, a 13 de março de 1905, substancioso e ardoroso artigo, sob o título “Candidatura presidencial”, recomendando “à aceitação e aos sufrágios do povo o nome nacional de Rui Barbosa”, candidatura esta que repercute em tôdo o Estado, com a manifestação coletiva de tôdas as classes sociais, fato único, até então.

Este artigo é de autoria do próprio Governador José Marcelino, conforme explica o deputado federal Leovigildo Filgueiras, ao Major Carlos Nunes de Aguiar, na sua carta escrita da Bahia com data de 15 de março, hoje pertencente ao arquivo da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Nesse artigo aquilata-se a admiração e a amizade que ligavam José Marcelino a Rui Barbosa. Quem conheceu José Marcelino e habituou-se à sua atitude permanente de reserva, parcimonioso no falar, vê a expansão de seu

(*) V. Arquivo político de José Marcelino de Sousa, pertencente à autora.



coração através das frases incisivas e justas, expendidas a respeito de seu "candidato nacional".

Eis o artigo:

CANDIDATURA PRESIDENCIAL

"Agita-se, atualmente, nas sumidades da política brasileira, a questão da escolha de um nome à sucessão presidencial da República.

"Deve estar impressionando salutarmente a todos os republicanos e, em particular, às agremiações partidárias que, no território da nação, concentram as responsabilidades do poder e os melhores elementos de vitalidade e de força, a atitude de ponderada reserva com que o eminente chefe do Estado aguarda a manifestação da vontade nacional pelos seus legítimos órgãos dirigentes.

"E' um belo exemplo êsse, que nos dá o supremo magistrado do país, evitando, por uma justa compreensão dos seus deveres de administrador e de leal amigo do regime vigente, perturbar o exercício regular dos mais respeitáveis direitos da opinião, tornando uma burla odiosa a independência que lhe serve de fundamento.

"Daí a multiplicidade na indicação de nomes à substituição presidencial do período que decorre, todos de brasileiros ilustres, que se têm procurado recomendar à investidura do cargo pelos seus serviços ou pelos seus méritos pessoais.

"Dentre êstes nomes, porém, um há que nos é profundamente caro, que, por igual, o deve ser ao país inteiro.

"Êste nome vale por si só a nacionalidade brasileira, compendia as mais vivas e as mais brilhantes tradições modernas da nossa democracia; ilumina, com as claridades intensíssimas do maior espírito nacional, que evoca,

tôdos os três lustros da nossa existência republicana; substancia o vigor mental do nosso povo, envolvendo em um semicírculo de luz a figura ideal da República, que mister se faz ser justa para ser amada; exprimem o grande poder do talento, que se fez gênio pelo estudo e pela dedicação incansável à causa da prosperidade e da honra popular; demonstra até que ponto se pode desdobrar a personalidade moral de um homem público, que se tornou grande demais para representar apenas o trato, embora imenso, que lhe serviu de bêrço...

“Depois destas palavras, bem estávamos dispensados de escrever aqui o nome de Rui Barbosa.

“E nós o lançamos na externalização do mais legítimo desvanecimento não de baianos mas de brasileiros, porque, já o dissemos, não pode a Bahia, em um impulso de egoísmo, ainda que nobre, chamar seu filho privilegiado quem se veio tornar a glória da sua Pátria.

“E esta é a verdade que a consciência nacional proclama.

“Nenhum brasileiro se pode avantajear a Rui Barbosa, nos serviços à Pátria e à República e tão pouco no extraordinário mérito intrínseco com que se há imposto a uma quase adoração dos seus compatriotas.

“Próceres da República, êle é também um dos seus precursores, o mais ilustre de todos pelo seu valor intelectual, fazendo-se, na imprensa, o mais admirável dos heróis dessa campanha incruenta de propaganda oportuna, que a sua pena inimitável de jornalista, transmutada em clava hercúlea, tornou formidável e profícua.

“Vencedor na luta, êle concentra em suas mãos os poderes discricionários do Governo Provisório, e, sem abuso, antes com moderação nimia, e alta penetração dos fins que lhe cumpria alcançar, multiplica-se pelo trabalho,

tão longo e ininterrupto, que parece ainda hoje aos que conhecem êsse período difficilimo, inicial do regimen novo, superior às forças humanas; êle domina a fadiga, êle vence a si próprio, conseguindo subjugar a fraqueza de sua organização física pela reação de sua extraordinária organização moral.

“Assim é que no curto espaço de menos de dois anos, sem embargo dos inumeráveis assuntos administrativos que lhe demandam a atenção, êle formula o projeto de nossa constituição, elabora a lei da separação da Igreja do Estado, prepara a lei do casamento civil, redige a nossa legislação hipotecária, confecciona a lei sôbre as sociedades anônimas, organiza, em suma, a nossa nova existência política.

“E o que êle faz, o que escreve e sôbre o que provê, dispõe, regula, redige, elabora, formula, organiza ou cria, é o transunto do que de melhor, mais juridico, mais liberal consagram as legislações dos povos mais adiantados do mundo, e, ainda, como prova do seu grande valor, o que hoje nos guia, nos orienta, nos serve de fundamento político.

“Depois, é ainda na imprensa, e na sua célebre *Imprensa*, em suas duas épocas, que êle se bate pelos grandes problemas nacionais, esclarecendo os assuntos, orientando os governos, defendendo a sua obra de abnegação e de civismo, que êle vira, afinal, um dia — e o confessara com os olhos rasos d'água — realizada entre flores, “sem enviivar uma mulher e sem orfanar uma criança”.

“Ainda depois, ou mesmo simultâneamente, vêmo-lo passar da esfera movimentada da administração à labuta extenuante da tribuna parlamentar e aí, sempre ao serviço da República, de que se fizera, ao mesmo tempo, o criador extremoso e a criatura amantissima, as vistas do

Brasil inteiro se voltam, cheias de admiração e de entusiasmo, para a sua pessoa, não se podendo saber quando maior é êle, se quando organizador ou quando legislador.

“Depois ainda, acumulando encargos, subdividindo-se no trabalho, se nos depara a sua figura na tribuna forense e no seu gabinete de advogado, em defesa do Direito, em proveito da instituição republicana, ilustrando as estantes dos cartórios e o recinto dos tribunais com a sua inigualável inteligência.

“E ainda depois, êle aí ressurgue a apresentar, por entre o orgulho e o espanto admirativo dos concidadãos, os seus trabalhos sôbre o Código Civil, sem prejuízo dos mais amplos exercícios, por outras, das suas atribuições de Senador, imprimindo àquele, mau grado a escassez do tempo, o cunho especial do seu preparo vernáculo e jurídico sem par...

“E aqui como ali, é sempre o homem em que se revela, ao lado do seu grande coração de brasileiro, a extrema elasticidade do seu intellecto privilegiado, e todos os seus esforços importam em serviços e dedicação ao seu país e à República, defendendo ambos, dignificando um e a outro.

“Rui Barbosa tem sido, de fato, o organizador do nosso regime republicano, o guarda zeloso de nossa Constituição; o patrono dos fracos, o reivindicador dos direitos e das prerrogativas individuais; o espantelho dos opressores e a estrêla da esperança dos oprimidos, e, ainda agora, vai êle completar a sua grande obra pela República, tornando-se o consolidador do nosso Direito Civil.

“E tudo isto tem sido, e tudo isto há feito em bem de sua Pátria, sem interêsses pessoais, senão com os maiores sacrifícios para a sua existência material, para o sos-

sêgo do seu lar, e, o que é mais, expondo-se às investidas da intriga, aos botes da calúnia, malvisto, desterrado, perseguido pela fôrça bruta, pelo arbítrio rancoroso da prepotência, triunfante no momento.

“Rui Barbosa é, pois, um homem de coragem cívica, da energia moral das grandes ocasiões, em que se não deve hesitar no cumprimento dos deveres da honra e dos reclamos do patriotismo.

“E os seus erros? — nos perguntarão os seus impenitentes adversários. Sim, êle os têm tido, e nem o negamos nós.

“Mas — perguntamos por nossa vez — e quem não os tem?

“E há entre nós, quem por erros, o possa acusar?

“Certo que não, porque outros também os têm, sem, aliás, o prejuizo dos seus merecimentos reais, e aqueles que de erros se acham imunes que, na frase evangélica, lhe atirem a primeira pedra.

“Sim, êle tem erros; mas quem há aí que, em contraposição, possa alegar superior soma de serviços e mais constante dedicação pela sua Pátria e pelo renome da República?

“Pois bem: pensamos chegado o momento de uma grande justiça; julgamos oportuna a ocasião de ser realizada essa bela obra de reconhecimento e de civismo.

“Reivindicações como esta têm o duplo e nobre fim de uma homenagem à justiça e ao mérito e de um preito à inteireza e ao brio da nossa nacionalidade.

“Convicto disto, é que, nestas linhas, em nome dos princípios invocados, e como representante da opinião, porque somos um órgão, ainda que obscuro, da imprensa do país, lembramos hoje à aceitação e aos sufrágio do elei-

torado, para a futura presidência da República, o nome do eminente brasileiro — Dr. Rui Barbosa.

“Não é, todos o compreendem e todos o sentem, uma candidatura de facção política, ou de partido, nem mesmo uma candidatura de Estado.

“Absolutamente não.

“A candidatura de Rui Barbosa é uma candidatura nacional.

“A sua individualidade pública está alheada, e assim se tem constantemente mantido, dos interesses partidários, das divergências ou convergências de grupos, e é dêste modo, e é dêste ponto de vista que nós a apresentamos à consagração do povo brasileiro.

“E desde já dirigimos nestas linhas um apêlo formal, aos nossos eminentes colegas da imprensa do país e dêste Estado, assim como aos diversos outros órgãos dirigentes da opinião, pelos quais se deve manifestar a vontade nacional, para que, de referência a esta candidatura, se faça uma realidade a manifestação do seu sentir e do seu querer”.

Severino Vieira, cujo mandato de Presidente da Comissão Executiva do Partido Republicano da Bahia expirava, manifesta-se do seguinte modo:

“Paris, Avenue V. Hugo 178 — Em 21 de abril de 1905. — Meu presado Amigo Dr. J. Marcelino. Vejo o que me diz sôbre candidatura e eleição presidencial. Alguns amigos, e quase todos comuns, e de confiança, a quem escrevi fazendo umas tantas considerações filosóficas sôbre a candidatura do Campos Sales, interpretaram mal, ao que parece, o meu pensamento, supondo que eu tivesse contraído algum empenho em relação a essa candidatura. Filosofando sôbre o caso e vendo as coisas através de

minha consciência de cidadão brasileiro, continuo a pensar, com a mais profunda convicção, que entre os candidatos à tona não há nenhum superior, nem mesmo igual ao Campos Sales que, não sendo apoiado pelo Catete, seria a melhor e mais auspiciosa bandeira de protesto e combate às incursões do alto.

“Não viram os amigos a que me refiro que é, neste particular, o mais perfeito o nosso acôrdo no ponto da resistência ou do combate.

“No movimento, sob suas auspícias, operado na Bahia há um grande alcance político. Sem falar na oportunidade com que êsse movimento veio salvr-nos de sermos elevados atôa dos ventos que sopram do alto por êsse mar-morto da negação do civismo e da consciência política, o lançamento da candidatura do Rui teve o grande efeito político de afastar do Seabra, pelo menos, por enquanto, a imprensa neutra da nossa terra.

“Assim, mantida em região oficiosa, sem ser levada para o campo oficial, estou ainda de pleno acôrdo em que a situação “poderá tomar outra face que, talvez, não nos seja desfavorável. Urge preparar e salvar essa eventualidade, não cerrando mais estritamente compromissos, em ordem a se poder fazer, em qualquer oportunidade que se oferecer, um movimento de flanco que nos assegure posição vantajosa.

“Não lhe faltam talentos, nem perspicácia, como boa vontade e energia de ação; mas vejo que está muito longe ainda de conhecer os homens do nosso país, com os quais nunca teve ocasião de lidar. Viu o Rosa? Aquilo é um frasquinho de essência de presunção e vaidade. Esteja certo de que de todos os homens, mais ou menos em evidência, o que é mais amigo da causa pública, tendo uma vida honesta, de real prestígio e de ação, maneiroso e

calmo é o Pinheiro Machado. Com êle, se pode a gente embarcar em qualquer empresa, certo de que não está só. Note que este conceito eu o apurei quando o tinha por adversário, de 1877 a 1898. A se iniciar um movimento de regeneração, é indispensável organizá-lo em ordem a dar resultado prático, útil e duradouro.

“Se as coisas não tomarem “outra face que talvez não nos seja desfavorável”, eu poderei votar no nosso eminente Rui, mas rezando sempre por que não seja eleito o Azevedo. Como quer que seja, *jacta est alea* —; e se não se nos oferecer o ensejo de tomar a situação outra face, terá a Bahia de lavar o seu protesto afrontando a derrota com o Rui. O que ela não pode mais e não deve é aderir. Se desencadear-se o temporal, ameaçando a sua autonomia, o meu pacto será sempre ao lado dos amigos e correligionários que melhor souberem defender os seus brios.

“Abraços cordiais do velho — colega amigo aft.º. — Severino Vieira”.

Este ilustrado político fôra Ministro da Viação na Presidência Campos Sales.

Minas está dividida entre Bernardino de Campos e Afonso Pena, candidatura esta lançada pela Câmara Municipal de Diamantina nos primeiros dias de maio de 1905, quando regressava do Rio Grande do Sul o Senador Pinheiro Machado, festivamente recepcionado no dia 3 em Santos, onde se realizou a primeira manifestação popular contrária à candidatura Bernardino de Campos. No Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro, oferecem-lhe, a 10 de maio, esplendoroso banquete, notando-se a ausência da bancada pernambucana.

A abertura do Congresso Nacional foi adiada por falta de número no Senado, só se realizando no sábado 6 de maio. Apesar dos manejos do Catete, tôda a Mesa do

Congresso foi reeleita: Pinheiro Machado continua na Vice-Presidência do Senado e Paula Guimarães, baiano, continuou na Presidência da Câmara e assim os demais membros. (*) Diz o *Correio da Manhã* de 13: "Ficou ontem bem contrariado o Sr. Rodrigues Alves, com a eleição do Sr. Paula Guimarães para Presidente da Mesa. S. Ex.^a queria, com assentimento do Sr. Seabra, substituir o baiano pelo Sr. Júlio de Melo. A Câmara, porém, não esteve por isso, ameaçando de rebelar-se, e S. E.^a, que reserva a sua influência para casos mais graves, teve de submeter-se". (Quão maior independência tinham os daquela época...!).

No cenário nacional, havia portanto, quatro candidatos à futura presidência da República.

Rui Barbosa — apresentado pela Bahia.

Campos Sales — apresentado pelo Rio Grande do Sul.

Afonso Pena — apresentado pelo Estado de Minas Gerais.

Bernardino de Campos — apresentado pelo Estado de São Paulo, com o franco apôio do Catete.

Gil Vidal, no *Correio da Manhã* de 14 de maio, dissera: "Nenhuma das nossas eleições presidenciais foi precedida do movimento que ora se observa para a sucessão do Sr. Rodrigues Alves. Depois da eleição do primeiro presidente que, agitada no seio do Congresso, inquietou por alguns dias o público, receoso das conse-

(9) Em 12 e 15 de maio foram reeleitos todos os membros da Mesa da Câmara dos Deputados, a saber: Presidente, Francisco de Paula Guimarães; 1.º Vice-Presidente, Júlio de Melo; 2.º Vice-Presidente, Pereira Lima; 1.º Secretário, Alencar Guimarães; 2.º Secretário, Tomás Acíoli; 3.º Secretário, Vanderlei de Mendonça; 4.º Secretário, Joaquim Pires. Suplentes de 3.º e 4.º Secretários, Antero Botelho e Engênio Tourinho. — Em 15, foi reeleita a seguinte Mesa do Senado Federal: Vice-Presidente, Pinheiro Machado; 1.º Secretário, Joaquim Catunda; 2.º Secretário, Alberto Gonçalves; 3.º Secretário, Ferreira Chaves; 4.º Secretário, Tomás Delfino. Suplentes de Secretários: A. Azeredo, Metelo e Sá Pereira. As Comissões Permanentes de ambas as Casas do Congresso foram também reeleitas; até o Tenente-Coronel Lauro Sodré, que estivera prêso devido aos acontecimentos políticos de 14 de novembro de 1904, retomou seu posto na Comissão de Instrução Pública do Senado Federal.

quências funestas que, anunciava-se, teria fatalmente a derrota do Marechal Deodoro, tôdas as outras correram no meio de geral indiferença, indicando e impondo cada presidente, salvo o Marechal Floriano, o seu sucessor. Desta vez, as coisas prometem passar-se por forma diversa. Muito cedo começou a agitação, devido principalmente ao Presidente da República que, por alguns meses de absoluta reserva, quebrada de quando em quando pelos protestos de completa neutralidade no pleito, entrou a manifestar-se, entre os seus familiares que lhe traziam os gestos e as palavras a público, em favor da mais infeliz de quantas candidaturas lhe podiam sugerir o estreito partidatismo que o dominou". "Dos candidatos, apenas dois foram até agora apoiados francamente pela imprensa e outros órgãos reconhecidos da opinião: O Sr. Afonso Pena, em Minas e o Sr. Rui Barbosa, na Bahia. A candidatura do Sr. Rui Barbosa, além dos aplausos de tôda a imprensa local, ao entusiasta acolhimento que encontrou em tôdas as classes da sociedade baiana, já recebeu a adesão unânime de quase tôdas as corporações políticas do Estado. As mais candidaturas giram em outro terreno. A do Sr. Campos Sales, a não ser a manifestação de que foi alvo o Sr. Pinheiro Machado, na sua passagem por Santos e, depois, o manifesto com que a enalteceu uma plêiade brilhante de estudantes paulistas, não conta até agora, em seu favor, outras manifestações que os discursos expansivos do Sr. Pinheiro, os artigos do Cartier, que afinal traduzem os mesmos sentimentos do senador riograndense e algumas publicações ineditoriais na respectiva seção do *Jornal do Comércio*. Nestes últimos dias é que começaram a pedir a eleição do Sr. Bernardino de Campos os diretórios locais do oficialismo paulista. Tudo mais é fatalório".

A imprensa fêz constar que tôdas as tentativas junto ao Presidente Rodrigues Alves, no sentido da desistência do Dr. Bernardino de Campos e da aceitação de um dos outros candidatos ou mesmo de um novo candidato, foram infrutíferas: o Presidente da República mantinha-se inflexível.

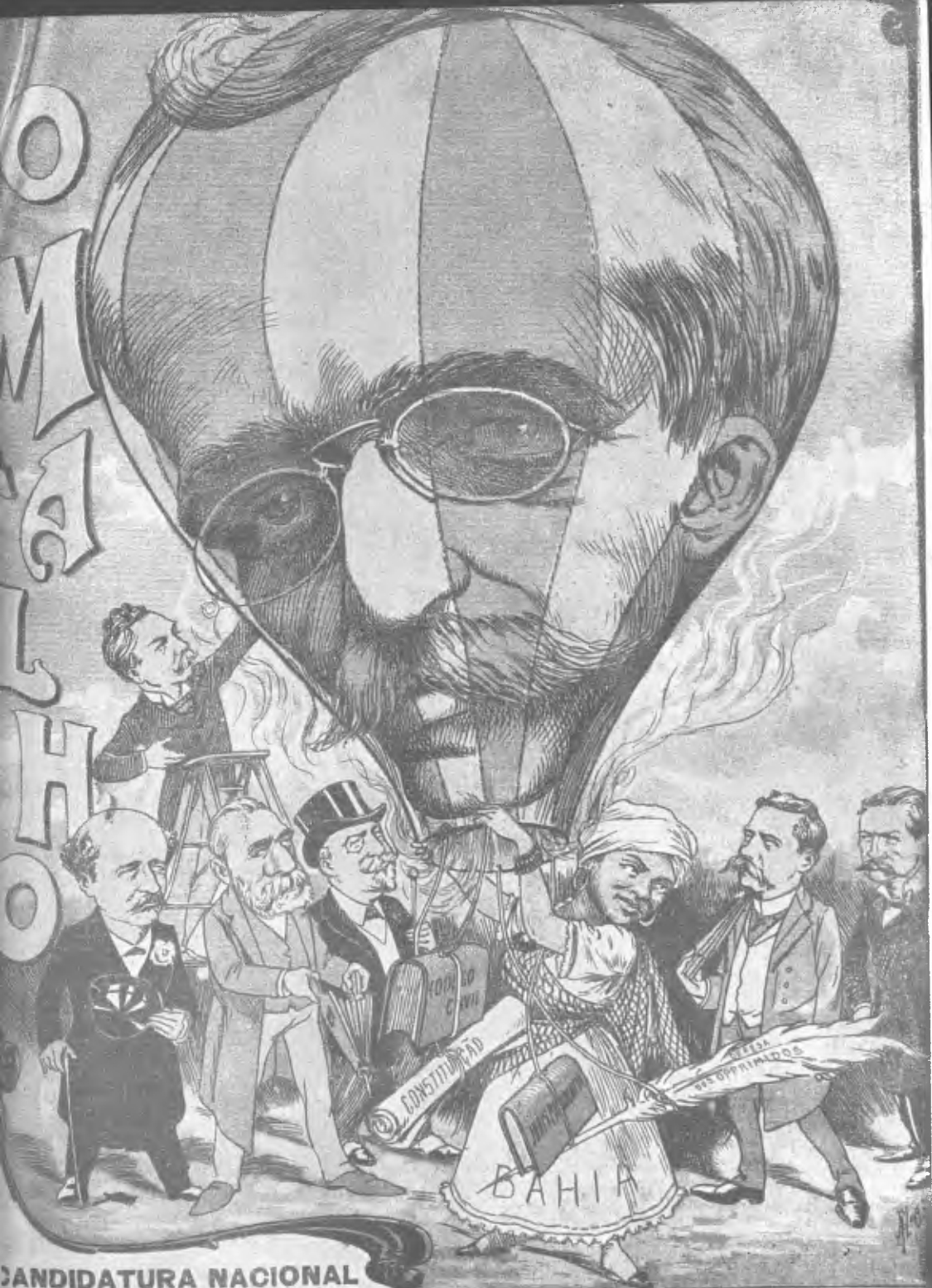
O deputado Alexandre Cassiano do Nascimento, representante do Rio Grande do Sul e líder da Câmara Federal, por ausente, estava sendo interinamente substituído pelo Deputado Fernando Prestes Guimarães. Ao regressar do sul, recusou-se terminantemente a reassumir a liderança, que foi, a 20 de junho, ocupada pelo representante de Minas Gerais, Deputado Carlos Peixoto Filho, futuro Presidente da Câmara.

Em pleno confusioismo, surgem as candidaturas conciliatórias de Cassiano do Nascimento e Bias Fortes.

Finalmente, a 27 de junho, o *Correio da Manhã*, sob o título *Candidaturas Presidenciais*, registra o seguinte:

“Foi ontem assunto dos mais vivos comentários o telegrama do nosso correspondente em Belo Horizonte, noticiando uma conferência de quatro horas entre os Srs. Francisco Sales, Presidente do Estado e o Senador Bias Fortes, na qual ficou resolvido que Minas sustentará a candidatura Afonso Pena em qualquer hipótese, estando de acôrdo todos os deputados federais e estaduais.

“Do mesmo correspondente recebemos ontem despacho publicado na respectiva seção, informando que o Senador Bias Fortes e o Dr. Francisco Sales estiveram na residência do Dr. Afonso Pena, a quem comunicaram que o Estado unânime sufragará a sua candidatura à Presidência da República. Acrescenta o telegrama que os deputados estaduais apresentaram parabens ao Dr. Afonso Pena, reinando grande regozijo em tôda a cidade”.



CANDIDATURA NACIONAL

Zé Marcelino. — Ha de subir, sim, e ha de metter meio mundo num chinello! Paulo Guimarães, Tosta e João Neiva. — Apoiado! Se não vergonha e até desgracia, se deixassemos que outro lhe passasse os grampos! Lopo Velloso Filho. — Decerto! Viva o Rei! Abaixo a imposição! Azevedo. — Não se pode negar que é o candidato que está na poplar e o unico apresentado oficialmente, ás claras, por um grande E. Os outros são candidatos do mysterio...

A Bahia. — Quero su ver quem é o eueira que tem o desaforo de se atravessar no meu caminho... Eu já disse a Nhô Marcellino: — Não relas! O Bernardino aqui só pode apanhar para o seu tabaco! Vão fazer imposição lá na sua casa! Comuigo é nove...

Ferreira. — Bravos, mulata cotuba! Bravos, mulata na hora!

CANDIDATURA NACIONAL

Caricatura de "O Malho", n.º 148. Rio de Janeiro.
15 de julho de 1905

Na capital baiana, a 13 de março de 1905, o vespertino "A Bahia", no seu artigo "Candidatura Presidencial", levantou a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, qualificando-a de "nacional".

No Rio de Janeiro, o aeronauta lusitano Antônio da Costa Bernardes, cognominado "O Feramenta", subiu no balão denominado "O Nacional", em 28 de maio e 25 de junho do mesmo ano.

(V. "Correio da Manhã", Rio de Janeiro, 29 de maio a 26 de junho de 1905).

A 28, *Gil Vidal*, no seu artigo "Candidaturas", esclarece o público:

"A grande maioria dos políticos não quer o Sr. Rui Barbosa. Por honra sua entre os politiquinhos, dos candidatos, S. Ex.^a é o menos bem dotado. Até íntimos amigos que, por serem antes de tudo políticos, só enxergam as suas conveniências políticas, que aí não são outras senão conveniências pessoais, não desejam o seu triunfo, com receio da sua superioridade e certeza de que não lhe seria instrumento de tão fácil manejo como outros prometem ser. Segundo o critério da politiquice — a qual abrange na sua esfera os negócios que tamanha influência exercem sobre a nossa mercantilizada política — o Sr. Rui Barbosa não merece a qualificação de *bom candidato*".

De Paris, Severino Vieira insistia na candidatura Campos Sales, na sua carta dirigida ao Governador José Marcelino, em 16 de junho:

"Que resultado espera o meu amigo tirar, ou proveito do seu governo e do nosso Estado, com a candidatura do nosso eminente patricio, que nem ao Azeredo entusiasma, porque este não crê no seu êxito?

"O Rui é uma erudição vasta, é um exímio orador. Entre os que andam a apregoar a sua admiração por êle, uns fazem-no para lhe serem agradáveis, porque sabem quanto isto o lisonjeia; outros o fazem para serem tidos por iguais a êle, muitos para o explorarem e o maior número porque vêem e ouvem aquêles outros o fazerem. Ora, meu amigo, V. não está em nenhuma dessas categorias; e eu o digo porque já temos trocado mais de uma vez idéias a respeito. O Rui, infelizmente, não foi, não é e não será jamais um estadista. Eu demonstro essa tese invocando a sua administração da fazenda que é a negação de tudo. Demonstro-o, ainda, apontando para o valor es-

sencialmente negativo de sua ação no exercício da alta função de Senador, num período já largo, e não interrompido, senão por alguns meses, de 15 anos. Como mérito intrínseco, essa candidatura não impressiona a opinião sensata. Ao contrário, lhe repugna. Não compreendo, e creio que não houve, ainda até agora, um só dos seus amigos que penetrasse no segrêdo de alta razão de Estado, de transcendente importância, ou simples conveniência política que tivesse levado o meu amigo e chefe a atirar para debaixo dessa candidatura a sorte e prestígio do nosso Estado, perdendo o ensejo que se lhe deparara para restabelecer, em sua maior pujança, num brilho meridiano, o prestígio do mesmo Estado, tão comprometido e sacrificado pela traição e pelas capadoçagens do Ministro do Interior.

“A verdade é esta, meu caro Sr. José Marcelino, faça o que quíser, mas ouça: não há um só, um só, atenda e ouça bem, um só dos nossos, não digo bem, dos seus amigos que não se sinta numa atitude constrangida e contrafeita em relação ao modo por que vai sendo encaminhada essa questão. Todos êles, a começar pelo próprio Jambeiro, que lhe resistiu até onde devia resistir, estão sendo arrastados pelo prestígio seu, pela amizade, pelo respeito e pela consideração que lhe votam, mas não pelo amor da causa em si, ou pela convicção dos resultados que se possam colher dêsse ingente, mas vão esforço. Não sei até onde V. quererá ir; mas ouça o meu vaticínio: não creio que o Rui seja homem para abrir uma saída na betesga em que nos considero metidos; mas creio que, se V. retrocedesse para tomar outro rumo, deixando a candidatura dêle, teria certamente criado nêle um inimigo, porque, embora certo de não ser o Presidente da República, êle *se contenta* com a inutilidade de ter os votos da Bahia; mas, se o meu amigo estiver disposto a deixar que o seu Estado vá com essa

cruz às costas até o alto do Calvário, êle amanhã falará muito nos votos que lhe tiver dado a Bahia, mas terá, talvez, constrangimento em falar no nome do único eleitor que tiver sido o órgão, a fonte e o canal exclusivo dessa votação. Nem creia que êsse esforço ingente, exaustivo conquista a solidariedade do Rui para as questões em que se achar envolvido.

“Porque, pois, fazer tanto sacrifício, maximé no ensejo, no momento o mais propício, que podemos perder de colocar bem o nosso Estado, porque, repito, tanto sacrifício com essa candidatura sem alcance, sem êxito, quando, aliás, o Estado, agora mesmo, pode e deve dar ao Rui a demonstração mais honrosa que lhe pode fazer de autonomia, de suas prerrogativas constitucionais, com a conta própria, sem licença de ninguém, no exercício de sua renovação do mandato de Senador?

“Olhe, meu amigo, acabo de estar em Berlim com um dos nossos do *Jornal do Comércio*, sobrinho querido e *alter ego* do diretor daquela fôlha. Soube por êle que produziu muito boa impressão na opinião a resposta que constava V. dera ao Rodrigues Alves, em relação à consulta sôbre a candidatura oficial repelindo a intervenção do Centro; mas dêsse mesmo personagem ouvi que ninguém tomava a sério a candidatura do Rui. Foi êste mesmo o personagem procurado pelo Azeredo para obter que o J. C. Rodrigues interviesse entre o R. A. e o P. Machado, para abrirem mão dos seus respectivos candidatos, adotando como candidatura de conciliação, não a do Rui, mas a do Lauro Müller, que apesar de ser para êle menos explorável, é talvez reputada mais viável do que aquela.

“Aqui está; meu amigo, num período como o atual de grande agitação nacional em que o nosso Estado estaria cercado de todo o respeito, de uma auréola de prestígio, se se tivesse colocado numa atitude de digna reserva, dei-

xando embora ler no seu gesto as disposições para interromper num protesto enérgico, másculo, eficaz — não passarmos de uma unidade anulada e perdida, pela qual passam indiferentes os que se empenham na luta. Por mais que investigue não vejo o resultado que nos deixará êsse trabalho tão inútil, como o de Penélope ou o labutar insano de Sisifo.

“E isso num ano climatérico, quando a eleição presidencial ou a luta por essa eleição, depois das urnas nos comícios eleitorais, vai ser travada na verificação de poderes da Câmara.

“Com quem contaremos nós? Com quem contará o meu amigo? Com a proteção do Rosa? E’ possível; mas certo há de se arrepender.

“Não quero crer na pior de tôdas as hipóteses, que, agora, seria a sua submissão ao Catete. Isso estou certo que não acontecerá; mas para uma candidatura de protesto aí estava e está cada vez mais viável, se não mais forte a do Campos Sales. Em tôrno dêle não seriam inúteis e baldados os nossos esforços, porque ainda na hipótese, que não é provável, de a perdemos, lograríamos a aliança do Rio Grande do Sul, ou do Pinheiro Machado, que é a que mais almejo, porque é o homem político, ou o chefe em evidência, cujo sentir e pensar mais se harmonizam com o meu pensar e sentir; teríamos igualmente a aliança Rio de Janeiro e do Paraná; e, pela fôrça das coisas, a do Pará atrás do qual viria o Ceará. Assim seríamos uma fôrça. Há quem pense em aliança do norte, centro e sul, ou vice-versa. Felizmente para tranqüilidade de nossa Pátria isso nunca se realizará. Em salvaguarda de sua integridade a mesma Providência há de multiplicar os obstáculos que ora existem, concretizados, principalmente, no egoísmo, absorção e pretensão do Rosa, que traz para

isso incompatibilizado o Pará, esquivos o Amazonas, Ceará, Paraíba, Alagoas, etc.

“Quero uma aliança entre Estados para assegurar e manter os princípios federativos, ainda e principalmente, contra as incursões do presidente da República fora da esfera de sua ação constitucional; mas quero essa aliança mesclada de sul e norte, do litoral ao centro. Com as forças que Deus me der, opor-me-ei e combatarei a outra aliança, a aliança geográfica, que é uma ameaça contra a integridade da Pátria.

“Deixo aqui a digressão e volto à candidatura Campos Sales que é, queiram ou não queiram, no ponto de vista dos altos interesses públicos nacionais, a melhor de quantas se apresentam, e, também, por isso mesmo e por alguma razão mais, a melhor candidatura de combate contra a intervenção indébita do Catete. — Vejo, ou antes, ouço já o meu prezado amigo e chefe cortar muito curtamente a questão bradando-me: Basta de São Paulo!

“Mas Santo Deus! êste argumento não cabe aqui.

“E eu sustento que Campos Sales não foi candidato de São Paulo em 1897: e agora é, nem mais nem menos, um candidato contra São Paulo.

“Em 1897 São Paulo não teve a menor intervenção, nem a mais ligeira participação na sua escolha. Quem andou a procurar um homem em condições de amainar os ódios e paixões dos adversários, sem matar as esperanças de nós outros, foi êste seu criado, que quando julgou tê-lo descoberto no Campos Sales e verificou que êle reunia os sufrágios dos aliados, o anunciou a São Paulo.

“Que teve com isso São Paulo, ou a origem do homem? Agora é o que se vê: a sua candidatura não surgiu de São Paulo: — ao invés disso, é combatida por todos os elementos officiosos de São Paulo, ou paulistas, quer no

Estado, quer na União. Como, pois, insistir naquele argumento?

“Certamente, o meu amigo, Sr. José Marcelino, não há de querer suprimir o Estado de São Paulo; nem eliminá-lo da nossa federação. Não exigirá, não poderá exigir mais contra êle, do que um castigo merecido pelos seus erros e desvios.

“Pode haver castigo mais rigoroso, ou mais severo do que o revezamento dos elementos oficiais ali? e quem, com mais autoridade, achar-se-ia em melhores condições e teria melhor vontade de aplicar êsse castigo do que o Campos Sales, se conquistasse posição em que pudesse administrar justiça?

“Vê, pois, que ao seu argumento poder-se-ia opor estoutro: Basta de obsessão.

“Outra coisa que me ia passando — Soube que como última e talvez mais expressiva demonstração em favor da candidatura do Rui, nem por isso menos supérflua do que tôdas as outras que se seguiram à primeira, vinha uma manifestação do Rio de Janeiro por parte dos senadores e deputados federais. Eu disse que esta era tão supérflua como as outras; enganei-me. Esta é sumamente prejudicial. Consta que o fim dela é conhecer o meu prezado amigo quais os representantes que estão consigo. Se assim é, o meu prezado amigo pode fazer êsse reconhecimento, não no recanto escuso e estrito de uma questão ou preferência pessoal, mas na arena ampla de princípios, defendendo, em proveito das prerrogativas populares, da liberdade do voto, os princípios da Constituição. Em vez de enterreirar a questão em tôrno da pessoa do Rui, que não passa de uma pessoa, ou de sentimentos bairristas da Bahia, mande apresentar, sem prejuízo da maior moderação, uma moção de reparo ou censura contra a intervenção do Govêrno na

escolha do seu sucessor. E aí está o melhor caminho para se fazer a apuração que deseja.

“Não lhe digo isso por comodidade minha, mas sim no pensamento da elevação do seu nome e do nome do nosso Estado.

“Pelo que me toca, meu amigo, eu lhe peço licença para não votar no Rui, se o nome do Campos Sales estiver em causa. Verificada essa ocorrência, quem não votasse no Campos Sales, condenaria o seu governo —; e eu não devo, e portanto não posso, nem quero condenar esse governo, que considero o melhor da República e um dos melhores que já tem tido o nosso país.

“E vou terminar pedindo-lhe ainda uma vez desculpa para a minha franqueza.

“Não tem ela outro móvel nem outro escôpo senão o zelo e o serviço a sua pessoa e ao futuro do nosso Estado.

“Cumprimentos e abraços do amigo fiel e obrigado.
— *Severino Vieira*.

“P. S. Conquanto o erro seja partilha fatal da humanidade, eu sei quanto é arriscado dizer-se ao homem, o mais puro, e mais isento, máxime quando esse homem ocupa uma posição elevada, que ele errou; por isso escolhi, para parainfar esta carta diante de si, um amigo comum, entre aquêles que a consciência lhe deve destacar como mais seu afeiçoado do que meu. Isso vai dito sem nenhum sentimento estólido de ciúme. Vai dito, somente, porque isso deveria ser assim, se assim não fôsse; e eu estou certo de que não me engano. Afora esse amigo, ninguém mais saberá da existência desta carta da qual não me fica o mais ligeiro vestígio. E depois disso ainda uma consideração.

“Se o meu amigo quisesse emendar a mão para desprender-se e colocar-se superior a essa feição pessoal, ou

bairrismo que, fora de nossa Estado, será naturalmente atribuída à sua ação na atualidade, levando a sua resistência para um plano superior em que possa sobressair, impondo-se ao respeito nacional, o seu nome e do nosso Estado, quero crer que ainda teríamos uma saída que submeto a seu juízo e critério. Os órgãos institucionais do nosso partido, que o meu prezado amigo, talvez sem se aperceber, tem deixado numa situação de desautoramento, ainda não falaram. Se, pois, fôsse de sua vontade poder-se-ia, mais adiante, reunir o Conselho Geral do Partido e êste publicando um manifesto em que muitas coisas bonitas serão ditas do Rui, daria razões muito plausíveis pelas quais o Partido não podia ou não devia insistir na sua candidatura presidencial e terminaria num repto e numa invectiva a todos êsses *ineptos, incapazes, ingratos, vis*, etc., etc., que têm pobreza de órgãos visuais para fitar aquêle sol lançando a sua candidatura ao Senado, como merecida honra que a Bahia podia e queria lhe prestar sem precisar do concurso de quem quer que fôsse.

“Aí está o que me sugere o meu bestunto.

“Tome-o na consideração que merecer.

“Nosso amigo Pinho mostrar-lhe-á a carta que escrevi ao Bernardino, tirando-o de ilusões a meu respeito. Desculpe-me o desalinho em que vai esta; as emendas que fiz aqui mesmo ao ler o que me havia saído, às pressas, *corrente calamo* — E vai assim mesmo, porque basta que entenda o que vai escrito. — *Severino*”.

A 1 de julho, Severino Vieira volta à carga:

“Vejo o que me diz sôbre a eleição presidencial. Não partilho de sua crença no desaparecimento dos dois candidatos de São Paulo. Não desaparecerá o Bernardino que é sustentado *quand même* pelo Lauro Müller e Glicério e pela política dominante de São Paulo.

“Essa eleição é uma empresa a ser explorada de todos os modos, política e administrativamente, pelos dois primeiros e mais pelo Azeredo e é o instrumento com o qual os Tibiriças da Paulicéia contam dominar-nos. Por sua vez, o Rodrigues Alves, verdadeiro náufrago, tendo alienado tôdas as suas relações e simpatias e amizades fora do Estado e no próprio Estado, segundo acabo de ouvir agora mesmo do Dr. Dino Bueno, seu companheiro e correligionario antigo e conterrâneo, pois é natural de Pindamonhangaba, precisa identificar-se com a situação paulista para salvar o futuro dos Yôyós e assim, embora não seja homem de luta, fará tudo que lhe mandarem o Lauro e o Glicério, que desvairados pelos interêsses subalternos, não se lhes dariam de arrastar o país até a revolução. Não desaparecerá a candidatura do Campos Sales, porque esta é apoiada pela consciência da justiça nacional, extremamente simpatizada e bem vista no estrangeiro; e aquêles mesmos que não a vissem com bons olhos, não poderiam desconhecer que é essa candidatura a mais bem amparada, a melhor que temos para enfrentar a desgraça de que está ameaçado o país com a eleição do Bernardino. Não partilho o sentir daqueles que o cobrem de baldões e vitupério. Dou testemunho dos relevantes serviços que êle prestou na pasta da Fazenda, quando estrelecimentos políticos o divorciaram do Glicério, e êle vivia e se inspirava numa roda de homens bem intencionados, cujos conselhos leais ouvia e praticava; mas é capaz de obedecer a outras correntes, máxime no estado valetudinário em que se acha, que o torna um homem sem vontade, perfeitamente maleável. Nestas condições, seria preferível eleger o Lauro ou o Glicério. Se mesmo no seu conceito, são estas duas candidaturas as que estão em mais evidência, em que foram elas as que pelas razões apontadas tiveram elementos para passar pelo primeiro crivo, para vencer a primeira prova em que as outras já naufragaram; é que a luta já se concentrou em tórno

delas e prosseguirá até o fim, porque os combatentes não podem recuar. Até hoje o meu amigo não tem querido acreditar em mim, mas os fatos hão de vir em meu apôio e V. há de ver destacar-se uma figura de lutador emérito e abnegado na pessoa de Pinheiro Machado. Já não é mais tempo de pensar num homem que entre e se ajuste nos moldes dos seus patrióticos, mas fantásticos e poéticos ideais, que não seria, senão enquanto durasse o período da ilusão a mais completa, o nosso sensibilíssimo Rui, nem tão pouco o amável boêmio do Rio Branco, que de parte a sua competência geográfica e histórica, nada tem de estadista. A situação urge e o que importa é combater a eleição do Bernardino que será como já disse uma desgraça para a nossa Pátria — Por Deus! meu amigo preste-nos êsse serviço. V. com a Bahia pode fazer útilmente muita coisa. Procure desembaraçar-se do Rui. Já que tem ou pareceu ter natural antipatia, ou indisposição espontânea contra o Pinheiro, encarregue ao nosso amigo Tosta, na ausência do Freitas, de entender-se com o Nilo, expondo a necessidade de combater a candidatura do Bernardino e procurando saber a opinião dêle para marcharem de acôrdo e conforme ao que ouvir e colhêr, agir do melhor modo. Precisamos muito não continuar a obra do Seabra, que tem consistido em isolar-nos; para depois surgir êle como 'nosso protetor. Não viu agora, nas tais obras do pôrto, como o (ilegível) do Rodrigues Alves e a politicagem do Müller arranjam a última hora uma *evidência* para o mesmo Seabra, tudo para se fazer prosélitos em favor da candidatura do Bernardino?

“O que me penalizou muito foi ver a alacridade beôcia em que se extravazou a nossa *mulata velha* por uma causa que se fêz sem pedidos, sem instâncias de amigos, simplesmente, despretenciosamente em dezembro de 1899, e que foi desaproveitado como o poderá ser amanhã o *portentoso* decreto do *benemérito* Dr. Rodrigues Alves, se o

mesmo benemérito, ou qualquer outro presidente conceder mais um prazo para comêço das obras, à Companhia sem dinheiro, que deu todos os seus capitais ao Scritingo & Cia. e a melhor e mais gorda parte ao Sebastião Pinho como beneficio de incorporação! Deus permita que essa prorrogação não venha amanhã. Eu o desejo até para não ficar em relêvo a figura ingênua e aparelhada que fêz a nossa terra. No dia 6 do mês ontem findo regressei de minha excursão à Bélgica, Holanda e Alemanha, parte norte.

.....

“Senti muito a morte que me noticia do velho Seixas, sogro extremoso do nosso amigo Filgueiras a quem agora mesmo escrevo para aí, na incerteza de ter êle partido para o Rio.

“Desculpe-me a cacetada, mande sempre notícias e dê ordens ao que se preza de ser colega amigo e crd. obrgmo. — *Severino Vieira*”.

Também a 1 de julho de 1905, o *Correio da Manhã*, pela voz de *Gil Vidal*, descrevia o confusionismo reinante, na “*República de Babel*” e, a 4 e 6 do referido mês, comenta, nos seus editoriais, os progressos da candidatura Afonso Pena, a visita do deputado pernambucano Estácio Coimbra a Minas e a subsequente partida do Senador Rosa e Silva para Pernambuco, tendo, antes, ao que constava, sugerido êste senador a alguns chefes políticos a candidatura conciliatória do Barão do Rio Branco.

Da Bahia, a 6 de Julho, o Governador José Marcelino escreve a Leovigildo Filgueiras, seu compadre e amigo, deputado federal pela Bahia, “leader” interino da bancada, por ausente o Dr. Augusto de Freitas (“leader” efetivo, que só regressou da Europa em setembro, visitando a Bahia a 8, depois de uma permanência de cinco meses no Velho Mundo). (V. *Diário da Bahia* — 10 — setembro de 1905).

Eis a carta importantíssima:

"Gabinete do Governador do Estado da Bahia.

"Bahia, 6 de julho de 1905.

"CONFIDENCIAL.

"Filgueiras.

"Tenho recebido seus telegramas e cartas, pondo-me ao corrente do movimento político sobre a eleição presidencial.

"Do que leio e vejo, até onde chega a minha fraca visão, a situação melhorou com a posição que tomou Minas fugindo de aderir à candidatura Bernardino, conquanto continue a prestar o seu apôio ao govêrno federal, o que faz-me supor que algum pensamento reservado os enlaça para a deliberação da convenção, ou para o caso de segundo escrutínio.

"Isto pôsto, estamos em franca dissidência, Bahia, Rio Grande do Sul, cada um com o seu candidato, e Rio de Janeiro, que não tendo candidato especial, parece que é francamente hostil ao Catete.

"Nestas condições, continuar cada um a agir, isoladamente, e com preocupações de preferência pessoal, é concorrer, diretamente, para a vitória da causá a todos adversa.

"Parece-me que não é outro o empenho do govêrno, que já conseguiu boa parte das graças de Minas e, naturalmente, prósseguirá no mesmo sentido, com o intuito de fortalecer-se, captando o apôio firme dos Estados expectantes.

"Se, porém, nós dissidentes firmes, entrarmos em acôrdo franco, para uma ação comum, é bem possível que possamos chamar Minas à nossa aliança, pois acredito que, certa da vitória dissidente, que neste caso será infalível, não

hesitará entre esta e a do Presidente da República, cuja fraqueza força alguma amparará.

“Assentes as bases preliminares do acôrdo, que nunca deverá chegar até embaraçar a administração e animar os elementos subversivos da ordem pública, e congregadas as forças dissidentes, dentro e fora do parlamento, os seus resultados se farão sentir, imediatamente, e a situação, claramente posta, determinará, com a confiança no seu êxito, o apôio e adesão de não poucos.

“Gastarmos forças, energias e atividade, disseminadamente, sem plano e sem objetivo determinado, uno e seguro, é, além de impatriótico, ineficaz.

“Por outro lado, estando nas nossas mãos, por uma ação comum, bem combinada e dirigida, libertar o Brasil de imposições exorbitantes e humilhantes, na eleição do seu primeiro magistrado, e, quem sabe, afastá-lo do abismo da desordem e da anarquia, que um tresloucado capricho está a cavar, inconscientemente, não fazê-lo, dentro da lei e respeitados os preceitos de ordem pública, por motivo de preferências, unicamente, pessoais, por mais respeitáveis que elas sejam, seria um erro, do qual a consciência nacional nunca nos absolveria.

“Peço-lhe, pois, que a êste respeito converse com o Rui, que deverá ser o nosso plenipotenciário, o General Pinheiro Machado e o Dr. Nilo Pessanha, para concertarem num plano de campanha eleitoral, e, feito isto, procurarem entender-se com Minas, cuja aliança parece-me indispensável para o bom êxito da nossa causa comum.

“Compadre, colega e amigo obrigado. — *Je. Marcelino*”.

Deve ter custado muito ao Governador da Bahia ver-se forçado a tomar esta atitude, na intrincada emergência das candidaturas presidenciais. Nas cartas que Filgueiras dirigiu a Carlos Nunes de Aguiar e a Ruizinho, filho do

Conselheiro Rui Barbosa, afirmava que a Bahia sustentaria a candidatura de Rui Barbosa até às urnas, mesmo ficando isolada, como tudo levava a crer e o mesmo publicava o "Correio da Manhã".

Rui Barbosa assim responde, sucessivamente, a José Marcelino e a Pinheiro Machado:

"Rio, 23 de julho de 1905. Meu caro Dr. José Marcelino. Desde que aí se levantou, por iniciativa especialmente sua, a minha candidatura, não lhe escrevi, até hoje, uma palavra. Aguardava o resultado final dessa tentativa generosa, para levar os meus agradecimentos à Bahia e ao seu ilustre governador. A espontaneidade da iniciativa e a unanimidade com que a opinião baiana a recebera me comoveram inefavelmente. Mas nunca esperei vitória. E, permita-me acrescentar, não a desejei nunca. Tenho com o país imensos compromissos. Não aceitaria o governo, senão para governar com eles. Ora, que confiança podia eu ter nas minhas forças e na situação política e moral do Brasil, para nutrir a esperança de corresponder a tantas responsabilidades?

"Nunca, entretanto, com elas me inquietei, ao ver-me candidato; porque sempre tive por certo que a política havia de sufocar a minha candidatura. Sob o antigo regime não passei de deputado. Sob o atual mal me toleram senador. Nem um nem outro me puderam subtrair a honra de representar a Bahia. Ter, porém, nas mãos o único instrumento eficaz para o bem nesta terra, isto é, o exercício do governo, isso não admitiriam as influências que, entre nós, criam as situações e distribuem o poder. Embora viesse, embora contasse com o malôgro da minha candidatura, vendo-a posta como foi, em condições sem exemplo entre nós, e declarando-se a Bahia resolvida a levá-la às urnas, custasse o que custasse, eu nem a podia ter rejeitado, nem poderia, depois, renunciá-la. Obra exclusiva-

da Bahia, esta m'a impusera, e só esta dêsse encargo me podia exonerar.

"Assim pensava eu e assim me exprimia, respondendo aos que me sondavam sôbre transações possíveis, quando me chegou às mãos a sua carta de 6 do corrente ao Dr. Filgueiras, que m'a comunicou. O pensamento dela vem a ser, em substância, que, pondo de parte "preferências pessoais, por mais respeitáveis que elas sejam", nos congreguemos numa combinação capaz de nos assegurar o apôio mineiro. Ora, esta fórmula se traduz necessariamente na de adotar a Bahia uma candidatura de Minas.

"Senhor dessa opinião, o meu bom amigo o Dr. Pinheiro Machado, a quem o nosso amigo Dr. Filgueiras a expôs, me procurou ontem, convidando-me a entrar no caminho, que a sua carta nos indicava.

"Dado pelo Dr. Pinheiro Machado êste passo, a minha resposta não podia ser senão a com que o acolhi. "Desde que os próprios iniciadores da minha candidatura (disse eu), por motivos de ordem superior como os a que cederam, no levantá-la, venham atualmente a promover outra, não me resta senão subscrever e agradecer. A minha candidatura, pois, cessou virtualmente de existir. Trate o senhor, portanto, de agenciar a combinação, que a carta do Dr. José Marcelino alvitra, tentando a candidatura mineira, que reunir o apôio geral de Minas".

"Eis, em suma, como findou e no que vem a cifrar a nossa entrevista. Por maior clareza e ressalva do meu procedimento, enderecei ao Dr. Pinheiro Machado, em data de hoje, a carta, de que, aqui, incluo uma cópia fiel.

"Tal a situação resultante da sua missiva, que assim julgo estar satisfeita. Aguardo, por conseguinte, o momento oportuno, para sair a lume com a minha desistência. Será

quando os negociantes da transação planejada me designarem.

“Urge, entretanto, que o nosso amigo Dr. Filgueiras volte, para ser, nestas negociações, o plenipotenciário baiano. Não me cabe a mim esse papel. Nunca intervim na elaboração de candidaturas presidenciais. Como fazê-lo agora, quando mais do que nunca a política republicana continua a ser um simples jôgo de nomes próprios? Depois, eu seria havido por suspeito. As objeções, que articulasse no curso das negociações entabuladas, passariam como embebidas no despeito da minha malograda candidatura. Qualquer acôrdo, pois, que se proponha, enviá-lo-ei, como transmissor fiel, para aí, onde deve ser aceito, ou rejeitado.

“Ainda mal convalescido, após uma longa doença, a custo lhe escrevo, buscando encurtar o mais que posso.

“Aceite, meu caro Dr. José Marcelino, com um abraço de reconhecimento, a expressão do afeto com que lhe quer, de coração, o amigo obrigadíssimo *Rui Barbosa*”.

“Rio, 23 de julho, 05. — Meu caro Dr. Pinheiro Machado. Surpreendido ontem com a sua visita e a sua conferência acêrca das candidaturas presidenciais, só depois se me ofereceu vagar de refletir ponderadamente sobre algumas circunstâncias do assunto que nos ocupara: e com esse refletir me convenci de que importa fixar no papel normas, para entre nós ficarem assentes como pontos de orientação.

“Primeiro.

“A aceitação de uma candidatura mineira pela Bahia só se justificaria em se assegurando a essa candidatura o triunfo. A Bahia, pois, só entraria nessa transação se o candidato adotado nos trouxesse Minas com todo o pêso da sua força eleitoral. Desde que, porém, esta se fraccione,

desde que Minas nos não venha inteira, desde que ante o nome convencionado se não fundam tôdas as opiniões e grupos ali até agora divergentes ou indecisos, a combinação não pode ser aceitável à Bahia.

“Segundo.

“Negociada que fôr pelo Dr. Pinheiro Machado essa combinação, não se há de considerar aceita, senão depois de comunicada para a Bahia, e ali competentemente aprovada.

“Terceiro.

“No correr da conversa falou-me de passagem na apresentação da nova candidatura por um manifesto conjunto dos três candidatos oposicionistas. Por êsse alvitre não posso estar. Além de outros motivos, não me considero com autoridade para êsse passo. O que farei, na hipótese figurada, é o meu manifesto à Bahia, abrindo mão da minha candidatura. Apresentar o novo candidato cabe aos mesmos órgãos políticos daquele Estado que ali levantaram o meu nome.

“Permita-me agora, antes de concluir, algumas reflexões, que a amizade e a lealdade me ditam. Desinteressado inteiramente na questão da minha candidatura, nunca a defendi no confronto de fôrças com as outras, para que se me não supusesse empenhado na obtenção da honra com que a Bahia me acenou. Mas nunca participei das ilusões do meu amigo sôbre o bom êxito da candidatura que advogara. Na sua confiança de agora não auguro que saia mais feliz. Desta vez, posso dizê-lo, com a isenção que dantes não podia ter.

“Primeiramente, Minas, por mais que proteste o contrário, não virá inteira. A pressão oficial e os interesses políticos continuarão a trabalhá-la, acabando por subtrair,

no escrutínio, ao candidato da Aliança, parte considerável do eleitorado.

“Segundo. A Bahia a ela não concorrerá nas urnas, senão com uma reduzida fração dos votos que eu teria. O Dr. Pinheiro Machado não conhece a situação baiana. Meu nome teria ali a fortuna de reunir uma verdadeira unanimidade, congregando os elementos políticos e os elementos populares. Ora êstes últimos, que são, no eleitorado, certamente mais da metade, me são pessoais e absolutamente intransferíveis.

“Dada a transação, êsses votos independentes, uns se absteriam, protestariam outros, alguns se dispersariam em votos inúteis e muitos divergiriam para o candidato oficial que assim também lucraria a sua parte considerável nos despojos.

“A nova candidatura não terá bastante certeza de vitória, para atrair e absorver êsse elemento.

“Teria ainda outras considerações relevantes, que omito. Mas estas, particularmente as relativas à Bahia, não era bom que lhe ocultasse.

“Seu am.^o obr.^o e sincero — *Rui Barbosa*”.

Eis a resposta de Pinheiro Machado:

“Rio, 25-7-1905. Prezado am.^o Senador Rui Barbosa. Acabo de ler atentamente sua carta de 23 do corrente, que só hoje, ao meio dia, foi-me entregue pelo amigo Carlos Bandeira.

“Tenciono procurar-lhe à noite e então examinaremos as reflexões que julgou oportunas fazer-me em relação ao projetado acôrdo sobre candidatura à futura eleição presidencial; entretanto posso adiantar-lhe desde já que eu também entendo necessário que Minas nos ofereça segu-

rança da sua coesão eleitoral em torno do candidato que aceitarmos para realizar-se as desistências planejadas.

"Até logo. Saudações do Colega e am.^o grato. (Ass.) *J. G. Pinheiro Machado*".

A 2 de agosto José Marcelino ⁽¹⁰⁾ assim telegrafa a um membro da representação baiana na Câmara Federal:

"Telegramas ontem noticiam insidioso manêjo govêrno adotando candidatura Campos Sales. Mesma imposição, mudança apenas nome, grösseiro intuito burlar acôrdo iniciado, vitória dissidência, manter preponderância paulista. Minha opinião firmar aliança iniciada Grande Sul, Bahia, Rio, Minas, Pernambuco, guardando nossa divisa resistência imposição Catete. Comunique Rui, Pinheiro, Nilo, Pena, Bulcão lhe ajude. Responda".

E recebe a seguinte resposta: "Completa resposta seu primeiro telegrama, acrescentando opinião Rui a sua enviadas. Este julga não nos devemos prevenir movimento favor Campos Sales. Entende Minas só adere pacto certeza escolha seu candidato. Julgo indispensável máximo cuidado resolvê-lo decidir-se. Por isso aguardo novo aviso mostrar-lhe seu despacho ontem".

E ainda o seguinte: "Mostrei seu despacho amigos indicados. Rui bom. Anistia hoje. Pinheiro reputou deficientes termos telegrama seu que recebeu. Faça-se positivo. Solidariedade Rosa Pacto".

No dia 4 de agosto de 1905, José Marcelino assim telegrafa ao Deputado Rodrigues Saldanha, da bancada baiana: "Comunique meus telegramas pacto Paula, Tosta, Prisco, Bulcão, Dantas, Neiva, todos acôrdo Rui que fala Bahia e aceitou pacto. Não telegrafo êles diretamente falta cifra, notícias Rui".

(10) V. Arquivo político de José Marcelino de Sousa e Arquivo da Casa de Rui Barbosa, Rio.

Finalmente, realiza-se em agosto de 1905, o acôrdo político entre os oposicionistas, saindo vitorioso o nome de Afonso Pena para a presidência da República.

A 19 Rui Barbosa telegrafia a José Marcelino: "Urgente resolver vice-presidência. Opinião amigos Nilo. Diga se aprova. Rui". E recebe a seguinte resposta: "Aceito Nilo vice-presidente, acôrdo coligação, embora desejasse Severino, no que insisto, caso Nilo recuse. *José Marcelino*, governador". A 21, respondeu-lhe Rui: "Entre Bahia, Rio Grande, ambos podendo pretender vice-presidência, Nilo nome neutro, amigo ambas partes, era solução honrosa, Assim consultamos opinião nacional, nobilitando coligação, que ganhou grande prestígio. Rui". A 22, José Marcelino reafirmava a sua solidariedade: "Inteiro acôrdo seu telegrama — *José Marcelino*, governador do Estado, Rio Fundo".

Ficou, assim, formada a chapa Afonso Pena-Nilo Pesanha, nas condições expostas.

Eis porque Rui escrevia a José Marcelino, em 12 de outubro de 1906:

"Foi a Bahia quem fêz a candidatura Pena. Temos disso prova até documentada". E, em 16 de dezembro de 1908, ao próprio Presidente Afonso Pena: "As minhas candidaturas têm sido tôdas obra da vontade espontânea e geral do Estado. Teve êste a lembrança, como todos sabem, sob o Govêrno Rodrigues Alves, de levantar a minha candidatura à sucessão presidencial, prevenindo que a sustentaria até às urnas, fôsse qual fôsse o desenlace. Feliz, porém, me julguei de poder abrir mão dela, para dar à sua o apôio da Bahia. Quando não, o eleito seria ou o Dr. Bernardino de Campos ou o Dr. Francisco Sales, porque, precisamente naquela conjuntura, a política de Minas exprimiu categòricamente a sua hostilidade ao nome do atual presidente, exonerando-o, por um telegrama endereçado ao Dr. Carlos Peixoto, de tôda a intervenção, por parte

daquele estado, no pleito das candidaturas; dêsse fato existe entre nós prova autêntica". (10-a).

Realmente, na emergência das candidaturas, surgiu, como elemento conciliador, o nome do Sr. Francisco Sales e a imprensa dos últimos dias de julho e primeiros do mês de agosto refere-se a êsse episódio, nas confabulações entre Minas e Rio Grande do Sul, isto é com o Sr. Pinheiro Machado, a quem repugnava a candidatura Afonso Pena, por ter sido ela a primeira de que se cogitou oficialmente no Catete, provocando a sua reação, em favor de Campos Sales. Quando certa vez, no Rio Grande do Sul, Cassiano do Nascimento lhe falara em Afonso Pena, o Vice-Presidente do Senado Federal respondeu-lhe: "Seria voltar ao ponto de partida". (11)

A Bahia foi o primeiro Estado da Federação Brasileira que publicamente levantou, com tôdas as formalidades, um candidato em oposição ao preferido do Catete; foi também o primeiro que rompeu com o governo federal no Congresso Nacional: como a lei eleitoral, em elaboração, dividisse os Estados do Brasil em distritos eleitorais, o Ministro do Interior, Dr. J. J. Seabra, consultou, em circular, tôdos os governadores de Estado, que lhe remeteram sugestões, aceitas por S. Ex.^a, com exceção das que lhe enviou o governador da Bahia, que se reservou o direito de apresentá-las, por meio de emendas, ao projeto n.º 20-1905, em 2.^a discussão, as quais, entretanto, foram rejeitadas em 11 de julho, data em que quarenta deputados, representando a Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, aos quais se ligaram elementos de outras bancadas, se colocaram francamente em oposição ao governo central, que tivera, até então, a unanimidade, salvo a voz do Sr. Varella desde o início da legislatura, e, desde 1904, a

(10-a) O. Dr. Francisco Sales era Presidente do Estado de Minas Gerais.

(11) V. *Correio da Manhã*, Rio — 16-5-1905.

dos Srs. Brício Filho e Barbosa Lima. Essas emendas, apresentadas pelo Deputado Leovigildo Filgueiras, foram, no Senado, apresentadas pela Comissão de Justiça e Legislação e aprovadas em 22 de setembro. (V. Anais do Senado Federal e Decreto n.º 1.423, de 27 de novembro de 1905, "Diário Oficial" de 29 de nov. de 1905). Itaparica passou, assim, para o 1.º distrito e a cidade de Barra do Rio Grande ficou sendo a sede do 4.º distrito.

A Bahia foi, ainda, quem tirou o Brasil da situação difficilima em que se encontrava, no terreno das candidaturas presidenciais: sacrificou a mais cara de tôdas as candidaturas e o sacrificio de Rui Barbosa restabeleceu a paz e a concórdia na família brasileira.

Aliás, com relação à atitude sobranceira da Bahia, na votação das emendas ao Projeto n.º 20, dividindo o Território Brasileiro em Distritos Eleitorais, Gil Vidal externou-se da seguinte maneira, no "Correio da Manhã" de 14 de julho de 1905:

"O primeiro embate — Perdura a impressão do primeiro embate, entre o Govêrno do Sr. Rodrigues Alves e as forças parlamentares, levadas à opposição pela attitude e S. Ex.^a na eleição presidencial.

"Seria ingenuidade escurecer o resultado extraordinário dessa primeira batalha. A despeito da força numérica que ostentou o Govêrno, nem este nem seus melhores amigos podem estar satisfeitos. As conseqüências perigosas do rompimento formal, completo, decisivo, violento mesmo, não escapam aos mais otimistas.

"Foram três deputações, representando três dos mais importantes Estados da União, aos quais se ligaram elementos de outras bancadas, que assumiram attitude de franca e resoluta opposição ao Govêrno Federal. Para um primeiro encontro, foi considerável o numero de 40 depu-

tados que se enfileiraram em linha de combate. Quem conhece inteiramente a vida parlamentar, seus movimentos, seus órgãos e aparelhos, o modo por que elles funcionam, as forças que lhe dão impulso, bem pode avaliar as dificuldades que esses 40 deputados podem criar para o Governo. Só com o Sr. Varela, no princípio da legislatura, e, na sessão do ano passado, com os Srs. Brício Filho e Barbosa Lima, o Governo viu-se muitas vezes em palpos de aranha; que não acontecerá agora, tendo à sua frente a aguerrida falange dos 40, que, na sessão de terça-feira, da Câmara dos Deputados, deu contra elle a primeira investida?

“O movimento verificou-se, é certo, em tórno de questão que interessava mais directamente a um Estado — o da Bahia — em tórno da emenda do Deputado Leovigildo Figueira, restabelecendo a divisão eleitoral organizada para aquêle Estado por seu governador, única entre tôdas apresentadas pelos diversos governos estaduais, que o Governo Federal deixou de adotar no projeto por elle enviado ao Congresso, sômente porque anulava as intrigas políticas do Ministro do Interior.

“Mas, de fato, a ação foi um primeiro reconhecimento das forças políticas que têm de pelejar a próxima campanha presidencial. E por elle bem se pode calcular as proporções que a campanha assumirá.

“E’ de supor que a essa falange se agreguem outros elementos. Nos corpos coletivos, o exemplo é tudo. A primeira manifestação de rebeldia, seguem-se invariavelmente outras. E não estamos longe da certeza matemática, assegurando que a falange oposicionista já se compõe neste momento de 45 combatentes.

“No Senado ainda é mais forte a corrente contra o Governo, guardadas as proporções numéricas entre as duas casas do Congresso. Não tardarão as primeira refregas,

das quais só por muito pequena maioria conseguirá o Governo sair vencedor. A ali, cumpre notar, encontram-se generais capazes, que, além de outras qualidades excelentes para comando, inspiram tôda a confiança a intrépidos soldados afeitos ao manejo das armas parlamentares.

“Em todo o caso, o rompimento com o Sr. Rodrigues Alves, — cuja é tôda a responsabilidade porque foi quem arrogantemente o provocou — traz vida ao parlamento. Antes assim, que a calmaria por que estava atravessando a presente sessão, mesmo porque nada de praticamente útil ela daria, nas vésperas do pleito em que deputados e senadores vão disputar com a renovação do mandato, a continuação da sua carreira, e quando a eleição presidencial está consumindo tôdas as atividades e absorvendo tôdas as energias políticas”.

Prevendo o resultado dessa atitude sobranceira, *Gil Vidal* escreve, no *Correio da Manhã*, de 15 de julho:

“Picardias e hostilidades — Ao que assoalham íntimos e familiares do Catete e adjacências, começa para os Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o duro castigo que o Sr. Rodrigues Alves resolveu inflingir-lhes por não se curvarem à vergonhosa imposição do Sr. Bernardino de Campos para presidente da República.

“A Bahia há muito que incorreu na excomunhão do Presidente, instigado pelo seu Ministro do Interior e lhe sofre as picardias. Redobrarão estas agora e recrescerão as hostilidades, já estando anunciada completa inversão no funcionalismo federal suspeito de boas relações com o governo do Estado.

“... Quando se tornou pública a adesão do Sr. Rodrigues Alves à candidatura do Sr. Bernardino de Campos, vinda de São Paulo, onde a levantaram — diga-se a verdade — despeitos originados em interêsses feridos pelo

Fac Simile da carta do Governador José Marcelino de Sousa, dirigida ao Deputado Federal Leovigildo Filgueiras, em 6 de julho de 1905, propondo as bases da coligação, vitoriosa em agosto do mesmo ano.



Confidencial

Bahia, 6 de julho de 1905

Filgueiras

Sento recebido seu telegrama
e carta, tendo-me en-
frontado do movimento politico
sobre a eleicao Presidencial.

Do seu lado e vejo, at' onde
chega a mi. fraca visao, a in-
teresses melhores com a pa-
z, em tomar a linha, fa-
gindo de adhar a condico-
tudo Beradins, com muito con-
tinuo e voltar o eu apoio
ao governo federal, o que
far-me suppo. que al-
gum movimento per-
vado o enlage A a

o J. Nils Pecante, pe
concertarea a unui
nu d. can banc elec-
toral, e, feto into, in
anada, entenda cu
clivari, luja eliaza
sava-va indr. renavel
para o bon exoti de
mna pausa, comuna

Ja' va luga into,
e vor bavinat-e, deoia
i. critima a haca haca
Com, ellie and ob
Je clivari

Sr. Campos Sales, associado à cobiça e sêde de negócios, fautores de fortunas rápidas e improvisadas, discutiu-se, na imprensa daqui e dos Estados, a legitimidade da atitude assumida pelo Sr. Rodrigues Alves. Surgiu logo a distinção entre interesse pela eleição e intervenção no pleito, não faltando, até entre os que repelem a candidatura oficial, quem aceitasse a distinção, reconhecendo no Presidente o direito de interessar-se pela escolha do seu sucessor", etc.

Em 6 de agosto de 1905, José Marcelino escreve a Rui Barbosa:

"Meu caro Rui.

"Ciente do seu pensamento sobre o modo de resolverem-se as dificuldades da eleição presidencial, com o ganho da causa dos que resistem à imposição do governo federal, exarado na carta, que dirigiu-me, em 23 de julho, e na cópia, que remeteu-me, da que endereçou ao General Pinheiro Machado, de referência à que, em 6 do mesmo mês, escrevi ao nosso amigo Filgueiras, aguardo o que fôr combinado e sua palavra, para dar-lhes execução.

"E' meu desejo, porém, e permita que o externe com franqueza e confiança, que V. não se exima de figurar por si e em nome da Bahia, na apresentação do candidato, adotado pelos Estados coligados.

"Para assim proceder, além de seu candidato, tem V. os mais amplos poderes do partido, que ambiciona, com justo desvanecimento, a glória real e efetiva da iniciativa desta grande conquista. E digo mais: desejo que seja V. o relator e primeiro signatário dessa peça política, de tão elevado alcance, imprimindo nela o cunho do seu brilhante e privilegiado espírito.

"Quem fala e resolve pela Bahia, neste assunto, já o tenho dito e repetido, sem reservas, é, unicamente, V.

“Desejo que, de tódo restabelecido, possa em breve recommear a sua trabalhosa e fecunda atividade.

“São os votos que, com um apertado abraço, faz o seu velho colega e amigo obrigado, *Je. Marcelino*”.

Em 14 de agôsto, é aprovada uma Indicação da Assembléia Legislativa Estadual, nestes têrmos: “Indico que a Assembléia Legislativa ao terminar os seus trabalhos na presente sessão, tomando na consideração devida os relevantes serviços prestados ao Estado pelo seu atual governador, não só procurando desenvolver-lhe as fontes de riqueza, assegurando-lhe o crédito, como mantendo-se em posição correta para o Estado na politica geral do país, lance na ata de hoje um voto de franca solidariedade com o mesmo e escolha do seu seio uma comissão que seja portadora do seu sentir. S. R. — Em Câmara, 14 de agôsto de 1905. — Manuel Freire”. A referida Comissão compõe-se dos Srs. Manuel Freire de Carvalho, Carlos Viana, Américo Barreto, Gustavo das Neves, Landulfo Pinho, Oliveira Pôrto e Graciliano de Freitas.

Na mesina data, o Senado Estadual assim se externa: “O Senado da Bahia, ao encerrar os trabalhos da presente sessão, folga em reconhecer os relevantes serviços do atual governador do Estado, não só na parte referente à administração pública, como na parte da politica geral do país, honrando as tradições da Bahia e do Partido Republicano e, manifestando a sua solidariedade com S. Ex.^a, faz inserir na ata de hoje um voto de congratulações e apóio, nomeando de seu seio uma comissão para apresentar a S. Ex.^a esta resolução do Senado. — S. R. Em sessão de 14 de agôsto de 1905 — Dr. Bernardo Jambeiro — Reis Magalhães — M. Novais — José Gabriel — Dr. Tanajura — Cupertino de Lacerda — Barão de São Francisco — Tantú — Rocha Passos — Quintino Ferreira — Dr. Horácio César — A. Tôrres — José Inácio — Abraão Cohim. — A Co-

missão compôs-se de: Bernardo Jambeiro, Quintino Ferreira, Monsenhor Novais, Barão de São Francisco. Os Conselhos Municipais de Vila Nova da Rainha, Alagoinhas e de outras cidades tiveram o mesmo gesto.

Nessa mesma data — 14 de agosto de 1905, o Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, na Fazenda de Santa Maria, assina seu manifesto, intitulado “A Minha candidatura”, peça política cheia de nobreza, onde historia os acontecimentos, sendo publicada por toda a imprensa; a 16 o *Correio Paulistano*, comunica a desistência do Sr. Bernardino de Campos, que fôra escolhido pelo Partido Republicano de São Paulo, sob a chefia do Senador Francisco Glicério, e manifesta as simpatias do mesmo partido pelo nome do Conselheiro Afonso Pena, isto é, o candidato da Coligação. (Golpe habilissimo dos Srs. Rodrigues Alves e Francisco Glicério!...).

A 18, José Marcelino envia a Filgueiras o seguinte despacho telegráfico: “Alvitre Rui obter Pena cessação hostilidades governo contra Bahia razoável, dada reciprocidade concessões possíveis coligação Catete meios governo. Se, porém, intuito coligação, como penso, deve ser manter preponderância, não transigindo assuntos políticos. Catete, convém não fazer questão alvitre Rui, a quem peço ceda, bem interesse coligação, cuja firmeza devemos consolidar. *José Marcelino*”.

O *Correio da Manhã* de 19, publica o seguinte telegrama:

“Bahia, 18 — A *Bahia*, em brilhante editorial sob a epigrafe — *Corolários*, refere-se à solução da candidatura presidencial e, a propósito da atitude do Dr. José Marcelino, diz:

“A posição efetiva de S. Ex.^a na administração e a sua posição transitória à testa da unida organização partidária

ria existente na Bahia, servidas, uma e outra, pela energia e presteza de ação, fizeram de S. Ex.^a a alma da vitória desse movimento patriótico de reivindicação dos brios da nossa nacionalidade, muito justamente melindrada pelo descaso a que nos vinha votando a autocracia caricata dos presidentes da República, com exceção de Floriano Peixoto, autocracia que já levava a sua audácia ao ponto de anunciar, com a simples indicação do seu preferido, o triunfo seguro da sua vontade soberana, em tripúdio sôbre as prerrogativas constitucionais da Nação e a liberdade cívica dos cômícios eleitorais". — Concluiu pondo em relêvo Rui e os seus serviços. Eis o trecho final: "A prática honesta do regime democrático e a honra da Bahia, a quem a boa sorte reservou tão saliente papel nesta transcendente oportunidade, está nas melhores mãos. — E' preciso ter confiança no plenipotenciário, e sobretudo, receber com o acatamento a que tem o mais completo direito a resolução por êle tomada. Ninguém mais do que Rui compreende a situação e, se o seu intérmimo amor pela Pátria, a sua perene preocupação pela prática constitucional do regime e a sua incansável dedicação pelo progresso da nacionalidade comum lhe ditaram, num impulso de abnegação dignificadora, a necessidade de aceitar a indicação de um outro nome que não o seu, nos sufrágios da Bahia, é dever desta curvar-se ao intento patriótico do seu filho, e prestar ainda o seu preito de nunca excessiva homenagem a quem se tornou mais uma vez a antemural intransponível às ambições do mando, às audácias dos autocratas e aos impetos dos demolidores do edifício social e político da República Brasileira".

O vespertino *A Bahia* refere-se à posição transitória do Governador José Marcelino, isto é, à chefia do Partido Republicano da Bahia, cargo que havia renunciado em 7 de novembro de 1904, por achar essas funções incompatíveis com as de governador do Estado, sendo,

então, eleito o Dr. Severino dos Santos Vieira, para substituí-lo. Porém este chefe embarcou a 18 para a Europa, a fim de realizar o empréstimo externo, que o Estado da Bahia contrairia, com o London & Brazilian Bank, e que foi assinado em Paris, a 21 de dezembro daquele ano. Severino permaneceu no Velho Mundo até 1905, só aportando à Bahia em 17 de novembro. (V. *Diário da Bahia*, respectivamente, de 8 e 19 de novembro de 1904 e 18 de novembro de 1905, este noticiando seu regresso). O Governador José Marcelino continuou, por mais doze meses, a dirigir os negócios políticos do seu Estado, dando plenos poderes ao Senador Rui Barbosa, como já vimos, no início deste trabalho.

Aliás, o mandato da Comissão Executiva do Partido Republicano da Bahia expirou em abril de 1905, de acôrdo com os arts. 2.º e 3.º das Bases daquele Partido, aprovadas na Convenção de abril de 1901; como seu novo chefe, Severino Vieira, se encontrava na Europa, não foi convocada a Convenção de 1905. (V. Cap. III — A Cisão do Partido Republicano da Bahia).

Em 30 de agosto de 1905, Rui Barbosa assina a sua Explicação à Bahia, publicada no *Diário da Bahia* de 6 de setembro, peça em que historia a sua candidatura do seguinte modo:

“Vai já por mais de cinco meses que, na capital da Bahia, a fôlha que lhe usa dignamente o nome, levantou à eminência do supremo lugar no govêrno da República a minha candidatura. O fato, cujo inesperado pouco menos o era para mim que para o público em geral, grave importância revestia, atentas as relações políticas desse órgão de publicidade naquele Estado.

“Mas à significação particular que essa iniciativa recebera do caráter transparente na sua origem, imediatamente

se sobrepôs uma expressão geral, que lhe vinha imprimir nova fisionomia. Aludo ao apóio unânime, que a proposta d'A *Bahia* encontrou na imprensa baiana.

"O *Jornal de Notícias* o manifestou no dia imediato. O *Diário de Notícias*, antigo precursor dêsse movimento, por êle abriu, logo após, uma campanha, que ainda não expirou, e que o seu antigo diretor renovou, há pouco, na *Gazeta do Povo*. O *Diário da Bahia*, que a princípio se limitara a transcrever, expressivamente, na sua coluna de honra, o editorial de apresentação, poucos dias tardou em me distinguir abertamente com a confissão das suas simpatias. Só o *Correio do Brasil*, cujas entradas com o nobre ministro do Interior são conhecidas, opunha reservas, mas estas numa linguagem da mais alta apologia ao candidato e do mais estremecido zêlo pelo seu melindre. No sentir dêsse periódico, "não era lícito à Bahia arriscar o nome do seu glorioso filho a uma derrota certa". E, em tôrno dêsses, todos os outros membros do jornalismo, ali, quer na capital, quer nas demais cidades, se associaram à idéia, sem restrição nem exceção alguma.

"Da imprensa o impulso transmitiu-se à população com vivacidade. As academias, o comércio, os operários, o funcionalismo público se agitaram ativamente, nomeando comissões, reinando comícios, distribuindo manifestos, organizando serviços de propaganda, endereçando apelos às ramificações dessas várias classes sociais nos outros Estados. Aos sentimentos do povo não se demorou em fazer eco a sua representação nos corpos estaduais. Os municípios se pronunciaram, sucessivamente, da metrópole ao mais remoto interior, e o Congresso, pelas suas duas Câmaras, ambas unânimes, fechou, com a chave de ouro que lhe pôs o discurso do Senador Araújo Pinho, o vasto e imponente círculo da aclamação baiana, em con-

traste com o qual não se ouvia uma voz malévola ou dissidente.

“Essa unanimidade, em cujo amplo uníssono tôdos os elementos da opinião num grande Estado, um dos maiores da República, se confundiam espontâneamente numa só vontade, geral e calorosa, de redor de um homem político, era, deixem-me dizê-lo, um espetáculo até hoje, entre nós, sem exemplo. Deixem-me dizê-lo, porque a emoção, que me causou, não foi a da vaidade satisfeita. O que eu sentia, mais vivamente ainda que a gratidão final, era uma grande admiração e um grande pesar. Grande admiração ante êsse poder notável de solidariedade tão raro na família brasileira, poder capaz de tamanhos milagres, se a cegueira das paixões e discórdias locais o não abandonasse como um tesouro ignorado. Pesar grandissimo de que essa fusão de tôdas as contradições domésticas numa só energia comum não encontrasse, para se encarnar um nome correspondente, forte, em vez de se perder naquela esplêndida homenagem ao meu. Porque o desvanecimento não me tonteou, conheço-me bastante a mim, o País, a época e o regímen, para não cair na ilusão de que, aureolado com tamanho prestígio, o meu nome lograsse calar nas simpatias gerais da política republicana.

“Bem depressa os fatos deviam confirmar as minhas previsões, que nunca encobri a ninguém.

“Suscitando a minha candidatura, dissera *A Bahia*, no seu editorial de 13 de março:

“Não é, tôdos o compreendem e tôdos sentem, uma candidatura de facção política, ou de partido, nem mesmo uma candidatura de Estado.

“Absolutamente não.

“A candidatura de Rui Barbosa é uma candidatura nacional.

“A sua individualidade pública está alheada, e assim se tem constantemente mantido, dos interesses partidários, das divergências ou convergências de grupos, e é dêste modo, é sob êste ponto de vista que nós a apresentamos à consagração do povo brasileiro. E desde já dirigimos, nestas linhas, um apêlo formal aos nossos eminentes colegas da imprensa do país e dêste Estado, assim como aos diversos outros órgãos dirigentes da opinião, pelos quais se deve manifestar a vontade nacional, para que em referência a esta candidatura se faça uma realidade a manifestação do seu sentir e do seu querer”.

“ A êsse *apêlo formal* o País não respondeu. Apenas alguns órgãos jornalísticos, num ou noutro Estado, se exprimiram com benevolência ou aplauso. Mas os chefes políticos, os centros políticos, os interesses políticos se abstiveram de amparar a iniciativa baiana, e a imprensa na sua generalidade calou o silêncio da indiferença.

“Evidente era, pois, a certeza do malôgro. Bem o presentia eu; mas a minha situação me não permitia esquivá-lo, senão assumindo uma atitude, que mal se poderia justificar. Desiste, ou renuncia, o candidato que pôs, que aceitou, que pleiteia a sua candidatura. Eu não me achava para com a minha em nenhum dêstes casos. Ela se estabelecera sem autoria nem cooperação da minha parte. Nas manifestações populares e oficiais, de que tinha sido alvo na Bahia, me cingira eu a acusar e agradecer a comunicação, das resoluções, que a seu respeito se haviam adotado. Por outro lado, recusá-la de princípio não me teria sido possível, atenta a veemência da corrente, que a determinara, a unanimidade em que se incorporara o Estado inteiro, ao ditar-me a honra da sua escolha. Não recusei, não aceitei, não desisti. Obedeci, e esperei, contente, um revés, que, em condições tais, valia para o meu coração

mais que os triunfos comuns, preferindo mil vêzes cair candidato da Bahia a vencer candidato oficial.

“Mas, em começos de julho, entrou a descobrir-se rumo diferente no sentir dos meus amigos, daqueles a quem a mais larga parte coubera na ação da minha candidatura. Aos seus olhos tomara então relêvo um aspecto do caso, em que até ali não tinham advertido. Impressionava-os o receio de que, insistindo em manter divididos os elementos de resistência, acabássemos por dar vencimento de causa à candidatura do governo; o que seria sotopor o dever patriótico a preferências pessoais, embora caras e respeitáveis, se naquele resultado, pois, não queríamos ser fautores, ou corresponsáveis, conviria promovermos com as forças oposicionistas uma aliança, em que entrasse o grande contingente de Minas.

“Como quer que se me exprimissem estas reflexões e se bem me reservassem formalmente o direito de lhes opor o meu veto, mantendo-me candidato, e continuando a contar com o apôio baiano, como até aí, em tôda a sua plenitude, claro está que, espírito desinteressado e isento, eu já não podia considerar subsistente a minha candidatura. Tanto mais quanto êsse modo impessoal e alto de encarar a hipótese me parecia inegavelmente justo. Êle vinha ao encontro dos meus mais íntimos sentimentos. Ir até às urnas aclamado pela Bahia, seria motivo, para mim, de ufanía inenarrável, mas êsse prazer se me tinha de acabar inteiramente arruinado pelo dissabor de havermos contribuído com uma estéril satisfação individual para a vitória funesta do poder.

“Desde que eu, porém, entrava sinceramente, sem ressaibo de amor próprio, nessa comunhão de idéias, não era natural fugir à parte, que me solicitavam aceitasse, de representante da Bahia nas negociações do acôrdo. Anuí, pois, lealmente, ao papel, de que o desinterêsse e o amor

da Pátria me não consentiam declinar, intervindo nessas diligências, e subscrevendo, ao cabo, em nome da política baiana, a candidatura mineira.

“Só uma cláusula estipulava eu à celebração do pacto: a de que se nos garantisse, da parte de Minas, o concurso integral das suas forças. Dada que nos foi esta segurança, empenhei à combinação ajustada o voto da Bahia. Eis o que explica o meu encontro solene, no Senado, com o Sr. Afonso Pena, a convite do Sr. Pinheiro Machado. Êste meu ilustre amigo não atuou de modo nenhum no meu ânimo para essa determinação. As influências que a ela me levaram, por uma convergência de causas a que me não era dado subtrair-me, foram absolutamente e exclusivamente, as que acabo de expender.

“Relatadas elas, como aí as deixo, com exação mais rigorosa, entrego o meu proceder ao juízo dos meus contemporâneos. Fio que êstes o não deixarão de aprovar, como suponho que justificarão o daqueles cuja esclarecida percepção das circunstâncias me exonerou em tempo da condição de candidato, numa extremidade que me convertia em obstáculo à solução exigida pelo interesse nacional.

“Satisfeita deve sentir-se a Bahia de haver para ela contribuído com o sacrifício da sua candidatura, de uma candidatura que lhe era tão cara, e pela qual estava decidida a ir até à eleição, custasse o que custasse, mas satisfeita ainda, ao saber, como ora saberá, que a sua intervenção foi, na intrincada emergência, o elemento decisivo. A nossa manifestação, de feito, no momento crítico, determinou imediatamente a resolução da política mineira, ultimando a coligação esboçada, e constituindo-a nesse poder irresistível de opinião que desarmou a prepotência do governo.

“O meu conselho, pois, à Bahia, se eu lho pudesse dar sem presunção nem liberdade reprovável, à Bahia e a

quantos, ali, na imprensa e no povo, me sustentaram com a sua amizade, com a sua devoção pessoal, sejam quais forem as considerações de que esta se origine, seria que não quebrem a unidade respeitável do concurso baiano, que o dêem a ver em tôda a sua grandeza, que com a mesma unanimidade, com que estavam dispostos a honrar-me, honrem a candidatura de aliança.

“Esta, sejam quais forem as divergências de sentir naturalmente esperáveis quanto ao valor do nome venerando em que se personifica, há de datar, nos anais do nosso tempo, quando emudecerem as paixões, as intrigas, as mentiras, as baixezas contemporâneas, um sucesso histórico, uma conquista nacional.

“Só o acanhamento do ângulo visual a que nos afizemos a ver as coisas públicas, nos inibiria de medir o valor da revolução operada na rotina republicana por êste movimento, que, acabando com o ôco aparato simulatório e opressivo da antiga convenção, obrigou o vezo imoral da escolha dos presidentes da República pelo govêrno a capitular, rendido, antes da batalha, ante o princípio liberal da transação entre as opiniões políticas, livremente associadas.

“Essa concórdia, cujos móveis e intuitos acharam a sua expressão no manifesto, que anteontem firmamos, sem outra emenda mais ao seu texto do que a inserção de uma frase destinada a confessar nobremente a culpa de quase todos os seus sinatários no vício agora eliminado, ficará, indicando à política republicana um novo ponto de partida, com a perspectiva de horizontes novos”.

A 31 de agôsto, o *Jornal do Comércio* publicou a seguinte *Vária*:

“Pessoa altamente colocada disse-nos, ontem à noite, que, em longa conferência realizada no Palácio do Ca-

tete e na qual tomaram parte, além do Sr. Presidente da República, o Sr. Ministro da Justiça e vários senadores e deputados, ficou resolvido considerar-se ato de franca hostilidade ao governo a assinatura do manifesto que vai indicar os nomes dos Srs. Afonso Pena e Nilo Pessanha para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.

“Segundo nosso informante, tal resolução não obedeceu à idéia de desconsiderar os dois candidatos referidos. Acharam, porém, os políticos, ontem reunidos no Catete, que o atual processo de indicação quebra a tradição até agora mantida e segundo a qual a escolha era confiada à convenção de dois delegados por Estado. Além disso, negam aos deputados e senadores cujo mandato finda este ano, força moral para apresentar essas candidaturas a um eleitorado ao qual vão pedir, além de um novo mandato, a aprovação do seu procedimento político. Quanto aos senadores cujo mandato ainda não termina, entendeu-se, na reunião, que não podiam desde já hipotecar os seus votos, porque terão de funcionar como juizes na apuração dos votos obtidos no pleito de 1.º de março próximo. Por último, também se considerou motivo desta atitude o fato tido na reunião como verificado, de conter o manifesto censuras ao procedimento do Sr. Presidente na escolha dos candidatos. Na mesma reunião ficou assentado que os amigos do governo não darão número para a votação do projeto de anistia, que vai entrar em 3.ª discussão na Câmara, enquanto não fôr aprovado, no Senado, o projeto que aprova os atos do poder executivo durante o estado de sítio”.

Apesar desta ameaça, o Manifesto Político à Nação, datado de 1 de setembro de 1905, é publicado em toda a imprensa, contendo 150 assinaturas, a começar pela do Sr. Silvério Néri, Senador pelo Amazonas, num total de senadores e deputados federais de dezoito unidades da Federa-

ração Brasileira. Deixaram de subscrevê-lo: Paraíba do Norte, Maranhão e Pernambuco, em vista da alegação do Senador Rosa e Silva de não ter sido consultado quanto à vice-presidência, dizendo-se, na imprensa, que a sua preferência recaía sobre o Senador Benedito Leite, representante do Maranhão. Aliás, o Governador da Bahia preferira Severino Vieira, como já vimos, e conformara-se imediatamente com a escolha de Nilo Pessanha.

MANIFESTO

“Com a devida autorização, os abaixo assinados, como procuradores dos partidos e representantes das opiniões políticas a que se filiam na maioria dos Estados da União, vimos, solidários num pensamento comum, recomendar aos sufrágios do povo brasileiro, para a eleição presidencial a que se tem de proceder em março do ano vindouro, os nomes dos cidadãos, em tórno de quem, ao nosso ver, as circunstâncias, examinadas à luz do bem público, aconselham se reúna o concurso geral do eleitorado.

“Não nos passa pela mente erigirmo-nos em árbitros da opinião nacional e muito menos sobre ela exercer qualquer influência, que não seja a da ação persuasiva.

“Tão somente apoiados nos recursos desta, congregamo-nos com o intuito de propor à consagração das urnas as candidaturas, que, com predicados incontestáveis de merecimentos, assumindo pelos caracteres do fato que lhe deu origem uma significação verdadeiramente nacional, reúnam, ao mesmo tempo, na oportunidade, as melhores condições de triunfo.

“Obedecendo a êsse intento, pomos em colaboração, mediante um pacto publicamente celebrado, para o bom êxito da causa que esposamos, as forças em cuja direção acreditamo-nos habilitados a atuar, e dêste modo evitamos

que, deixados ao acaso, ou entregues à exploração de interesses menos elevados, se dispersem, malbaratem, ou retraiam, em prejuízo da nação e descrédito das instituições que nos regem.

“E’ portanto, um ato de associação, contraído à luz da mais alta notoriedade, sem outro propósito que não o de melhorar os costumes do governo, e seria insensato que só aos agrupamentos políticos se negasse o direito de fundirem as suas divergências de consideração menos grave no seio de uma idéia superior, de uma legítima aspiração coletiva, recusando-se-lhe unicamente a êles, privados assim da faculdade inestimável de se associarem, êsse privilégio, sôbre tódos útil e caro aos homens livres, de que todos os grandes povos têm feito o seu melhor instrumento de regeneração e progresso em tôdas as esferas da atividade humana e do desenvolvimento social.

“Quando essas seleções, anteriores à eleição popular, se processam no grêmio de partidos coesos e organizados, a ditas conveniências ou programas se subordinam, natural é que se operem mediante assembléias gerais da coletividade, cujo credo, fôrça e disciplina representam. Outra coisa não vêm a ser as Convenções, de que nos forneceram o exemplo os americanos do norte; meros corpos representativos das parcialidades constituídas, em nome das quais cada uma delas funciona. Numa aproximação imitativa dêsse tipo se moldara a espécie de Convenção, que aqui designou o presidente e o vice-presidente da República nestes três quatriênios. Em se extinguindo ou dissolvendo, porém, a realidade que gerava e animava essas formas, já não seria lícito galvanizá-las, para entreter, à sombra de falsas aparências, a autoridade de uma instituição, que, vazia da sua substância, perdeu o seu motivo de existir.

“Logo, que, entre nós, se constituírem, como cumpre e urge, partidos regulares, cada um dêles assumirá naturalmente, a sua expressão eleitoral numa dessas assembléias deliberantes. Mas, enquanto elas não renascerem, com o renascer da condição que as autoriza, nada tolhe aos homens políticos, às facções políticas, às necessidades políticas, ou sejam, de ordem permanente, ou de natureza transitória, o arbítrio de se comporem, de se aliarem, de se fortalecerem, buscando na co-associação dos seus recursos os elementos de assegurar a vitória a uma ambição do seu patriotismo, nitidamente confessada e justificada cabalmente aos olhos dos seus compatriotas.

“A que neste momento nos afervora, a que ora nos consorcia no mesmo ânimo e na mesma empresa, não podia ser de empenho mais sério para o bem do Estado e de vantagem mais óbvia para a clarificação do nosso regímen.

“Na renovação eletiva, cujo ensejo dentro em breve se nos vai oferecer, da magistratura presidencial, nada se nos impunha mais viva e instantemente do que depurar a praxe republicana de um dos vícios que mais a corrompiam, e em que aliás quase todos nós temos a nossa culpa, obstando ao poder executivo essa participação, que nada coonestava, mas que já se cria impossível extirpar, na sucessão periódica do governo. O ascendente decisivo exercido pelos presidentes da República na transmissão do cargo supremo fere no coração a verdade republicana, e absorve o derradeiro têtço do período presidencial na campanha da eleição futura, desviando a administração do seu curso, para a embeber exclusivamente na luta política, e comunicando, nessas longas crises, uma debilidade orgânica ao poder executivo, cujo vigor, mais que noutra qualquer forma de governo, importa manter e estimular cuidadosamente nas federações.

"A atitude que êste manifesto exprime resultou principalmente da resistência, em boa hora tentada, a êsse mal intermitente, cuja ação expoliativa se exercia, a um tempo, contra os interesses da ordem pública, desmoralizando o poder e contra os direitos da liberdade política, oprimindo a Nação.

"Um princípio regenerador, porém, nunca se implanta, sem que as suas propriedades benfazejas se manifestem no surgir de conseqüências, que o ultrapassam. Do restabelecimento do espírito do regimen neste assunto capital devemos esperar uma época fértil em resultados auspiciosos à nossa moralidade, assim nos costumes eleitorais, como no caráter do Congresso e nas preocupações do governo.

"Êste, para esta nova orientação, cremos sinceramente que, ponderados com tento prático todos os fatores do problema, não se poderia confiar a brasileiros mais dignos do que aquêles que o nosso consenso nomeia, sugerindo-vos para a presidência da República, no termo vindouro, o Dr. Afonso Augusto Moreira Pena e para a vice-presidência, o Dr. Nilo Pessanha.

"Os títulos de ambos êsses compatriotas nossos ao lugar em que os desejamos ver providos, escusam longas justificações. Para que nos fôsse mister escrever-lhes aqui a apologia, seria preciso que o país os não conhecesse tão bem, como os conhece.

"O primeiro é um nome feito de utilidades à causa pública nos dois regimes, em um e outro dos quais serviu à Nação com a mais alta respeitabilidade, assinalando-se, como homem de Estado, pelos seus dotes de honra, firmeza, moderação, bom senso e cultura jurídica, na administração e no parlamento, isto é, distinguindo-se pelas qualidades mais necessárias à consolidação de instituições novas, difíceis e mal praticadas, num meio que ainda lhes não sentia seriamente as virtudes. O outro é uma repu-

A VOTAÇÃO CONTRA A BAHIA OU O ANGU NA CAMARA



Rizzo 185

Brizio, Barbosa Lima, Hasslöcher, Darcy, Nelson e Costa: — Bravos! muito bem! Viva a bahiana!
 Carlos Pezoto, Cozziano, Medeiros, Leite Ribeiro, Julio dos Santos, Esmeraldino, Azevedo Marques, etc., etc. Fora! Fora! Não
 pôde! não pôde! Havemos de fazer o Zé Marcellino subir à terra!

Paula Guimarães: — Ordem, meus senhores! muita ordem!

A Bahia: — Pensam que eu tenho medo de vocês? Icha!! Estão se ninando! Podem votá contra mim! Podem querê mi enfiar
 no mato! Eu hei de fala pelas tripas do diabo e hei de mostrá que não morro de carotas, e hei de prová que na minha casa mando
 eu! O Bernardino não metta lá o nariz, que eu não sou capacho do Cattete! Sucta de carneiros!

Zé Teco: — Ah! mulata de ouro! Ah! minhas candeongas! Machuca bem a prosa desses cabras! Eu sou lodo do voto, na
 vida e na morte!

A VOTAÇÃO CONTRA A BAHIA

Caricatura de "O Malho", n.º 148. Rio de Janeiro,
15 de julho de 1905

No dia 11 de julho de 1905, os Estados da Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro romperam oficialmente com o Governo Federal, na Câmara dos Deputados, por ocasião da votação das emendas da Bahia apresentadas ao Projeto número 20-1905, que dividia o Território Brasileiro em distritos eleitorais.

tação de administrador, que tem conquistado a admiração geral com provas onde não se sabe o que mais se assinale, se segurança da orientação, a rapidez dos resultados, ou a grandeza dos benefícios, a que um dos maiores Estados da República deve a sua salvação econômica em menos de dois anos de gerência, na qual se dão as mãos a honradez e a capacidade.

“Confiamos que, propondo à adoção nacional estas duas individualidades sem nota, não nos arriscaremos a erro, e, em todo o caso, teremos cumprido o nosso dever, empenhando o melhor da nossa sinceridade em favor do país, na emergência atual, o maior bem que podemos.

“Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1905. — *Silvério Néri* — *Antônio G. P. de Sá Peixoto* — *Jônatas Pedrosa* — *Aurélio de Amorim* — *Raimundo Néri* — *Manuel de Melo Cardoso Barata* — *Raimundo Artur de Vasconcelos* — *Nogueira Paranaguá* — *Joaquim de Lima Pires Ferreira* — *Arlindo Francisco Nogueira* — *Anísio Auto de Abreu* — *Joaquim Catunda* — *Pedro Augusto Borges* — *J. Cordeiro* — *Tomás Pompeu Pinto Acióli* — *Tomás Cavalcanti de Albuquerque* — *João Lopes* — *J. F. Bezerril Fontenelle* — *Frederico Borges* — *Gonçalo Souto* — *Francisco Sá* — *Sérgio Sabóia* — *Virgílio Brígido* — *Pedro Velho* — *Joaquim Ferreira Chaves* — *José Bernardo* — *Alberto Maranhão* — *Elói de Sousa* — *Manuel Pereira Reis* — *Isidro Leite* — *Euclides Malta* — *Ângelo Neto* — *Arroxelas Galvão* — *Eusébio de Andrade* — *Raimundo de Miranda* — *Epaminondas Gracindo* — *Martinho Garcês* — *Manuel P. de Oliveira Valadão* — *Rui Barbosa* — *F. de Paula O. Guimarães* — *João Augusto Neiva* — *Leovigildo Filgueiras* — *João da Costa Pinto Dantas* — *José J. Rodrigues Saldanha* — *Inácio Tosta* — *Augusto de Freitas* — *Prisco Paraíso* — *Bulcão Viana* — *Domingos Rodrigues Guimarães* — *Tolentino dos Santos* — *Garcia Pires* — *Moniz Freire*

— Cleto Nunes — Sequeira Lima — Bernardo Horta de Araújo — Dr. José Moreira Gomes — José Francisco Monjardim — Lourenço Batista — Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo — Antônio Augusto Pereira Lima — João Carlos Teixeira Brandão — Benedito Galvão Batista — Dr. Alfredo Augusto Guimarães Backer — Dr. Luís da Silva Castro — Dr. Fidélis de Azevedo Alves — Érico Marinho da Gama Coelho — Henrique Borges Monteiro — Dr. Francisco Chaves de Oliveira Botelho — Curvelo Cavalcanti — Barata Ribeiro — Bulhões Marcial — Melquíades Mário de Sá Freire — Augusto de Vasconcelos — Herédia de Sá — Irineu de Melo Machado — Américo de Albuquerque — Rodolfo Miranda — Arnolfo Azevedo — Alvaro de Carvalho — Costa Júnior — Moreira da Silva — João Pinheiro da Silva — Júlio Bueno Brandão — Feliciano Pena — Francisco Veiga — Estêvão Lôbo — Bernardo Monteiro — Viriato Mascarenhas — José Bonifácio de Andrada e Silva — João Luís — Gastão da Cunha — J. M. Ribeiro Junqueira — Carlos Peixoto Filho — Astolfo Dutra — David Campista — João Penido Filho — Antero de Andrade Botelho — Francisco Álvaro Bueno de Paiva — J. Carneiro Resende — Adalberto Ferraz — João Luís Alves — Joaquim L. de Resende Filho — Antônio Zacarias — José Bernardes de Faria — Camilo Soares Filho — Calógeras — Henrique Sales — Sabino Barroso Júnior — Carvalho Brito — Carlos Ottoni — Manuel Fulgêncio — José Bento Nogueira — Olinto Ribeiro — Lindolfo Caetano — Olegário Maciel — Camilo Prates — Rodolfo Paixão — Venceslau Brás — Pádua Resende — Hermenegildo de Moraes — Joaquim Murtinho — Antônio Azevedo — José Maria Metelo — Benedito Crispiniano de Sousa — José da S. Costa Neto — Francisco Xavier da Silva — Brasília Ferreira da Luz — Alberto Gonçalves — Carlos Cavalcanti — A. S. Carvalho Chaves — Cândido de Abreu — M. de Alencar Guimarães — Hercílio Luz —

José Gomes Pinheiro Machado — Ramiro Barcelos — Júlio Frota — James Darcy — Campos Cartier — Diogo Fortuna — Rivadávia Correia — Angelo Pinheiro Machado — Domingos Mascarenhas — Vespasiano de Albuquerque — Germano Hasslocher — Soares dos Santos — Homem de Carvalho — M. de Escobar — Vitorino Monteiro — A. J. Barbosa Lima”.

O *Diário da Bahia* de 3 de setembro, publica os seguintes telegramas:

“Senador Rui Barbosa — Rio — Bahia, palpitante de reconhecimento, ouviu e saberá honrar a palavra autorizada do seu glorioso filho, que novos títulos acaba de conquistar à admiração e à gratidão nacional, mostrando quanto vale seu poderoso e privilegiado espírito, pôsto ao abnegado serviço do Direito da Nação, à escolha livre dos seus primeiros magistrados. Aceitai, em estreito amplexo, as bênçãos da cara e grandiosa Bahia. — *José Marcelino*”.

“Conselheiro Afonso Pena — A precedência da apresentação do vosso ilustre nome à suprema magistratura da República, reunida aos vossos méritos pessoais, é motivo de franco apóio e dos sinceros aplausos da Bahia, que, por seu glorioso filho Rui Barbosa, muito concorreu para a coligação e o seu triunfo. Aceitai afetuosas felicitações atenciosos cumprimentos. — *José Marcelino*”.

“Dr. Nilo Pessanha — Rio — A indicação vosso simpático nome pela coligação, por iniciativa de Rui Barbosa, à vice-presidência da República, seria bastante para o franco apóio da Bahia, se vos não sobrassem títulos outros para êsse elevado cargo. Aceitai afetuosas saudações, com os votos pela vossa felicidade pessoal. — *José Marcelino*”.

“General Pinheiro Machado — Ao esforçado campeão do Direito da República de livremente escolher os seus primeiros magistrados, consagrado pela coligação triunfante,

apresento os meus protestos de admiração, reconhecimento e elevada estima. — *José Marcelino*".

"Dr. Campos Sales — Ao eminente brasileiro, que levantou o crédito e reconstituiu as finanças nacionais e acaba de concorrer activa e abnegadamente para a implantação dos sãos princípios do nosso regime político, apresento as minhas homenagens de respeito e elevada estima. — *José Marcelino*".

O *Diario da Bahia* de 5 de setembro continua publicando telegramas:

"Rio, 4 — Exmo. Sr. Dr. Governador — Bahia. — Cumpro simplesmente meu dever — Agradeço penhorado ao meu caro amigo as suas expressões de vivo afeto e retribuo o seu abraço. — *Rui Barbosa*".

"Rio, 4 — Exmo. Sr. Dr. José Marcelino — Honram-me os conceitos que a generosa benevolência de V. Ex.^a dignou dirigir-me, sobretudo partindo de quem, pela exemplar firmeza patriótica ao lado dos bons princípios, estimulou e norteou os nossos passos na campanha cívica que ora termina. — Agradeço a V. Ex.^a afirmando a nossa indefectível solidariedade. — *Pinheiro Machado*".

"Belo Horizonte — 4 — Exmo. Sr. Dr. José Marcelino, Governador Bahia — Agradeço benévolos cumprimentos de V. Ex.^a, cabendo-me assegurar que empregarei o máximo esforço para corresponder à confiança do ínclito povo da Bahia — Afetuosas saudações. — *Afonso Pena*, Vice-Presidente da República".

"Niterói — 4 — Exmo. Sr. Dr. José Marcelino, Governador da Bahia — Guardo com muito reconhecimento as honrosas palavras do meu grande amigo — Saudações afetuosas. — *Nilo Pessanha*".

A "Vária" do *Jornal do Comércio* já mencionada, resultou num desmentido, da tribuna da Câmara, feito pelo

leader da maioria, Dr. Carlos Peixoto Filho, o qual provocou o pedido de demissão do Ministro do Interior, D. J. J. Seabra, bem assim o do Chefe de Polícia e o do Comandante da Fôrça Policial. O Presidente e o 1.º Secretário da Câmara dos Deputados renunciaram seus cargos, sendo, entretanto, unânimemente reeleitos em 3 de setembro, com a presença de 129 deputados, falando, em seguida, o *leader* da maioria e o Deputado Brício Filho, êste nos seguintes termos: "Seria a *Vária do Jornal do Comércio*, dizendo que o Sr. presidente tomara como um ato de hostilidade a assinatura do manifesto político? — Mas a presidência da Câmara não é, nem pode ser um cargo de confiança do Poder Executivo. S. Ex.^a, no momento em que assinou o manifesto, deixou de ter o apôio da maioria da Câmara? — Não, porque essa mesma maioria assinou também". Os demais pedidos de demissão foram igualmente recusados.

O Senador Pinheiro Machado, pela sua posição excepcional de Chefe do Partido Republicano Riograndense e Vice-Presidente do Senado Federal, foi considerado o chefe da coligação vitoriosa quando, na realidade, o verdadeiro autor da coligação foi o Governador José Marcelino de Sousa, sugerindo um candidato único, que congregasse tôdas as fôrças dissidentes, com o apôio de Minas, que êle reputava indispensável para a vitória definitiva, como vimos na carta de 6 de julho de 1905, dirigida, confidencialmente, ao Deputado Leovigildo Filgueiras e nos demais documentos já mencionados.

Para evitar que lhe tirassem os louros, o *Correio da Manhã* de 6 de setembro publica o seguinte editorial:

"O ELEMENTO DECISIVO

"Mais satisfeita deve sentir-se a Bahia, ao saber, como ora saberá, que a sua intervenção foi, na intrincada emergência, o elemento decisivo".

“Com estas palavras define o ilustre Senador Rui Barbosa, na sua eloqüente exposição à Bahia, o papel do seu Estado natal na “intrincada emergência das candidaturas presidenciais”.

“Êsse juízo, tão autorizado e tão honroso do senador pela Bahia à política da sua terra, seria uma grande injustiça, se não fôsse simbolizado na personalidade original e simpática do digno governador daquele Estado, o Dr. José Marcelino de Sousa.

“Quando o Sr. General Pinheiro Machado, com a rara energia e tôdas as virtudes de comando, que são os dotes principais do seu forte temperamento de político e lutador, iniciou o movimento de resistência às imposições costumeiras dos presidentes da República, na designação de seus sucessores, já sabia que, no movimento iniciado, poderia contar com o apôio franco e valioso do governador da Bahia, que, desde muitos meses, tinha manifestado o seu propósito, não só, mas a sua firme decisão de fazer convergir para a candidatura do Dr. Rui Barbosa os sufrágios do partido que o tinha eleito à primeira magistratura da gloriosa terra baiana.

“A campanha, que teve o seu brilhante comêço nas manifestações populares da cidade paulista de Santos ⁽¹²⁾, se propunha a regeneração dos nossos costumes políticos, chamando a República às suas origens e fazendo-a voltar ao exercício dos postulados em nome dos quais se fizera a propaganda e se constituiu o novo regime.

“Não era uma campanha de mesquinhos intuitos pessoais. Os homens em cujo nome o senador pelo Rio Grande do Sul e o governador da Bahia lançavam o seu apêlo à opinião eram antes duas bandeiras do que duas candidaturas no sentido secundário da palavra.

(12) A 3 de maio de 1905, quando em Santos descera Pinheiro Machado, de regresso ao Rio, quase dois meses depois do “apêlo formal” de A Bahia e das moções aprovadas pelos Corpos Legislativos baianos.

“Num país em que, mortos a 15 de novembro os dois partidos históricos que durante sessenta anos se sucederam no governo do Império, ainda os conflitos dos interesses gerais não determinaram a formação de dois partidos constitucionais como os Tory e Whigs na Inglaterra e os Republicanos e Democratas nos Estados Unidos, é inevitável que os agrupamentos políticos se tenham formado em redor das personalidades mais salientes do novo regime, o que trazia como consequência a constituição de pequenos partidos em redor dêste ou aquêlo político de mais prestígio e de maior fôrça de irradiação.

“E” aparentemente uma política nominalista, que o juízo correto das instituições democráticas repele e condena, mas seria um juízo muito superficial o daquele que não verificasse, sob a crôsta dessas agremiações, a existência de um conjunto de idéias que reúne os esforços e as vontades dos aderentes.

“A breve história constitucional da República é a história dêsses partidos e os Srs. Pinheiro Machado e José Marcelino teriam provado não ter nada aprendido da história contemporânea se, empenhados ou decididos a se empenhar numa luta de tamanhas proporções, em homenagem a um fetichismo doutrinário sem raízes nos fatos, tivessem renunciado ao contingente que o valor e o prestígio dos nomes representam na criação de novas correntes políticas e na probabilidade de torná-las vitoriosas.

“O que interessava na luta não eram as pessoas cujos nomes se levantavam como lábaros; o que interessava era a restituição ao povo do direito de eleger o chefe da Nação.

“Neste ponto, a campanha do Sr. Pinheiro Machado foi precedida pelo levante da *A Bahia*, jornal que representa naquela terra as idéias do seu governador e é universalmente reconhecido como seu órgão mais legítimo. A 13 de março, *A Bahia* dirigiu-se aos diversos outros

órgãos de opinião em prol da candidatura do Sr. Rui Barbosa e fazia um apêlo formal a êsses "órgãos dirigentes da opinião, pelos quais se deve manifestar a vontade nacional". A *Bahia* dirigia-se e apelava para os órgãos da opinião para que se manifestasse, poderosa e livremente, a vontade nacional.

"A candidatura da *A Bahia* e do Governador da Bahia era, pois, uma candidatura para a qual se pedia o apêlo dos órgãos da vontade nacional. E era, portanto, uma candidatura para a qual de antemão se prescindia de qualquer apêlo, bafejo ou favor do govêrno da República. Ora, quem, em março, lançava com a autoridade de que dispõe o governador da Bahia uma candidatura à presidência da República, prescindindo de qualquer acôrdo prévio com o Catete, iniciava, mais que virtualmente, de fato, o movimento que a 3 de maio o Sr. Pinheiro Machado afirmava em Santos com a reivindicação do direito do povo a eleger o chefe da Nação, acabando com as designações dos presidentes em exercício.

"Ao governador da Bahia, ao Sr. José Marcelino de Sousa, cabem, portanto, as primeiras honras na estupenda campanha política que acabou com a vitória da coligação e a indigna e humilhante rendição do Sr. Rodrigues Alves.

"Foi o Sr. José Marcelino quem, combinando com o ilustre deputado baiano, o Sr. Leovigildo Filgueiras, a apresentação das célebres emendas ao projeto que distribuía em Distritos Eleitorais de acôrdo com a reforma eleitoral, o Estado da Bahia, determinou a primeira das forças decididas a levar de vencida a candidatura favoneada pelo Sr. Presidente da República e a constituição do primeiro núcleo que, formado dos elementos políticos representados pelos governos dos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, acabou constituindo a avalanche vitoriosa da coligação.

“E’ preciso lembrá-lo.

“Da numerosa deputação baiana, só cinco foram os homens que sobranceiramente se colocaram e se mantiveram impertérritos ao lado do seu governador. Os outros bandearam-se, arrastados pelo brilho e pela fascinação do pseudo-poder do Catete. Não esmoreceu com isto o Sr. José Marcelino. Pelo contrário: à fraqueza dos deputados que mais se fiaram na influência política do presidente da República do que na fidelidade com a política do seu Estado, responde com a energia sorridente de quem viu outras tempestades, e aos esforços do governo central agremiando os elementos que lhe deviam assegurar o fácil triunfo, respondeu com aquela sua admirável estratégia política, que tornou possível, não só, mas a bem dizer determinou o acôrdo vitorioso da coligação.

“Ninguém mais que o Sr. Rui Barbosa, ao qual com tamanho senso de tato e oportunidade o Sr. José Marcelino confiou a negociação do acôrdo, narrada na exposição à Bahia, tinha competência para definir o quanto valeu para a movimentação da coligação nos nomes dos Srs. Afonso Pena e Nilo Pessanha a ação pronta, resoluta, nítida, precisa, do governador da Bahia.

“O Sr. Rui Barbosa disse-o sem rodeios: “A intervenção da Bahia foi, na intrincada emergência, o elemento decisivo”.

“E se fôsse precisa outra prova, e não é, desde que quem a fornece é um homem da responsabilidade de Rui Barbosa, da eficácia da intervenção da Bahia na solução da campanha presidencial, aí temos a última crise, em que foram figuras proeminentes o ministro do Interior e o presidente da Câmara, ambos baianos.

“O prestígio do patriota e prestimoso governador da Bahia saiu ainda mais robusto e galhardo dessa crise, que

mostrou, de frente às pequenas transações do Catete, o largo movimento de simpatia de tôda a Câmara dos Deputados em tôrno do seu presidente, que, assinando o manifesto da coligação, se colocou francamente ao lado do governador da Bahia, contra os extremos e ineptos manejos *in articulo mortis*, de um govêrno vacilante e de um ministro sem fôrça na opinião.

“São, pois dignas do eloqüente louvor do Sr. Rui Barbosa as benemerências do ilustre governador da Bahia nesta campanha presidencial, que, pelos seus efeitos presentes e pelos seus efeitos imediatos, vale pela purificação dos costumes políticos da República e pela reconquista da soberania nacional”.

De Paris, Severino Viera, na sua carta de 23 de setembro de 1905, assim se expressa:

“Felicito-o pela solução que podia ser muito pior para o nosso Estado —; mas agora, sinto dizer-lhe que não passo de um vencido resignado”. “Como quer que seja folgo muito em vê-lo unido ao Pinheiro Machado e Nilo Pessanha, que são companheiros com os quais se pode trabalhar confiadamente; e admiro a esperteza com que a coligação roubou o Rosa, tomando a dianteira da sua candidatura — lançando-o para um segundo plano e inçando-o por completo na indicação do vice-presidente — onde êle foi tão infeliz que ainda mais *passou recibo* em público do codilho. Pobre Rosa!” “Pretendo seguir daqui em meados de novembro. Creio não ser exata a sua informação, ou a informação que lhe deram sôbre o Dr. Teodoreto Nascimento, que seguiu para o Oriente no vapor de 8 de julho e já se reuniu ao Miguel, segundo comunicação que me fêz do Oriente”.

Em 28 de setembro, Severino Vieira continua: “Li a explicação à Bahia e ainda uma vez: lhe dou os parabens

e ao nosso Estado porque só por milagre de Deus e certamente por esforço do Pinheiro Machado, desembarçou-se da candidatura acadêmica. O nosso primeiro brasileiro, ainda saindo, e de retirada, mostra saudade de deixar de ser tão cedo candidato, embora só da Bahia. Imagine-se que a sua derrota nestas condições lhe satisfazia mais do que a vitória com o bafejo oficial. Isso é muita poesia! E depois em relação a uns tantos candidatos o bafejo oficial jamais acharia meios de ser considerado um escândalo. Por notícias que aqui me chegaram e algumas delas de origem muito alta eu sei que o nosso eminente patriota não está muito contente comigo. Paciência! Já não é pouco ter externado o meu juízo num círculo muito limitado de amigos. Quem sabe, se por bem dêles, do nosso Estado e da Pátria mesma, eu não terei de fazer uma projeção luminosa sobre a sua personalidade de homem político? — Voltando à nossa terra o Brasil, onde todos querem ser vencedores e procuram por todos os meios e modos aparentar que o são —, eu quero ser o único vencido. Sinto muito que a famosa lei Rosa e Silva me tivesse privado do direito de voto, pois se assim não fôsse, eu, em aí chegando, ia proclamar, para meu uso e gozo particular, a candidatura do Bernardino e isso com dois fins: — Primeiro o de ser público e raso, ostensivamente derrotado, e apontado como vencido de modo irrevogável e inequívoco —; segundo o de estar ao lado do meu *velho amigo* R. Alves, depois que foi abandonado até pelo serviçal jota jota Seabra que andou com êle nos (ilegível) pela imprensa, embora, depois, de falsamente desmentido. O que eu acho curioso, esquisito, estupendo e sobrenatural mesmo, é que depois dêsse incidente continuem solidários, em boa paz, tal como dois cordeiros que, depois de se mordem e escaneirarem, continuassem depois em harmonia a beber mel no mesmo côxo. Credo?

“Parece, meu amigo, que o Brasil está atravessando uma crise, ao mesmo tempo, moral e mental. — Antes de concluir: Cuidado com Minas e com os mineiros. Para eles *o único elo da federação* continuará a ser o *Presidente da República*. — Mande ordens ao que se preza de ser — amigo af.^o e cr.^o obrgm.^o — *Severino Vieira*”.

Em 12 de outubro dêsse mesmo ano, realiza-se, no Cassino Fluminense, o banquete, oferecido pelos representantes dos Estados coligados, aos Exmos. Srs. Conselheiro Afonso Pena e Dr. Nilo Pessanha, aquêlê, Vice-Presidente da República e êste Presidente do Estado do Rio de Janeiro, candidatos, respectivamente, à presidência e vice-presidência da República no futuro quadriênio de 1906-1910. O Senador Joaquim Murtinho, representante do Mato Grosso, usa da palavra para fazer o oferecimento do banquete, apresentando, ao mesmo tempo, um programa de partido e o Senador Pinheiro Machado brinda os homenageados. O discurso do Senador Murtinho provocou protestos do Senador Rui Barbosa, que lhe desconhecía o teor, assim rebatendo-o, pelas colunas do *Correio da Manhã* de 17 do mesmo mês: “A Coligação não é um Partido. O próprio Dr. Joaquim Murtinho, no seu trabalho oratório, formalmente o declarou. E’ uma aliança política, celebrada para alcançar um resultado urgente e superior, de vantagens nacionais, caro em comum a homens e grupos de convicções entre si diversas, que entraram no convênio com a junção das suas fôrças, não com o repúdio das suas idéias. “Coligação” não é “fusão”. Esta, em política, se distingue daquela, como em química se diferencia combinação de mistura. A tal respeito não seria lícito duvidar sèriamente; porquanto o objeto, preciso e único, da coligação foi individuado, com a maior clareza e solenidade, nò seu manifesto, sob a assinatura daqueles que a compõem, e, por conseguinte, êsse documento é o que o define. Ela se constituiu exclusivamente em tórno

de um pensamento: o de afirmar praticamente, mediante a escolha de dois candidatos independentes, um à presidência, outro à vice-presidência da República, o direito da Nação a eleger com liberdade o chefe do poder executivo e seu substituto. Nada mais”.

Esta carta de Rui principia da seguinte maneira: “O atentado contra o governador da Bahia, cuja parte no movimento solenizado pelo jantar político do dia 12, foi, como se sabe, decisivo, só agora me deu aso à explicação, que tenho trazer a lume. Fôrça era se absorvessem de todo êstes dias no cuidado, que nos inspirava a conservação daquela vida. Os reclamos da minha defesa podiam, sem inconveniente, submeter-se a uma espera tão breve”.

Realmente, no dia imediato ao importantíssimo banquete da Coligação, 13 de outubro, o Governador José Marcelino de Sousa, regressando de Nazaré à capital baiana, escapou de uma tentativa de assassinato, a bordo do vapor “Maurício Wanderley”, da *Companhia Transportes Marítimos*, propriedade do engenheiro naval, Capitão-Tenente Cleto Ladislau Tourinho Japi-Açu, desde agosto ausente, na Inglaterra, onde fôra, por ordem do govêrno do Estado, encomendar cinco unidades novas para a *Navegação Baiana*, seção do Lloyd Brasileiro, que seria encampada em dezembro de 1906, depois de construídos e inaugurados êsses vapores.

Justificando um voto de pesar pelo atentado e um voto de louvor pelo malôgro do crime, Rui Barbosa, da tribuna do Senado, na sessão de 14 de dezembro de 1905, profere esta belíssima oração:

“Sr. Presidente, o Senado conhece o crime odioso e sinistro que ontem feriu duas vêzes, pelas costas, o governador da Bahia, repercutindo aqui e em tôdas as classes sociais, numa expressão de dor e de espanto, que ainda perduram.

“O Senhor, cuja misericórdia tantas vêzes, em momento de uma gravidade histórica, tem sido para nossa Pátria refúgio e salvação, tomou nas mãos onipotentes aquela vida preciosa, não permitindo que a ceifasse o ferro assassino.

“Mas, se atentardes nas circunstâncias do fato, nos elementos visíveis da sua predestinação, vereis que o homicídio não se sabe porque escapou de ser consumado, no dia anterior, em Nazaré, de onde o malfeitor seguiu a sua vítima até à capital.

“E, a não ser êsse obstáculo desconhecido, a tentativa contra a existência daquele ilustre brasileiro ou a sua morte, teria vindo trazer a contribuição do luto à solenidade com que a Coligação celebrava o seu triunfo e o nosso candidato à vindoura administração do País dava conta do seu programa.

“Ainda bem que o quadro das dificuldades no futuro não se moldura na cruenta consciência daquele atentado.

“O coração magnânimo do ofendido, senhores, não teve para com o delinqüente senão expressões de filosofia, de piedade e de doçura.

“Esperamos que êsse movimento generoso não entibie a ação necessária da justiça; mas êle espelha a consciência do seu autor, reflexo de uma carreira imaculada, austera, benfazeja, onde se não encontram vestígios de uma reação, uma violência, uma iniquidade, um ódio pessoal, e que deriva tranqüilamente para o seu destino, por entre a estima geral dos seus semelhantes como uma corrente cristalina, a que impurezas do caminho não envenenaram o leito, nem contaminaram as margens.

“Dir-se-ia, pois, se triste experiência tão amiúde nos não oferecesse insignes exemplos do contrário, que contra

um cidadão de tais virtudes, só as inspirações da loucura poderiam armar o braço humano.

“Oxalá se verifique, pelas diligências da justiça, esta interpretação complacente do caso.

“Nossa civilização tem empenhado os maiores interesses ao mostrar que não contém sementes bárbaras de sangue, pertinazes, reprodutivas nos seus costumes.

“Como quer que seja, porém, senhores, pela preservação dêste justo, dessa alma forte, dessa consciência reta, dêsse patriotismo tenaz, sejamos reconhecidos a Deus, cuja invocação eu me atrevo a levantar altamente neste recinto, apelando para os sentimentos religiosos da maioria dos brasileiros, da sua generalidade, sem receio de que a êste nome, sob cujo influxo criador se têm realizado tôdas as verdadeiras conquistas livres, as nossas instituições vacilem nos seus fundamentos ou as nossas liberdades se desloquem dos seus eixos.

“Em nome dêsses sentimentos que desbravaram as nossas selvas, cimentaram tôda a substância viva do nosso patrimônio moral, que permeiam tôda a nossa história e que a ingratidão científica não lograria exterminar dos corações brasileiros, eu levanto ao céu as mãos em ação de graças, à providência Divina, requerendo ao Senado, na ata de seus trabalhos, se insira um voto de profundo pesar por êsse crime e pelo seu malôgro a Casa felicite o governador da Bahia”.

A 15, aniversário natalício de José Marcelino, Rui enviava-lhe o seguinte telegrama: “Receba o mais estreito abraço do meu coração. Deus o visitou às vésperas do seu aniversário, velando pela sua vida. Essa bênção embalsama de esperanças o seu sofrimento e espalha flores do céu no seu natalício. — *Rui Barbosa*”.

E é tão grande o seu interesse pela saúde de José Marcelino, que chega a comprar passagem no vapor alemão

“Bahia”, para visitar o governador, do que, finalmente desiste, por motivo justo. (13)

Ainda em 15 de julho de 1906, da mesma tribuna do Senado, Rui rememorava êsses acontecimentos e dizia: “Não são mistérios para ninguém as relações que me ligam ao govêrno atual da Bahia. Essas relações eram antigas, ultimamente se estreitaram de modo profundo. Do mesmo modo que o atentado de 5 de novembro me colocara ao lado do Dr. Prudente de Moraes, de quem era adversário, o atentado de outubro, na Bahia, estreitara ainda mais as minhas relações que já existiam com o governador do meu Estado. Êsse atentado, Sr. Presidente, a vingar, teria mudado inteiramente a situação política da Bahia. Êsse atentado se perpetrou contra um homem, a respeito de cuja bondade, de cuja pureza eram unânimes os votos, ainda entre os seus antagonistas mais exaltados. Os mais desabridos confessaram, ainda o ano passado, no dia imediato àquele crime, que o Sr. Dr. José Marcelino não contava um inimigo naquele Estado; e, não obstante, de um dia para outro, cidadão venerando, homem sem inimigos, chefe de govêrno respeitado por uma população inteira, vê-se alvo de um atentado, cujas conseqüências seriam a inversão imediata da situação política do Estado que governava”.

O governador foi alvejado nas regiões sacra e frontal. Como quisessem linchar o criminoso, José Marcelino exclamou:

“Êste homem é um louco! Não matem o homem!” E não cessou de recomendar que se garantisse a vida do criminoso. Tão pouco empregou qualquer medida no sentido de capturar os foragidos ou de fazer pressão sobre quem quer que fôsse. Considerava o criminoso o menor culpado, pois fôra subornado, sob ameaça de morte, se não cumprisse o nefasto compromisso, que por várias

(13) V. *Diário da Bahia*, 20 e 21 de outubro de 1905.

vêzes hesitara em realizar, por não nutrir pela sua vítima nenhuma desafeição. Como o preocupasse muito seu filho menor, Teodoro, o governador assumiu a responsabilidade de sua educação, no período em que o criminoso esteve na prisão, isto é, quatro anos completos.

Debalde o governador submeteu-se a melindrosa operação, para tentar a extração da bala cravada na região sacra e, daí por diante, sempre se queixou de dores nesse local.

Digamos, de passagem, que, em 10 de novembro de 1905, as praças do 1.º Batalhão de Artilharia da guarnição da Fortaleza de Santa Cruz, na baía de Guanabara, se sublevaram contra a oficialidade, movimento êste sem ramificações, logo sufocado. ⁽¹⁴⁾

No Senado Federal, o General Pinheiro Machado renuncia à Vice-Presidência em 21 de novembro, sendo substituído a 22 pelo Dr. Joaquim Murtinho, que, em 26 de outubro de 1906, seria substituído pelo ínclito Senador Rui Barbosa, eleito a 23 para essa função.

A 17 de novembro de 1905, regressa da Europa o Dr. Severino Vieira, ausente da Bahia desde 18 de novembro de 1904, mês e ano em que fôra eleito Presidente da Comissão Executiva do Partido Republicano da Bahia, em substituição a José Marcelino, que renunciou a 7, para melhor concentrar sua atividade na administração do Estado. Entretanto, como já vimos, por ausente o Chefe Severino, o governador José Marcelino continuou dirigindo, como vinha fazendo desde 1901, os negócios políticos do Estado, secundado pelo plenipotenciário Rui Barbosa.

A 30 de janeiro de 1906, realizam-se, em todo o território brasileiro, as eleições para deputados e senadores

(14) A 9 no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, ao receber a oferta de riquíssima espada de ouro, o Tenente-Coronel, Senador Lauro Sodré "lança as bases da criação do Partido Republicano Nacional, e justifica o ato revolucionário de 14 de novembro de 1904".

federais, de acôrdo com a nova lei eleitoral, n.º 1.269, de 15 de novembro de 1904, Decreto n.º 5.319, de 12 de dezembro do mesmo ano e Decreto n.º 1.425, de 27 de novembro de 1905 e, ainda, de acôrdo com outras instruções baixadas pelo Ministro do Interior e Justiça Dr. J. J. Seabra.

Tôda a chapa do Partido Republicano da Bahia foi eleita e reconhecida, "conseguindo a aprovação final dos seus diplomas por unanimidade absoluta", no dizer de Rui Barbosa, da tribuna do Senado Federal em 13 de julho de 1906, apesar do Ministro do Interior ter procurado "turvar as águas", provocando protestos do jornal *A Tribuna*, onde Rui Barbosa e Pinheiro Machado colaboravam, sendo seu proprietário o Senador Antônio Azeredo. (V. edições de 2 e 3 de março de 1906).

E José Marcelino manifesta seu regosijo a seu fiel amigo Rui:

"Bahia, 30 de março de 1906 — Meu caro Rui — Com as mais afetuosas e cordiais saudações, receba com a sua Exma. Família, os meus votos de perfeita saúde e de tôdas as felicidades. *Diplomados V. e todos os nossos amigos, que concorreram à eleição de deputados, já para aí seguiu a 1.ª turma, composta do Paula Guimarães e do Santos. Agora, que vai a Coligação começar a colher os resultados práticos do seu pacto, conto que V., que continua a representar e falar pela Bahia, diante dos coligados, empregará tôdos os esforços para que sejam proclamados e reconhecidos deputados os nossos amigos, sem exceção alguma, pois foram legitimamente eleitos e diplomados. Se aos adversários não se deve faltar com a justiça política, aos amigos é rigoroso dever fazê-lo. Nenhum dos nossos amigos precisa curvar-se, para entrar pela porta baixa e esquiva do patronato. Hão de penetrar no Parlamento, altivos e cercados do prestígio dos sufrágios que receberam do nosso Estado.*

"Pelo Lago, portador desta, remeto-lhe o seu diploma.

"Tenho em lembrança as suas recomendações em favor do Pedro Viana, que merece tôda a estima. Não foi possível incluí-lo na chapa, mas aguardo oportunidade para dar-lhe prova de minha consideração. — Abraça-o o colega e velho amigo

Je. Marcelino".

Eis os nomes dos eleitos, num total de 1 senador e 22 deputados:

Senador: Rui Barbosa.

Deputados: Leovigildo Filgueiras, Miguel Calmon du Pin e Almeida, João Pedro dos Santos, Comendador José Augusto Neiva, Domingos Rodrigues Guimarães, Pedro Francisco Rodrigues do Lago (pelo 1.º distrito).

Joaquim Inácio Tosta, Francisco Vicente Bulcão Viana, Francisco Prisco de Sousa Paraíso, Bernardo José Jambeiro, José da Rocha Leal, Joaquim Artur Pedreira Franco (pelo 2.º distrito).

Francisco de Paula Oliveira Guimarães, José Augusto de Freitas, João da Costa Pinto Dantas, Odalberto Pereira, José Inácio da Silva (pelo 3.º distrito).

Joaquim Rodrigues Saldanha, Garcia Dias Pires de Carvalho e Albuquerque, Elpídio de Mesquita, Pedro Leão Veloso, Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque Júnior (pelo 4.º distrito).

A Bahia caminhava para o seu apogeu político, no regime republicano.

A 1.º de março, realizaram-se as eleições para presidente e vice-presidente da República, sendo eleitos os Srs. Afonso Pena e Nilo Pessanha.

Em 3 e 4, trocam-se os seguintes telegramas:

“Temos prazer comunicar a V. Ex.^a que acabamos assinar Convênio sobre valorização café com fixação taxa cambial, que tanto interessa valor produção nacional. Confiamos valioso concurso V. Ex.^a adoção pelo Congresso Federal leis necessárias. Saudações — *Jorge Tibiriçá*, Presidente de São Paulo; *Nilo Pessanha*, Presidente do Estado do Rio; *Francisco Sales*, Presidente do Estados de Minas”.

“Presidente São Paulo — São Paulo — Aplaudindo Convênio valorização café, fixação taxa cambial, desejo estas providências levantem nossas relações econômicas. — Empenharei esforços tornem-se elas efetivas medidas legislativas necessárias. — Saudações, *José Marcelino*”.

E, a 10 de junho, da sua Usina N. S. da Conceição, José Marcelino expandia-se com Rui Barbosa nos seguintes termos:

“Ficou assim respondida sua carta de 28 de maio. Na anterior, de referência ao Convênio de Taubaté, mostrou-se V. bastante apreensivo, conquanto firmemente disposto a oferecer decidida resistência aos exploradores de arruaças, em desfavor da situação política, triunfante.

“Sou favorável ao dito convênio, porque não vejo outro meio de livrarmo-nos da liquidação econômica, de que estamos ameaçados.

“A grande disparidade dos preços, por que vendemos os nossos produtos e adquirimos tudo quanto precisamos, inclusive os gêneros de primeira necessidade, mão de obra e etc., visto como a valorização do nosso papel só influiu sobre aquêles, levar-nos-á à ruína, se não procurarmos equilibrá-los por meio de razoável compensação, fixando o valor tão variável da nossa detestável e ruim moeda.

“As nações novas e dotadas de grandes riquezas inexploradas, mas pobres de dinheiro, não podem adotar os

processos econômicos dos povos antigos e de riquezas entesouradas, sob pena de ficarem estacionadas ou esperarem séculos, para saírem da sua infecundidade industrial.

“As leis econômicas não podem deixar de se adaptar às variadas condições do meio, que se aplicam e, portanto, os seus resultados não são sempre os mesmos.

“E estou eu a fazer considerações sobre assunto em que é V. mestre e eu profano...

“A sua amizade, porém, tudo relevará, com um abraço do velho colega e amigo *José Marcelino*”.

A 19 de março, pouco depois de eleito Presidente da República, o Conselheiro Afonso Pena escreve a Rui Barbosa a seguinte carta:

“Meu caro Rui.

“Belo Horizonte, 19 de março de 1906.

“Detido em J. de Fora por um acesso de influenza de que fui acometido ao voltar do Rio, e depois por moléstia de minha Senhora, só ontem pude recolher-me a B. Horizonte. E’ esse o motivo da demora em responder a sua estimadíssima carta de 1.º. Por telegrama do nosso amigo Dr. José Marcelino soube que foram expedidos diplomas ao Dr. Paula Guimarães e aos nossos amigos, eleitos no dia 1.º. Ainda bem que falhou o negregado plano a que se refere em sua carta e que nos conduziria para o desconhecido, trazendo grave perturbação na marcha das instituições. Entretanto, não devemos perder a lição e cuidar de providenciar para que no futuro tais planos não possam ser concebidos e menos realizados.

“Sendo esta a 1.ª carta que escrevo ao velho amigo depois da eleição presidencial, não posso deixar de lembrar-lhe o que mais de uma vez lhe tenho dito sobre o valor inestimável que ligo ao apôio que prestou à minha

candidatura. Não tanto para significar-lhe que o meu reconhecimento é profundo, mas para fazer-lhe sentir quanto espero de seu concurso para desempenho da enorme responsabilidade que vai pesar sobre mim. Dela participa e participará meu bom amigo, atenta a posição excepcional que ocupa no cenário político do Brasil, desde a proclamação da República.

“Uma das causas perturbadoras da marcha da República, desde seu início, no meu entender, é a separação e hostilidade que freqüentemente tem havido entre seus promovers, os próprios fundadores das instituições, determinada por desconfianças e divergências que não seria difícil fazer cessar. Bastava que se explicassem com franqueza e sinceridade, fechando ouvidos a insinuações e sugestões malévolas. Por minha parte procurarei sempre fugir desse perigo e tenho o direito de exigir e esperar que meus amigos façam o mesmo. Acostumado a respeitar as opiniões alheias não me deixo arrastar por malentendido amor próprio, nem sou rebelde aos conselhos de amigos e de todos os patriotas que queiram auxiliar-me com as suas luzes. Examino-os com cuidado e reflexão sem preocupações de infalibilidade, de que ninguém pode gabar-se. Devemos todos que temos responsabilidade política fechar ouvidos a intrigas e insinuações que mal intencionados não perdem ocasião de fazer, com o propósito de encaminhar seus interesses inconfessáveis. Falo na intimidade a um amigo, que sabe quanto sou sincero no ardente desejo de bem servir a nossa Pátria.

“Hei de usar e abusar de sua bondade, sempre que o exigir o interesse público, cuja guarda a Nação acaba de confiar-me. E’ provável que lhe escreva qualquer dia destes, sobre assunto da atualidade, que preocupa a atenção pública.

“Desejo-lhe e à Exma. Família boa saúde e peço-lhe que disponha do Colega am.^o velho *Afonso Pena*”.

De julho a agosto, realizar-se-ia, na Capital Federal, o 3.^o Congresso Pan-Americano e muitos de seus delegados desceram na Bahia, inclusive S. Ex.^a o Sr. Elihu Root, Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos, em cuja honra é inaugurada, com o apôio moral e financeiro do governador, uma exposição de produtos baianos, organizada pela Associação Comercial, que pede ao governador, ao encerrá-la, em 31 de julho, declarar inaugurado o Museu Comercial da referida associação. Nosso Embaixador nos Estados Unidos, Dr. Joaquim Nabuco, vê colocar-se, em 14 de julho, uma placa comemorativa, no prédio em que nasceu seu venerando progenitor, em São Pedro.

Em maio de 1906, iniciou esta série honrosa de visitas o Conselheiro Afonso Pena, Vice-Presidente da República, recém-eleito Presidente da República pelos Estados ligados, cujo Bloco era formado por Bahia, Rio Grande do Sul, Minas e Rio de Janeiro.

Trocam-se os seguintes telegramas:

“Senador Rui Barbosa — Rio — Bahia, 19. — Acaba desembarcar entre calorosas aclamações Dr. Afonso Pena, recebido a bordo tôdas as autoridades Estado e federais, officialidade Exército, numerosas comissões, institutos ensino, associações e sociedades. S. Ex.^a foi trazido terra lancha governador, saltando Ponte Navegação Baiana, onde enorme concorrência povo aguardava chegada aclamando-o vitoriosamente sua passagem. Conduzido êste Palácio carro Estado, minha companhia, General Comandante Distrito, Intendente Município e grande acompanhamento, recebe agora cumprimentôs autoridades, comissões e representantes foram receber. Viagem feita excelentes condições. Comunique bancada. Afetuosas saudações. — *José Marcelino*”.

“Dr. José Marcelino — Bahia — 19 maio 1906 — Eco longínquo vossas festas ilustre visitante objeto tantas esperanças acorda minha alma saudade cara terra natal cada vez mais amada. Que os seus aplausos se elevem como um apêlo à bondade divina pela felicidade nossa Pátria agoirando à República dias abençoados. — *Rui*”.

“Senador Rui Barbosa — Rio — Bahia, 19 maio 1906 — Ao pisar pela primeira vez a gloriosa terra da Bahia, envio a meu velho amigo, seu filho dileto, glória da América Latina e orgulho da Pátria brasileira, calorosos cumprimentos — *Afonso Pena*, Vice-Presidente da República”.

“Rio, 19 maio 1906 — Dr. Afonso Pena — Vice-Presidente da República — Bahia. — Obrigado velho amigo generosa efusão seu afeto. Em contato direto agora com o grande coração da Bahia sentirá o calor das esperanças ela deposita seu futuro govêrno. Pesa-me não poder juntar presente meus aplausos ao festivo gazalhado com que ela o acolhe e aclama. — *Rui Barbosa*”.

No dia imediato, o governador convida Afonso Pena para visitar o sertão até a Cidade de Juazeiro, à margem do Rio São Francisco, que acabava de inundar todo o seu vale, nos cinco Estados por êle banhados. (Nessa emergência o governador da Bahia prestou socorros aos baianos, mineiros e pernambucanos, e foi pessoalmente até Juazeiro, em março, para auxiliar e animar os flagelados, como consta de sua Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado em 7 de abril de 1906). ⁽¹⁵⁾

A 25 de maio, Afonso Pena deixa Salvador, prosseguindo na sua excursão ao Norte do Brasil.

José Marcelino telegrafa a Rui: “Só ontem, após partida Pena, pude ler seu notável discurso, defendendo, magistralmente, sua correta atitude justo reconhecimento

(15) “José Marcelino de Sousa e sua obra administrativa no São Francisco”, da mesma autora, edição “Agir”, Rio de Janeiro, 1946.

deputados baianos, altivez dêstes. Cordial abraço mais êste triunfo parlamentar. — *José Marcelino*".

Em agôsto, houve graves perturbações da ordem em Sergipe, sendo deposto e repostado seu governador Guilherme Campos e vindo a falecer o Deputado Fausto Cardoso, ferido no tiroteio policial que provocara. Por ordem do Governo Federal, para lá seguir, a 12 o 26.º Batalhão, aquartelado na Bahia desde 1904 e, anteriormente, no Amazonas.

A 6 de junho daquele ano, o Deputado Leovigildo Figueiras havia escrito o seguinte ao Sr. Rubens Tavares, familiar de Rui Barbosa:

"Quanto ao Pena, não se conversou com êle sôbre futuro govêrno. Seria leviandade do José Marcelino e do Severino tratar qualquer dêles com o Pena sôbre tal assunto, nem o Pena, quer a bordo quer em terra, deu ensejo a quem quer que fôsse para fazer conjecturas sôbre suas cogitações acêrca dos auxiliares que tenha de escolher para o seu govêrno.

"Como deve lembrar, o Freitinhas, em nome da representação baiana, na noite de 3 de maio, em casa do Rui, aclamou-o (o Rui) o chefe supremo do nosso Partido e, portanto, ao Rui é que competirá oportunamente, caso venha a ser consultado a respeito pelo Pena, ou, antes, caso o Pena deseje contemplar um baiano no seu Ministério e lhe solicite a respectiva indicação, fazer esta indicação. E o José Marcelino assim pensa, como não cessa de dizer aos amigos".

Aproxima-se a data da posse do novo govêrno e a Bahia ainda ignora o seu Ministério. Finalmente, a 10 de outubro Rui telegrafia a José Marcelino e a Severino Vieira: — "*Jornal Comércio* publica hoje futuro Ministério, indicando Calmon, Viação. Acabo receber Pena carta comunicando-me e duas Você e José Marcelino que reme-

terei correio. Excuso dizer minha opinião. Mas aguardo resposta daí para dar a minha, respondendo Pena. Saudações. *Rui Barbosa*".

A carta que Afonso Pena dirigiu a Rui, de Belo Horizonte, em 7 de outubro de 1906, está assim redigida:

"Meu caro Rui Barbosa.

"Da minha viagem ao Norte do Brasil trouxe a convicção de ser necessário cuidar de promover nessa zona melhoramentos materiais, que facilitam a saída e circulação dos produtos agrícolas e industriais, isto é, vias férreas e portos, principalmente. E resolvi confiar a pasta que tem a seu cargo êsses serviços, no próximo govêrno, a um representante da Bahia. Dentre os muito que estão no caso de bem desempenhar o cargo escolhi o Dr. Miguel Calmon, profissional distinto, de quem faço elevado conceito pelas suas qualidades intelectuais e morais. Fui além disso influenciado nessa deliberação por saber que êle dispõe de prática dêsses serviços por ter servido o cargo de Secretário da Agricultura, na Bahia, nos governos dos nossos ilustres amigos Dr. Severino Vieira e José Marcelino, que o honraram com a sua confiança. Acredito que esta escolha agradará a meu velho amigo, cuja opinião sabe quanto aprecio e acato.

"Escrevo aos nossos amigos Drs. Severino e José Marcelino e, por não ter combinado com qualquer dêles cifra telegráfica, peço a meu amigo o obséquio de telegrafar-lhes o que acabo de dizer, para que tenham a notícia mais depressa. Não o faço de outra forma por me parecer conveniente guardar ainda reserva sôbre o assunto.

"Os outros cavalheiros cujo concurso vou pedir são: General Hermes da Fonseca, para a Pasta da Guerra, Alexandrino de Alencar, Marinha, Campista, Fazenda, Tava-

res Lira, Interior e Rio-Branco para continuar na mesma pasta.

“Bem desejava eu ir ao Rio para conversarmos sobre este e outros importantes assuntos, mas não posso agora empreender tal viagem. Na distribuição das pastas não me preocupei com a política, pois que essa direção me cabe, segundo as boas normas do regime. Os ministros executarão meu pensamento. Os escolhidos são nomes vantajosamente conhecidos e amigos nossos de reconhecida lealdade. — Aceite um abraço e disponha do — Colega amigo velho *Afonso Pena*”.

Essa atitude do Pena estourou como uma bomba sobre os baianos, que já haviam escolhido o Augusto de Freitas, para Ministro da Justiça, certos de que seriam consultados pelo presidente Pena.

A carta de Pena a José Marcelino, datada de 7 de outubro de 1906, é do seguinte teor:

“Gabinete do Presidente do Senado Federal — (Armas da República).

“Exmo. Colega Am.^o Sr. Dr. José Marcelino.

“B. Horizonte, 7 de out.^o de 1906.

“Cordiais saudações.

“Da excursão que fiz aos Estados do Norte, trouxe a impressão de que um dos meios de desenvolver essa importante região é a construção de vias-férreas e melhoramentos de portos, principalmente, e resolvi entregar a um representante da Bahia a pasta por onde correm êsses serviços, no futuro govêrno. Dentre os muitos que se acham no caso de bem desempenhar o cargo preferi o Dr. Miguel Calmon, profissional distinto, de cujas qualidades intelectuais e morais faço o mais elevado conceito. Influuiu tam-

bém no meu espírito saber que êle tem prática do serviço por haver desempenhado igual cargo na Bahia durante o seu govêrno e do nosso eminente amigo Dr. Severino Vieira, que o honraram com a sua confiança. Acredito, pois, que a minha escolha terá ido de encontro aos intuitos de V. Ex.^a, como ardentemente desejo.

“A direção política do govêrno a mim cabe, segundo as boas normas do regime e é bem de ver que procurarei andar sempre de acôrdo com os meus amigos políticos.

“Queira aceitar os protestos da minha mais alta estima e dispor de quem é De V. Ex.^a cola. am.^o mt.^o Af.^o Obr. — *Afonso Pena*.

“P. S. Não sei se recebeu a carta que lhe dirigi em comêço de outubro remetendo o meu retrato”.

A 11, pelo cabo submarino, o governador da Bahia responde a Rui Barbosa:

“Definitiva deliberação, penso devemos aceitá-la, recai quem mereceu comissões confiança govêrno Estado, merece do Partido consulente. Resolva seu espírito esclarecido, criterioso, experimentado ditar. — Saudações. — *José Marcelino*”.

Em 12, envia os seguintes telegramas a Augusto de Freitas:

“Inteiro acôrdo deliberação Rui. — Saudações. — *José Marcelino*”.

“Passei Calmon, resposta sua comunicação convite Pena, êste telegrama, comunique Rui: — “Respondo sua delicada comunicação, que agradeço, fazendo sinceros votos muitas felicidades, par indispensável apôio grande chefe Rui Barbosa bancada baiana, cuja solidariedade po-

litica é seguro penhor engrandecimento Estado, confiança Partido. — Saudações. — *José Marcelino*".

Nessa mesma data, recebe de Rui Barbosa o seguinte telegrama:

"À vista telegrama V. Ex.^a Calmon, em desacôrdo seu telegrama Freitas, declarando inteiro acôrdo comigo, minha posição insustentável. Renuncio cadeira senador. Saudações — *Rui Barbosa*".

Augusto de Freitas, em 13, assim avisa José Marcelino:

"Imprescindível explicar seu pensamento Rui, que se sente exautorado pelos termos seu telegrama Calmon; também telegrafar Pena, declarando inteiro acôrdo opinião, único meio manter autoridade êsse eminente amigo, que já falou nome chefes e bancada. Pinheiro telegrafou Rui, achando completa resposta a Pena. *Confio providências sugeridas demoverão Rui propósito manifestado renúncia*. Saudações. — *Augusto de Freitas*".

E José Marcelino responde-lhe nestes termos:

"Resposta Calmon cortesia, insinua positivamente só terá confiança partido, minha, apôio solidariedade Rui. Bancada combina meu inteiro acôrdo Rui, a cuja opinião está subordinada. Telegrafo Pena, Rui representa, fala situação Bahia. Saudações. — *José Marcelino*".

A 12 de outubro de 1906 — Rui Barbosa dirigira a seguinte carta a José Marcelino:

"Meu caro Je. Marcelino.

"Escrevo-lhe a correr, aproveitando a madrugada.

"Dois dias há que não tenho descanso nem de corpo, nem de espírito, graças ao fato de que lhe dei ciência no meu telegrama de ante-ontem.

“Bem que eu lhe declarasse nêle aguardar a sua resposta e a do Severino, para dar a minha à comunicação do Pena, a reflexão e as ponderações de alguns amigos me convenceram logo depois de que eu não a podia demorar, e dei-a para Belo Horizonte, nos têrmos de que lhe envio cópia, pedindo-lhe queira mostrá-la ao Severino.

.....

“Felizmente recebi do Severino, ontem, um telegrama, onde me diz: “Louvo-me no seu pensar e sentir; sou solidário seu modo de agir”; e V. mesmo termina o seu com estas palavras: “Resolva o que seu espírito esclarecido, criterioso e experimentado lhe ditar”

“Na enumeração dos motivos acima apontados, esqueceu-me dizer-lhe que, na previsão desta hipótese, havíamos, já há muito, combinado o Pinheiro e eu se desse a resposta que eu dei. O caso figurado, entretanto, muito menos grave, não nô-la impunha tão absolutamente como o que veio a ocorrer. Supúnhamos então uma consulta a nós dirigida. Tínhamos a ela direito. Foi a Bahia quem fêz a candidatura Pena. Temos disso prova até documentada. Forçoso era pois, que não se organizasse o futuro governo, sem sermos ouvidos ao menos sôbre o ministro baiano. Não o fomos — *Rui Barbosa*”.

Esta carta, juntamente com as do Pena dirigida a José Marcelino e Severino Vieira e, ainda, cópia da resposta do Rui a Pena, chegam às mãos de José Marcelino por Gildinho, filho de Leovigildo Filgueiras, que seguira para a Bahia, em 14 de outubro, mais ou menos. ⁽¹⁶⁾

A Rui, em 13, José Marcelino assim telegrafia:

“Acabo receber seu telegrama, cuja resposta mesma dei anteriormente recebido Freitas. — Cordiais saudações — *José Marcelino*”.

(16) V. Arquivo de José Marcelino, cartão de Leovigildo Filgueiras, datado de 14 de outubro de 1906, remetendo êsses documentos.

E, em 14: "Acabo passar Pena êste telegrama: "Assunto última carta V. Ex.^a acabo receber e cujos termos amistosos muito me penhoraram, é senador Rui quem cabe responder nome situação Bahia. — Cordiais saudações. — *José Marcelino*".

Rui parece continuar irredutível; e José Marcelino, a 17, envia-lhe o seguinte despacho telegráfico: "Pé está caso Calmon, impossível retroceder, evitar estremecimento maior tensão reação; alvitro Nilo, depositário confiança todos, ir Belo Horizonte, compor divergência, combinar Pena outro nome. Devemos todos compreender grandes responsabilidades temos, facilitando ação futuro govêrno, com apôio fôrças políticas, criadoras nossa situação, tudo se pode combinar ainda, sem quebra dignidade, evitando ressentimentos futuros dificuldades complicações. — *José Marcelino*".

Severino Vieira passara ao Miguel Calmon o seguinte telegrama:

"Seu caso ouviria companheiros bancada, procurando medir apôio levaria comigo. Muito confio sua conduta, inspirada nome e esclarecidos sentimentos brasileiro baiano". — Mostre Rui — *Severino Vieira*".

Finalmente, Rui Barbosa assim se expressa, pelo telegrafo, a José Marcelino:

"Tendo Calmon me procurado, declarando submeter ao nosso arbítrio resposta convite Pena, entendi caso mudara inteiramente; convocada bancada baiana, resolveu unânimemente, acôrdo minha proposta, aconselhar Calmon aceitasse. O contrário, nas circunstâncias atuais, seria rompermos futuro govêrno. Conto seu assentimento. — *Rui*".

E recebe de José Marcelino a seguinte aprovação:

“Não só anuo, como congratulo-me boa acertada solução tomada juntamente bancada. — Cordiais saudações. — *José Marcelino*”.

E, na sua carta de 9 de novembro a Rui Barbosa, José Marcelino confirma sua aquiescência: “Sôbre o assunto de sua última carta, já resolvido, e muito acertadamente, nada mais me resta dizer, senão confirmar os meus telegramas a êste respeito”. ⁽¹⁾

Vejamos a resposta que Afonso Pena deu à carta discordante de Rui Barbosa, com respeito à sua escolha de Ministro para a pasta da Viação.

“Meu caro Rui Barbosa — B. Horizonte, 18 de outubro de 1906.

“Agradeço-lhe muito sua carta de 10, em que, pela lealdade e franqueza com que se manifesta a respeito da escolha que fiz do Dr. Miguel Calmon para a pasta da Viação, deu inequívoca prova de amizade e lealdade. E’ o que esperava e espero sempre de sua velha amizade, conforme lho disse mais de uma vez, na posição de grande responsabilidade em que me acho colocado. O que quero antes e acima de tudo é acertar e para isso preciso de auxilio e conselho de amigos como V.

“Estamos de perfeito acôrdo no modo de compreender o regime presidencial, desde que V. indica o molde americano, em que procura inspirar-me. O período de minha carta, a que V. se refere, não tem outro alcance que não seja afirmar que o amigo político que aceita a nomeação

(1) Nesta carta existe o seguinte trecho: “Recebi, ultimamente, três telegramas seus, recomendando-me o Henrique da França, o Adriano Guimarães e o Pedro Viana. A êste, como sabe, voto amizade e particular estima e por sua candidatura à vaga do Miguel Calmon me esforçaria, se não fôsse a séria crise, que o caso Aurelino abriu na política e administração do Estado, e cuja única solução é a sua eleição, para preencher a dita vaga. Isto mesmo já fiz sentir a êle, assegurando-lhe, ainda uma vez, que, oferecendo-se oportunidade, será meu candidato”.

Exploração do Território do Jalapão



Mapa da Exploração do Território do Jalapão, levantado pelo Delegado de Terras do Estado da Bahia, Engenheiro Apolinário Frot, constante de seu Relatório de 28 de agosto de 1907, apresentado ao Governador José Marcelino de Sousa, que o comissionou para "fazer a exploração e estudos na região do Jalapão e dos rios que o cortam, principalmente o rio do Sono e seus afluentes e, em especial, o rio Sapão", e, também, estudos "onde existissem manjovais de propriedade do Estado ou quaisquer riquezas de exploração vantajosa, no Oeste e Noroeste do rio São Francisco", zona em que o Governador José Marcelino de Sousa inaugurou a navegação do rio Preto, em 25 de setembro de 1905, desde sua foz, no rio Grande, até Santa Rita do Rio Preto (hoje Ibiapetuba) e Formosa (hoje Itajuí), estendendo-a, em 9 de fevereiro de 1908, até a foz do rio Sapão, em São Marcelo, nome dado pelos altos funcionários da "Viação do São Francisco" à antiga Fazenda de Santa Maria, em homenagem ao Governador José Marcelino, alcunhado pelo "severinistas" de "Zé Marcelo".

de ministro conforma-se com a política do presidente, qualquer que seja o seu ponto de vista pessoal no modo de encarar as questões, embora dentro do mesmo partido.

“Confesso que me surpreendeu saber que os chefes da política baiana e todos os seus representantes são contrários ao nome do Dr. Calmon, para a pasta da Viação. Na carta que escrevi a seu velho amigo, disse que tinha razões para crer que essa nomeação seria bem aceita, por se tratar de um moço distinto, que exercia igual cargo junto aos Drs. Severino e J. Marcelino. Quanto estive na Bahia, me pareceu que êste dispensava ao Dr. Calmon especial estima e confiança. Vejo, com pesar, que errei na minha apreciação, mas ninguém me poderá negar a justiça de acreditar na minha boa fé. Meu amigo mesmo declara ter as melhores relações com o Dr. Calmon, o que demonstra não ter havido estremecimento político que as abalasse; não sendo para estranhar, pois, que eu fôsse induzido em êrro. Coloque-se na minha posição e com o alto espírito de justiça, que o caracteriza, me há de dar razão.

“Tinha de vista agradar a meus amigos da Bahia e não fui feliz. Que fazer agora?

“Espero que V. me ajude a resolver a situação, de modo a não colocar mal o digno moço a quem dirigi o convite. Compreende perfeitamente quanto devo ser escrupuloso em tão melindroso assunto.

“Receba um abraço e dizponha de — Colega am.º velho — *Afonso Pena*”.

A 4 de novembro, Rui escreve a Pena:

“Meu caro Afonso Pena.

“Respondendo ao seu amável telegrama de cumprimentos, pela minha eleição à Vice-Presidência do Senado, lhe

pedi, aproveitando a ocasião, me relevasse a demora em responder à sua segunda carta, que tem a data de 18 do pr. passado.

“Mas, se nessa resposta me atrasei, não foi senão porque ela já era quase excusada, à vista da que lhe eu dera na solução do caso Calmon. Não me cabe relatar-lhe as circunstâncias, que ela tem de vencer, para se firmar. Provavelmente hão de ter chegado, ao menos em parte, aos seus ouvidos. O certo é, porém, que a representação baiana se honrou como lhe cumpria e do melhor modo que V. poderia desejar.

“Como de minha missiva anterior claramente se colhia, as reservas ali opostas ao nome por V. preferido eram de natureza meramente política. Eu não enunciava opiniões ou impressões da minha pessoa: refletia apenas os sentimentos políticos da representação baiana, como lho terão dado a ver os telegramas que recebeu, do Je. Marcelino e do Severino Vieira. Ora êsses sentimentos, uma vez que não obedeciam a caprichos ou prevenções pessoais, não podiam subsistir depois do procedimento, notável em correção, que para com os seus amigos e chefes políticos tem o Dr. M. Calmon.

“A mesma lealdade, portanto, que no comêço, me inspirara nos reparos à sua escolha, me impunha depois o assentimento a ela. Aconselhei-o, pois, com a firmeza, que era do meu dever, tendo, por fim, a satisfação de ver triunfar o meu conselho. Não podíamos seguir outra linha; e entre os responsáveis pela política baiana a nossa deliberação só encontrou aplausos.

“O incidente, destarte, se encerrou sem outro efeito que o de consolidar e robustecer as relações de simpatia e cordialidade, que nos ligavam. Se há males, que vêm para bem, terá sido, talvez, êste um dêsses casos, que melhor

exemplifiquem a sabedoria do anexim. Creia que desta dúvida entre amigos saímos todos mutuamente mais seguros na estima e confiança que nos tínhamos.

“Agora só resta fazer os meus melhores votos pela boa fortuna do seu governo, em relação ao qual, tendo por quase finda a minha carreira política, não nutro interesse de ordem alguma, além dos que me são naturais como amigo das instituições livres, brasileiro e baiano, os quais espero só terão de que me congratular no término da administração Pena.

“Assim, é com muito prazer que lhe retribui o seu abraço efusivamente, o colega e amigo velho — *Rui Barbosa*”.

Estava encerrado o incidente relativo à escolha do Ministro da Viação do futuro governo.

A 12 de novembro, realiza-se, na Capital Federal, a inauguração do trecho da Avenida Beira-Mar compreendido entre a Praia do Russel e a Avenida Central, e na Bahia, com grande solenidade, inauguram-se os trabalhos de construção das obras do pôrto de Salvador, sendo lançados os blocos *Lauro Müller* e *José Marcelino*, na baía de Todos os Santos, de bordo do vapor *Jequitinhonha* recentemente chegado da Inglaterra, por encomenda do Estado (juntamente com mais quatro unidades, destinadas à navegação costeira e interna do Estado, a cargo da empresa “Navegação Baiana”, secção do Lloyd Brasileiro, arrendada ao engenheiro civil Jerônimo Teixeira de Alencar Lima, mediante contrato que lhe dava direito à compra da flotilha existente pelo pagamento de réis 500:000\$000).

Depois de ter dividido a polícia estadual em civil e militar; de ter iniciado a reforma da Penitenciária (ultimada em dezembro de 1907); de reorganizar a Justiça, o ensino público e os serviços sanitários; de reformar o sistema tributário; depois de ter considerado de utilidade pú-

blica, em 1904, o aproveitamento das forças hidráulicas do Estado, e autorizado o aproveitamento das quedas de *Pancada Grande*, no Rio *Serinhaem*, a requerimento de Elpidio de Mesquita, para produção de energia elétrica, e, em 1906, o aproveitamento das cachoeiras dos rios *Paraguaçu*, *Jaguaribe* e *Jequiriçá*; depois de ter avocado, em fevereiro de 1905, o Instituto Baiano de Agricultura, fundindo-o, juntamente com a "Escola Agrícola" de São Bento das Lajes, a "Fazenda Modelo de Criação" e a "Colônia Agrícola Educadora", no *Instituto Agrícola da Bahia*, colocando-o sob a superior direção do Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas, Engenheiro Miguel Calmon du Pin e Almeida, que enviou à Europa e ao Oriente, em junho de 1905, para tomar conhecimento dos progressos ali existentes, relacionados com a sua pasta, para contratar o pessoal competente e adquirir o material necessário para a completa e eficaz remodelação do ensino profissional agrícola do Estado da Bahia; após ter criado e instalado, em 1905, o Banco de Crédito da Lavoura da Bahia; de ter iniciado a organização dos serviços mineralógico e florestal do Estado; depois de ter visitado toda a região sãofranciscana, compreendida entre Bahia, Minas e Pernambuco, Estados vizinhos que visitou, até Pirapora e Petrolina, em janeiro de 1905, encampando, nesse mesmo ano, a "Empresa Viação do São Francisco", que foi acrescida, em 1907 e 1908, de dois vapores e duas chatas com acomodações para passageiros, unidades construídas na Inglaterra, sob encomenda do Estado e fiscalização do engenheiro naval Cleto Ladislau Tourinho Japi-Açu; de ter desobstruído o Rio Prêto, sub-afluente do São Francisco e inaugurado, em 25 de setembro de 1905, a navegação daquele rio, desde sua foz, no Rio Grande, até à Vila de Santa Rita e o arraial de Formosa, próximo ao Jalapão; após ter contratado, com Bento Berilo de Oliveira, a construção da E. F. de Ilhéus a Conquista; depois de ter inaugurado, em 1905, a Estação

de Mutum, e, em 1906, as de Jequiriçá e de Areia, esta a 15 de novembro, na Estrada de Ferro *Tram Road de Nazaré*; após ter adquirido para o Estado o contrato da "Navegação Baiana", que o Dr. J. T. de Alencar Lima tinha com o Lloyd Brasileiro e comprado aquela flotilha, acrescentando-a de cinco vapores novos e mais dois, constantes do acêrvo da "Transportes Marítimos" (Decreto n.º 441, de 10 de dezembro de 1906); após ter mudado a denominação da *Tram Road de Nazaré* para a de *Estrada de Ferro de Nazaré* (Decreto n.º 442, de 10 de dezembro de 1906): o governador da Bahia, a bordo do vapor *Comandatuba* (nome de um rio do sul baiano), embarca a 10 de dezembro de 1906 na Cidade do Salvador, onde prosseguiram os trabalhos dos Novos Serviços de Água e de Esgotos, sob a sábia direção de Teodoro Sampaio e fiscalização de Epaminondas dos Santos Tôrres e já ostentando, eletrificadas, duas de suas linhas de bondes — Rio Vermelho e Farol da Barra, por exigência da Lei Municipal n.º 753, de 12 de abril de 1905, — embarca o Governador José Marcelino de Sousa em companhia de sua família e de sua comitiva, para visitar os portos do sul e melhor conhecer-lhes as necessidades, tal como fizera no sertão e na zona sãofranciscana, em fim de dezembro de 1904 e todo o mês de janeiro de 1905, em março de 1906 e posteriormente o faria em fevereiro de 1908, como veremos adiante.

Em carta datada de 24 de junho de 1905, Severino Vieira, de Paris, combatera a encampação da Viação do São Francisco, por considerá-la "um passo precipitado" e também receoso de ver o Estado perder a subvenção federal de que gozava, achava que o alvitre do governador "nos arrastaria fatalmente a isso, em outra situação, quanto mais agora que já começou e vai certamente tornar-se cada vez mais intensa a reação contra a situação no Estado e contra o seu govêrno, salvo se quiser passar

pelas forcas caudinas, aderindo à candidatura do meu amigo Bernardino, o que teria de fazer, nua e cruamente, porque nisso eu não lhe poderia servir de cabeça de turco". E continuou o pessimista inveterado: "Soube que o amigo por conta do Govêrno ia comprar, ou estava em negócio para isso, os vapores do Elpídio e chamar ao Estado o arrendamento da ruinaria de calhambeques da antiga Baiana. Se há fundamento de verdade não faça isso, por Deus, meu amigo! Deixe que essas coisas levem a breca por lá, e não meta nelas o nosso Estado, nem envolva isso a sua responsabilidade governamental, porque o desastre será certo. Não me tome por um importuno metediço. Eu bem sei que conselho se dá sòmente a quem pede. Mas que quer? *Aperúo* o seu jôgo, não pela paixão do vício, mas sòmente no desejo ardente de vê-lo ganhar, e por isso é que me irrompem êsses brados de alerta! Não tenho, como já lhe fiz sentir, perturbação alguma. Estou docemente, satisfatòriamente resignado a ir criar bezerros no São Francisco quando os meus amigos não precisarem de mim e V. é hoje o órgão dêles. E' só dizer-me uma palavra, como não pode ser por bôca, por carta. Desculpe-me, meu amigo, desculpe-me e ainda uma vez desculpe-me". À margem dessas *severinices*, esclareçamos que os serviços prestados pelo Governador José Marcelino de Sousa ao Estado da Bahia, no setor de transportes, ainda não foram superados: êle permanece invicto.

Em Ilhéus, o dia 12 foi consagrado à visita dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro de Ilhéus a Conquista, onde o governador cravou o primeiro grampo de assentamento da via permanente.

O talento oratório do brilhante advogado, recentemente eleito deputado estadual, Dr. João Mangabeira, valeu-lhe a sua incorporação à comitiva do governador, que visitou todos os portos do sul do Estado.

De Caravelas, o governador dirigiu-se a Ponta d'Areia e, daí, a Teófilo Otôni, onde teve excepcional acolhimento, conforme relata na sua Mensagem de 7 de abril de 1907. Era a segunda vez que pisava terra mineira.

Finalmente, a 26 de dezembro, chega ao Rio de Janeiro, para retribuir ao Presidente Afonso Pena a visita que lhe fizera em maio daquele ano, sendo hospedado pelo Governo Federal no Hotel dos Estrangeiros, o melhor da cidade, naquela época.

Gil Vidal, no *Diário de Notícias* de 25, publica o seguinte artigo:

“O DR. JOSÉ MARCELINO — GOVERNADOR
DA BAHIA

“Dentro de poucas horas o Rio de Janeiro hospedará o Dr. José Marcelino de Sousa, governador da Bahia. S. Ex.^a vem de uma viagem ao sul do Estado, trecho talvez de mais futuro do seu território, já pela sua exuberante fertilidade, já pelas riquezas minerais que encerra o seu sub-solo. Solicito, como ninguém mais, pela prosperidade e engrandecimento do seu Estado natal, que administra pelo voto livre da grande maioria dos seus cidadãos, o Dr. José Marcelino fêz viagem para, conhecendo pessoalmente aquela região baiana, apreender-lhe as mais urgentes necessidades com o fim de satisfazê-las, na medida dos recursos que lhe possam oferecer as condições financeiras do Estado. A viagem de S. Ex.^a estendeu-se até a cidade mineira de Teófilo Otôni, centro da zona que se pode chamar mineira-baiana, tal a afinidade da sua população com a população baiana que lhe é vizinha e cujas relações com a Bahia são para esta preciosas.

“Realizada com máxima vantagem, para o Estado essa viagem, o Dr. José Marcelino chega até ao Rio de Janeiro

para cumprir o dever, a S. Ex.^a muito grato, ao retratado ao illustre Sr. Presidente da Republika a todos com que honrou a Bahia, antes de ascender a suprema magistratura da Nação.

"O governador da Bahia é hoje uma das primeiras figuras da politica nacional. Não é o tanto pelo empenho do Estado que governa quanto pelas suas eminentes qualidades pessoais exigidas no desempenho do alto cargo de que o investiu a confiança pública. É na intelligencia e criterio com que accusa as coisas e conselha os actos, e as encaminha nas conjuncturas mais difficeis, subreando pela sua lealdade jamais posta em duvida, de que o mais exacto exemplo memoravel a respeito a provincia do Sr. Soder de conhecer a perfidia de romper com o chefe do partido Dr. Severino Vieira, em troca de favores do governo Imperial, pela sua firmeza inquebrantavel na dedicação aos principios e causas que abraça. O país conhece a sua vida na ultima eleição presidencial. Principalmente é ao reconhecer a intrepidez no momento de candidatura reatado no Colégio, e a devoção e integridade dessa candidatura, com o que ficou, para sempre, consagrada a provincia dos precedentes designados por este magistrado.

"Administrador, a sua attenção se rege principalmente para os interesses materiais do Estado, que ambiciona constituir a sua antiga grandezza e prosperidade. As suas politicas de governo são de mais occupações praticadas, de mais tiveram as cores da Bahia grande parte sobre. Tendo no seu governo, tido a primeira vez, a política severa economia e honesta applicação dos bilicos, o benemerito governador da Bahia, seguindo, sem vacillação, com a sua quem contentar, fira a guerra, trazendo energias, reedificando e melhorando.

reanimando as forças produtoras do Estado, com que foi a providência tão pródiga na dádiva de riquezas naturais.

"A política de adversários sem escrúpulos, baldos de senso moral, foi até ao assassinato, na falta de outro meio para se apoderarem do Estado. A garrucha, disparada por inconsciente instrumento de políticos desalmados, quase o mata. Tão infanda atrocidade quase arranca a vida a tão digno brasileiro, homem bom no rigor da expressão, tódo benevolência e cordura. Quase priva desumamente de seu chefe a família que o idolatra. Mas, o Dr. José Marcelino não sabe o que é ódio. A vingança não se aninha no coração.

Érito, aberto por autoridades de sua nomeação, a presença dêsse crime, correu com tóda a regularidade observados todos os preceitos legais, asseguradas todas as garantias, fiscalizado atentamente pelo Conselho da baiana, mediante seus próprios redactos e especial recomendação sua. A justiça do processo como bem o entendeu, sem que seus amigos, exercesse de qualquer modo a preocupação da justiça, mas leve a preocupação da justiça aos covardes

“Assim o governador da Bahia provou a sua superioridade moral e deu eloqüente lição para ser aproveitada por muitos que, em circunstâncias tão tristemente aflitivas para os povos que governam, conservam-se indiferentes, insensíveis aos clamores plangentes da imprensa em que repercutem as queixas dos que sofrem, as súplicas soluçadas pelas populações sofredores, os brados dos que implo-ram socorro.

“A Bahia sente-se orgulhosa em possuir um filho como o Dr. José Marcelino. Na pessoa de tão ilustre filho a Bahia revê tôdas as suas antigas grandezas morais, e aos baianos desvanece ver à frente dos destinos da terra querida patricio tão digno. Baiano, que nos prezamos de sê-lo, baiano que por nenhum outro é excedido no amor que tributa à terra que lhe foi bêrço, sentimo-nos felizes em escrever estas linhas, para anunciar a chegada ao Rio de Janeiro de tão preclaro conterrâneo.

“Receba antecipadamente o Dr. José Marcelino, as nossas saudações, saudações as mais sinceras, saudações que partem do imo do coração. — *Gil Vidal*”.

A 27 de dezembro, o Presidente Afonso Pena oferece ao governador da Bahia e às suas filhas um almôço, no salão de banquetes do Palácio do Catete, ao qual deixou de comparecer o Senador Rui Barbosa, por achar-se doente, o que retardou o regresso do governador a seu Estado, pois necessitava conferenciar com aquêlé plenipotenciário baiano.

Segue-se, a 29, o banquete, no Hotel dos Estrangeiros, oferecido pela representação baiana no Congresso Nacional, falando o Senador Severino Vieira, que fôra eleito em 4 de outubro daquele ano, na vaga aberta pelo falecimento do Senador Artur Rios, reconhecido em 28 e empossado em

29 de novembro. (17) A 30, o Ministro do Exterior, o eminente Barão do Rio Branco, seu velho amigo e contemporâneo, na Faculdade de Direito de Recife e companheiro de "república", honra-o e a suas filhas com um almôço em Petrópolis. A 15 de janeiro de 1907, é o Ministro da Viação, Dr. Miguel Calmon, ex-secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas e ex-deputado federal pela Bahia, quem o convida com a família para almoçarem no Alto do Sumaré (Corcovado); e, a 19 o Deputado Elpidio de Mesquita obsequia-os com um almôço no Corcovado.

A 1 de janeiro assiste, juntamente com o Ministro da Viação, a inauguração da Estação de Alfredo Maia, da linha auxiliar da E.F.C.B.; e, a 6, em sessão solene, a Sociedade Nacional de Agricultura confere-lhe e ao Exmo. Sr. Dr. Nilo Pessanha, Vice-Presidente da República, o diploma de sócio honorário.

Em companhia dos presidente e vice-presidente da República e do ministro da Viação, o governador da Bahia foi à Estação do Rodeio visitar a fazenda do Sr. Perini e conhecer o valor do *canhamo brasiliensis* do mesmo industrial.

A 7, partiu para Belo Horizonte, onde o Presidente João Pinheiro o cumulou de atenções. Em São Paulo, chegou a 10, sendo alvo de tôdas as delicadezas por parte do Presidente Jorge Tibiriçá. Dentre os estabelecimentos visitados, destaca-se o *Pôsto Zootécnico*, e em Campinas, o *Instituto Agrônômico*. Na Sociedade de Agricultura, a

(17) Em 29 de novembro de 1906, o Partido Republicano da Bahia tinha, no Congresso Nacional, os 2 senadores, sendo Rui Barbosa vice-presidente do Senado desde 26 de outubro; tinha os 22 deputados, sendo Francisco de Paula Guimarães o Presidente da Câmara desde 1903; e, ainda mais, 1 ministro desde 15 de novembro — o Engenheiro Miguel Calmon du Pin e Almeida, ex-deputado federal e ex-secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia. *Ela nunca esteve tão forte, na República*. Mas a peste da intriga, gerada pela inveja e pelo despeito, golpeou-a em abril de 1907, como veremos adiante.

14, conferem-lhe o título de sócio honorário. E, no Rio de Janeiro, o *Jornal do Comércio* de 15 relata:

“Aberta a sessão, o Dr. Siqueira Campos saudou o Dr. José Marcelino, que, no seu Estado, se tornou benemérito pelo serviços prestados à agricultura, fomentando-a e conseguindo que o Congresso votasse leis auxiliando-a e facilitando a criação de bancos de crédito rural, e terminou conferindo-lhe o título de sócio honorário.

“Depois, falou o Dr. José Marcelino, agradecendo essa distinção e confessando que o fito de sua excursão a São Paulo era verificar o progresso de sua agricultura, indústria e comércio, que tem admirado e continuará a admirar, aproveitando tudo que observar, para aplicar ao seu Estado.

“Foi depois encerrada a sessão, visitando o Dr. José Marcelino as dependências da sociedade”.

O governador aproveitou o ensejo de sua viagem para conferenciar com o Presidente da República e seu Ministro da Viação acêrca do ativamento das obras do Pôrto da Bahia e da unificação da rêde ferroviária baiana, ⁽¹⁸⁾ cuja medida propõe, bem assim a encampação da “Viação do São Francisco” e das estradas de ferro estaduais, em officios datados de 10 de fevereiro de 1907 e transcritos na sua Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado em 7 de abril daquele ano. Ei-los:

“Exmo. Sr. — De conformidade com o que ficou combinado em diversas conferências com V. Ex.^a e o Sr. Presidente da República, apresento à apreciação do Governo Federal os esclarecimentos e dados que se fazem necessários para a realização por parte dêsse Governo de en-

(18) Na sua Mensagem de 7 de abril de 1905, José Marcelino explica à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia, que, desde o começo de sua administração propôs ao Governo Federal, a unificação da exploração da indústria ferroviária, por meio de uma grande empresa.

campanha das Estradas de Ferro e do serviço da navegação do Rio São Francisco do domínio do Estado da Bahia.

“Pelo mapa n.º 1 vereis que a extensão quilométrica das estradas em tráfego e do domínio do Estado é de 285.600, assim discriminada:

Estrada de Ferro de Santo Amaro .	47.300
Estrada de Ferro Centro Oeste ...	52.700
Estrada de Ferro de Nazaré	185.600

incluindo-se um trecho de 24.600 metros da Estrada de Ferro Centro Oeste a inaugurar-se dentro de 30 dias e um trecho de 28 quilômetros da Estrada de Ferro de Nazaré, ora em construção, que o govêrno do Estado se obriga a concluir no decurso do corrente ano.

“Pelo mesmo vereis que o custo total das Estradas é de 16.562:288\$710 ou seja 58:340\$997 por quilômetro.

“Atendendo, porém à depreciação do material pelo seu uso, conquanto bem conservado e tendo trechos de linha há pouco inaugurados nas Estradas de Ferro de Nazaré e na do Centro Oeste e outros trechos antigos recentemente reconstruídos, estimo o preço quilométrico em 50:000\$000 o que perfaz o total de 14.280:000\$000.

“A navegação do São Francisco em que o Estado tem despendido cêrca de 3.000:000\$000, mas que, tomando por base o preço porque foi avaliado o seu acêrvo e a importância dispendida com a aquisição de novas unidades do seu material flutuante, com os grandes melhoramentos e reformas introduzidas no mesmo e com o aumento considerável do almoxarifado, vale presentemente 1.600:000\$, importância por quanto proponho a sua transferência à União.

“Pelos mapas de n.ºs 2 a 5 vereis minuciosamente especificado e descrito todo o material, quer da viação férrea,

quer da navegação do São Francisco e pelo de n.º 6 vereis o movimento financeiro durante o ano próximo findo.

“Nutrindo o desejo de ver realizada dentro do menor prazo possível a rêde de viação férrea e fluvial do Estado da Bahia, para o que conto com o decidido apóio do Governo Federal e da melhor boa vontade de V. Ex.^a, submetendo a vossa apreciação êstes dados e esclarecimentos, estou pronto a fornecer com presteza outros quaisquer que se façam precisos para deliberação do Governo Federal.

“Apresento a V. Ex.^a os meus protestos da mais alta estima e elevada consideração. — *José Marcelino de Sousa*”.

“Exmo. Sr. Ministro da Viação. — Estando o Governo Federal preocupado com a organização da rêde ferroviária dêste Estado, julgo-me no dever de expor-vos tudo quanto me parece conveniente e acertado para a realização dêste melhoramento que vai abrir uma fase nova ao progresso e desenvolvimento do Estado da Bahia.

“A ligação das três grandes Estradas do Estado a saber: *Bahia ao São Francisco, Central da Bahia, e a de Nazaré*, parece-me que deve se estabelecer do seguinte modo:

“A *do São Francisco* com a *Central* partindo de Vila Nova passando por Jacobina, Mundo Novo e Orobó até Sítio Novo;

“A *Central* com a de *Nazaré*, partindo do Sapé e pas-

“Quanto à ligação da *São Francisco* com a *Central* pela Estação do Entroncamento e a Feira de Santana, já com o leito quase preparado, mas percorrendo uma zona muito estéril, salvo conveniência da rêde e que escapam a minha apreciação, não vejo conveniência alguma que a recomende, sendo nos municípios da Conceição e São Filipe até o Rio Fundo.

“A ligação indicada da Vila Nova da Rainha a Sítio Novo, passando por Jacobina, Mundo Novo, Orobó e Morro do Chapéu, se os estudos não se opuserem à passagem por êsse município, aliás, de grande importância pelas suas riquezas agrícolas e mineralógicas, supponho preferível ao traçado que de Jacobina procure Feira de Santana por Monte Alegre, Camisão por ser aquela zona muito mais importante e talhada a grandes desenvolvimentos pelas suas variadas riquezas naturais.

“A questão de distâncias que em matéria de viação é de grande importância, não deve ser porém a única a tomar-se em consideração, porque por meio de tarifas baixas pode ser facilmente resolvida, ao passo que a fertilidade da zona a ser servida por transportes cômodos e fáceis é talvez o mais importante dos seus assuntos, em países novos e vastos.

“As matas do Orobó e do Mundo Novo, de grande extensão, férteis e adaptáveis — tôdas às nossas culturas e à colonização estrangeira, estão indicando pontos obrigados no traçado desta ligação.

“Quanto aos prolongamentos, considero indispensáveis na Estrada de Nazaré, o de *Santa Inês a Conquista e o de Nazaré às Salinas da Margarida* (pôrto de mar), um na *Central*, o de Machado Portela às Lavras Diamantinas, cuja região, por sua riqueza inapreciável, está de há muito exigindo, para o seu maior desenvolvimento e melhor aproveitamento, o transporte por via férrea.

“Os ramais que se me afiguram de maior alcance e de mais urgente construção são: na *Estrada de São Francisco*, o da Estação de Carnaíba a Oliveira, à margem do São Francisco, para facilitar a navegação dêste rio, livrando das grandes dificuldades na transposição das cachoeiras existentes entre Juazeiro e o ponto indicado e na do *Timbó*, o do ponto mais conveniente dessa Estrada

às águas Termiais do Cipó, à margem do rio Itapicuru, muito afamadas e procuradas pelas suas propriedades terapêuticas. O prolongamento da *Estrada do Timbó a Propriá* ⁽¹⁹⁾, no Estado de Sergipe, conquanto vá atravessar este Estado, não pode ser excluído da rede de viação da Bahia e tanto assim que já foram realizados os estudos pelo governo federal.

“Antes de terminar esta exposição permita V. Ex.^a que entre em uma ordem de considerações que reputo de alcance vital para a rede de viação da Bahia.

“Do estudo dos dois contratos celebrados pelo governo federal com a Great Western, em Pernambuco, e Chemins de Fer Brésiliens, no Rio Grande do Sul e do Decreto n.º 6.201 de 30 de novembro de 1906, aprovando as bases para constituição e arrendamento da rede de viação férrea “Sul Oeste de Minas”, vê-se que o regime adotado em cada um destes três atos é diferente, por serem aplicados a Estados e regiões em condições econômicas diversas.

“Em Pernambuco a extensão em tráfego era de 1.101 quilômetros. Além da porcentagem sobre a renda bruta ao Tesouro e redução da bitola da *Recife ao São Francisco*, a companhia arrendatária obrigou-se a construir o prolongamento da *Central* até Pesqueira, o ramal de Itabaiana à Campina Grande e ligações das estradas que se dirigem para o Recife na extensão determinada pelos estudos, ficando a rede constituída por tôdas estas e mais pela *Estrada do Recife ao Limoeiro* e trecho de Timbaúba ao Pilar, obrigando-se para esse fim a constituir o capital de 2.000.000 libras.

“Tôda esta rede reverterá à União no fim do contrato (31 de dezembro de 1906) indenizando o Governo a Com-

(19) V. correspondência trocada entre Rui Barbosa e o Presidente Afonso Pena, por solicitação do Governador José Marcelino, que, finalmente assistiu a inauguração dos trabalhos de construção dessa estrada, em abril de 1908.

panhia nessa ocasião do custo dos ramais, prolongamentos, ligações e obras novas autorizadas, aumentando de 20%.

“No Rio Grande do Sul a extensão em tráfego era de 1.313 quilômetros.

“A Companhia arrendatária, além de dar porcentagens sobre a renda bruta, obrigou-se a constituir 630 quilômetros em prolongamentos, ramais e ligações, adquirindo a União do Estado do Rio Grande, para incorporar a rede arrendada, apenas 90 quilômetros das linhas de Porto Alegre a Nova Hamburgo e Nova Hamburgo a Taquara, pela importância de 3.500:000\$000, quantia que a Companhia arrendatária ficou obrigada a pagar ao Estado.

“O capital máximo foi fixado em 37.000:000\$000.

“Toda a rede reverte à União, sem indenização alguma, no fim do contrato (15 de março de 1958).

“Nas bases para a rede Sul Oeste de Minas o capital deve ser de 60.000:000\$000, a recisão à União é livre de qualquer indenização e a Empresa arrendatária obrigou-se a transferir ao domínio da União, livres e desembaraçadas de qualquer ônus as Estradas de Ferro de Sapucaí e Muzambinho, dispendendo para isso 300.000:000\$000 daquele capital.

“Para a rede da Bahia, cuja extensão quilométrica em tráfego 1.260,438 e cujos prolongamentos, ramais e ligações a serem construídos, conforme o plano indicado, devem ter uma extensão de cerca de 1.500 quilômetros, o regime a adotar-se, para sua pronta exequibilidade, deve estar de acordo com as condições que não são as mesmas dos três referidos Estados. Além da extensão quilométrica a construir ser muito maior, a renda líquida das duas Estradas em tráfego que foi em 1906 Rs. 867:009\$996, é muito inferior à daqueles.

“Ora, devendo esta renda ser a base para o levantamento dos capitais necessários, é dever que as condições e cláusulas para a constituição da rede de sua viação férrea não podem ser inteiramente idênticas às dos referidos contratos e decreto.

“O complemento das vantagens com a constituição da rede de viação férrea da Bahia é, sem contestação, a unificação da bitola de tôdas as estradas é a redução das suas tarifas, como está no meu e no vosso pensamento e na consciência pública.

“Limitando-me a estas considerações, confiado no critério e patriotismo com que o Govêrno Federal está procurando resolver as grandes questões econômicas de que dependem o progresso e desenvolvimento da União, espero que o plano da constituição da rede ferroviária da Bahia atenderá a todos os seus grandes interêsses.

“Apresento a V. Ex.^a os meus protestos de alta estima e elevada consideração. — *José Marcelino de Sousa*”.

Em 20 de janeiro, o governador da Bahia despede-se do Senador Pinheiro Machado, que embarca a 21 para o Rio Grande do Sul.

A 23, José Marcelino segue para a Bahia no “Rhaetia”, paquete alemão, que aporta em Salvador a 26, sendo o governador recebido com grandes demonstrações de solidariedade, apesar de tôdas as intrigas que fervilhavam, desde a sua partida em dezembro, com respeito à sua sucessão governamental.

A 24, é publicada no *Jornal do Comércio* uma vária, furo jornalístico de seu repórter político, Dr. Júlio Barbosa, também secretário particular do Senador Pinheiro Machado, que autorizou essa publicação, “desde que fôsse feita após a sua partida e a do governador da Bahia”. O Senador Severino Vieira irritou-se ao extremo, julgando-a

originária do Governador José Marcelino, conforme explica o Deputado Bernardo Jambeiro, da tribuna da Câmara Federal, na sessão de 29 de dezembro de 1907.

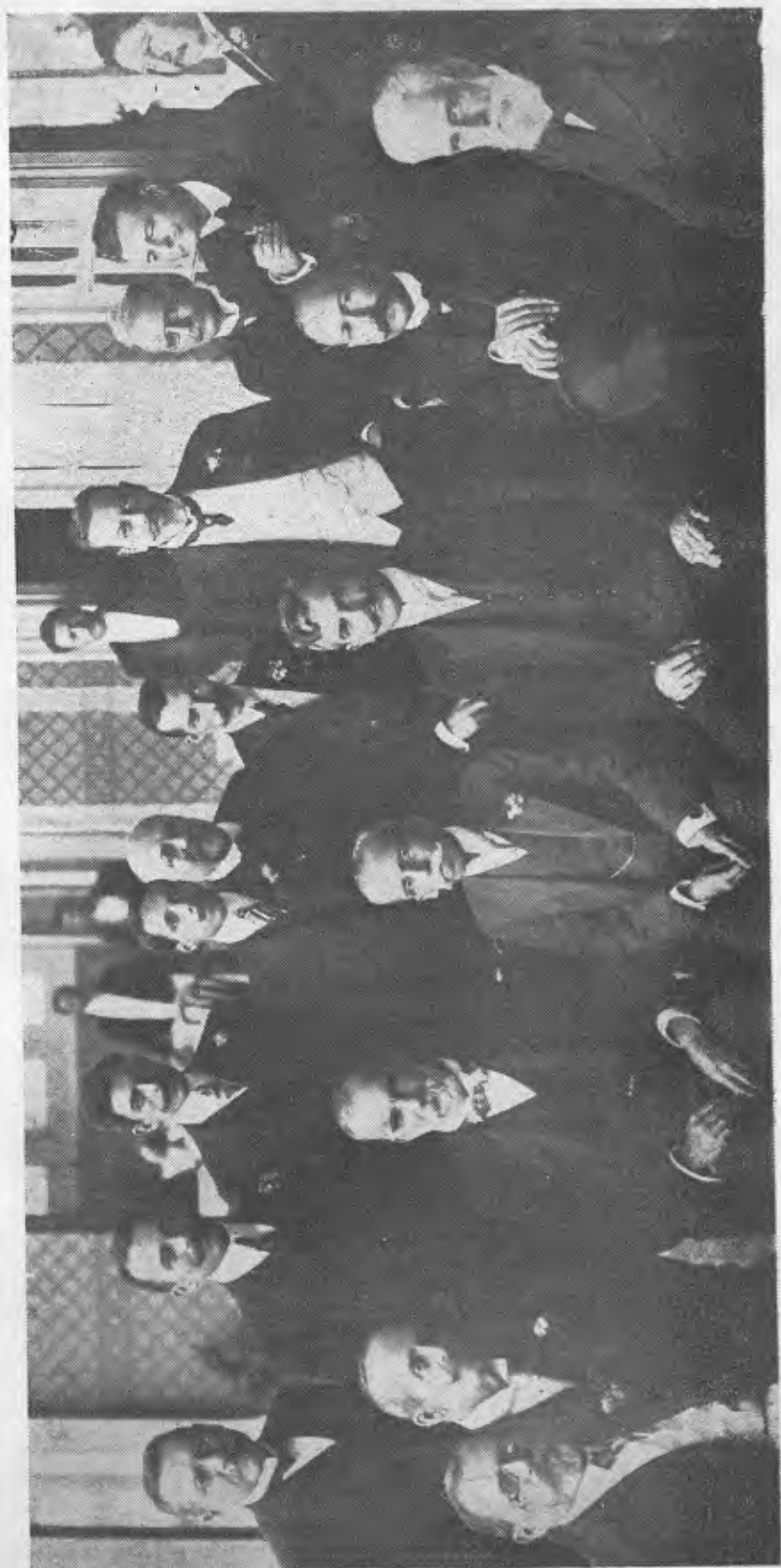
Eis a “vária” imprudente, que se lê à página 3 do grande matutino carioca:

“Em conferências havidas entre políticos baianos, nesta capital, sabemos que ficou assentada a escolha do Sr. Dr. Araújo Pinho para candidato ao Governo do Estado da Bahia, em sucessão ao Dr. José Marcelino”.

Como veremos no Capítulo III, esta candidatura foi de iniciativa do próprio Dr. Severino Vieira, manifestando-se em carta escrita da Europa ao Dr. Araújo Pinho, em 1905 e confirmando-o em carta dirigida ao Ministro Miguel Calmon, em 6 ou 26 de março de 1907.

A 31 de janeiro, na Bahia, recebe José Marcelino o seguinte telegrama do Ministro Miguel Calmon: “Tenho sumo prazer comunicar V. Ex.^a que foi hoje assinado decreto aprovando os planos e orçamentos definitivos das obras do Pôrto da Bahia. As cláusulas que acompanham o decreto tornam expressa a obrigação de serem as obras efetivamente iniciadas dentro de três meses, sob pena de caducidade, sem nenhum direito a indenização. Além disso, deverá a Companhia depositar na Delegacia, em Londres, 1.400:000\$000 em ouro, para garantia do efetivo das obras. — Cordiais saudações. — *Miguel Calmon*”.

“A 10 de maio, lançava a Companhia no alinhamento do cais de saneamento, segundo o projeto aprovado, 23 metros cúbicos de pedras provenientes da pedreira da “Vitória”, à margem do rio Paraguaçu” (V. Relatório do Ministério da Viação, 1908).



Grupo tirado no recinto da Exposição Nacional de 1908. Da esquerda para a direita, sentados, vêem-se os senhores: deputados federais José Inácio da Silva e Pedro Viana; José Marcelino de Sousa, ex-governador da Bahia e chefe do Partido Republicano; senador federal Rui Barbosa; Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas; J. J. Seabra, ex-ministro da Justiça e membro da comissão incumbida de representar o Estado da Bahia naquela Exposição. (nomeada em maio pelo então governador José Marcelino e composta ainda dos senhores general Dionísio Cerqueira, Afrânio Peixoto e Domingos Sérgio de Carvalho); senador federal Virgílio Damásio. De pé, acham-se: dr. Rodrigues Lima, comandante Francisco de Matos; Herberto Filgueiras; deputado estadual João Mangabeira; deputado federal Pedro Leão Velloso (Gil Vidal); José Gonçalves da Silva Filho; deputados federais Leovigildo Filgueiras e Elpidio de Mesquita; general Dionísio Cerqueira, ex-ministro do Exterior, da Guerra e da Viação, simultaneamente, na presidência Presidente de Moraes e deputado federal Virgílio de Lemos.

CAPÍTULO III

A CISÃO DO PARTIDO REPUBLICANO DA BAHIA

Volvamos à política.

A 6 ou 26 de março daquele ano de 1907, o Senador Severino Vieira, da Bahia, escreve a Miguel Calmon:

“Meu caro Miguel. — Desejo-lhe prosperidade. Para não roubar o tempo precioso, absorvido no estudo dos importantísimos problemas da administração, *confiada à sua influência e zelosa direção*, não lhe tenho escrito, sabendo sempre suas notícias por obséquio dos seus e pelas comunicações telegráficas.

“Escrevo-lhe hoje para lhe cientificar de que *há uns 15 ou 20 dias* nosso amigo Dr. José Marcelino falou-me, pela primeira vez, sobre o assunto de sua sucessão, manifestando-me o seu desejo de que esta recaísse ou tocasse, ao Dr. Araújo Pinho, acrescentando que tinha motivos para supor que esta escolha merecesse a minha aquiescência.

“Respondi ser bem verdade que em carta escrita da Europa ao Pinho eu havia deixado entrever a êste que reputava muito possível que de futuro lhe pudesse caber o governo da Bahia...

.....

“Comunicando essa ocorrência é meu desejo ouvir, se fôr possível, a sua opinião a respeito.

“Mande sempre com tôda a franqueza suas ordens ao que se preza de ser, como sempre, seu velho amigo afetuosamente grato — *Severino Vieira*”. ⁽²⁰⁾

Como vemos, o candidato ajustado, desde 1904 ou 1905 ^(20-a) era o Dr. João Ferreira de Araújo Pinho, político militante desde a monarquia, sob a égide do barão de Cotegipe, de quem era genro, tendo se distinguido no parlamento brasileiro e ocupado a presidência da Província de Sergipe.

Os acontecimento precipitaram-se e, a 10 de abril de 1907, o governador envia a Rui Barbosa o seguinte despacho telegráfico:

“Jornal Bahia lança hoje candidatura Araújo Pinho sucessão governamental, acalmar agitação espírito público, esclarecer situação opressiva Partido Republicano, têrmos corretos, impessoais, ponderados, conciliadores, visando manifestação favorável órgãos partidos, opinião pública, impossível consulta prévia todos próceres partido, urgência resolver situação aflitiva, tensa. Dr. Severino tem ciência prévia. Afetuosas saudações. — *José Marcelino*”.

O jornal *A Bahia* publica, realmente, o seguinte artigo, da autoria de seu diretor, Deputado Jambeiro, conforme explica no seu discurso de 29 de dezembro, proferido na Câmara Federal:

“SUBSTITUIÇÃO GOVERNAMENTAL

“Há, na existência dos povos constituídos e agremiações políticas, autônomas ou soberanas, questões de importância excepcional, problemas que demandam a máxima ponderação e tempo não escasso para que possam ser resolvidos nos limites da ordem e da paz, que alicerçam a normalidade da vida social.

(20) Lemos Brito, *A Cisão*, 1908.

(20-a) Época em que Severino Vieira esteve na Europa.

“Este conceito, que consubstancia um postulado, cuja complexidade tem sido amplamente destrinchada pelas competências de melhor nota, mais interessa aos povos abrigados à bandeira dos princípios e instituições democráticas, principalmente quando a êles cabe, nos moldes do pacto adotado, o dever de sua interferência direta.

“Entre essas questões, tem foros de reconhecida transcendência a escolha do magistrado a quem deve ser confiada a suprema direção administrativa da comunhão.

“No agir da democracia americana, essa escolha obedece a processos de preparo, dentre os quais o mais simples — no dizer de Bryce — se passa no próprio e amplo seio do povo.

“Surge espontânea dos cidadãos isolados, em unidade ou limitado grupo, a lembrança de um ou mais nomes, que lhes acodem ao pensamento, como dimanação de circunstâncias, próximas ou remotas, de ordem vária, que mais de perto a cada qual dizem respeito, ou mais profundamente impressionam, mas, em todo caso, ainda mal debuxado no horizonte mental, com a análise da conveniência momentânea, ou das probabilidades de êxito.

“Essa a primeira fase, a que, pela impaciência natural do público, sucede, com grande detenção, a segunda, que se traduz pela generalização do assunto, por grupos ou classes, que dêle se ocupam, assim nas confabulações íntimas, como nas reuniões menos reservadas, com um interêsse progressivo de franco pronunciamento.

“Já então é a questão do domínio público, e inútil fôra senão perigoso, o fugir de atender às impaciências do povo, na sua justa aspiração de ver esclarecido o seu juízo ou guiada a sua ação.

“Já então se faz necessário contentar a ansiedade popular, ou abrir o caminho à concretização das opiniões di-

vergentes, atendendo aos reclamos gerais de se evitarem desvios ou incertezas, provocando, em suma, as classes dirigentes, as corporações políticas, os agrupamentos partidários, a manifestarem positivamente a sua vontade.

“Como um dever seu, corre nesse momento à imprensa, um dos principais órgãos de opinião, indicar o nome que, no seu pensar, reúne, no momento, os requisitos de maior relevância.

“E’ esse dever que exercemos agora, e o fazemos com a inteira consciência das responsabilidades que se nos afigura indispensável atendidas, na grave emergência que é a escolha do supremo diretor dos destinos administrativos de um Estado da proeminência da Bahia, no conjunto das entidades federadas da República Brasileira. E o fazemos sem perder de vista a necessidade absoluta do respeito à paz e à ordem em que vivemos, nem esquecer a harmonia, que reputamos essencial, nas relações de toda espécie, no Estado, como na União, porquanto é ela elemento precípua à satisfação de conveniências legítimas e necessidades urgentes para o impulsionamento da coletividade.

“E’ como dever que ora praticamos, julgando atender às preocupações do espírito público ao indicar o nome do nosso distintíssimo conterrâneo, Dr. João Ferreira de Araújo Pinho.

“Do regime decaído trouxe o Dr. Araújo Pinho para o que nos rege as belas tradições dos seus talentos, a constância de sua atividade proveitosa, os seus reiterados triunfos na tribuna parlamentar, onde soube elevar, com superioridade notável, os créditos da nossa antiga Assembléia Provincial, além da mais perfeita exação no cumprimento dos seus deveres de político dedicado e leal aos seus chefes e correligionários, sem que, entretanto, os seus adversários, ainda os menos tolerantes, lhe pudessem

notar, em qualquer tempo, a menor falha na integridade adamantina do seu caráter.

“Reentrando na atividade da política republicana do Estado, ao iniciar-se a benemérita administração anterior à presente, prestou-lhe o Sr. Dr. Araújo Pinho, com a sua habitual correção, o valioso concurso de suas luzes, de sua experiência dos públicos negócios e de ininterrupto trabalho, tornando-o, no Senado Estadual, o “leader” daquela administração. Neste pôsto de verdadeiro sacrifício, em que não teve sequer momentos de descanso, e onde jamais se lhe notou um instante de desfalecimento, permaneceu o notável concidadão até os primeiros tempos do governo que decorre, o qual, como do inteiro domínio público, se pode considerar, pela mais elogiável das solidariedades políticas, o prolongamento do que o antecedeu.

“Vem, pois, de molde patentear aqui que tais antecedentes não podem deixar de ser reputados base segura sobre a qual se assenta a nossa profunda convicção de que a administração de S. Ex.^a, se a indicação do seu nome vier a merecer o apôio do eleitorado, será, por sua vez, pela mesma unidade de vistas, a continuação das duas administrações anteriores.

“Assim, o Sr. Dr. Araújo Pinho formará ante a lógica dos fatos e a certeza que autoriza os seus antecedentes políticos, o terceiro elo de uma poderosa cadeia, que sustentará como até hoje, formidável e compacto, o Partido de que é S. Ex.^a um dos mais ilustres religionários.

“Do pôsto que assinalamos no Poder Legislativo do Estado, foi S. Ex., tirado para o cargo de alta monta, pela política de desenvolvimento das nossas fontes produtoras, onde ao governo pareceu necessário os seus serviços. (20-b).

(20-b) Em novembro de 1905, foi nomeado Presidente do Banco de Crédito da Lavoura, recém-fundado e instalado, na Bahia.

“Nomeado Presidente do Banco de Crédito da Lavoura, o ilustre baiano se há revelado o mesmo trabalhador infatigável, de sólida envergadura intelectual e moral, prestando à agricultura de sua terra, com o critério que todos lhe reconhecem, a benéfica e valiosa contribuição do seu esforço.

“O pôsto ora ocupado pelo distintíssimo conterrâneo não lhe tem sido de afastamento da política combatente. Muito contrariamente a isto, S. Ex.^a é certo de ser visto nas primeiras linhas de fogo, já colaborando no movimento partidário e político do Estado e da União, já representando o seu partido, por honrosa e significativa preferência dos seus chefes e correligionários, nas suas públicas manifestações de solidariedade.

“E’ assim que o Dr. Araújo Pinho foi colaborador inteligente e dedicado do preclaro governador em exercício, na campanha inesquecível da eleição presidencial da República, em que tão brilhante e decisiva se tornou a ação da política baiana.

“Identificado inteiramente com as normas administrativas da situação do Estado, nas suas relações com o Governo Federal, de cujos resultados vantajosos é um convencido, S. Ex.^a, se fôr um fato a sua ascensão à cadeira do governo, será um poderoso consolidador desta política auspiciosa e benéfica.

“O que acabamos de dizer, e que se acha comprovado, à saciedade, pelo testemunho dos seus pares do exercício parlamentar, pelas páginas dos anais legislativos, pelas colunas da nossa imprensa, sem distinção de matizes, e pela externação de quantos com S. Ex.^a têm convivido, deixa evidente que êstes últimos anos da vida pública do notável conterrâneo, cujo nome apontamos ao apôio do eleitorado de sua e nossa terra, representou uma extraordi-

nária contribuição de serviços, uma vivacidade de espírito mais acentuada e uma maior capacidade de trabalho do que porventura, o período de sua existência política no regime monárquico.

“Eis porque o nome do Dr. Araújo Pinho se antolhou, desde muito, nos mais penetrantes espíritos da situação, à índole abnegada e justiceira dos proeminentes vultos do seu partido, no caso de ser apontado à consagração do voto popular para a sucessão do governador atual, crença que se avigorou, dia a dia, à medida que, pela sua indefectível correção, mais se recomendava S. Ex.^a à consideração geral.

“Forçosamente estamos chegados ao ponto de dizer:

“A candidatura do Dr. João Ferreira de Araújo Pinho não é, absolutamente, uma candidatura de combate, mas de paz e de garantia à continuação do trabalho fecundo e elevado da edificação, do impulsionamento, da grandeza da Bahia; é a candidatura de quem se preocupará, antes de tudo e sobretudo, com a administração pública; é, finalmente, uma candidatura de consolidação maior, de maior unificação do partido a que S. Ex.^a pertence e da representação do Estado, sob o lábaro da tolerância a tôdas as convicções, do respeito a todos os direitos, da justiça e da ordem do bem estar e da concórdia da grande e generosa família baiana.

“E é sòmente sob essa feição que nós a apresentamos às simpatias e ao apóio dos nossos concidadãos, das classes dirigentes, dos chefes e correligionários do emérito baiano, das corporações políticas e da imprensa da nossa terra, de todos aguardando o pronunciamento indispensável, franco e imparcial.

“E assim pensamos haver cumprido um dever, que a nossa posição não permitia iludir por mais tempo”.

E Rui Barbosa apressa-se em responder ao governador da Bahia:

“Acabo saber seu telegrama apresentação Bahia nome Pinho. Minha humilde pessoa, não pode haver escolha mais digna. Faço votos seja acolhida partido, e povo baiano, aplauso geral que merece. — *Rui*”.

A Pinheiro Machado, então em São Luís das Missões, Rio Grande do Sul, explica telegraficamente os acontecimentos:

“Conhece fatos Bahia. Marcelino, para atalhar manobras muito acesas, lançou imprensa candidatura Pinho, sobre a qual já contava nosso apôio, e cuja iniciativa pertence Severino. Este rompeu, pretextando fórmulas processo convencional e sugerindo outros candidatos, sinal sua fraqueza.

“Marcelino, apoiado opinião baiana, aplaudido toda imprensa ainda a mais hostil, secundado melhores influências Estado, como José Gonçalves e Diocleciano, confiado voto municípios, mantém inflexível Pinho, que já declarou considerar-se candidato.

“Severino telegrafou-me após deliberações tomadas. Respondi lastimando formas acidentais embaraçassem candidatura tão digna, popularíssima Estado, aceita a todos ileso qualquer censura. Abraços. — *Rui*”.

E a Severino assim responde:

“Diante seu telegrama, que agradeço, comunicando-me resoluções já tomadas e definitivas, só me resta lamentar que formas deliberativas partido aí se oponham adoção candidatura tão digna e aplaudida assim na Bahia como no país todo. Saudações — *Rui Barbosa*”.

Quanto às formalidades do Partido Republicano, alegadas pelos "severinistas", ouçamos Bernardo Jambeiro, na sessão de 29 de dezembro de 1907 da Câmara Federal:

"Em abril de 1901, reuniu-se, Sr. Presidente, na capital do Estado, a *Convenção do Partido Republicano da Bahia*, e depois de aprovar as *Bases* para a vida regular dêste partido, elegeu uma *Comissão Executiva* e um *Conselho Geral*.

"Ambos êsses corpos dirigentes tiveram então por expresas disposições das bases votadas o seu prazo de mandato limitado a quatro anos, findo os quais cessaram completa e peremptoriamente as atribuições que lhes foram outorgadas.

"Comissão Executiva e Conselho Geral, reuniram-se várias vêzes e fizeram indicações para cargos de eleições, quer estaduais, quer federais.

"Em 1903, porém, quando ainda no exercício regular de suas funções, ao ter de se fazer a escolha do candidato à sucessão do governador, que então era o Sr. Senador Severino Vieira, êste julgou melhor abandonar as normas até então seguidas, e essa escolha foi feita imediatamente pelos órgãos constituintes do partido, isto é, pelas municipalidades, por indicação subscrita por vários próceres, sem que precedesse a essa indicação a reunião daquelas duas corporações, ou de qualquer delas.

"Em 1905, cessaram absoluta e peremptoriamente, na forma terminante, insofismável, das bases estabelecidas, os mandatos da Comissão Executiva e do Conselho Geral. E ninguém mais pensou na existência de semelhantes órgãos partidários.

"Êste fato está positivamente atestado pelo próprio Sr. Senador Severino Vieira, e mais quatro ou cinco membros da extinta comissão executiva, na convocação, que subs-

creveram, da sua caricata convenção. Eis o que está escrito nessa convocação:

“De 'acôrdo com os arts. 2.º e 3.º, das aludidas bases, estava fixado o mês de março de 1905 para a reunião da Nova Convenção, que, convocada dois meses antes, deveria, em sua reunião, renovar o mandato dos referidos órgãos.

“Por motivos que não é ocasião de justificar, podendo-se, entretanto, alegar, entre outros, o da ausência na Europa, do presidente da Comissão Executiva abaixo assinado, a quem competia fazer a convocação, deixou esta de ser feita no tempo determinado.

“Privado, embora, o Partido de seus órgãos institucionais pela extinção do mandato conferido para o quadriênio findo em abril de 1905...”

“Não havia, portanto, Comissão Executiva para que se pudesse para ela apelar, mesmo quanto à convocação de uma convenção, quando se houve de proceder à escolha do candidato à sucessão do governador atual.

“Eis porque, Sr. Presidente, ao lado da valiosa razão de dar à candidatura que levantou uma feição eminentemente conciliadora e democrática, a *A Bahia* se resolveu a fazer a indicação de um nome para a futura direção governamental do Estado, sob a sua responsabilidade, como, em tempo, e formalmente, o declarou.

“As afirmações, que acima deixei feitas têm ainda a sua comprovação, positiva e irrecusável, na apresentação do próprio Sr. Dr. Severino Vieira à cadeira de Senador pela Bahia. A apresentação do chefe da facção oposicionista à situação baiana foi feita sem reunião prévia da Comissão e S. Ex.^a achou muito legítima essa resolução do Sr. Dr. José Marcelino, e aceitou a sua escolha, assim resolvida, e só depois submetida ao apóio do partido e do .

eleitorado em geral, em simples artigo do *Diário da Bahia*. E do mesmo modo que a dêsse senador se fizeram a dos deputados federais, ora representantes da Bahia, inclusive o Sr. Dr. Inácio Tosta (*apoiados*) e, ainda agora, as do govêrno municipal”.

O Deputado Bernardo Jambeiro também cita a seguinte resposta telegráfica do Ministro Miguel Calmon ao Senador Severino Vieira, em abril de 1907:

“Acuso recepção vosso telegrama de 12, cujos têrmos fazem esquecer vossa habitual discrição. Nem os meus precedentes, nem as minhas relações políticas convosco e com o Dr. José Marcelino, nem carta recente que vos escrevi em 2 de abril, em resposta a que me dirigistes pelo Deputado Lago, solicitando minha opinião sôbre candidaturas a governador, vos autorizam a supor fôsse eu capaz de colaborar para a cisão da política dominante no nosso Estado, cisão que só serviria de prejudicar os grandes e elevados interêsses da Bahia, justamente quando tudo se congrega para lhe proporcionar os intermináveis benefícios de uma política larga e sem preconceitos, de progresso material, que tanto nos falta, e de utilidade efetiva. Certo que apoiareis a candidatura do Dr. Araújo Pinho, conforme aqui me declarastes até no momento mesmo da vossa partida para aí, a mim é que me parece de todo ponto estranhável o vosso procedimento, furtando-vos à ação conjunta, neste particular, com o Dr. José Marcelino, cuja única preocupação é promover e assegurar o desenvolvimento da Bahia. Muitos são os contrerrâneos em condições de bem governar o Estado e desde que, dentre êstes, é indicado para tão alto pôsto o eminente baiano Dr. Araújo Pinho, por todos nós acatado e havido tanto ou mais do que qualquer outro, como capaz de trazer à nossa terra e a felicidade que lhe desejamos, jamais me permitiria, concor-

rer para estéreis lutas políticas, visando pessoa e não o bem geral da Bahia. Retribuo saudações. — *Miguel Calmon*".

E Bernardo Jambeiro ^(21-c) continua: "Está, pois, provado que a candidatura do Sr. Dr. Inácio Tosta não teve, até a cisão, nenhum apóio do partido. (*Apoiados*). Todos os próceres dêste partido, mais intimamente ligados à sua atividade, sabem que a verdade incontestável é que, repito, se fôsse possível ao Sr. Dr. Severino Vieira ter assegurado a vitória de uma candidatura, está jamais seria a do Sr. Dr. Tosta. A declaração que acabo de repetir, sem contestação, posso ainda corroborar com o meu testemunho pessoal, pela parte ativa e muito próxima que tomei, por dever de lealdade, nos acontecimentos de que me ocupo, no sentido de, interpretando o querer e o sentir do governador, evitar a divergência no seio do partido. Foi do próprio Sr. Dr. Severino que ouvi a declaração formal de que não apoiava a candidatura do Sr. Dr. Inácio Tosta".

Por esta época Rui Barbosa é nomeado Embaixador do Brasil à Segunda Conferência da Paz, em Haia.

Em 23 de abril, trocam-se os seguintes telegramas:

"Se julgar situação Bahia exige minha presença aqui, buscarei obter dispensa missão Haia. — Abraços. — *Rui*".

"Penhorado têrmos seu telegrama ontem, respondo não ser necessária sua presença, que govêrno e República precisam conferência Haia. Tudo bem. Adesão grande maioria municípios. Cordiais saudações. — *José Marcelino*".

Em 5 de maio, José Marcelino escreve a Rui:

"Meu caro Rui.

"E' portador desta seu distinto filho, o simpático deputado 1.º tenente Rui, que vai fazer-lhe suas despedidas e

(21-c) Bernardo Jambeiro era o diretor do vespertino *A Bahia*, órgão do govêrno municipal e que, desde maio de 1907, se tornou o órgão do govêrno estadual. Entre outros, eram seus redatores: J. A. de Aguiar Costa Pinto, J. Pacheco de Oliveira, Lemos Brito e Pimentel. Remodelado, passa a circular pela manhã, em 22 de abril de 1908.

por quem mando-lhe um apertado abraço, com os votos de feliz viagem e o mais brilhante êxito na conferência de Haia.

“Continuo cercado do apôio geral dos meus concidadãos e, portanto, forte e animado para levar a bom termo esta partida, em que jogo pelo bem e progresso da nossa cara Bahia, que não pode, que não deve continuar prêsa dos interesses subalternos e pessoais, que de longa data entorpecem-lhe a marcha.

“Já tenho o apôio do govêrno local da maioria dos municípios, o qual vai dia a dia aumentando, esperando que exceda de 2/3 da sua totalidade.

“Com êste poderoso e decisivo elemento, com o apôio quase unânime da imprensa e de tôdas as classes sociais, e as francas e positivas simpatias populares, não devemos nos arrecear da campanha.

“Receba com sua Exma. Família os afetuosos cumprimentos que eu e minhas filhas lhe dirigimos e mande suas ordens ao colega e amigo obrigado. — *Je. Marcelino*”.

Em 24 de maio, Rui Barbosa passa na Bahia, rumo à Conferência de Haia, como embaixador do Brasil. Agradecendo o discurso, com que o saudou o governador do Estado, disse, em resumo, o seguinte (publicado pelo jornal *A Bahia*, de 27 de maio de 1907):

“Disse o Dr. José Marcelino que a Bahia, em relação a mim, não cessa de se rever num dos filhos mais distintos e estremecidos.

“Essas palavras exprimem sentimentos que sobem de valor, têm duplo aprêço, por serem proferidas pelos lábios do ilustre baiano, cuja influência sôbre os destinos de sua terra natal tem sido, principalmente nos últimos tempos, excepcional.

“Filho da Bahia, dêste torrão bendito e abençoado, não devo a ela senão magnanimidade, não tenho outros títulos senão os que me concede o seu carinho maternal, hoje entregue ao benemérito e patriótico govêrno do Dr. José Marcelino, cuja ação reparadora sôbre a política nacional tem sido bastante fecunda.

“Não é a política, entendida sob o culto de formas, não é a política reduzida a formas, que pode elevar o nome da Bahia.

“As formas podem salvar e elevar alguma coisa, quando representam idéias e tradições; as formas podem elevar alguma coisa, quando elas contêm alguns princípios e assim essas formas são grandes e devem ser consideradas como garantias dos direitos e liberdades.

“Se as formas contêm vãos princípios e aparências sofisticadas, essas formas não podem ser respeitadas porque elas são apenas hipocrisias.

“Assim elas significam e são recursos de ocasião para resistência aos grandes destinos de uma nacionalidade”.

E *A Bahia* prossegue: “E, depois de declarar sentir não lhe ser, no momento, possível falar com largueza sôbre a política baiana, nem referir-se aos altos méritos do Dr. Araújo Pinho, em quem êle e a Bahia viam um homem superior, capaz de ser o continuador da política econômica, digna e elevada do preclaro Dr. José Marcelino de Sousa, o Conselheiro Rui Barbosa disse:

“Quando ainda hoje ao chegarmos em frente a esta maravilhosa Bahia, contemplei o fino azul do seu panorama, a beleza imensurável de suas montanhas, os seus edifícios antigos, as suas catedrais históricas, eu senti dentro em minh'alma as reminiscências dos meus primeiros anos, senti dentro em minh'alma a amarga doçura das coisas antigas e dizia-me o meu coração que Deus ainda

há de reservar-me a fortuna de ver rejuvenescer de sua velhice a velha e gloriosa Bahia”.

E o jornal continua: “E, em seguida, afirmou levantar a sua taça em honra do digníssimo Chefe da Nação, o Conselheiro Afonso Pena, cujo governo se orientava pelos princípios de uma verdadeira política econômica, progressista e patriótica, cuja ação benfazeja estava sendo exercida por uma política mais brasileira e menos politiqueira”.

Com referência a José Marcelino, Rui Barbosa, da tribuna do Senado, em 20 de novembro de 1906, assim se expressou, lembrando a linguagem intempestiva do jornal *O Norte*, fundado em Salvador, a 8 de outubro de 1905, pelos adeptos do Ministro do Interior:

“Fôlha de combate, arrebatada, violenta, agressiva e injuriadora, a cuja linguagem não escapou, sequer, a honra do governador da Bahia, o mais incorruptível de todos os governos, um cidadão cuja austeridade não tem jaça, cuja pureza não tem mancha, um estóico e um imaculado”.

O *Diário da Bahia*, depois do rompimento de Severino Vieira com José Marcelino, superou em injúria qualquer outro órgão da imprensa baiana. De tal modo se excedeu, que o governador proibiu a sua entrada em palácio. Em 15 de maio de 1908, o *Jornal de Notícias* publica uma carta do Dr. Manuel Pimentel de Barros Bittencourt, Diretor da Penitenciária do Estado, estabelecimento que passou desde 1905 por grandes melhoramentos, inaugurados em 27 de dezembro de 1907, carta em que se defende de acusações injuriosas do *Diário da Bahia*, terminando do seguinte modo:

“Bem sei que a minha presente declaração desobedece à formal imposição do Sr. Dr. Governador do Estado a

todos os seus amigos, no sentido de que nenhuma defesa seja formulada contra quaisquer brutais ataques à sua probidade pessoal ou administrativa.

“Desobedeço-lhe à ordem, na emergência que o meu nome atravessa, porque este não está nas condições do de sua ex.^a e sinto-me na necessidade de esmagar as mil bôcas da hidra, à proporção que elas forem abrindo para morderem-me os calcanhares. — 15-5-1908. — *M. P. de Barros Bittencourt*”.

Em convenção realizada nos dias 28 e 29 de junho, a dissidência do Partido Republicano da Bahia toma a denominação de “Partido Republicano Conservador”, sob a chefia do Senador Severino Vieira, e proclama o Deputado Joaquim Inácio Tosta seu candidato à sucessão governamental de 1908-1912.

Entretanto, José Marcelino não se descurava da parte administrativa. A 6 de maio, inaugurou o “Instituto Agrícola da Bahia”, com seus *cursos para*: a) *agricultores criadores*; b) *feitores trabalhadores rurais, obedecendo ao método intuitivo-experimental*, sob a direção do Dr. Zehntner, contratado pelo Secretário da Agricultura, Dr. Miguel Calmon, quando no Oriente, em 1905, época em que aquêle professor dirigia a Estação Experimental Geral de Salatiga. A 26, abre ao tráfego o trecho da 2.^a Seção da *Estrada de Ferro Centro Oeste da Bahia*, com 24 quilômetros, entre o povoado de Candeias e a cidade de Santo Amaro, *ligando, assim, a Central da Bahia à Estrada de Ferro do São Francisco*, e, consequentemente, a mais fértil zona açucareira à capital baiana e à zona sãofranciscana. Em julho, a navegação a vapor no Alto São Francisco, é estendida até Curaçá (Bahia) e Boa Vista (Pernambuco). (V. “José Marcelino de Sousa e sua obra administrativa no São Francisco”, e “Um Estadista quase Desconhecido”, da mesma autora).

A 28 de agosto, o Engenheiro Apolinário Frot, delegado de terras do Estado da Bahia, comissionado pelo Governador José Marcelino de Sousa, apresenta-lhe seu "Relatório da Exploração do Território do Jalapão", para onde seguira em maio de 1906, com a incumbência de "fazer a exploração e estudos na região do Jalapão e dos rios que o cortam, principalmente o rio do Sono e seus afluentes, e, em especial, o Rio Sapão" e, também, "onde existissem manjovais de propriedade do Estado ou quaisquer riquezas de exploração vantajosa". (V. carta do Diretor de Terras e Minas, Dr. Gonçalves Júnior, dirigida ao Professor Brás do Amaral, em 14 de outubro de 1906 e publicada no *Diário da Bahia* de 16).

O horizonte político, turvava-se, mais uma vez: em setembro daquele ano de 1907, dá-se o rompimento do Dr. Nilo Pessanha, Vice-Presidente da República, com o Dr. Alfredo Backer, Presidente do Estado do Rio de Janeiro.

Sergipe, em 1906, Bahia e Rio de Janeiro, em 1907, sofrem grandes agitações políticas: o "*Bloco*" perde, na sua coesão.

Na Capital Federal, urdia-se um emaranhado de intrigas, que eram comunicadas em cartas a Rui Barbosa, então em Haia, honrando o nome do Brasil.

De regresso em 28 de dezembro, foi o genial brasileiro, acolhido na Bahia com tôda a pompa: cogitou-se, até, de levantar um monumento em sua honra, no Campo dos Mártires (Campo da Pólvora).

A bordo do *Araguaia*, na Bahia, recebe Rui Barbosa o seguinte cabograma, do Senador Pinheiro Machado:

"Confidencial. Com surpresa neste momento acabo ter conhecimento mais uma grosseira maquinação constante telegrama passado para aí outros Estados afirmando chefes bloco ofereçam João Pinheiro futura candidatura presi-

dencial. Tal embuste fruto perversidade ignóbeis adversários publicada ao chegardes vossa terra natal, só pode visar estabelecer confusão vosso reconhecido espírito sôbre com-postura intuitos vossos amigos. Em guarda, pois. Abraços.
— *Pinheiro Machado*".

Falava-se, ainda, em José Marcelino para a Vice-Presidência da República ou para a pasta da Viação, conforme se lê nas cartas do Senador Antônio Azeredo, dirigidas a Rui Barbosa, durante sua permanência em Haia. Aliás, aquele senador parecia enciumado com a solidariedade existente entre Rui Barbosa e José Marcelino. (V. Arquivo de correspondência — Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro).

A velha Bahia movimentava-se, também, no sentido de fazer bela figura na sua representação na próxima Exposição Nacional, a realizar-se no Rio de Janeiro, em 1908. O Engenheiro Rebecchi, primeiro prêmio no concurso de fachadas da Avenida Central, inaugurada em 15 de novembro de 1905, é o escolhido para construir seu pavilhão.

Em fevereiro de 1908, o Governador José Marcelino faz nova excursão ao São Francisco para estender, no dia 9 a navegação do Rio Prêto até o Pôrto de São Marcelo (antiga Fazenda de Santa Maria), sito à foz do Rio Sapão ⁽²²⁾, procurando, assim, aproximar a Bahia dos Estados de Goiás, Piauí e Maranhão, facilitando-lhes as comunicações comerciais.

E o Presidente Afonso Pena felicita o governador da Bahia:

"Petrópolis. Receba minhas congratulações pela inauguração da navegação a vapor do Rio Prêto até São Marcelo, foz do Sapão, facilitando comunicação aos produtores de remotas regiões da Bahia, Goiás, Piauí e Maranhão.

(22) Este serviço até São Marcelo perdurou até 1915; decaiu algum tempo, e recomeçou até Formosa. (V. Relatórios do Ministério da Viação, 1916, 1917, 1918 e subseqüentes).

A realização desse empreendimento, poderoso fator para o progresso do Estado e regiões circunvizinhanças, faz honra governo de V. Ex.^a. Acabo de regressar de São Paulo, onde inaugurei 182 quilômetros das linhas Sorocabana e Noroeste do Brasil, que dentro de prazo não longo nos facilitarão o acesso às nossas fronteiras do sul e do oeste, percorrendo regiões de grande futuro. — Cordiais saudações. — Afonso Pena”.

E A Bahia de 20 de fevereiro de 1908, publica ainda os seguintes telegramas:

“Goiás, 19 fevereiro. — Exmo. governador Bahia. — Tenho grande prazer acusar recebimento telegrama V. Ex.^a comunicando-me ter inaugurado, dia 9 corrente mês, navegação vapor Rio Prêto; tributário São Francisco até São Marcelo, foz Sapão. Agradeço V. Ex.^a em nome Estado Goiás, importante serviço acaba prestar-lhe para desenvolvimento suas relações comerciais, especialmente zona norte, valorizando seus variados produtos com a facilidade meios transporte para os centros consumidores desse Estado. Reitero a V. Ex.^a meus protestos elevada estima e consideração e saúdo cordialmente. — Rocha Lima, Presidente Goiás”.

“Com satisfação acabo receber telegrama em que V. Ex.^a teve gentileza comunicar-me haver inaugurado navegação Rio Prêto. Congratulo-me com V. Ex.^a por tão auspicioso acontecimento. Cordiais saudações. — Areolino de Abreu, vice-governador Piauí”.

Seu grande amigo Rui Barbosa também escreveu-lhe: “Felicitações sua volta. Abraços pela consumação triunfo eleitoral. Rui”.

Em março, consultado por Afonso Pena e Pinheiro Machado, Rui soluciona um impasse relativo à presidência da Câmara dos Deputados, exercida pelo Dr. Carlos Pei-

xoto Filho, ex-líder da maioria, publicando-se esta "Vária" no *Jornal do Comércio* de 10 de março de 1908, à pág. 3:

"Os amigos políticos do Sr. Presidente da República, no propósito de extinguir as divergências, que os preocupam, se entenderam com S. Ex.^a a tal respeito; e, convencidos, como estão, de se não poderem conciliar com a boa prática do regime constitucional, as disposições regimentais, que atribuem ao Presidente da Câmara no último ano de uma legislatura, quando reeleito, a presidência da sessão seguinte durante a verificação de poderes da nova Câmara, se obrigaram a suprimir essas disposições do regimento daquela casa, deixando, porém, a reforma para o ano próximo vindouro, a fim de que esta medida, cuja necessidade lhes parece indeclinável, se exima de toda a suspeita de intuítos pessoais, em que, levada a efeito este ano, poderia incorrer.

"O partido que apoia a administração atual, e de que é chefe o Sr. Senador Pinheiro Machado, confiando na alta imparcialidade do Sr. Presidente da República, descansa na garantia, que ela lhe oferece, de que, em se suscitando dúvidas neste melindroso assunto, a influência dos conselhos de S. Ex.^a se exercerá com eficácia sobre os seus amigos, para que, na verificação de poderes da Câmara futura, se mantenha estritamente a observância da lei e a vontade do eleitorado.

"E' o que estamos autorizados a declarar".

A 20 de fevereiro, a *Estrada de Ferro de Nazaré* fica dotada de mais uma Estação: a do *Genipapo*, primeiro trecho do seu prolongamento até a Vila de Jequié, sendo, por portaria de 21, aprovados os estudos definitivos de seu último trecho. A 12 de abril, inauguram-se os trabalhos de construção da linha férrea do Timbó (Bahia) a Propriá (Sergipe), com a presença do Governador José Marcelino, que para tanto muito se empenhara solicitando

a valiosa intervenção de Rui Barbosa, como se lê na correspondência trocada neste sentido, constante do Arquivo da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

Depois de ter empregado 21,06% (14.753:903\$928) da renda total do Estado (Rs 70.060:309\$577) em benefícios públicos, deixa José Marcelino, em 28 de maio de 1908, a curul governamental, que é ocupada pelo Dr. João Ferreira de Araújo Pinho. (23)

No Rio de Janeiro, inaugura-se, a 11 de agosto, a Exposição Nacional, onde figura, juntamente com os de São Paulo, Minas Gerais e D. Federal, o belo "Pavilhão da Bahia", construído no governo José Marcelino, que vai à Capital Federal visitá-lo, sendo obsequiado pelo Conselheiro Rui Barbosa com um esplêndido banquete, em sua residência, proferindo o genial brasileiro, nessa ocasião, o seguinte brinde:

"Esta casa, fragmento despegado acidentalmente da Bahia, abre-se hoje com a festiva alacridade das boas manhãs do nosso céu à satisfação de acolher o ilustre baiano, cuja presença aqui nos honra, e que vindes ajudar-me a receber num círculo de amigos sinceros.

"Felizmente, para estarmos, aqui, na Bahia, bastava estarmos no Brasil; pois, aonde quer que se estenda a Pátria brasileira, aí se sentirá palpitando o coração da Pátria baiana. Desta, no leite com que me amamentaram, aprendi a não distinguir Norte ou Sul, fronteiras ou sertões, abraçando no mesmo amor todo o imenso país abençoado, que os nossos maiores nos legaram inteiro, para que o herdemos a nossos filhos indivisível. E, se principiei nomeando-vos aquela região querida, o amável torrão onde minha mãe me trouxe ao seio, foi para começar esta ho-

(23) V. "Um Estadista quase Desconhecido", monografia da mesma autora, premiada pelo Estado da Bahia, em 1945, edição de 1948; também "José Marcelino de Sousa e sua obra administrativa no São Francisco", da mesma autora, edição de 1946.

menagem como o sentimento me pedia, rendendo aos antepassados, pela evocação mais cara à minha saudade, o culto que lhes cabe nas horas solenes, êsse culto de que se faz a base moral das índoles crentes e das nações grandes. A mocidade, ao menos para os que a vemos de longe, não é tão bela sempre, dessa beleza imarcessível que atravessa as idades de uma vida, para nos vir acariciar docemente a melancolia da velhice, senão porque a temos no fundo de nossa alma como a risonha moldura do rosto de nossos pais.

“Para êles, no seio da memória fiel, onde se acumulam os tesouros do tempo, e donde a consciência nos fala mais sagrada pelo eco das coisas mortas, me costumo eu voltar nas perplexidades da viagem que a sua experiência percorreu antes da minha, como quem imagina sondar os conselhos de um oráculo divino. Não sei se me respondem sempre; não sei se as mais das vêzes não tomarei pela sua a voz das minhas prevenções, ou dos meus erros. Mas Deus me é testemunha do como, em tantas crises da minha existência, tenho cuidado purificar nessas nascentes cristalinas as minhas decisões e os meus atos, quando o espírito me vacila e vai sossobrando no desânimo de acertar. Se nestes últimos anos o rumo da minha carreira política se tem desviado sensivelmente do espírito crítico, em que se absorveu o melhor dela, para o espírito conservador, outro modo, não menos útil, de servir à liberdade, não é sem que haja, em mais de uma ocasião, invocado os penates do meu primeiro lar, ainda vivo no meu peito, e me engolfado, ansioso por um guia, nessa religião severa e maviosa das reminiscências paternas. Pode ser que me engane; mas, se alguma coisa me alenta, quando entro em dúvida sobre o acêrto dêstes meus passos, é o supor que para êles concorreram as inspirações dessa minha tradição íntima, que ela acabou por me embeber na per-

suasão de tentar o outro caminho, menos fácil, menos simpático, menos aplaudido, menos brilhante: de ver se lograria auxiliar um pouco a obra dos governos com o apôio desta minha têmpera, da minha educação jurídica e liberal, tão longamente posta ao serviço das oposições, e, se, trocando a popularidade pela responsabilidade, não poderia utilizar, com mais vantagem para o bem geral, a quadra derradeira da minha vida.

“Ora, na ordem dos fatos exteriores, para esta direção nova da minha jornada, talvez já bem próxima do seu término, uma das influências que especialmente atuaram, foi a situação inaugurada para a Bahia pelo govêrno do Dr. José Marcelino. Circunstâncias notôriamente desinteressadas me enlaçaram na órbita das suas responsabilidades, criaram entre mim e êle solidariedades imperiosas, prenderam-me em vínculos de lealdade e sacrifício, que não costumo falsear, e, pelas naturais ligações da política do Estado com a da União, associando-me à candidatura mineira na última eleição presidencial, me determinaram, para com o govêrno atual da República, esta posição que hoje ocupo.

“Desta atitude, e dos seus móveis, e dos seus intuitos, não tenho que baixar os olhos diante de mim mesmo, e é quanto me basta, para os não baixar diante de ninguém.

“Mas eu não teria bem cumprido todos os deveres que essa responsabilidade me ditava, se não aproveitasse êste movimento, entre o remate do último govêrno baiano e as entradas do atual, para dar ao amigo em cujas prôvações estive envolvido, e cuja sorte esposara, o testemunho público da estima, que me ficou dêsse contato com a sua individualidade.

“Proporcionou-me êle ensejo de penetrar, através do córtex rude que reveste as árvores robustas, o cerne de

uma natureza rija e sã, feita de bondade e fortaleza, de resistência e perdão, onde a vitalidade de uma poderosa carnção moral elimina de si facilmente, sem deixar cicatrizes, os espinhos mais lacerantes, ainda quando ensanguentados e homicidas. Junta à limpidez estoica da sua honra, essa virtude era, talvez, uma qualidade prima nesta época de pacificação, uma de cujas maiores necessidades está em desasselvajar a política da sua ferocidade invejosa, odienta, devastadora.

“Num Estado, porém, qual aquele, onde, à semelhança do que vai por tantos outros, a absorção do partidismo, degenerada em peste de intriga, desunião e rancor, rouba as atividades e as inteligências ao labor produtivo, tala tudo como a sêca dos campos, cresta em germe talentos e riquezas incalculáveis, *não era menos essencial mostrar*, por uma grande lição de coisas, por um enérgico impulso em sentido oposto, que os povos não vivem só de política, na acepção partidária e subalterna, nas entre nós dominante, da palavra, *senão* também, e principalmente, de harmonia, de estímulo à atividade individual, de expansão industrial à sombra da tranqüilidade e da confiança.

“Por êste lado, a Bahia deve ao período administrativo que se acaba de encerrar a iniciação de uma era decisivamente nova. Ninguém, a tal respeito, poderá negar ao Dr. José Marcelino o mérito da verdadeira iniciativa, agora afinal estreada e adiantada por êsse trabalhador valente: uma iniciativa descortinadora, arrojada, fecundíssima, que se desentranhou em melhoramentos de largo alcance, que dêles, mediante recursos comparativamente mínimos, cobriu a superfície do Estado, as suas lavouras, as suas estradas, os seus rios, e, se não resolveu o problema da transformação econômica da Bahia, não foi porque não houvesse envidado na sua solução tudo quanto cabia nos limites do possível, empenhando-se ardentemente pela uni-

ificação da nossa rêde ferroviária, condição rudimentar e suprema de todo o nosso progresso, cuja satisfação aguardamos com impaciência, e devemos contar não se retarde. Assim o exigem os reclamos, as necessidades, os direitos da Bahia.

“Ao honrado cidadão, pois, ao conspícuo administrador, ao brasileiro notável, ao benemérito baiano, vos convido a saudarmos, erguendo a taça em um brinde afetuosos e reconhecido”. (24)

(24) *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1908, sob o título: “Dr. José Marcelino” que embarcou para a Bahia, com sua filha Maria Amélia, no dia 23. V. *Rui Barbosa* — Novos discursos e conferências, coligidos e revistos por Homero Pires, págs. 247-250: *Brinde a José Marcelino*, ex-Governador da Bahia.

DEPOIS DA CONVENÇÃO DE 22



O grande Pastor... Tenha paciência, radiante Leão; enquanto eu puder respirar, você não petiscará as ovelhas do meu rebanho. Agora o que está dito, está dito; a ovelha chefe será o Marechal...

O Leão afamado... Sim, ingrato; faça o que quizer, mas, fique certo de que hei de lutar, enquanto tiver forças, com o meu amigo Tigre, para lambiscar a sua ovelha chefe...

O Tigre... (Urrando) Conte comigo, incondicionalmente.

Zé... Viva a Republica pintada de verde!

DEPOIS DA CONVENÇÃO DE 22

Caricatura da "Revista do Brasil", ano IV, n.º 2.
Bahia, 10 de junho de 1909

Refere-se à situação posterior à Convenção de 22 de maio, composta de senadores e deputados, que aclamaram candidato à presidência da República o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Ministro da Guerra.

De um lado, o General-Senador Pinheiro Machado, com seu grande rebanho militarista; do outro, a reação civilista do Senador Rui Barbosa, com seu primeiro aliado — José Marcelino de Sousa — ex-governador da Bahia, Chefe do Partido Republicano e cujo diploma de senador, eleito em 30 de janeiro de 1909, pendia na Comissão de Poderes do Senado Federal, onde os próceres do hermismo aguardavam sua adesão à candidatura do Marechal, para o seu reconhecimento de senador ou, no caso contrário, a sua depuração.

CAPÍTULO IV

A CAMPANHA CIVILISTA

A 23 de novembro de 1908, o Conselho Municipal de Salvador aprovava uma Moção, indicando o nome de José Marcelino de Sousa aos sufrágios populares para Senador Federal, no pleito de 30 de janeiro próximo.

A 30 de março de 1909, o mesmo Conselho, incorporado, vai pessoalmente entregar-lhe, em sua residência, o respectivo diploma, que José Marcelino recebe das mãos do Conselheiro Municipal Otávio Mangabeira, que, no seu discurso, o qualifica de "Supremo diretor de uma campanha magna".

No fim do segundo semestre de 1908, Afonso Pena fôra golpeado com a perda de seu filho e auxiliar, o jovem Dr. Álvaro Pena e de seu cunhado, o visconde de Carandaí. Este duplo desgosto talvez tenha influído no ânimo do Presidente da República, em relação aos acontecimentos que se seguiram.

Em 2 de dezembro, assim escreve Rui Barbosa a Pinheiro Machado:

"(Reservada) — Rio, 2 de dezembro de 1938. — Meu caro amigo Senador Pinheiro Machado. — Desde a nossa breve conversa de ontem, na qual, por assim dizer, limitei-me a ouvi-lo, ainda não pude cessar de refletir sobre o assunto das comunicações, com que me surpreendeu, e resolvi, afinal, escrever-lhe, para fixar com mais clareza o meu pensamento assentado.

“Segundo o que o meu amigo me confidenciou, o Presidente da República está empenhado em que desde já fique decidida a candidatura presidencial ao quadriênio vindouro, no intuito de que derredor dessa questão girem as próximas eleições para o congresso nacional.

“Quer isto dizer que se imagina fazer as eleições do congresso à custa da candidatura presidencial e a candidatura presidencial à custa das eleições legislativas. Duas conquistas num só feixe, obtidas uma pela outra.

“Nunca vi, nem concebo combinação mais nitidamente imoral, mais sãbiamente perversa, mais abertamente afrontosa ao bom princípio, donde se originou a candidatura do atual presidente e o seu triunfo.

“Pense por um instante nêsse passado, que é o de ontem. Formamos uma coligação, rompendo com o Presidente da República, no intuito de reivindicar para a Nação, ou para as opiniões políticas nela organizadas, o arbítrio da sucessão presidencial. O presidente não esposara abertamente candidatura alguma, nem antecipara a época da escolha do candidato. São fatos de há três anos; iríamos agora convir na revogação dêsse aresto, com a agravante de um açodamento descomunal e a outra, ainda mais séria, de se converter a deliberação acêrca da candidatura presidencial, em meio decisivo de atuar sôbre a eleição do congresso e a verificação de poderes.

“Em verdade, em verdade lhe digo, meu caro, que, a tal suceder, a candidatura que saísse dessa ostentação da onipotência do presidente, dessa retratação nossa e dessa anulação simultânea da vontade do País na escolha do chefe do Estado e na das câmaras legislativas, essa candidatura, fôsse de quem fôsse, poderia estar oficialmente garantida, mas estaria moralmente ferida de morte.

“Com o meu concurso, meu amigo, isto não se consumaria; porque, ao menos, a minha consciência quero salvar, quanto tudo perca.

“Seu amigo sincero e obr. — *Rui Barbosa*”.

E ainda, a 10 de dezembro:

“Rio, 10 de dezembro de 1908. — Exmo. Am.º Senador Pinheiro Machado. — No conflito de interesses e personalidades, que, em tórno da sucessão presidencial, desta vez tão cedo começa e de modo tão desusado, vejo envolvido o meu nome como o de um dos pretendentes. Há nisto um equívoco, a que me empenho em pôr termo peremptoriamente.

“Não sou candidato à presidência da República, nem consinto que mo façam. Se amigos meus há, que tenham o pensamento de semelhante iniciativa, em nome da amizade e seus direitos e ulhe desaprovo e lha proíbo. Não quero complicá-los em dificuldades inúteis, nem concorrer para mais abatimento da nossa terra com a agravação do espetáculo desta contenda estéril, a que a Nação assiste estranha e indiferente, pelo pôsto da nossa magistratura suprema.

“Considero o País, interna e externamente, sob a iminência de dias bem sombrios. Alguma coisa extremamente grave de nós se aproxima, que a cegueira geral não enxerga. Reputo insustentável a situação de anarquia, financeira, política e moral, em que nos debatemos. Daí o que vai sair, não sei; mas não há de ser o que os descuidados supõem.

“Em circunstâncias tais, só os inconscientes ou os predestinados poderão nutrir ambições. Eu nunca as tive, e muito menos as teria agora. Candidato à presidência da República, só me animaria a sê-lo, se um movimento da opinião pública mo impusesse. Tal honra, porém, nunca

imaginei merecer. A outra, a da candidatura oficial, repugna às minhas convicções e aos meus compromissos. Com os do meu longo passado de lutas pela verdade constitucional, com o terrível sentimento da responsabilidade que, no meu espírito, se associa a tôdas as missões de ordem superior na vida pública e com a intenção do nosso futuro iminente, um homem do meu temperamento e da minha educação política, só a uma coisa deve pretender, neste momento e nestas condições: a liberdade, a que eu vou tornar, de servir ao nosso País, como costumava, com tôda a minha consciência, independentemente, segundo as exigências de cada oportunidade.

“Escrevo-lhe estas linhas refletida e serenamente, com a satisfação de quem se desobriga de um dever dos mais gratos, e com o mais decidido empenho de que nelas se respeite minha resolução definitiva, à qual buscarei dar publicidade, para que o pleito entre os elementos interessados siga, doravante, o seu curso natural, sem estôrvo na hipótese importuna do meu nome.

“Creio que êste incidente, meu caro amigo, acabará de lhe mostrar que, na vida pública, não palpita senão pela nossa Pátria o coração do seu sincero e obr.^o amigo — *Rui Barbosa*”.

Finalmente, a 16, escreve a Afonso Pena:

“Rio, 16 de dezembro, 1908.

Meu caro A. Pena.

No seu chamado agora, com as circunstâncias que atraem neste momento a atenção pública e as de que sei particularmente, informado como estou do que se tem passado, transparece do modo mais claro o objeto da conferência a que V. me convida. E' indubitavelmente, a candidatura presidencial, que, sei, há muito o preocupa. Ciente dessa evidência, que se não poderia dissimular, rogo-lhe

me permita dar-lhe o meu voto por escrito, sem prejuízo, todavia, de podermos conversar depois, se êle o não satisfizer, por incompleto, errôneo ou susceptível de alguma objecção por mim não prevista.

“Para começar, pondo-me em liberdade no assunto, já que o meu nome nêle tão envolvido anda, entrarei declarando-lhe que não me considero candidato. E’ o que, no princípio dêste ano, já tive ensejo de lhe declarar numa das nossas conversas em Petrópolis. Entendo que nenhum cidadão se deve considerar candidato, enquanto não designado por um movimento da opinião pública, por um partido político, ou por um Estado da União. Nas várias eleições que me têm mantido na cadeira de senador, nunca me apresentei candidato, e sempre anunciei que não o era. As minhas candidaturas tem sido tôdas obra da vontade espontânea e geral do Estado que represento. Teve êste a lembrança como todos sabem, sob o govêrno Rodrigues Alves, de lembrar a minha candidatura à sucessão presidencial, prevenindo que a sustentaria até as urnas, fôsse qual fôsse o desenlace. Feliz, porém, me julguei de poder abrir mão dela, para dar à sua o apôio da Bahia. Êste decidiu imediatamente a questão, bem melindosa, que debatia, assegurando a eleição do presidente atual. Quando não, o eleito seria ou o Dr. Bernardino de Campos, ou o Dr. Francisco Sales. Porque, precisamente naquela conjuntura, a política de Minas exprimira categoricamente a sua hostilidade ao nome do atual presidente, exonerando-o, por um telegrama endereçado ao Dr. Carlos Peixoto, de tôda a intervenção, por parte daquele Estado, no pleito das candidaturas. Dêsse fato existe entre nós prova autêntica.

“A minha pessoa estaria, portanto, fora do litígio, além da sua incompetência, assaz conhecida, motivo terminante, pelo outro, não menos peremptório, de que não há por

mim nem a voz do país, nem a iniciativa de um partido, nem a indicação do meu Estado, silencioso até agora.

“Posso falar-lhe, pois, com isenção e franqueza, que devo a mim mesmo, a V. e a tudo. O meu velho colega me levará, decerto, a bem. Que, entre amigos, não há mais certo sinal de amizade legítima e sã do que a verdade falada sem interesse e com lisura. Estou habituado a me arriscar por ela a todos os perigos. Porque me arrecearei agora de a depor no seio afetuoso e leal da intimidade? No enxurro de injustiças que a maldade política me não tem poupado, conto como uma das mais curiosas, a tacha, inventada ultimamente, de fraqueza. Isso irrogado, num mundo político de fracos, a um homem cuja vida, salvo quatro anos de apóio distribuídos entre os dois últimos presidentes, tem sido em ambos os regimes, há vinte anos, um conflito quase contínuo com o poder pessoal, a espada e a ditadura. Muito pode em mim o coração, graças a Deus, mas, graças ainda a Deus, a consciência pode mais. E é por isso que a amizade me não inibirá de lhe dizer, abertamente, neste momento grave, a minha opinião inteira.

“Ninguém se pode iludir com os desmentidos, de origem oficial, que o *Jornal do Comércio* tem publicado. Esses desmentidos não desmentem na essência as afirmações opostas. Antes as confirmam. A estas confirmações indiretas acrescem, diretamente, inúmeras outras dessas que já circulam sem reboço nos círculos políticos, articuladas por certos personagens cuja posição junto ao governo torna indubitáveis as suas indiscrições. Todo esse concurso de circunstâncias e testemunhos estabeleceu, para o público, a convicção de que a candidatura nomeada é um fato definitivo, de cuja responsabilidade, meu caro amigo, ninguém mais o aliviará.

ENQUANTO A ESPERANÇA DURA



Concerto vocal e instrumental para delícia dos ouvidos... civilistas. Com o socorro do *pinho* Martello acompanha a toda a *troupe*, inclusive o *maestro*. Eles mesmos não garantem a afinação; entretanto enquanto dura a esperança de serem ouvidos.....

ENQUANTO A ESPERANÇA DURA

Caricatura da Revista do Brasil, ano IV, n.º 17.
Bahia, 23 de fevereiro de 1910

A orquestra civilista está assim composta: Regente, Senador Rui Barbosa; violonista, Senador José Marcelino, com o auxílio de Araújo Pinho, governador da Bahia (ausente); cantores: deputados federais — Barbosa Lima, líder da minoria, Leão Veloso, (Gil Vidal do "Correio da Manhã") e Irineu Machado.

"Se é a êsse respeito que V. pretendia dar-me a honra de me ouvir, creio que seria tarde para a consulta. Não obstante, eu não me eximiria a lhe responder: e vou fazê-lo.

"O atual presidente da república ocupa essa cadeira, não tanto como expressão do seu valor pessoal, aliás incontestável, quanto como encarnação de um princípio, em cujo nome erguemos e graças ao qual se tornou vitoriosa a sua candidatura: o princípio que recusa ao chefe do Estado o direito da iniciativa ou deliberação na escolha do seu sucessor. Nós o negamos ao Dr. Rodrigues Alves. Não podemos deixar de negá-lo hoje, e com mais fôrça ao presidente atual, cuja elevação ao govêrno resultou dessa nossa atitude para com o seu antecessor. Agora, pelo acoadamento sem exemplo na liquidação do assunto, pela iminência da eleição do congresso, pela pressão irresistível de uma sôbre a outra, o mal de que, há três anos, nos buscamos descartar, reviveria carregado das mais sérias e inesperadas circunstâncias agravantes. ⁽²⁵⁾

"Bem sei que não faltarão evasivas para figurar a irresponsabilidade absoluta do presidente neste caso. Mas não haveria artifícios, que lograssem tal resultado. Somos políticos um e outro, meu caro amigo. Não nos podemos embelezar com êsses desmoralizados truques do mundo em que envelhecemos. Quem, neste país, senão o poder supremo ousaria levantar uma candidatura presidencial com esta antecipação inaudita? Quem, senão êle, a iria adjudicar a um ministro? Quem, senão êle, com êsses dois elementos de derrota, alcançaria ou imaginaria vencer? Venham donde vierem agora as indicações, procurem os rodeios que procurarem, não haverá quem as receba senão como fórmulas de protocolo, muito conhecidas, para enco-

(25) Como vemos, a Campanha Civilista de 1909 teve por fundamento o mesmo princípio que originou a coligação de 1905, que foi, por assim dizer, a sua raiz.

brir a notoriedade visível de um fato, cuja confissão era impossível.

“Eu quisera abster-me de me pronunciar sobre o nome indicado. Mas não devo. Seria fraqueza. Porque justamente êsse nome é o característico mais expressivo da origem desta situação. Ninguém dêle cogitaria para o lugar de chefe da nação, a não ocupar êle atualmente o pôsto de ministro. Moço de talento e futuro, não tem evidentemente, para o cargo supremo do Estado, experiência, maturidade, autoridade. A sua entrada na última representação de Minas não lhe foi fácil. O seu reconhecimento, na Câmara, não correu sem tropeços: porque nem tôda a sua eleição era líquida. No seu próprio Estado, portanto, a opinião o não classificava entre os seus filhos mais beneméritos. Ali mesmo, quanto mais no país, não há correntes, simpatias, tendências políticas que o distingam ou recomendem. A sua investidura seria uma criação do presidente da república. Só êste disporia de poder suficiente para tanto.

“Eu espero, meu caro amigo, que V. não tome sobre seus ombros êste desserviço ao regimen e à nação. A república não se acha tão inteiramente balda de homens com um passado político, uma reputação consumada, uma fé de ofício notável. Para que o país escolha entre êles, basta que o chefe do Estado lhe deixe livre o campo. E’ cedo para a solução dêste problema, e a que ora se lhe propõe não podia ser mais inconveniente. Se nela persistirem será um êrro lastimoso, do qual os seus autores só colherão contratempos e decepções incalculáveis.

“Reflita, meu caro amigo, entre no íntimo de si mesmo, e, aconselhado por êsse fundo resistente de bom senso, honra e patriotismo, que a política as mais das vêzes não consegue extinguir nos homens substancialmente honestos como V., exonerará o seu govêrno, a sua carreira pública,

a sua consciência de uma responsabilidade inútil e funesta. Ela lhe amargurará os seus dois últimos anos de administração, reservando ao seu sucessor dias ainda piores, depois de semear nos costumes do regímen um exemplo, cujas conseqüências desacreditarão e arruinarão irremediavelmente o nosso sistema de govêrno.

“E’ abrir os olhos e ver, meu caro amigo, o que todo o mundo está vendo.

“Sempre sinceramente

seu muito amigo e colega. (as.) *Rui Barbosa*”.

Nesse mesmo dia, Afonso Pena responde-lhe:

“Meu caro Rui Barbosa. — Recebi sua carta de hoje, na qual vejo mais uma prova da nossa velha amizade. Falando-me com tôda franqueza, V. cumpriu um dever de amigo e confirmou mais uma vez a confiança que deposito em si. Não tenho o espírito em estado de desenvolver longas considerações sôbre o assunto de sua carta e espero que venha ao palácio para conversarmos a respeito. Então verá que faz apreciações baseadas em falso pressuposto ou em informações inexatas e insuficientes. Reciba muitos abraços do colega e amigo velho. — *Afonso Pena*”.

Em 30, ainda escreve a Rui: “Meu caro Rui. — Tenho de subir para Petrópolis até o dia 5 de janeiro, espero que V. me procurará antes, para conversarmos, conforme pedi na minha última carta. À exceção de quinta (dia de despacho), V. pode escolher outro qualquer, à hora que fôr mais cômodo. Tenha com tôda a Exma. Família boas festas e muitas felicidades no ano novo, são os votos sinceros do colega e amigo velho. — *Afonso Pena*”.

A 31, respondia-lhe Rui:

“Meu caro Afonso Pena — Deixei de responder ontem, pelo mesmo portador, à sua carta dessa data, em razão

de estar adoentado, do mesmo incômodo que, pouco antes, me fizera telegrafar ao secretário do Senado, comunicando-lhe não poder hoje presidir à sessão de encerramento. E' uma indisposição gástrica, devido ao abuso dos gelados nestes dias quentes, da qual já me acho melhor, mas ainda continuo a sofrer. Espero, entretanto, que antes do dia 5 já me sinta em condições de acudir ao convite, que V. reitera, para conversarmos sôbre o assunto da minha carta de 19 do corrente. Retribuindo-lhe os seus votos afetuosos de boas festas e bons anos, muito de coração e com a mesma sinceridade lhos deseja a V. e a tôda a sua Exma. Família o — colega e amigo velho — *Rui Barbosa*". (26)

Entretanto, essa conferência não se realizou, como veremos adiante.

A 6 de janeiro de 1909, Rui dirige a seguinte carta a José Marcelino:

"Niterói — 6 janeiro — 1909 — Meu caro José Marcelino. — Nas relações que hoje nos ligam, tenho por de meu dever comunicar-lhe, sob reserva, cópia da carta que, em do mês p. p., enderecei ao Dr. Afonso Pena e da resposta com que êle me correspondeu. — Em tôrno dêsse fato, sôbre o qual tenho observado a maior discreção, muito se tem dito e inventado na imprensa. Mas eu não quebrei o silêncio que me impus, e que os jornais a mim simpáticos por sua vez têm mantido. Cumpre-me ainda acrescentar que, em matéria de fato, a minha carta é a mais rigorosa expressão da verdade; que a candidatura oficial encontra por tôda a parte uma reprovação unânime, sob a qual sucumbirá, e que vários Estados, alguns dos mais importantes, lhe são irreconciliavelmente adversos: tais São Paulo, o Pará e Mato Grosso. Peço mostrar esta

(26) A carta de 19 de dezembro de 1908 é de pêsames, pelo falecimento do visconde de Carandá, cunhado de Afonso Pena; nesta missiva Rui Barbosa alude à sua carta de 16 daquêle mês e ano.

carta ao nosso amigo Araújo Pinho, a quem igualmente remeto traslado dos dois documentos. Visitas afetuosas a suas Filhas. Seu amigo e col. — *Rui Barbosa*".

Com a mesma data, Araújo Pinho recebe a seguinte carta: "Meu caro Araújo Pinho — A carta que nesta data escrevo ao nosso José Marcelino, pedindo-lhe o favor de lha mostrar, juntamente se dirige a V., que a lerá, e tomará na consideração de que a julgar digna. Basta-me apenas enviar-lhe, aqui inclusas, cópias da minha missiva ao Dr. A. Pena, assim como das que êle após essa me tem dirigido. Cumpri o meu dever, na ocasião em que se me impunha. O futuro bem depressa o mostrará. O princípio que firmamos há três anos, há de vingar. Ou a República está perdida, e o País entrará num período formidável de agitação. — Abraço o meu velho amigo e beijo as mãos à sua Exma. Senhora. — Seu do coração — *Rui Barbosa*".

A 20 de abril, Rui Barbosa dirige-se ao Governador Araújo Pinho:

"Rio de Janeiro, 20 de abril, 909.

"Meu caro Araújo Pinho.

"Recebi, pelo Dr. Filgueiras, a sua de 11 do corrente. Versa tôda ela sôbre a verificação de poderes da Câmara, que também supponho não encontrar dificuldades consideráveis.

"Sinto que nela se continue a guardar absoluto silêncio sôbre a minha carta de 6 de janeiro, que V. nem pelo telégrafo me acusou tal qual o nosso José Marcelino, que tem observado a mesma reserva quanto à minha missiva a êle na mesma data endereçada.

"Tiveram elas por fim comunicar-lhes a ambos a minha correspondência com o Presidente da República acêrca da candidatura por êle suscitada e sustentada à sucessão do

cargo que ocupa. Tudo, nesse meu proceder, exigia, se me não engano, uma resposta qualquer, de assentimento, de impugnação ou de mera cortesia. Mas os meus amigos assim não entenderam. Todavia a ninguém me queixei. Aguardei pelo tempo, que não falta com a sua lição aos homens. Mas debalde. Afinal chegou o Dr. Filgueiras; (27) mas dele mesmo, apesar da conversa larga e franca, em que, a esse respeito, entrei, nada ouvi, a não ser a declaração de que aí não havia compromisso nenhum. Ainda isso, porém, não mo disse ele em nome dos chefes da Bahia, que, portanto, inferi, persistiam em manter a discreção até aí guardada.

"À vista disso, estava para me recolher de novo à minha expectativa, quando circunstâncias, de que soube ontem, me vieram obrigar a transpô-la. Refiro-me à comunicação, que me trouxe um amigo nosso, deputado pela Bahia, pessoa da maior integridade, sobre um fato levado ao seu conhecimento, com autorização de mo transmitir, por outro deputado baiano, dos mais antigos e considerados, aqui residente. A este representante da Bahia, segundo o que ele disse ao outro, informou o Dr. Filgueiras que, chegando aqui, visitara ao presidente da República e, por parte do Dr. Araújo Pinho, lhe fizera esta declaração, cujos termos reproduzo como me foram repetidos: "A Bahia não tomará a iniciativa de candidatura nenhuma; mas estará incondicionalmente com a política de V. Ex.^a; irá para onde V. Ex.^a fôr". Mais do que uma adesão à candidatura oficial já enterreirada, seria isso um compromisso antecipado e geral por todas as candidaturas oficiais vindouras.

"Eu não poderia imaginar que mentissem as pessoas, por quem essa notícia passou até aos meus ouvidos. Mas também não posso ter por crível o fato de que ela reza.

(27) Deputado Leovigildo Filgueiras. Líder da bancada baiana desde maio de 1907. Faleceu em princípio de 1910.

"Os meus amigos da Bahia conhecem, há quatro meses, pela minha correspondência do fim do ano passado com o Presidente da República, a minha atitude nesta questão, atitude por sua natureza, definitiva, imodificável. Não podiam, conseguintemente, firmar com elle esse pacto, em antagonismo violento com ella, senão pronunciando a minha desligação da politica da Bahia, mas pronunciando-ma pelas costas, ao mesmo passo que me continuavam a tratar e pregoar de amigo, conselheiro e chefe. Ora, torno a dizer, eu tenho por incrível que elles de tal fôsem capazes.

"Não quero negar à politica baiana o direito de esposar qualquer candidatura presidencial, com o mesmo arbítrio com que, há três anos, levantou a minha. Mas o que peremptoriamente lhe nego é a faculdade, que lhe seria injuriosa, de se associar a uma candidatura da iniciativa pessoal do presidente, quanto mais a de subscrever com elle o ajuste de estar por tôdas as candidaturas do seu gosto e invenção. Nego-lha; porque, nesta matéria, a situação baiana está presa à mesma razão *de honra* que eu. Entramos eu e ella, e eu mais em nome dela que no meu, entramos juntos no movimento contra o Dr. Rodrigues Alves e na adoção da candidatura Afonso Pena, com o motivo expresso de nos opormos, em nome de uma verdade constitucional, ao abuso da nomeação dos presidentes da República uns pelos outros. Se nos não apoiássemos na força dessa verdade, não teríamos vencido o governo Rodrigues Alves, mais forte do que o actual. Esse abuso renasce agora com caracteres agravantíssimos, entre os quaes o de se entrelaçar a iniciação official da candidatura do futuro presidente com a eleição do congresso, para estabelecer um jôgo de influencia e pressão entre uma e outra. Acompanhar, pois, o presidente actual nesta reacção contra a sua própria origem, contra o principio da sua eleição, contra

a coerência dos homens que a fizeram, contra a nossa própria identidade moral, seria, para a nossa terra, a perda total e definitiva da sua autoridade.

“Mas, em suma, quando mesmo, sendo as coisas por outro modo, segundo idéias, sentimentos ou interesses, que escapam ao meu alcance, e descortinando as questões políticas de uma altura, a que eu, na minha ingenuidade ou inexperiência, não chego, os chefes baianos houvessem resolvido, com efeito, o que ainda não creio, a velharia dessa tradição de há três anos, ao menos o não poderiam fazer dêsse modo, ocultando-me os seus propósitos, entre-tendo-me na ilusão da sua solidariedade, deixando sem correspondência os sinais mais claros da minha confiança, e furtando ao meu conhecimento o acôrdo que com o governo celebrassem, por emissário seu, incumbido, ao mesmo tempo, de me exprimir as homenagens da representação da Bahia.

“Urge, pois, meu nobre amigo, urge que me desenleie dessa perplexidade. Todo o seu passado é de honestidade e lisura, de independência e firmeza. Tôdas as minhas relações com a situação baiana são de sacrifício e lealdade. Tenho, portanto, razão de esperar e direito de exigir, neste negócio, ao menos clareza. Tenho responsabilidades recentes, contraídas justamente pelas necessidades da situação em que me vi, quando, nas vésperas da eleição do atual presidente, a atualidade baiana, proclamando-me chefe, me declarava ao mesmo tempo árbitro da candidatura por escolher. Não posso continuar a passar por aliado e influente nessa política, se ela renega essas responsabilidades, de que eu me tenho por cativo.

“Não é que eu desconheça quanto de melindroso tem o momento. Mas com quem não poderia haver segredos a tal respeito, é comigo. Vejo, por outro lado, o penoso da situação financeira, com que a sua administração está li-

dando. Creia, porém, meu caro amigo, nunca se salvará um interesse legítimo, sacrificando um princípio essencial. O que a Bahia necessita, é de moralidade, é de união, é de energia, é de caráter, é de prestígio, é de consciência dos seus direitos, para os impor. Assim se imporá. De outro modo há de continuar a ser cada vez mais bagagem e bagagem, embora lhe ofereçam pastas e vice-presidências, como está sendo agora, aparentemente ao menos, quando os jornais da privança do gabinete presidencial berregam, tôdos os dias, à bôca cheia, fazendo à nossa custa a propaganda vã de uma candidatura morta, que a Bahia está chumbada ao bloco do Catete, e um deputado nosso, conhecido pelo seu oficialismo, anda a badalar por tôda a parte que “o Dr. José Marcelino não é tolo, para estar com o Rui, brigando com o govêrno”.

“Désencharquemo-nos, meu caro amigo, dêste lameiro, onde nos querem atascar. Tenhamos sinceridade, coerência, nobreza, valor, patriotismo e, pouco a pouco, mas com segurança, sem humilhações nem decepções, iremos ter a tudo que nos minguia: ao crédito, à paz, à prosperidade, à consideração, à fôrça. Um Estado como a Bahia tem, na República, uma missão diretriz. Não lhe troquemos numa condição subalterna e num papel servil.

“Bem sabem os meus amigos que lhes não estou arenhando *pro domo mea*. A minha carta ao Dr. Afonso Pena, de que têm cópia, lhes deu a ver que não me inscrevo entre os candidatos. O mesmo lhes mostraria, se a vissem, a minha correspondência com o Senador Pinheiro Machado (28). De bom tempo conhecem êles a minha desambição e o meu desprezo dêsse tão cobiçado pôsto, que a homens de consciência, hoje só poderá inspirar desgostos e medo. Já me experimentaram a êste respeito os sentimentos, quando, há três anos, levantando um dia a minha candi-

(28) Transcrita no início dêste capítulo.

datura à presidência da República, me viram no outro dia ajudá-los a abandoná-la, para erguermos juntos esse princípio de alta expressão moral, cuja guarda agora lhes reclamo.

“Tenho-lhes falado com o coração e a alma, com o juízo e a experiência, com a certeza do futuro iminente e a ciência dos fatos atuais, que aí ignoram, porque me não querem escutar.

“Se me não atender, conto, ao menos, que há de acabar de me ler, respeitando ao seu velho amigo *Rui Barbosa*”.

Nesse mesmo mês de abril, o diploma de José Marcelino era contestado, junto à Comissão de Reconhecimento de Poderes, pelo seu antagonista, Dr. Virgílio Damásio, republicano histórico.

José Marcelino chega ao Rio em princípio de maio e Rui recebe esta carta de Araújo Pinho:

“Bahia, 9 de maio de 1909. — Meu caro Conselheiro. --

“O telegrama de 29 do passado, em que V. retifica tópicos de sua carta anterior, inspirados numa informação que verificou inexata, me dispensaria de lhe dirigir estas linhas, se não me parecesse oportuno repetir-lhe pontos essenciais da conferência que tive com o nosso amigo Des. Palma. Mostrando-lhe eu quão diversas das atuais eram as circunstâncias em que nos achávamos, há três anos, salientei o melindre da situação baiana pelo lado econômico e financeiro, prêsa a interesses de alta monta que impunham à administração o dever da maior prudência. Quanto à política, os elementos se encaminhavam para sua consolidação e ainda não tinham adquirido prestígio e autoridade que nos escoimassem da pecha de inqualificável temeridade qualquer movimento político em que nos aventurássemos; não podíamos ter iniciativa nem tão pouco nos isolar, sem grave dano para o Estado na sua penosa

conjuntura; ⁽²⁰⁾ durante minha campanha eleitoral, tôdas as vêzes em que me pronunciei a respeito do Governo Federal, protestei-lhe minha solidariedade, confirmando-a depois em reconhecimento ao apôio efficacíssimo que nos prestou; — que para a Bahia o momento político era delicado e grave para que prestássemos muita atenção às circunstâncias e ponderássemos as conseqüências de nossos atos.

“Eis aí o que eu disse ao Palma e mantenho. V. mesmo já verificou as balelas da vice-presidência e apôio para tôdas as candidaturas vindouras e possíveis.

“A verdade, meu caro amigo, é que a maior circunstância é pouca nas circunstâncias atuais em que cada qual tem sôbre si o pêso de uma grande responsabilidade. O nosso amigo Dr. José Marcelino lhe dirá.

“Sempre o seu colega amo. velho e admor. — *Araújo Pinho*”.

Aliás, êsse governador já lhe havia escrito, em 5 de outubro de 1908: “Meu caro Conselheiro Rui — Parte para aí o nosso prezado amigo, Dr. José Marcelino, que é carta viva. Não me excuso, entretanto, de repetir-lhe a declaração da minha admiração e solidariedade, pedindo-lhe que inspire e esclareça com os seus sábios conselhos os nossos amigos. E’ difficil a situação política em que nos achamos. Para consolidá-la, impõem combinações e concessões que o seu espírito agudo aprovará, estou certo.

“Além do mais, estou a braços com uma crise econômica e financeira muito séria para o Estado.

“Queira apresentar a sua Exma. Senhora nossos cumprimentos afetuosos. Sempre o seu colega amo. amdor. — *J. F. Araújo Pinho*”.

(29) *Severinistas*, violentíssimos, entravavam a administração.

Em 31 de janeiro de 1908, José Marcelino, quando governador, em longa missiva, dissera o seguinte a Rui:

“Em sua passagem ⁽³⁰⁾ conversei e lhe pedi sua valiosa intervenção para que a rede de viação do Estado, objeto das minhas mais sérias preocupações desde o começo da minha administração, se convertesse, antes de terminá-la, em realidade. Entretanto, as notícias que me chegam, são desanimadoras, por me constar que o Governo Federal está fazendo depender o decreto da sua organização legal dos estudos definitivos dos prolongamentos e ligações, e tem dúvidas sobre a desapropriação por utilidade pública da viação do domínio do Estado, por não se referir a lei de autorização para o desenvolvimento das Estradas de ferro da União a esta hipótese e sim a acôrdo e encampação. Não posso garantir se são precisamente êstes os pontos de dúvida e de hesitação, porque as informações que a êsse respeito tenho são ecos de conversas e conferências verbais, que podiam sofrer na sua transmissão qualquer alteração; creio, porém, que têm seu fundo de verdade.

“Minha administração finda-se dentro de quatro meses; o Congresso Estadual, constituído com elementos dissidentes, embora em minoria, dificilmente, e com restrições pouco aceitáveis, dará autorização ao Governo para ceder à União as emprêsas de viação do seu domínio; e assim se escoará a última fase da minha administração e passará mais um ano sem ter a Bahia realizado a maior e a mais justa das suas aspirações e a cuja consecução tenho empenhado todos os meus esforços, tôdas as minhas energias. Em vista disso, peço novamente sua intervenção e que procure conversar largamente a êsse respeito com o Conselheiro Pena, mostrando-lhe as conveniências que re-

(30) Regressando de Haia, Rui descera na Bahia nos últimos dias de dezembro de 1907, sendo pomposamente homenageado.

sultarão para este Estado da pronta solução deste negócio. Para maior facilidade do arrendamento, passo às suas mãos os termos da proposta que acaba de me entregar o o Dr. Alencar Lima, e que na parte referente à indenização ao Estado está inteiramente de acôrdo com o meu modo de pensar e com as conveniências públicas”.

Volvamos a maio de 1909.

José Marcelino achava-se hospedado no Hotel dos Estrangeiros, onde se sucediam as conferências com o intuito de conquistar a sua adesão à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, que é abertamente levantada, a 15 ⁽³¹⁾ por Pinheiro, Glicério, Azeredo e outros, em substituição à candidatura Davi Campista e proclamada na Convenção de 22, composta de deputados e senadores, como veremos.

O velho político baiano, entretanto, mostra-se irreduzível, como afirmou em 10 de julho, no seu discurso de recepção, na Bahia, publicado em 23 na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, nestes termos:

“Nunca duvidei do apôio e da solidariedade da Bahia, assim como de todo o Brasil, em favor da causa que espousei, grande e nobre por dizer ela com a honorabilidade e os créditos nacionais, que bem firmados como se acham, dando-nos um lugar de notável relêvo entre os povos cultos, não podiam deixar rolassem ao abismo do descrédito e da anarquia, onde se debatem algumas das repúblicas sul-americanas.

“Quando, em conferência com alguns dos próceres da política brasileira, últimamente na capital da República, convidaram-me êles a colaborar na candidatura militar, não fiz cálculos, não medi perigos nem dificuldades, e muito menos me preoquepei com a pessoa do soldado distinto e marechal prestimoso, a quem aliás votava e voto

(31) V. a imprensa da época.

o maior aprêço, mas senti o frio da morte invadir-nos a vida nacional e recusei o meu franco e obscuro apôio ao que eu considerava e considero um atentado às liberdades — civis e políticas, à ordem e à nossa existência de um povo grande e cheio de aspirações.

“E acrescentei, respondendo à observação que então me fizeram, de que todos os Estados tinham aceito essa candidatura, que, *embora só, eu* permaneceria firme e contrário, para lamentar as desgraças do meu país, mas que, entretanto, não me arreceava de chegar a êste extremo, porque tinha a mais sólida confiança nos nossos elementos de vitalidade nacional e que, estava certo, essa candidatura jamais lograria ser vencedora, quando após o atordoamento que estava predominante, viessem a reflexão e o reconhecimento dos graves perigos a que nós íamos expor,

“E não me enganei, senhores; logo após estas minhas declarações e inabalável atitude, eu recebia do ilustre governador da Bahia e da situação política do meu Estado o apôio confortante e alentador, que me foi encorajar naquela atitude arriscada e por muitos considerada como um ato de loucura. ⁽³²⁾

“A situação política de São Paulo, o grande e poderoso Estado, a da Capital Federal, o brilhante foco de luz, de energia e de civismo, e a do florescente Estado do Rio de Janeiro tomaram lugar com a Bahia na memorável jornada em que marchamos unidos. E a brilhante e valente oposição do Rio Grande do Sul, a firmeza do Espírito Santo, a significativa agitação de Minas, cada dia mais intensa e empolgante, secundadas da solidariedade do Rio Grande do Norte, Paraná, Santa Catarina, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e outros vieram trazer-nos novos e poderosos elementos de combate à candidatura militar”.

(32) V. *Rui o Estadista da República*, de João Mangabeira, no trecho intitulado: “José Marcelino”.

A atitude inabalável de José Marcelino é lembrada pelo Deputado Irineu Machado, ao recebê-lo no Rio de Janeiro, a 9 de agosto, em discurso cujo resumo é assim publicado na *Gazeta de Notícias* de 11:

“Em traços largos desenha a figura moral do austero magistrado que foi José Marcelino, rememora um episódio da sua vida, quando, dissolvida a Câmara conservadora, em 1889, reunidos os deputados e chefes em casa de Francisco Belisário, êle, prevendo, com segurança e descortino, o próximo advento da República, aconselhava o Partido Conservador a declarar-se republicano, pois os interesses da Pátria exigiam que esta se constituísse em moldes conservadores.

“Põe em destaque as grandes fases da sua vida, como senador na constituinte baiana, como chefe de partido e governador do Estado.

“Chegou o dia mais solene de tôda sua vida e foi quando eleito pela confiança da quase unanimidade do povo baiano, encontra-se, frente a frente, na verificação de poderes, com os chefes da caudilhagem desenfreada que já então tripudiava sob os diplomas dos eleitos do povo.

“José Marcelino, longe de ceder, declarou que prefere perder a sua cadeira a sacrificar a sua honra e, diante dos inimigos assombrados de tanta coragem, lança os fundamentos dessa formidável resistência cívica, que passa, então, a chefiar, como presidente da Junta Nacional.

“Pode a Bahia, mãe orgulhosa de um filho ilustre, dizer-lhe:

“Tu revives em mim, eu em ti vivo”.

A 19 de maio, Rui Barbosa mostra, em primeira mão, a José Marcelino, sua carta dirigida aos Senadores Francisco Glicério e Antônio Azeredo, explicando-lhes os mo-

tivos de sua não adesão à atitude do Governo e dos seus próceres. José Marcelino, cujo reconhecimento ainda pendia de solução no Senado, esposa integralmente as razões de Rui Barbosa.

Vejamos êsse documento memorável, que deu início à Campanha Civilista:

“Rio — 19-5-09.

“Srs. Senadores F. Glicério e A. Azeredo:

“Meus caros amigos:

“Considerarei tôda esta noite no assunto que ontem de tarde me vieram submeter e sôbre o qual lhes requeri essas horas de reflexão. Um grupo dos nossos mais eminentes chefes políticos, depois de uma deliberação celebrada ante-ontem, oferecera ao ilustre marechal Hermes da Fonseca a presidência da República; e S. Ex.^a, respondera, declarando aceitaria, sob a condição de anuirmos o barão do Rio-Branco e eu.

“Sobremodo me honram os têrmos, em que o honrado marechal pôs a questão. Mas a natureza dela exige que eu lhe responda, sobrepondo-me às impressões do meu desvanecimento. Nem de outro modo guardaria, à confiança com que fui distinguido, a lealdade que lhe devo.

“Bem antigas são as relações de mútuo afeto entre mim e o marechal Hermes. Datam elas da fundação da República no Brasil. Naquela época, naturalmente assinalada pelo desequilíbrio e pelas ambições, vi sempre destacar-se, entre os parentes e amigos de Deodoro, um tipo, que me chamava a atenção e me cativava a simpatia pela sua discrição, pela sua modéstia, pelo seu desinterêsse, pela sua severidade precoce, pela correção da sua atitude civil e do seu porte militar. Era o jovem oficial, a quem não conheci nunca uma pretensão, nem soube jamais envolvido



A Mesa que presidiu à Convenção Nacional Civilista de 22 de agosto de 1909. Na presidência o senador federal pela Bahia, José Marcelino de Sousa, ladeado pelos secretários, deputados federais Anibal de Carvalho, à direita e Galeão Carvalhal, à esquerda, estando de pé o deputado por São Paulo Cincinato Braga, que procede à chamada dos convencionais.

numa intriga. Dir-se-ia que da sua consanguinidade próxima com o chefe do Estado se não lembrava êle, senão para ser o tipo de virtudes não comuns. Elas atraíram e fixaram até hoje a minha estima, que as suas manifestações de apôio, em momentos de grave perigo meu, durante os períodos tumultuosos do regimen, elevaram ao grau de amizade verdadeira e reconhecida. Muito me prezava e prezo de a cultivar. A alta consideração com que agora mesmo me obsequia, dá-me um sinal mais da sua benevolência para comigo, e aumenta para com êle o débito da minha gratidão. À luz, pois, dos meus sentimentos pessoais, a sua presidência seria, para mim, o govêrno do país por um amigo de provada afeição e inquebrantável firmeza.

“A farda, que êle veste, não constitui objeção ao exercício dessa magistratura suprema. Nada exclui, entre nós, o militar de servir ao país nesse pôsto, uma vez que êle se não confira ao militar, mas ao cidadão. Há, e tem havido, nas duas câmaras do Congresso, oficiais do nosso exército, que professam ativamente a politica de um modo mais ou menos brilhante. Habilitados assim com o tirocinio e a experiência de homens de Estado, nada se oporia a que ocupassem a direção do govêrno, onde entrariam, até, a certos respeito, com vantagens sôbre nós outros, pelo conhecimento mais direito de um serviço a cuja perfeição está ligado um dos maiores interêsses da nação: o da sua respeitabilidade e defesa militar. Assim que, se o honrado marechal saísse do Congresso, do seio de um partido, ou de um passado politico, para a situação de chefe do poder executivo, o fato seria natural, e a sua candidatura teria sido acolhida com o meu imediato assentimento.

“Mas bem diversas me parecem as circunstâncias, que a caracterizavam e eu não a posso apreciar, sem rememorar-las. A situação atual, onde essa candidatura tem origem, resulta do afinco do sr. presidente da República no

seu erro de dezembro do anno passado. Eu lho demonstrei então na minha carta de 16 dêsse mês, que S. Ex.^a me agradeceu com expressões cativantes; demonstrei-lhe com palavras e predições, que os sucessos de agora acabam de confirmar ponto por ponto. Excluindo-me do número de pretendentes, e discutindo assim a matéria com a maior isenção, supliquei àquele a quem dera sobejas provas de minha amizade, que deixasse livre o país a escolha do chefe da nação, observando-lhe não faltarem à República homens idôneos, para suceder na cadeira presidencial. Terminava êsse documento, assegurando que de tal erro os seus autores só colheriam “contratempos e decepções incalculáveis”. Aconselhando, enfim, a S. Ex.^a que se abstivesse “dessa responsabilidade inútil e funesta”, terminava eu, dizendo-lhe: “Ela lhe amargurará os seus dois últimos anos de administração, reservando ao seu sucessor dias ainda piores, depois de semear nos costumes do regime um exemplo, cujas conseqüências desacreditarão e arruinarão irremediavelmente o nosso sistema de govêrno”.

“Se o Sr. Afonso Pena reler hoje a minha carta de 16 de dezembro, comparar as suas profecias e os seus conselhos com as vozes dos que acoroçoaram a não ceder, verá onde estava a sinceridade, a verdade, a amizade.

“Aferrenhando-se, porém, S. Ex.^a na sua resolução, conhecida, como para logo ficou, a sua lamentável irreduzibilidade, que é o que cumpria aos responsáveis pela direção das coisas políticas? Claro está que organizar logo e logo a resistência em tórno de uma candidatura capaz de contrastar com a oficial.

“Quando não, ao govêrno tenaz no seu abuso iríamos deixar a vantagem irrecuperável de todo o tempo que perdêssemos.

“Ora, foi justamente o que se fêz. Decorreram folgadoamente cinco meses, aproveitados em organizar a cabala

entre os Estados, a benefício dessa pretensão desastrosa. Quando, afinal, acordamos, viu-se que a candidatura oficial estava morta, não direi nas entranhas maternas, mas na cabeça olímpica do seu progenitor, donde havia mais de meia gestação que se aguardava o surto da nova divindade misteriosa. As rivalidades, os interesses, os enredos políticos, haviam consumado, entretanto, as suas devastações habituais; e, quando os chefes se congregam agora, a fim de se concertarem tódos sôbre um nome, que se indique aos votos da nação, para tomar o leme do governo daqui a ano e meio, não encontram "ninguém", a cujo respeito se possa estabelecer, ao menos, uma decisiva maioria. Ninguém.

"Pois Mato Grosso não tem o Sr. Joaquim Murtinho? o Rio Grande do Sul, o Sr. Pinheiro Machado, o Sr. Borges de Medeiros, o Sr. Carlos Barbosa? Santa Catarina, o Sr. Lauro Müller? São Paulo, o Sr. Rodrigues Alves, o Sr. Campos Sales, o Sr. Bernardino de Campos, o Sr. Francisco Glicério, o Sr. Albuquerque Lins e o Sr. Antônio Prado? Minas, o Sr. Bias Fortes e o Sr. Francisco Sales? o Rio de Janeiro, o Sr. Quintino Bocaiúva e o Sr. Nilo Pessanha? a Bahia, o Sr. José Marcelino, o Sr. Severino Vieira, o Sr. Araújo Pinho e o Sr. Seabra? Pernambuco, o Sr. Rosa e Silva? O Brasil, o Sr. barão do Rio-Branco?

"Este nome, apresentei-o eu, ultimamente, como a solução nacional. E era. Um nome universal; uma reputação imaculada; uma glória brasileira; serviços incomparáveis; popularidade sem rival; qualidades raras; o hábito de ver os interesses nacionais do alto, acima do horizonte visual dos partidos; extremoso patriotismo; ardente ambição de grandes ações; imunidades a ressentimentos políticos, dos quais teve a fortuna de se preservar; uma entidade, em suma, a todos os respeitos singular para a ocasião, para o caso, para a solução providencial do problema. Era uma can-

didatura, que seria recebida nos braços da nação e levada por ela em triunfo à presidência.

“Depois, além de ter por si a opinião nacional, de a ter manifestada e indubitável, era natural que merecesse de-veras o beneplácito do presidente, visto que se não ia procurar nem entre adversários seus, nem sequer entre parcialidades. Ia-se buscar no próprio seio do govêrno, com pensamento especial de se lhe não magoar o melindre e a particularidade, estimável no momento, de não sair da política militante. Seria, portanto, no mais eminente grau, uma candidatura de conciliação.

“Não logrou, porém, obter a aquiescência do presidente e óbvio é que, sem ela, também não poderia alcançar a do barão do Rio-Branco. E, pôsto êste de lado, não se descobriu nem um homem com as condições necessárias para satisfazer ao sentimento político dos árbitros da situação. Tiveram então que recorrer, como chave da insolúvel dificuldade, ao nome do honrado marechal.

“Eu compreendo a extremidade, em que se viram os nossos amigos. Faço justiça aos seus móveis e aos seus propósitos. Aquêles certamente vinham do bem público. Êstes não miram senão a nos desafogar de uma crise terrível. Crise surda, mas fatal, como a das moléstias que matam por colapso. A autoridade central está momentaneamente abolida pelas circunstâncias de uma conjuntura sem exemplo, a meu ver, na história do regímen. E é nestas circunstâncias que o elemento civil delibera, por sua vez, abolir-se, tomando por único expediente possível de salvação a candidatura do ministro da guerra.

“Se na escolha não entra como razão determinante a consideração da classe, a que êle pertence, escapa ao meu entendimento o motivo da preferência, que a fêz recair sôbre o seu nome. Se, ao contrário, entrou, acho que la-

boraram em engano os meus amigos. E neste terreno, não me seria dado acompanhá-los.

“Supor que uma crise política desta natureza, puramente doméstica, sem mescla de ligação com as relações internacionais, que presentemente nos asseguram tôda a tranquillidade, não se possa resolver senão com o nome do chefe do Exército, seria fazer a êste grave injustiça, e não menor à condição do nosso regime, à índole dos nossos costumes, aos sentimentos do nosso povo.

“Comecei pelo Exército, porque êste é o elemento nacional, representado pelo Ministro da Guerra. Qualificar a sua candidatura como a única eficaz para desmanchar o encalhe atual, seria atribuir à fôrça de que êsse elemento é expressão, o privilégio de remediar um caso de govêrno. O exército não aceitaria essa função, que lhe não cabe. Grande é o seu poder. Mas, se lhe confrontarmos o pêso material com o de uma população de vinte a vinte e cinco milhões de almas, claro está que êsse poder não pode consistir senão na harmonia entre o exército, e a nação, no prestígio em que a confiança desta envolve a classe especialmente organizada para a defesa do país.

“Nenhum brasileiro quer mais estremecidamente do que eu aos nossos soldados e aos nossos marinheiros. Já me batia pelos seus direitos sob o antigo regímen. Feita a República, servi sob o comando do marechal Deodoro, e tive um lugar não pequeno no seu coração. Sua afeição não me queria deixar. Ainda às vésperas de nos separarmos, fazia êle questão de que eu o não abandonasse, quando se viesse a dissolver o seu primeiro gabinete. Desde aí tive ocasião de dar à classe armada, especialmente ao Exército, sinais duradouros até hoje, da minha devoção aos seus interesses. Nunca dificultei meios ao desenvolvimento do nosso poder militar, em terra, como no oceano. Adversário, em 1874, do alistamento militar, acabei por me render

à sua necessidade. A Conferência de Haia me deu a ver o espetáculo vivo na importância das armas entre as potências reunidas para celebrar a paz. Achei, ao volver dali, o trabalho da nossa reorganização militar em plena atividade nas mãos do marechal Hermes, e lhe dei todo o concurso da minha adesão, do meu aplauso, do meu entusiasmo. Já tinha um filho na marinha. O outro foi dos primeiros voluntários alistados no ensaio inicial do novo sistema.

“Mas por isso mesmo que quero o exército grande, forte, exemplar, não o queria pesando sobre o governo do país. A nação governa. O exército, como os demais órgãos do país, obedece. Nesses limites é necessário, é inestimável o seu papel; e na observância deles reside o seu segredo, a condição da sua popularidade. O exército certamente o sabe. Não quererá outra função.

“A aclamação da candidatura do ministro da guerra seria, porém, a meu ver, um passo em sentido oposto. Deodoro saiu de uma revolução, obra sua. Cabia-lhe necessariamente presidir a fundação do regimen, de cujo advento a sua espada foi a garantia. Floriano Peixoto encontrou ainda a República numa crise de organização. Mas ele mesmo já não pode alongar os seus poderes, nem indicar o seu sucessor. Daí para cá o governo civil parecia definitivamente estabelecido. Já lá vão quatorze anos de sua existência. Por que regressarmos? A França conta hoje 38 anos de República. E' um país de glórias militares. Dispõe de uma constelação de capacidades militares. Suas necessidades militares avultam de dia a dia com a iminência constante do perigo internacional. E, não obstante, salvo o septenato de Mac Mahon, justificado pela urgência da reconstituição militar do país, então esmagado pelas vitórias prussianas, nunca se interrompeu ali, até hoje, a ordem civil.

“Não descubro, pois, motivo para nos resignarmos à solução que os nossos amigos reputam inevitável. Primeiramente ninguém lhe poderia dissimular o caráter. No Brasil e no exterior todo o mundo a olharia como inauguração do régimen militar. Nunca as nossas finanças precisaram tanto do crédito no estrangeiro, e êste, convencido estou de que não resistiria ao abalo de tão grave recuo. Bem depressa, com a facilidade com que nos julgam no ultramar, estaríamos inscritos pela opinião européia e norte-americana entre as repúblicas espanholas de má nota. No interior não seria menor a desconfiança, a retração das simpatias nacionais. O país sofreria, ao mesmo tempo, interna e externamente. O carinho, com que a nação hoje estremece os órgãos da sua defesa, rapidamente degeneraria em prevenção e hostilidade. São conseqüências certas, com as quais não é o exército que poderia lucrar.

“Depois, nem há tal a necessidade que os nossos amigos figuram, de passarmos da medicação normal à medicação heróica. Ainda quando a candidatura oficial continuasse a nos sair em desafio, não nos faltariam meios de a rebater com altivez. Quanto mais estando hoje livre o campo dêsse formidável poder. Vivemos habituados os políticos, nesta terra, a supor que o Brasil se resume no círculo estreito, onde nós nos movemos. São efeitos do costume vicioso. Seria mister que começássemos a contar com a opinião pública, o povo, a vontade nacional. Dêsemos nós rebate de uma campanha séria, no intuito de manter ao país o direito de eleger o chefe do Estado, e, ainda que os governadores dos Estados se achassem todos contra nós, uma candidatura verdadeiramente popular, uma candidatura realmente nacional, a candidatura de um nome sério, digno, benquisto, reunindo, nos Estados, todos os elementos dissidentes, e, no país, todos os da opinião, havia de se impor e prevalecer. Teríamos, talvez, então, pela pri-

meira vez, o espetáculo do povo brasileiro concorrendo efetivamente às urnas, para nomear o seu primeiro magistrado.

“Mas, quando o não tivéssemos, ao menos, vencidos, teríamos a conclusão de o ser com a honra, o que muito mais é de que vencer sem ela, e de salvar os princípios, que se devem salvar sempre, ainda quando se perca tudo o mais.

“A êles se acha ligada, aqui, a minha consciência e a minha tradição. Tudo o mais com prazer eu sacrificaria aos meus amigos. Isso, não; visto como é o que dêles me torna digno: dêles e de mim mesmo. Porque êste é o juiz que eu mais respeito, abaixo daquele que lá do alto nos há de julgar a todos nós. São compromissos que representam a minha vida inteira.

“Se eu os quebrasse, reduzir-me-ia, aos meus próprios olhos, a um trapo. Caso a vida pública me não deixasse liberdade, para os honrar, de bom grado renunciaria eu à vida pública. Nunca me envolvi na operação da escolha dos candidatos presidenciais, senão, até hoje, uma só vez, para levantar a do presidente atual. O resultado não me anima a me envolver noutra. Mas o nome do marechal Hermes é, para mim, um nome verdadeiramente caro. Se, para subscrever a sua apresentação, houvesse eu de atender somente nos seus predicados pessoais e nas nossas relações, muito grato me seria firmá-la. Um dever de ordem impessoal, porém, não mo permite. E eu me submeto a êste dever, abstendo-me de tomar parte nessa deliberação de meus amigos. Nada me dói mais do que não estar com êles em ato de tamanha gravidade. Mas de outra maneira me não poderia eu haver, ainda quando, para me desempenhar dessa obrigação, me fôsse necessário voltar a ser, na política republicana, o solitário, que fui até há seis anos.

“Oxalá que me engane, que os meus ilustres amigos tenham razão, que o mal entrevisto por mim seja imagi-

nário, e que, se o governo do país couber, com efeito, ao honrado marechal, não tenhamos senão do que nos congratular. Eu então lhe não recusarei justiça, e terei satisfação de confessar o meu êrro.

“Creiam, meus caros amigos, na sinceridade e no reconhecimento de seu velho e verdadeiro amigo — *Rui Barbosa*”.

A 20 de maio, Afonso Pena escreve a seguinte carta a Rui Barbosa:

“Meu caro Rui Barbosa.

“Na sua importante carta dirigida aos Srs. Senadores F. Glicério e A. Azeredo, hoje publicada, encontro uma referência à atitude por mim tomada em relação ao nome do barão do Rio Branco, ultimamente indicado por meu amigo para salvar a crise política do momento, que reclama retificação da minha parte.

“O general Pinheiro Machado procurou-me segunda-feira e expondo os fatos políticos que se desenrolaram a propósito da sucessão presidencial, me disse que o marechal lembrara o nome do barão do Rio-Branco, acrescentando que alguns políticos, cujos nomes declinou (general Glicério, e Drs. Lauro Müller e Francisco Sales) não aceitavam essa indicação.

“Não preciso dizer a meu am.^o que manifestei sobre a grande personalidade do nosso glorioso patricio o juízo que fazem todos os brasileiros.

“Não me cabia porém aceitar ou recusar a sua candidatura, mesmo porque o general Pinheiro Machado não me fazia uma consulta e sim me punha no fato dos acontecimentos, conforme declaração que me fez.

“Compreende que não posso entrar nas discussões e polêmicas que o assunto vai despertando, mas cumprio um

dever dissipando do espirito do meu am.^o o equívoco em que labora, habilitando-o a formular juízo seguro sôbre tão momentoso assunto. Terei mais tarde oportunidade para mostrar que na apreciação de minha ação meu am.^o fêz obra por informações inexatas ou incompletas, conforme ponderei em minha carta de dezembro. Receba os melhores cumprimentos do Col. Am. velho *Afonso Pena*".

A 21, Rui Barbosa responde-lhe:

"Rio, 21 maio 09. — Meu caro A. Pena. — Obrigado pela sua carta de ontem de noite, e pela retificação que ela contém. No ponto a que ela se refere, ou em qualquer outro, se houve quebra de exatidão, não foi de minha parte.

"Congitando na candidatura do barão do Rio Branco, bem vi que êle, seu ministro, não a podia aceitar sem o seu *placet*. Por isso ficou assentado formalmente, entre mim e o Senador Pinheiro Machado, que êle com V. conversaria a êste respeito, solicitando o seu assentimento. Dias depois se me comunicou havê-lo V. recusado. Como imaginar eu que esta não fôsse a expressão da verdade? Se o não é, lamento que outros em quem eu não podia deixar de confiar, não a guardassem.

"Eu de mim tenho por norma absoluta, a despeito de todos os interêsses políticos, conservá-la sempre. Se não voltei afinal a sua casa, em dezembro, atendendo aos seus pedidos, foi porque a imprensa adita ao govêrno começou a divulgar, atribuindo-as falsamente a meus amigos, indiscrições e adulterações acêrca da nossa correspondência escrita, donde era de esperar que conferências verbais se prestariam ainda melhor à desnaturação malévola dêsses exploradores. Nunca é tarde, entretanto, para receber esclarecimentos como o que V. ora me fornece e que lhe agradeço muito. O seu v.^o col. e am.^o *Rui Barbosa*".

Em 21, 22, 24 e 26 de maio de 1909, José Marcelino envia os seguintes telegramas:

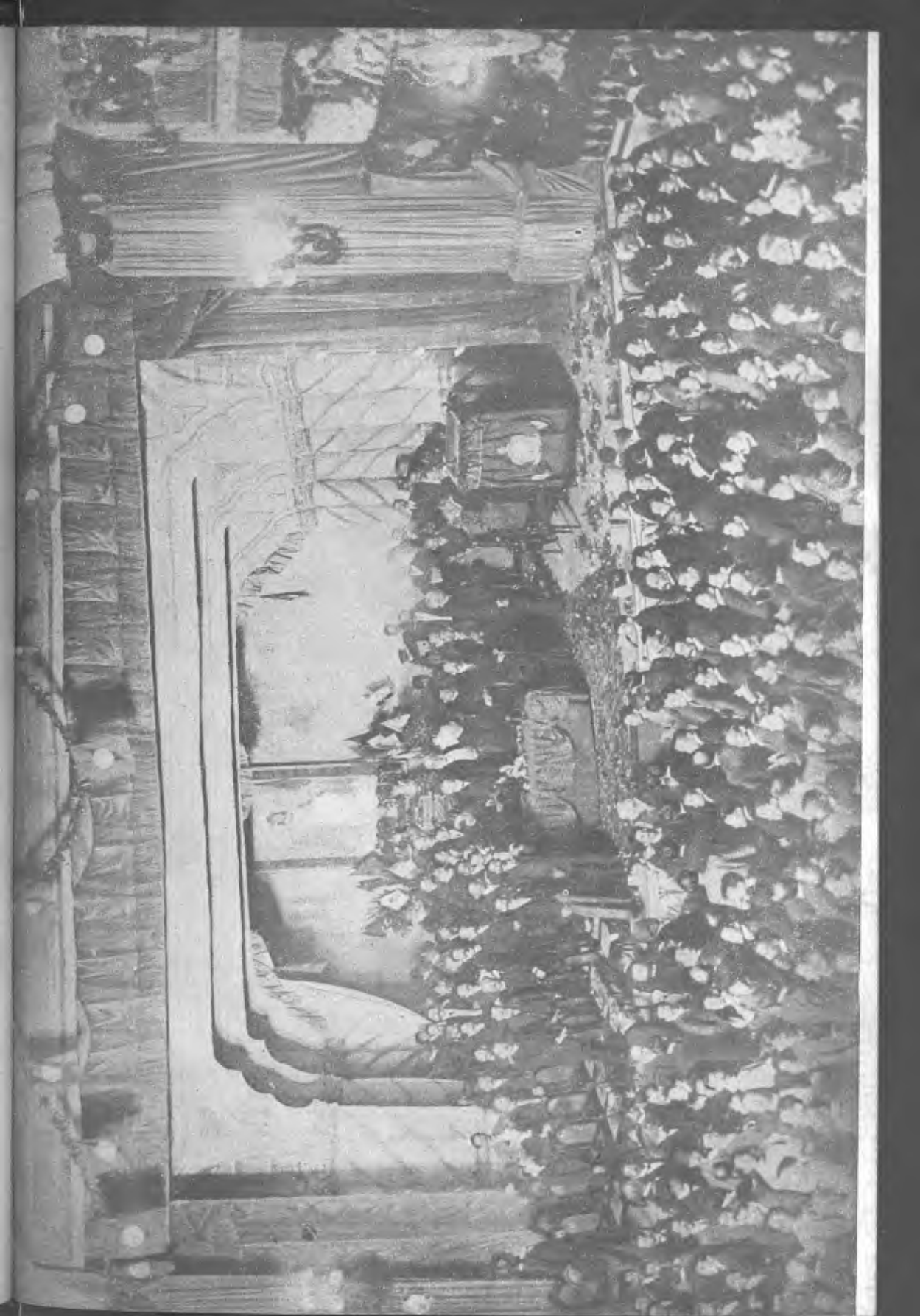
“Reservado e Urgente — Rio — 21 maio 1909 — Dr. Araújo Pinho — Bahia — Nome Bahia São Paulo, eu *leader* bancada Paulista, atenta urgência tornar conhecida atitude dos Estados, resolvendo dirigir telegrama circular Governador chefes políticos em evidência, fazendo-o minha parte, sem prévia audiência sua, porém acôrdo nossa bancada, não admitir assunto demora alguma. Telegrama: “Como brasileiro e republicano e como representante da política dos Estados de São Paulo e Bahia, com plena aquiescência dos seus respectivos Governadores e Chefes políticos situacionismo, temos a honra de apelar para o concurso de V. Ex.^a e dos seus amigos, na solução civil da crise política em que a República ora se debate. Obedecemos ao pensamento de escolher para candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, no futuro quadriênio, cidadãos quaisquer que sejam, que pelos seus talentos e virtudes e ao mesmo tempo pelos seus serviços, na ordem política, correspondam quanto mais possível aos sentimentos da opinião nacional, neste momento. Transmitindo a V. Ex.^a o inteiro teor do documento político que acaba de dar à publicidade o eminente prócer da República, Senador Rui Barbosa, que expõe magistralmente os dados do problema que necessitamos estudar e resolver. Deixamos ao critério de V. Ex.^a a forma pela qual nos será expressa a atitude do Estado Federado que V. Ex.^a, com tanto patriotismo, dirige, apenas nos permitindo a ousadia do pedido de urgência na reposta. Saudações. Assinados José Marcelino e Galeão Carvalhal”. Este telegrama é reservado e não deve ser publicado. Abraços — *José Marcelino*”.

“Urgente — Rio — 22 de maio 1909 — Dr. Araújo Pinho — Bahia — *Leader* bancada São Paulo acaba apresentar-me seguinte telegrama Governador São Paulo: “Dr. Ga-

leão Carvalhal — Rio — Circular transmitida governadores em nome Bahia e São Paulo recebida com imenso júbilo, traduzindo opinião todos os chefes do partido geral do Estado. Inteiramente solidário, aplaudo essa iniciativa, pedindo apresentar nossas saudações ao digno representante da Bahia, José Marcelino". Recebo agora mesmo seu telegrama, conferência que anunciei malogrou-se, conforme indicam últimas ocorrências, nossa atitude São Paulo, harmonia ação vistas condensadas telegrama circular dirigido Governadores, do qual lhe dei ciência ontem. Nossa bancada firme, coesa, exceção Seabra, que continua guardar toda lealdade solidariedade, salvo este ponto. Firmeza, união, civismo São Paulo são edificante exemplo. Estou agindo prontidão firmeza, conforme exigem circunstâncias, irei transmitindo tudo quanto verdadeiro. Abraços. — *José Marcelino*".

"Urgente — Rio — 24 maio 1909 — Presidente Senado e Câmara Deputados — Bahia — Telegrama Cabo respondi ontem noite governador. Deliberação tumultuária, coacta, intitulada convenção, mal recebida, medida ocasião, não tem caráter definitivo, Estados grande número políticos divergentes deliberarão oportunamente, em convenção seu procedimento escolherão candidato indicado opinião nacional, refletida livremente exercício este direito político só pode nobilitar, prestigiar-nos perante nação, impondo-nos ao respeito público, vencidos esta nova convenção nos submeteremos vencedores, pleitearemos nosso direito toda ordem liberdade, acataremos veredictum nacional, temos fundadas esperanças maioria muitos Estados evoluirá para ativa atitude Bahia São Paulo. Tenhamos fé confiança nossa boa causa, sem temores hesitações; Bahia, tendo todos elementos estabilidade, *seu governo contando apóio Pena, que tem mais um ano e meio governo, nada deve recear* (1).

(1) Devido ao traumatismo moral sofrido com o malogro da candidatura Davi Campista, que levantara, provocando grande reação política,



Aspecto do Teatro Politeama, na noite de 15 de janeiro de 1910, quando o senador Rui Barbosa, já no palco, se dirigia à tribuna para ler sua plataforma de candidato à presidência da República, pelo Partido Civilista. No palco, de pé, vêem-se os membros da mesa da sessão solene, presidida pelo senador José Marcelino de Souza, chefe do Partido Republicano da Bahia.

A assistência volta-se para o fotógrafo, assustada com o estampido do magnésio.

Mostre Pinho, amigos, combinem tudo. — Cordiais saudações. — *José Marcelino*".

"Urgente — Rio — 26 maio 1909 — Dr. Governador — Bahia — Todos muito agradecidos, satisfeitos, animados manifestação solidariedade seu Governo Senado, nossa atitude sucessão presidencial. Opinião pública acentua-se cada vez mais nosso favor. — Abraços — *José Marcelino*".

A 22 de maio, realizara-se, efetivamente, a Convenção que indicou o Marechal Hermes da Fonseca para a futura presidência da República.

Sendo aprovado o Parecer n.º 26-1909, José Marcelino é reconhecido em 28 e empossado Senador Federal em 29 de maio, devido em parte, à intervenção de Rui Barbosa, Vice-Presidente do Senado ⁽³³⁾ junto a seu amigo pessoal, Senador Pinheiro Machado, que queria "degolar" o diplomado. Em 31, José Marcelino é violentamente atacado por Azeredo, e, a 5 de julho defende-se, em longo e criterioso discurso, das acusações proferidas por Severino Vieira, nas sessões de 28 e 30 de junho e nas de 2, 3, 5 e, ainda de 6 de julho.

Presidente da Junta Nacional Civilista, da qual faziam parte o deputado Galeão Carvalhal, líder da bancada paulista e Aníbal de Carvalho, deputado pelo Rio de Janeiro, tendo como secretário o deputado paulista Cincinato Braga, o senador baiano desenvolve, no seu Estado, grande atividade. A junta Pro-Hermes era assim constituída: Presidente, Dr. J. J. Seabra (deputado federal ⁽³⁴⁾ líder da maioria); Vice-Presidente, Dr. José Eduardo Freire de Carvalho

o Presidente Afonso Pena adoeceu, falecendo em 15 de junho de 1909, quando foi substituído pelo Vice-Presidente da República, Dr. Nilo Pesanha. Daí por diante, a Bahia passaria por muitas amarguras.

(33) Em 22 de maio e 23 de junho, Rui Barbosa renunciou à Vice-Presidência que exercia desde outubro de 1906, sendo em 26 de junho substituído por Quintino Bocaiuva, que tomou posse em 2 de julho.

(34) Os dois deputados federais mencionados, foram eleitos naquele mesmo ano, na chapa governista. Os conselheiros municipais também foram, anteriormente, eleitos naquela chapa.

Filho ex- intendente de Salvador; 1.º Secretário, Dr. Antônio Ferrão Moniz de Aragão, deputado federal; 2.º Secretário, Dr. Otávio Mangabeira, Conselheiro Municipal.

Sob a presidência de José Marcelino, realiza-se, a 22 de agosto, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, a Convenção Nacional Civilista, que proclama, a 23, candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República os Srs. Rui Barbosa e Albuquerque Lins (então na Presidência de São Paulo).

Em 15 de janeiro de 1910, Rui Barbosa lê sua plataforma no Teatro Politeama da Bahia, sob estrepitosas aclamações.

A 30 de março, é eleito Presidente da República, mas não o querem reconhecer. Em *Rui, o Estadista da República*, João Mangabeira desenvolve, magistralmente, esta fase da vida do grande brasileiro.

Como vimos, o civilismo não girou em torno de um nome ou de uma pessoa, mas de um princípio. Quando Rui e José Marcelino romperam com o governo não tinham candidatos: êstes só foram escolhidos a 20 de agosto de 1909, véspera da reunião preparatória da Convenção, conforme relata João Mangabeira na sua obra supra citada. A revista carioca *O Malho*, de 29 de maio daquele ano, representa José Marcelino (Bahia) e Galeão Carvalhal (São Paulo) como "Diógenes modernos", à procura de um candidato.

A Bahia, personificada em Rui, José Marcelino e Araújo Pinho, reagia, mais uma vez, contra a prepotência do Governo Central.

CAPÍTULO V

O SACRIFÍCIO DE JOSÉ MARCELINO

Em princípio de fevereiro de 1911, embarcaram para a Europa José Marcelino e suas filhas Honorina, Maria Amélia e Marieta, no *Astúrias*, da Mala Real Inglesa.

(Em Paris e em Lourdes realizaram-se, sucessivamente, as cerimônias do casamento civil e religioso de sua filha Maria Amélia com o bacharel Ismael Dias da Silva, capitalista do Estado de São Paulo, residente em Paris).

De bordo, a 14, escreve a Rui:

“Na Bahia há a maior coesão e solidariedade política e salvo violências difíceis de porem em prática, a constituição da nova Câmara e a recomposição do Senado, assim como a sucessão do governo, se farão legalmente, com a nossa plena vitória. Tudo devemos esperar da ditadura, mas em todo o caso, se o caso do Rio, muito diferente do nosso e tão complicado, custou muito, e só vingou graças ao estado de sitio, no da Bahia, em condições normais, muito mais difíceis, senão impossíveis, serão o postergamento e violência que por ventura tentarem contra nós”.

Como se enganava o austero político!...

De Poços de Caldas, Rui escreve-lhe, a 14 de março:

“Meu caro José Marcelino. — Embora constrangido, não tenho outro remédio, tantos são os empenhos de ami-

gos nossos, senão intervir com o meu voto num assunto de que me tenho sempre abtido sistematáticamente. (*)

“Numa quadra como esta, de provações para o nosso Estado, só um candidato de qualidades especiais para a resistência e para a luta corresponderá com vantagem às dificuldades, mais que graves, da situação, e o homem que, sob êste aspecto, eu vejo talhado para ela, dentre tôdos os nossos companheiros, é, creio que com o voto da maioria dêles, o Dr. José Maria Tourinho. Sendo esta a mais sólida candidatura da atualidade e a que, provàvelmente, mais bem aceita seria entre os nossos, é sob certo aspecto, quanto à nossa posição a respeito dos nossos adversários, a que revestiria uma expressão de hostilidade menos agudamente sentida.

“Assim, ao menos, penso, e deixo formulado o meu sufrágio, bem como os seus motivos, com a franqueza que costume. Sempre seu amigo e colega obrigado — *Rui Barbosa*”

Na ausência de José Marcelino, estive na Bahia um oficial do Exército, “incumbido de substituir, montar e remontar a artilharia do Forte de São Marcelo, de fazer experiências de balas explosivas e de assestar contra a terra os canhões da velha fortaleza”, havendo, ainda, “passeatas militares, exercícios matinais, com disparos de canhões”, etc., causando pânico. ⁽³⁵⁾

Decididamente prestigiados pelo Govêrno Federal, os oposicionistas *democratas* excederam-se muito na sua tática e, em fins de março, obtiveram do govêrno estadual grandes concessões relativas à representação no Congresso estadual, denominando esta “conquista” de *acôrdo* ⁽³⁶⁾

(*) Os candidatos apontados eram o Cônego Leôncio Galvão e os Drs. João Pedro dos Santos e Domingos Guimarães.

(35) Anais do Senado Federal — Seção de 10 de junho de 1911, discurso de Severino Vieira.

(36) Os *democratas* compunham-se de elementos “*seabristas*” e “*viainistas*”. (J. J. Seabra e Luís Viana).

Em julho comemorava-se, na Bahia, o centenário da Associação Comercial, que convidou o Presidente da República para as solenidades comemorativas. O Marechal Hermes da Fonseca chega à Bahia acompanhado de seu Ministro da Viação, Dr. J. J. Seabra, candidato dos *democratas* ao governo do Estado.

Era flagrante o protecionismo do Catete, motivando muitas adesões políticas aos *democratas*, que eram combatidos pelos *marcelinistas* e *severinistas*.

Entre o Presidente da República e o Governador da Bahia estabelece-se uma corrente de simpatia.

A 21, regressa José Marcelino da Europa, encontrando situação política muito embaraçosa, devida, em parte, ao projeto que regulava as incompatibilidades para a eleição de governador, em andamento no Senado e sobre o qual assim se pronunciou Rui Barbosa, em artigo transcrito na *A Bahia* de 27 de julho do mesmo ano:

“Fui ouvido sobre o assunto, concordando com os adeptos dessa providência quanto à sua legalidade, moralidade e necessidade. Não me cabe, pois, a iniciativa do alvitre, que, entretanto, subscrevo e sustento como indispensável à legislação eleitoral da Bahia”.

A 29 e 30, realiza-se, no Teatro São João, a Convenção do Partido Republicano, que, por unanimidade de votos, proclama candidato à sucessão governamental, no período de 1912-1916, o Dr. Domingos Rodrigues Guimarães, deputado federal e político militante desde a monarquia e um dos mais fervorosos adeptos da candidatura Hermes, no último pleito presidencial e consequentemente, com maiores probabilidades, diziam, de obter as graças do Governo Federal para a Bahia, sacrificada com a Campanha Civilista, contando ainda com o voto dos “severinistas”, que também combatiam os “seabristas” e “vianistas”, mem-

bros do Partido Democrata, chefiado pelo Ministro J. J. Seabra.

Para não quebrar a coesão do seu partido, para não abrir mais uma brecha na política da Bahia, para não romper com seu velho amigo, compadre e companheiro de lutas políticas, Dr. João Ferreira de Araújo Pinho, governador do Estado, José Marcelino aceitou a candidatura Domingos Guimarães.

Seu sacrifício foi imenso.

Vejamos a nobreza com que êle se pronunciou, no discurso proferido, na noite de 30 de julho, quando presidia a referida Convenção: ⁽³⁷⁾

“Antes de encerrar os trabalhos desta grandiosa Convenção, *que vai marcar uma data memorável na vida de nosso partido*, e que é a primeira que se reúne após a grande transformação por que passou o Partido Republicano da Bahia, venho agradecer aos meus leais e dignísimos correligionários a solidariedade, os esforços e a disciplina com que nos têm prestigiado, a nós os responsáveis pela orientação impressa nas refregas do partido, em que os acontecimentos nos têm sucessivamente envolvido. E é nessa solidariedade e nessa disciplina que temos haurido calma e energias para a defesa dos grandes interesses dêste Estado e da União Federal. Um partido que dispõe de tão poderosos elementos, e se inspira, como o nosso, sempre no bem público, antepondo o bem social e coletivo às conveniências pessoais, não pode se arrecear das lutas nem duvidar da vitória.

“A ditadura que, infelizmente para a Pátria, empolga o poder público, pode, por meios condenáveis, conseguir abafar a liberdade e os direitos autonômicos. Jamais, porém, matará essa liberdade a livre manifestação do que-

(37) V. A Bahia, 30 e 31 de julho de 1911, pág. 2.

rer, que ressurgirão amanhã mais fortes, e retemperadas pelas provanças da adversidade.

“Acredito, porém, que a federação brasileira não se há de suicidar, entregando-se, sem resistência, aos grilhões da servidão. Mantenhamo-nos firmes, coesos, na sustentação da defesa dos nossos direitos, e êles hão de ser necessariamente reconhecidos e respeitados. O que valem o civismo e a disciplina, que são os mais poderosos elementos de vida e de poder das coletividades cultas, dizem bem alto os assombrosos triunfos registrados, em todos os departamentos do planeta. Como exemplo recente das nações, aí está o Japão, há alguns anos um povo pouco conhecido, — e hoje classificado como potência de primeira ordem, não só pelo seu grande desenvolvimento moral e intelectual, como pelo seu poder material, pelos seus elementos de guerra.

“Como partido político, coube-nos também a honra de escrever uma das páginas mais gloriosas da política nacional, empenhando-nos nessa memorável campanha do civilismo contra o militarismo, e a cuja frente se colocou o grande brasileiro, apóstolo das nossas liberdades, exemplo vivo do patriotismo, da abnegação e das energias cívicas. Que Rui Barbosa já era uma celebridade universal pelo lado da inteligência e da cultura, di-lo de sobra a grande assembléia internacional de Haia, onde êle pontificou, com admiração, aplauso e assombro do mundo. Não foi, portanto, sòmente sob êste aspecto que êle esculpiu seu nome nos fastos da gloriosa campanha civilista, foi, principalmente, pela sua disciplina e o seu civismo, que revelaram o seu desprendimento e o seu imensurável valor moral.

“Enganam-se os que pensam que não tem sua razão de ser o civilismo, quando, entretanto, o militarismo parece querer implantar-se, esmagando a federação.

“Não. Rui Barbosa, que desfraldou a nossa bandeira, aí está pujante e sempre glóriofo, a defender os nossos mais caros direitos. Mal levantou-se do leito da enfermidade, vimo-lo erecto, abnegado e heróico, afrontando as iras do poder, bater-se pelos direitos humanos, sacrificados nos bárbaros e covardes morticínios da Ilha das Cobras e do Satélite; vimo-lo ainda, com a sua palavra prodigiosa, verberar o desrespeito e o desacato à independência do Poder Judiciário e a autonomia dos Estados e dos municípios, pondo-se assim, de guarda à Federação, que se pretende sepultar no abismo da ditadura militar. Cumpramos todos, diante de tais exemplos de civismo, o nosso dever, e a federação brasileira virá a solidificar-se com o nosso renome de povo culto, independente e forte.

“A disciplina bem entendida, ditada pelos sentimentos de abnegação e civismo, não humilha; ao contrário, eleva e exalta quem a pratica, porque é uma rara virtude. Agora mesmo, acabamos de patentear a grande elevação do nosso espírito partidário, indo escolher candidato a governador no futuro quadriênio, fora das fileiras da nossa campanha civilista, um cidadão recomendável pela sua reconhecida probidade, pelo seu critério, pela sua tolerância e independência pessoal, por assim o ditarem as circunstâncias da ocasião e os nossos sentimentos de abnegação.

“*O nosso proceder acredito que será fecundo de ensinamentos e proveito para o Estado.* Aceitai, meus dignos correligionários, os meus agradecimentos pelas distinções com que me tendes honrado, pela colaboração efetiva e leal com que tanto tendes contribuído para a elevação da política do nosso Estado, assim como para sua grandeza e prosperidade. E em nome das grandes responsabilidades com que a vossa confiança tem cumulado a minha obscura individualidade, concito-vos a perseverardes na nobre e alta correção que tendes revelado em tôdas as

ocasiões, e que, no momento difícil que atravessamos, mais indispensável é para a defesa e salvaguarda dos nossos direitos autonômicos e da vitória da nossa causa. Em nome dos meus colegas da Mesa e da Comissão Executiva, testemunho o nosso reconhecimento pela honrosa confiança com que nos distinguistes.

“Termino, pedindo me acompanheis nos vivas que vou erguer.

“Viva o Partido Republicano da Bahia!

“Viva o Estado da Bahia!

“Viva a Federação Brasileira!

“Viva a autonomia dos Estados!

“Viva a causa civilista e o seu impertérrito e glorioso chefe Rui Barbosa!”

Os convencencionistas “elegeram um diretório, um conselho geral e aprovaram três moções, reafirmando sua solidariedade com os Srs. Rui Barbosa, José Marcelino e Araújo Pinho e com os civilistas de São Paulo e das outras unidades da Federação”.

O mais doloroso é que esse esforço não correspondeu à expectativa de paz e vitória.

A 18 de novembro, Rui, numa extensa carta, dirigida a José Marcelino, declara: “Terei de reassumir a minha independência, voltando a ser, na política baiana, o que era antes do governo José Marcelino”.

A 22 de dezembro, devido aos acontecimentos políticos, o Governador Araújo Pinho resigna o mandato, assumindo as rédeas do governo o Presidente da Câmara, Dr. Aurélio Viana, por ausente o Presidente do Senado, Cônego Leôncio Galvão.

Em 10 de janeiro de 1912, a capital baiana é bombardeada pelo Forte de São Marcelo, por ordem do Governo Federal, sob o pretexto do não cumprimento de um man-

dato de *habeas-corpus* do Juiz Federal da Seção da Bahia, Dr. Paulo Fontes.

O General Sotero de Meneses, Comandante da 7.^a Região Militar, expede o seguinte Boletim:

“O General Sotero de Meneses, Inspetor da 7.^a Região Militar, faz saber que, tendo o Governo do Estado se recusado terminantemente a obedecer ao *habeas-corpus* concedido pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz Seccional, para que possam funcionar livremente, no edifício da Câmara dos Deputados, os congressistas convocados pelo Exmo. Sr. barão de São Francisco, Presidente em exercício do Senado, cumpre-lhe, em obediência à requisição do mesmo Juiz Federal aos poderes competentes da República, fazer respeitar e executar essa ordem, pela intervenção da força sob seu comando, intervenção a que dará início dentro de uma hora. — Inspetoria da 7.^a Região, 10 de janeiro de 1912”.

Esses acontecimentos nefastos provocaram a seguinte carta do Ministro da Marinha, ao Presidente Hermes da Fonseca.

“Sr. Presidente da República:

“No momento de deixar o cargo de Ministro da Marinha, sinto-me forçado a significar, de modo positivo, as causas que me constroem a essa resolução.

“O bombardeio da capital do Estado da Bahia pelas fortalezas guarnecidas por forças federais, é uma iniquidade que atenta menos contra a Constituição Brasileira do que contra a civilização e a dignidade humana. Ele constituirá uma nódoa indelével em nossa história, um opróbrio para os seus responsáveis, a percussão de uma crise, cuja gravidade ninguém poderia precisar, mas acredito será funesta aos que a provocaram.

"O bombardeio da capital da Bahia talvez seja julgado um ato constitucional defensável. O Senador Estadual Arlindo Leone e outros companheiros obtiveram um mandato de *habeas-corpus* do Juiz Federal, e este magistrado, de acôrdo com o disposto no art. 6., n.º 4, da Constituição Federal, requisitou fôrça para a sua execução.

"Não há dúvida que o acatamento às decisões do Poder Judiciário é um dos princípios fundamentais do nosso sistema constitucional.

"Mas, se alguma vez, Sr. Presidente da República, eu fôsse capaz de vos aconselhar desobediência ostensiva a um aresto do Poder Judiciário, certamente seria quando um juiz quisesse bombardear uma cidade comercial de um país livre, para executar um *habeas-corpus*.

"Colocado em um pôsto em que vos devo a verdade, ousarei dizê-la hoje como a tenho sempre dito.

"E' uma obrigação que me impõe a minha consciência, de acôrdo com o meu passado e em consideração aos meus concidadãos e a vós mesmo.

"E' uma obrigação a que não me furtei, nos mais difíceis momentos por que tem passado o vosso govêrno, e a que não me posso esquivar na desgraçada conjuntura em que hoje nos vemos.

"Logo ao início do vosso govêrno, nos últimos dias de dezembro de 1910, em uma reunião do ministério, manifestei-me contra a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, acrescentando que, se a União fôsse forçada a essa extremidade, sua ação deveria limitar-se a colocar no poder o presidente do Tribunal de Relação, primeiro substituto legal do presidente, na forma da Constituição do Estado, e sôbre cuja legitimidade não havia contestação. Ainda obedecendo ao mesmo pensamento, em outras ocasiões insisti convosco pelo respeito à autonomia dos Es-

tados, objetando as grandes conseqüências que resultariam de uma conduta atentatória das bases do nosso sistema federativo.

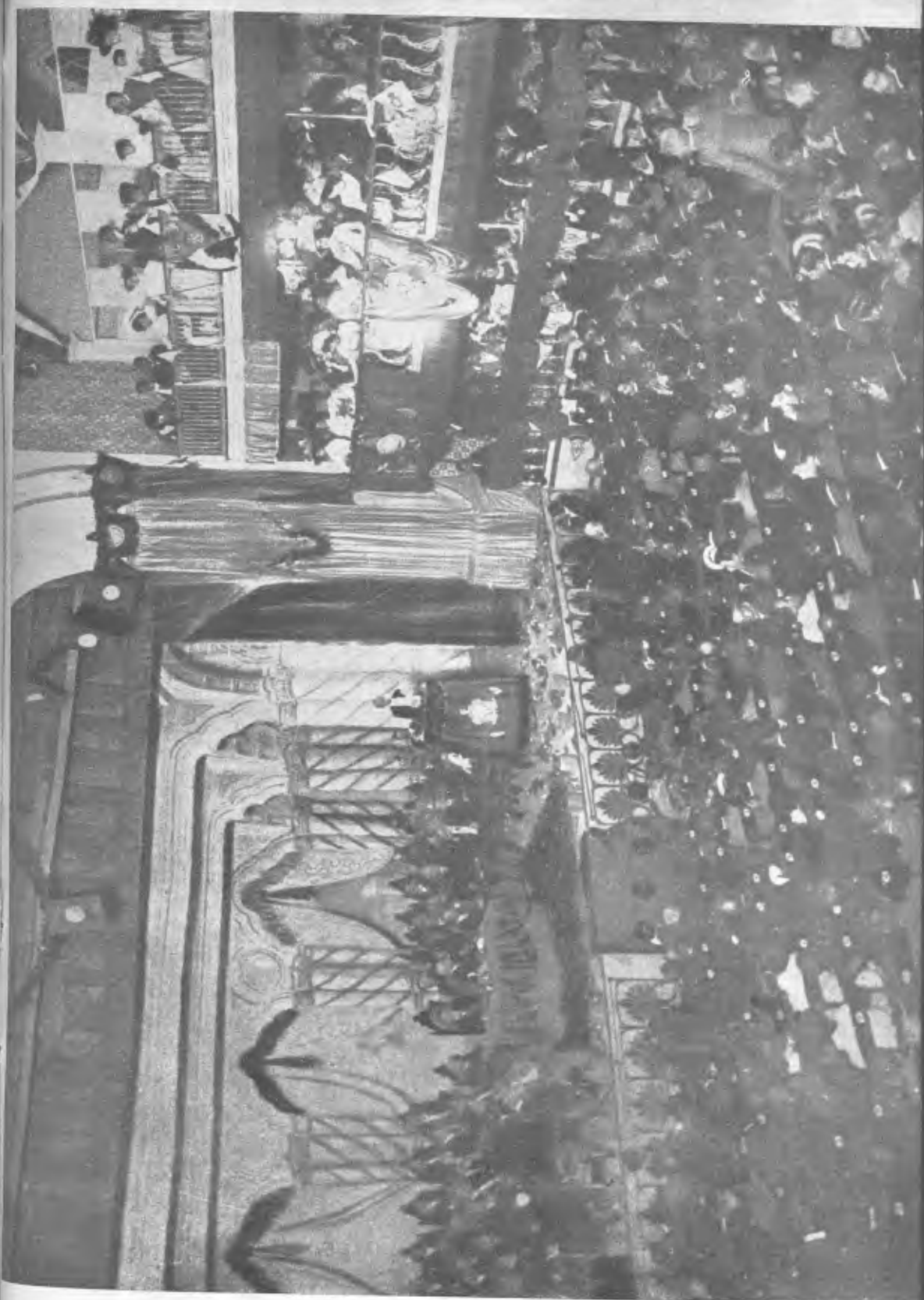
“Julgava-me tranqüilo já a êsse respeito, pois que repetidas vêzes me asseverastes não intervirieis nos Estados, e, quando ontem recebi a requisição de fôrças para a execução do mandato de *habeas-corpus* do Juízo Federal da Seção da Bahia, não poderia pensar que, algumas horas depois, um telegrama do Capitão do Pôrto daquele Estado noticiar-me-ia um bombardeio da capital, executado por fortalezas federais.

“Não posso ser conivente no ato que acaba de ser praticado, sujeitando-me a ordenar a partida de fôrças navais para o Pôrto da Bahia, porque reconheço a iniquidade que se pretende cobrir a vossos olhos, sob um pretêxto de legalidade.

“Foi por isso que na manhã de hoje vos declarei que, conquanto o Cruzador *Tiradentes* estivesse pronto para partir à primeira ordem vossa, e o “scout” *Bahia* o pudesse fazer com pouca demora, essa ordem só seria transmitida pelo meu sucessor na pasta da Marinha. Vosso amigo, vosso companheiro em momentos bem difíceis, lastimo ver-vos em uma conjuntura com a qual a minha consciência não permite transigir.

“Resignando o cargo em que fui colocado por vossa confiança, reiterando-vos o pedido de reforma que vos apresentei, asseguro-vos que o faço conservando a mais grata recordação das gentilezas e distinções que de vós recebi.

“Tenho a honra de reiterar-vos os protestos de profundo respeito com que sou vosso amigo muito grato. —
Joaquim Marques Batista Leão.



O palco do Teatro Politeama da Bahia, com a mesa da sessão solene, presidida pelo Senador José Marcelino de Sousa, Chefe do Partido Republicano da Bahia, vendo-se, à tribuna, o Senador Rui Barbosa, lendo sua plataforma de candidato à presidência da República, na noite de 15 de janeiro de 1910.

No primeiro camarote à direita, acha-se a família do governador do Estado, Dr. João Ferreira de Araújo Pinho.

“Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1912”. (38)

A 24, segue José Marcelino para o Rio de Janeiro, onde Rui Barbosa defende leoninamente os direitos da Bahia, pela imprensa e nos tribunais, pois o Congresso estava em férias. Em *Rui, o Estadista da República*, João Mangabeira descreve as providências tomadas por aquele genial defensor da liberdade.

O barão do Rio Branco, Ministro do Exterior, “não tinha cara para receber os representantes das nações estrangeiras”. Com o choque e a vergonha, sua saúde abalou-se tanto que veio a falecer a 10 de fevereiro daquele mesmo ano: era a última vítima do bombardeio.

Com Rio Branco, foram-se as esperanças de vitória por parte do governo baiano.

E o general Vespasiano de Albuquerque, então na Bahia, por ordem do Governo Federal, dizia ao deputado Pedro Lago: “Como você sabe, sou soldado e cumprio ordens. Tudo mudou. Não se meta mais nisso. Digo-lhe como seu amigo: *A Bahia é do Seabra*”.

E quem seria o plenipotenciário?

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1948.

(38) V. “O bombardeio da Bahia, e seus efeitos”, por José de Sá.

FONTES

- Arquivo da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro*: Correspondência de Rui Barbosa; de José Marcelino, Pinheiro Machado, Afonso Pena, Araújo Pinho, Severino Vieira, Augusto de Freitas, Leovigildo Filgueiras, Antônio Azeredo, Cônego Galvão, Bernardo Jambeiro, Costa Pinho — no período de 1903 a 1912.
- Arquivo de José Marcelino de Sousa*, pertencente à autora — 1903 a 1912.
- RUI BARBOSA — *Novos discursos e conferências*, coligidos e revistos por Homero Pires — São Paulo, 1933.
- JOÃO MANGABEIRA — *Rui, o Estadista da República* — São Paulo, 1943.
- LEMOES BRITO — *A Cisão* — Bahia, 1908.
- JOSÉ DE SÁ — *O Bombardeio da Bahia e seus Efeitos* — Bahia, 1918.
- ELPÍDIO DE MESQUITA — *Aspectos de um Problema Econômico* — Rio de Janeiro, 1909.
- APOLINÁRIO FROT — *Relatório da Exploração do Território do Jalapão* — Bahia, 1907.
- Ministério da Viação* — Relatórios de 1896 a 1916.
- Governadores Severino Vieira, José Marcelino de Sousa e João Ferreira de Araújo Pinho* — Mensagens apresentadas à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia, de 1904 a 1911.
- Anais do Senado Federal* — Discursos de Rui Barbosa, Francisco Glicério, Ramiro Barcelos, Pinheiro Machado, Antônio Azeredo, José Marcelino e Severino Vieira, no período de 1905 a 1911.
- Anais da Câmara dos Deputados* — Discursos de José Marcelino (1887 a 1889); de Augusto de Freitas, Leovigildo Filgueiras, Garcia Pires, Marcolino Moura, Barbosa Lima, Carlos Peixoto Filho, Brício Filho, Paula Guimarães, João Santos, José Inácio da Silva, Joaquim Inácio Tosta, 1905-1906.

Anais do Senado do Estado da Bahia, 1891-1897.

Estante Clássica da Revista da Língua Portuguesa — Volume I —
Rio, 1920.

Coleção de Leis do Brasil — até 1912.

Coleção de Leis da Bahia — até 1908.

Jornais e Revistas do Rio de Janeiro — Jornal do Comércio, Correio da Manhã, Gazeta de Notícias, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Jornal do Brasil, O País, A Tribuna, Diário Carioca; Revista da Semana, O Malho, Brasil Ilustrado, Revista da Época — no período de 1904 a 1909.

Jornais e Revistas da Bahia — Diário da Bahia, Diário de Notícias, Jornal de Notícias (1903-1910); A Bahia (1905-1908); O Estado (1914-1915); Diário Oficial do Estado da Bahia, Número Especial do Centenário do Dois de Julho: 2-7-1923; O Escudo Social, de S. Filipe (1920); O Regenerador, de Nazaré (1905-1917); Revista do Brasil (1907-1911).

Jornais de São Paulo — Diário Popular (1904-1905); Correio Paulistano (1905).

Obras da mesma autora — *José Marcelino de Sousa e sua obra administrativa no São Francisco*, edição especial em homenagem à Assembléia Nacional Constituinte de 1946 (Rio de Janeiro, Agir); *Um Estadista quase Desconhecido*, biografia de José Marcelino de Sousa, premiada em concurso pelo Estado da Bahia, em 1945 e oficialmente editada em 1948.

ÍNDICE

	Págs.
CAPÍTULO I: <i>Rui Barbosa, Plenipotenciário da Bahia</i>	5
O futuro governador da Bahia	5
Candidatura de Rui Barbosa ao futuro govêrno da Bahia	6
A situação do Estado da Bahia em 1904	9
Atuação de José Marcelino como Deputado Geral (1886-1889) ..	13
Manifesto político de 14 de julho de 1889	26
O Senador Estadual	31
Rui Barbosa, centro de ação da política da Bahia	34
Carta-Circular de 1904	36
Obras do Pôrto da Bahia	45
 CAPÍTULO II: <i>A Coligação Republicana de 1905</i>	47
Candidaturas presidenciais, em 1904 e 1905	47
Carta de Severino Vieira a José Marcelino, de Paris	48
A Bahia levanta a candidatura de Rui Barbosa	51
Severino Vieira prefere Campos Sales	57
Cenário nacional	59
Severino Vieira insiste no seu candidato	63
Visão política de José Marcelino	73
Respostas de Rui Barbosa a José Marcelino e Pinheiro Machado ..	76
Acôrdo político	81
Posição política da Bahia	83
Explicação à Bahia	91
Manifesto político à Nação	98
Telegramas de regosijo	105
O Elemento decisivo	107
Atentado contra o governador da Bahia	115
Discurso de Rui Barbosa no Senado Federal	115
A vitória da Bahia no Congresso Federal	120
Convênio de Taubaté	122
Afonso Pena escreve a Rui Barbosa	123

	Págs.
Terceiro Congresso Pan-Americano	125
Afonso Pena visita o norte do Brasil	125
Perturbações políticas em Sergipe	127
Ministério Afonso Pena	127
Inauguração dos trabalhos das docas do Porto da Bahia	137
Viagem do governador da Bahia.....	139
Medidas administrativas junto ao Governo Federal	146
Telegrama do Ministro Miguel Calmon	153
 CAPÍTULO III: <i>A Cisão do Partido Republicano da Bahia</i>	155
Carta de Severino Vieira a Miguel Calmon	155
Sucessão governamental	156
Discurso de Bernardo Jambeiro na Câmara Federal.....	163
Atitude de Rui Barbosa.....	166
Desvários do Diário da Bahia.....	169
Administração	170
Exploração do Território do Jalapão	171
Brinde de Rui Barbosa a José Marcelino	175
 CAPÍTULO IV: <i>A Campanha Civilista</i>	181
O Senador Federal	181
Cartas de Rui Barbosa sobre sucessão presidencial	181
Cartas de Araújo Pinho e José Marcelino a Rui Barbosa	196
Atitude política de José Marcelino	199
Carta de Rui Barbosa aos Senadores F. Glicério e A. Azeredo	201
Rui Barbosa e Afonso Pena	211
Atividades do Presidente da Junta Nacional Civilista	213
 CAPÍTULO V: <i>O Sacrifício de José Marcelino</i>	217
Primeira viagem à Europa, em 1911	217
Sucessão governamental	217
O Presidente Hermes da Fonseca na Bahia	219
Convenção estadual de 1911	219
Bombardeio da Bahia	223
Carta do Ministro da Marinha	224
Rui Barbosa e o barão do Rio Branco	227
Fontes	229